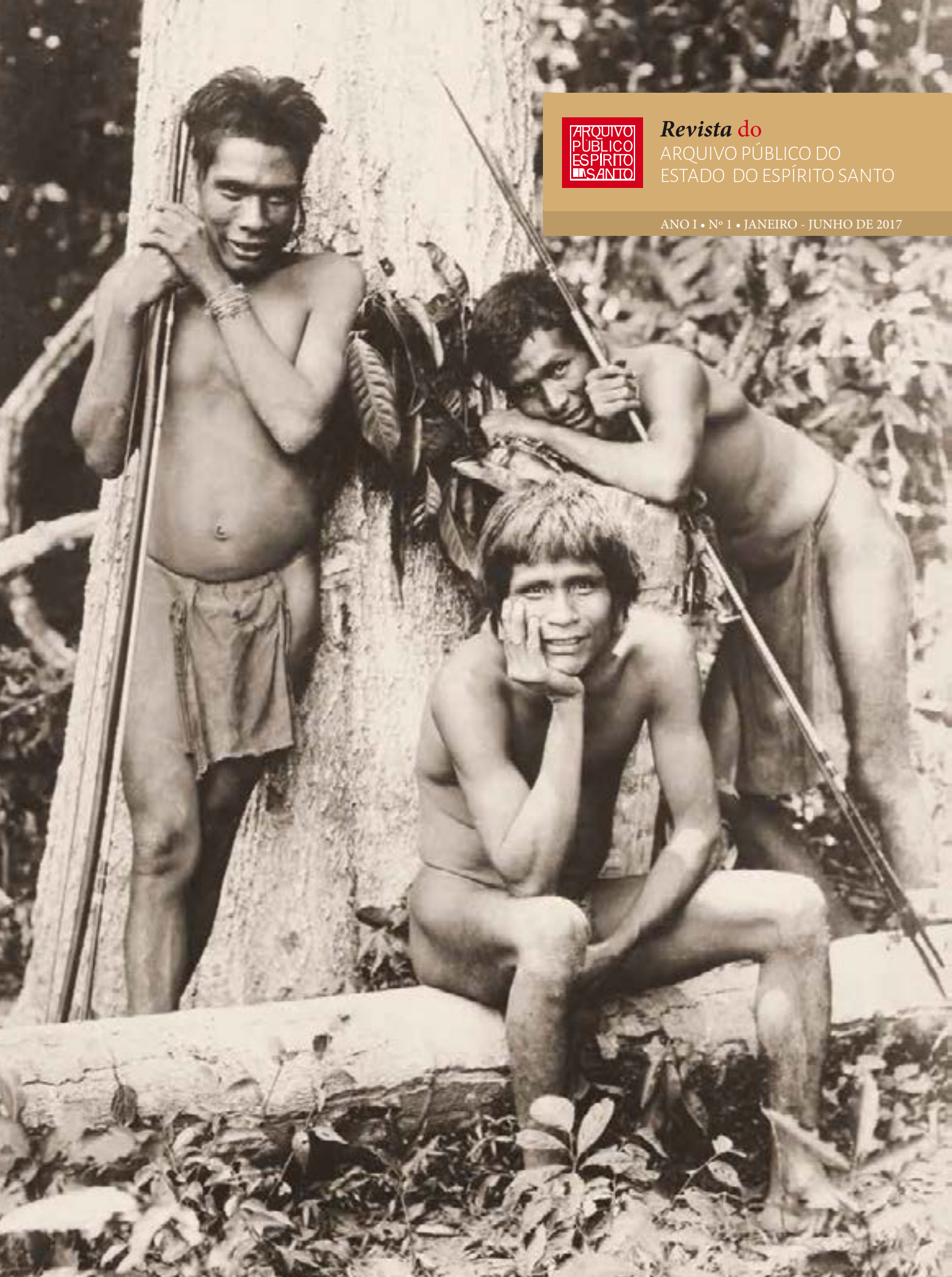




Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANO 1 • Nº 1 • JANEIRO - JUNHO DE 2017





Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANO I • Nº 1 • JANEIRO - JUNHO DE 2017

Governador
Paulo Cesar Hartung Gomes

Vice-governador
César Roberto Colnaghi

Secretário de Estado da Cultura
João Gualberto Moreira Vasconcelos

Subsecretário de Gestão Administrativa
Ricardo Savacini Pandolfi

Subsecretário de Cultura
José Roberto Santos Neves

Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Cilmar Franceschetto

Diretor Técnico Administrativo
Augusto César Gobbi Fraga

© 2017 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414
CEP 29.015-905 - Vitória - ES - Brasil
Tel. (27) 3636-6100
E-mail: revista@ape.es.gov.br
Site: www.ape.es.gov.br

R454	Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. v. 1, n. 1, (jan./ jun. 2017). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.
	Semestral
	1. História do Espírito Santo - Periódico. 2. Índios no Espírito Santo – Periódico. 3. Mão de obra escrava no Espírito Santo – Periódico. 4. Política no Espírito Santo – Periódico. 5. Violência no Espíri to Santo. 6. Administração pública e cidadania - 110 anos do APEES - Espírito Santo. I. Secretaria de Esatado de Cultura do Espírito Santo. II. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.
	CDD – 981.52

As ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta revista são de inteirresponsabilidade dos autores, não representando necessariamente o posicionamento deste Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.



Editor Executivo
Cilmar Franceschetto - APEES

Coordenação Editorial
André Malverdes
Departamento de Arquivologia - UFES
Julio Bentivoglio
Departamento de História - UFES

Editor Gerente
Bruno César Nascimento - UFES
Jória Scolforo - APEES

Projeto Gráfico e Editoração
Alexandre Matias - APEES

Pesquisa e Seleção Iconográfica
Cilmar Franceschetto
Michel Caldeira de Souza - APEES

Apoio Técnico
Augusto Cesar Gobbi Fraga - APEES
Taynna Mendonça Marino - UFES

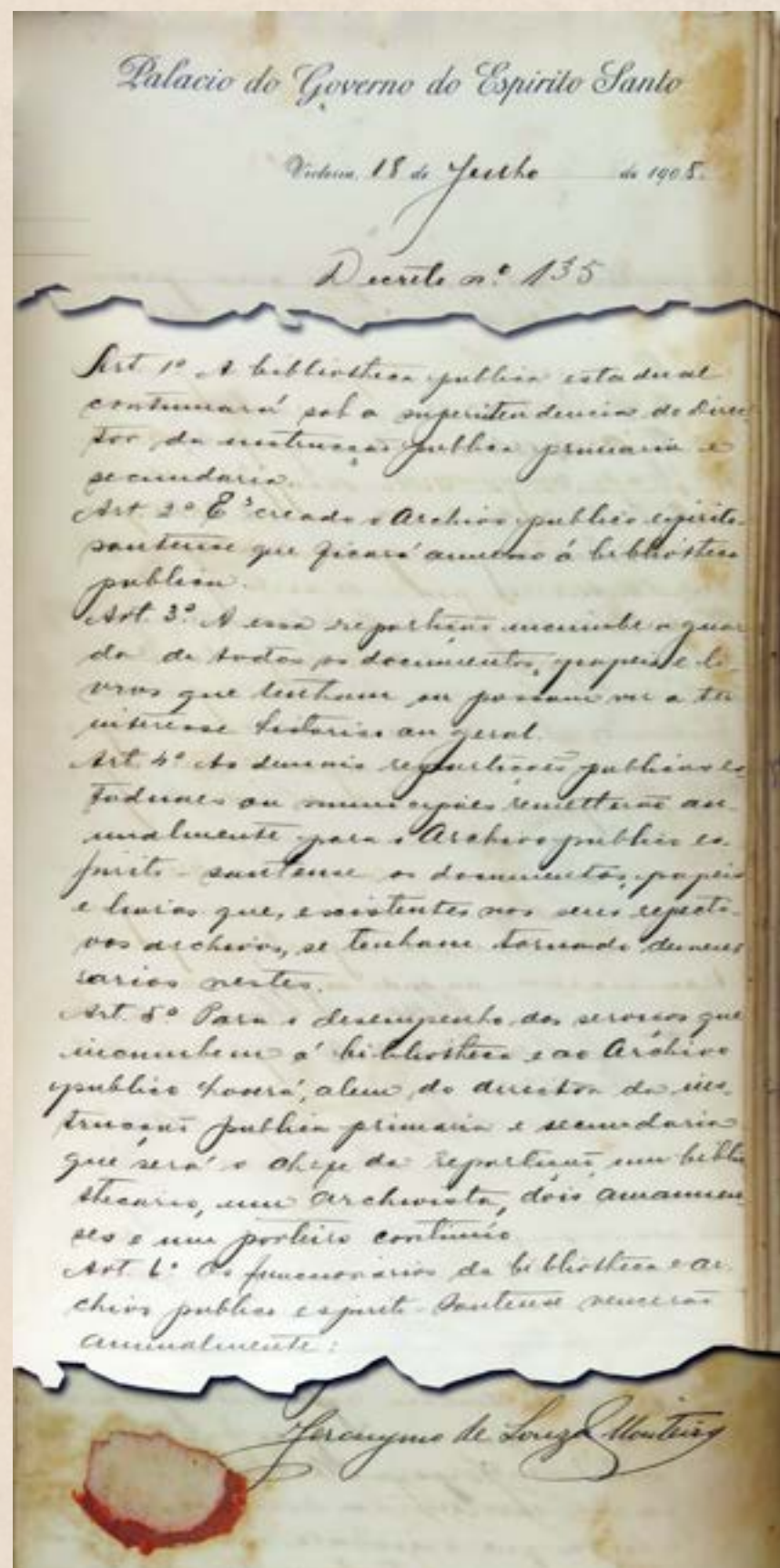
Revisão de estrutura e linguagem
Rozimery Baptista Fontana Nascimento
Cilmar Franceschetto
Jória Scolforo
Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

Alexandre de Sá Avelar (UFU), Aline Lopes de Lacerda (Casa Oswaldo Cruz), André Malverdes (UFES), André Porto Ancona Lopez (UNB), Arno Wehling (IHGB), César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM), Fábio Franzini (UNIFESP), Joan Boadas i Raset (Girona-Espanha), João Eurípedes Franklin Leal (UFF), João Gualberto Vasconcellos (UFES - SECULT), José Antonio Martinuzzo (UFES), Julio Bentivoglio (UFES), Jurandir Malerba (UFRGS), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maria Beatriz Nader (UFES), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Raquel Glezer (USP), Renzo M. Grosselli (PUC-RS), Rita de Cássia Maia (UFES - Diretora da Biblioteca Pública Estadual - SECULT), Taiguara Aldalalde Vilella (UFES), Telma Campanha de Carvalho Madio (UNESPE-MARILIA), Ueber José de Oliveira (UFES) e Valdei Lopes de Araújo (UFOP).

Conselho Consultivo

Adriana Campos (UFES), Agostino Lazzaro (ex-Diretor Geral - APEES), Andrea Lisly (UFOP), Antônio Carlos Queiroz do Ó (UFES), Bruno César Nascimento (UFES), Cláudio Zanotelli (UFES), Cristiano P. Alencar Arrais (UFG), Danilo José Zioni Feretti (UFSJ), Estilaque Ferreira dos Santos (UFES), Helena Mollo (UFOP), Isabel Lustosa (Casa Rui Barbosa), Janice Gusmão (PUC-SP), José Eustáquio Ribeiro (UFG), Jorge Vinícius Monteiro Vianna (SABERES), Luiz Carlos de Almeida Lima (SEGER), Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (UFES), Maria Cristina Dadalto (UFES), Pedro Ernesto Fagundes (UFES), Ricardo Savacini Pandolfi (UFES - SECULT), Rodrigo da Silva Coularte (IFES), Rodrigo Mello de Moraes Pimenta (PMVV), Rogério Rosa (UNESC), Sérgio Marlow (Faculdade Unida), Sonia M. Mattos (UFES), Vânia Maria Losada (UFRRJ) e Vitor de Ângelo (UVV).



Decreto 135 de 18 de julho de 1908 que cria o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, sancionado pelo Presidente do Estado, Jerônimo de Souza Monteiro (recortes).

APRESENTAÇÃO

A divulgação científica é parte decisiva do processo de desenvolvimento em qualquer tempo, sociedade ou campo de saber. O registro, o compartilhamento, o acesso e, também, a inspiração à atividade científica, proporcionados pela difusão cuidadosa e sistemática de uma revista especializada, são cruciais na cadeia do investimento em avanço científico e cultural.

Nesse sentido, apresentamos com muita satisfação o primeiro número da “Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo”. O objetivo é, prioritariamente, registrar e incentivar a pesquisa em História, Arquivologia, Ciências Sociais, Geografia, Biblioteconomia.

Também são propósitos deste trabalho do Arquivo Público, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, chamar a atenção ao ímpar acervo da instituição como fonte disponível para pesquisas e estudos sobre a História das terras capixabas, bem como difundir e compartilhar o conhecimento produzido nesse processo.

Esta é uma iniciativa resultante de parceria entre o Governo do Estado do Espírito Santo, por meio das instituições supracitadas, e a Universidade Federal do Espírito, por intermédio de vários de seus órgãos ligados à temática, tais como os Departamentos de História e de Arquivologia.

A revista tem periodicidade semestral e é disponibilizada, gratuitamente, por meio eletrônico, sendo hospedada no site oficial do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Com esta louvável iniciativa, ganham os cientistas que atuam nas áreas afins, conquistando um espaço de divulgação de suas pesquisas e também alcançando com um inédito “território” de interlocução entre os pares.

Ganham também a sociedade em geral e os potenciais futuros cientistas, em razão da circulação ampla e irrestrita de inspiradores saberes tão importantes à caminhada histórica de toda e qualquer comunidade.

Boa leitura e vida longa a esta recém-nascida atividade deste Arquivo Público, que é um serviço centenário e de reconhecida excelência entre nós.

Paulo Hartung

Governador do Estado do Espírito Santo (2003-2010/2015-2018).

SUMÁRIO

EDITORIAL

10 | *Uma nova revista*
Cilmar Franceschetto

ENTREVISTA

15 | *Os pequenos passos de uma longa jornada: uma entrevista com Nara Saletto* - Bruno César Nascimento, Bruna Breda Bigossi

ARTIGOS

25 | *Resistência e ação política: os índios “mansos” da aldeia de Iiritiba, Anchieta, ES – Brasil*
Sonia Missagia de Mattos

45 | *O período de transição da mão de obra escrava para o trabalho livre no Espírito Santo*
Flavia Salles Nunes Pereira, João Gualberto Moreira Vasconcellos

65 | *Caipira, não! Sou Pomitafro, sim senhor!*
Marcos Teixeira de Souza, Sandra Márcia de Melo, Cássia Raquel Beiersdorf

81 | *O roteiro de Luís Teixeira e a representação da capitania do Espírito Santo*
Fabio Paiva Reis

99 | *Os desdobramentos de uma (nova) capital para o Espírito Santo republicano*
Leandro do Carmo Quintão

117 | *Elites políticas capixabas no contexto da primeira república*
Ueber José de Oliveira

131 | *O Espírito Santo (1959-1966): Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar: populismo ou coronelismo?*
Jefferson Ferreira Alvarenga

147 | *A Central Brasileira nas pegadas do Sr./ “Seu” Kilowatt: publicidade e política na sociedade capixaba de 1936 – 1950*
Douglas Edward Furness Grandson

159 | *Industrialização, migração e reflexos da violência na cidade da Serra, Espírito Santo*
Madson Gonçalves da Silva

179 | *A passagem do tempo – o Arquivo Público do Espírito Santo há 40 anos*
Fernando Achiamé

DOCUMENTOS

195 | *1874: os primeiros italianos em Santa Teresa - ES*
Cilmar Franceschetto

RESENHA

201 | *Negros no Espírito Santo: (re)visitando a realidade do negro no Estado*
Rodrigo Mello de Moraes Pimenta
Satina Priscila Marcondes Pimenta Mello

REPORTAGEM

207 | *Relatório de Gestão referente ao ano de 2016*
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES

UMA NOVA REVISTA

Temos a honra de trazer à luz o primeiro número da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

O lançamento deste periódico tem um grande significado para o APEES, instituição fundada há mais de um século, responsável pela Gestão Documental, Guarda Permanente, Acesso e Divulgação dos documentos produzidos no âmbito do Poder Executivo do Governo do Estado do Espírito Santo. Em função da importância do seu acervo, que remonta ao período Colonial, o Arquivo Público se configurou como uma das principais fontes de pesquisa para se conhecer a história dos espírito-santenses e, consequentemente, em espaço de produção e divulgação da cultura capixaba.

A revista, realizada em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), por meio dos departamentos de História e Arquivologia, pretende ser um instrumento de disseminação do saber científico produzido sobre o Espírito Santo e se enquadra na política editorial da instituição, a exemplo dos livros da Coleção Canaã e do site do órgão na internet: endereço eletrônico onde são disponibilizados o Regimento e Normas; as Chamadas de Artigos; a edição atual e os futuros Números em formato eletrônico, com acesso gratuito à população.

Além disso, este periódico também se configura como um importante instrumento de mediação cultural, garantindo ao Arquivo Público seu *status* de produtor e disseminador de cultura. Vale salientar ainda que, ao se comprometer a editar semestralmente esse importante canal de comunicação, estamos contemplando uma das nossas principais missões, que é a de tornar cada vez mais transparente as atividades do órgão, no exercício republicano de democratizar a informação.

Ressaltamos que, as ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta revista são de inteira responsabilidade dos autores, não representando necessariamente o posicionamento do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Deste modo, visamos garantir a liberdade de expressão dos cientistas e pesquisadores.

Teremos seções permanentes e sazonais que visam trazer ao público discussões que colaborem para o fortalecimento da história, da memória e da identidade capixaba. Nossa proposta é contribuir para disseminar o conhecimento, preferencialmente, nas seguintes áreas: História, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Geografia, Antropologia, Patrimônio Cultural e

outros segmentos afins que fomentem o desenvolvimento de pesquisas sobre o Espírito Santo e a formação de pesquisadores capixabas. Os artigos que se utilizam do acervo do APEES como fonte de pesquisa terão prioridade em nossa Revista.

Em destaque, a revista publicará uma seção permanente de artigos inéditos, excetuando-se os casos de edições especiais e comemorativas. As demais seções serão dedicadas aos documentos de valor histórico, disponíveis no acervo do APEES; às entrevistas; às resenhas e aos noticiários. Outras seções poderão ser acrescidas a esse *corpus* quando se fizer necessário.

Para este número inaugural, reunimos artigos livres de renomados pesquisadores que nos brindam com temas históricos relevantes sobre nosso Estado. São eles: Sonia Missagia de Mattos; João Gualberto Moreira Vasconcellos, Flavia Salles Nunes Pereira; Marcos Teixeira de Souza, Sandra Márcia de Melo, Cássia Raquel Beiersdorf; Fabio Paiva Reis; Leandro do Carmo Quintão; Ueber José de Oliveira; Jefferson Ferreira Alvarenga; Douglas Edward Furness Grandson; Madson Gonçalves da Silva e Fernando Achiamé.

A entrevista deste número inaugural é com a professora Dr^a Nara Saletto, que tem uma grande contribuição à historiografia capixaba e nos revela importantes fatos sobre sua vida e sua obra. Na seção Documentos apresentamos um ofício remetido pela direção da Colônia de Santa Leopoldina ao Presidente da Província do Espírito Santo, datado de 26 de outubro de 1874, referente à presença dos primeiros italianos em Santa Teresa, no interior capixaba, naquele ano. Temos ainda a resenha crítica à segunda edição do livro “Negros do Espírito Santo”, do professor Cleber Maciel e, por último, o Relatório de Gestão Referente ao Ano de 2016 do APEES na seção Reportagem.

Queremos agradecer, com todo carinho, aos nossos fieis voluntários, especialmente os professores da UFES, Julio Bentivoglio (História) e André Malverdes (Arquivologia), que integram a Coordenação Editorial da nossa revista, o Professor Bruno César Nascimento, Editor Gerente que, junto aos servidores do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, aos membros dos conselhos Editorial e Consultivo, aos pesquisadores e demais interessados em manter viva nossa memória, tornaram possível a realização desse importantíssimo projeto.

Esperamos que você curta, compartilhe e seja um dos nossos colaboradores. Vida longa à nossa Revista!

Cilmar Franceschetto
Editor Executivo



H. G. Gable



ENTREVISTA

**OS PEQUENOS PASSOS DE
UMA LONGA JORNADA:
UMA ENTREVISTA COM
NARA SALETTO**

Bruno César Nascimento

*Doutorando em História pela Universidade Federal do
Espírito Santo*

Bruna Breda Bigossi

*Mestranda em História pela Universidade Federal do
Espírito Santo*

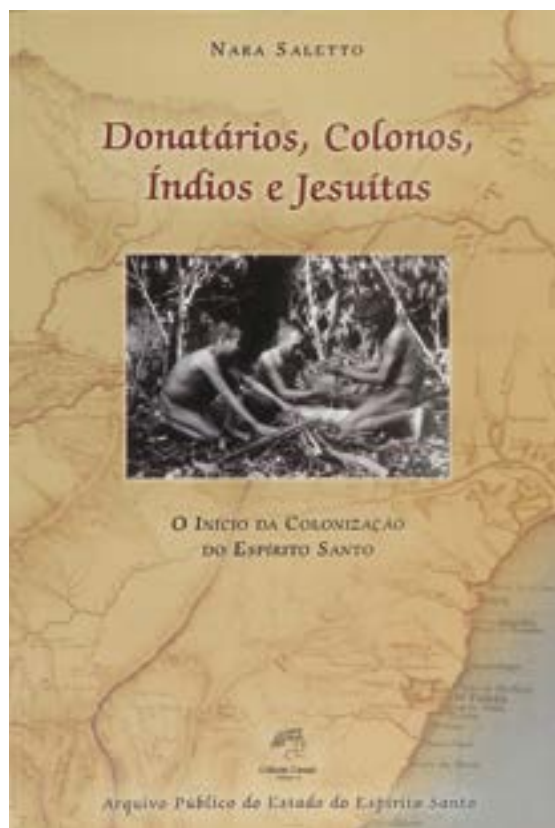


No dia 11 de abril de 2016 fomos recebidos num simpático prédio no coração da Praia do Canto por Nara Saletto, formada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) - quando

esta ainda era Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo (FFCL), no Centro de Vitória - e ex-professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), historiadora que contribuiu para a historiografia capixaba tanto nos assuntos da colonização do território quanto da Primeira República. Por algumas horas conversamos sobre sua trajetória como testemunha dos primeiros anos do curso de História e de sua carreira como docente, já no período da Ditadura Civil-Militar. Temos o prazer de no primeiro número da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo divulgar para os capixabas um pouco desse bate-papo.

Bruna Breda Bigossi: Professora, sabemos que a senhora foi aluna da segunda turma de História, em 1954, quando o curso ainda nem era no campus de Goiabeiras. Conte-nos como ocorreu seu interesse pela História.

Nara Saletto: Minha escolha veio de minhas leituras na adolescência, talvez até pré-adolescência, porque foi uma fase em que li muito, eu vivia enterrada nos livros. Comecei a ler em uns folhetins que a amiga da minha mãe me emprestou e que tratavam de história, porém eles se colocavam em épocas e lugares diferentes passados. Eu me lembro de um deles que se chamava *O Pátio dos milagres*, o texto se passava na Paris de Francisco I. Havia outro que se passava na Veneza dos *doges* e por aí vai... Aquilo me deu um interesse enorme em conhecer as sociedades



de outras épocas. Eu li Alexandre Dumas, depois Revolução Francesa, depois as biografias de Stefan Zweig, Maria Antonieta... Enfim, através de folhetins, literatura e biografias eu fui me encaminhando para a História. Na hora de escolher o que estudar, para mim era natural, meu interesse estava nisso, em conhecer outros momentos e outras civilizações.

BB: E quando entrou na Universidade? Lembra-se, por exemplo, dos professores e das disciplinas?

NS: Eram professores que não tinham formação em História. Um parêntese, Renato Pacheco estava estudando fora, não foi meu professor na faculdade, mas sim no que na época era o cien-

Na hora de escolher o que estudar, para mim era natural, meu interesse estava nisso, em conhecer outros momentos e outras civilizações.”

tífico e hoje é Ensino Médio. Os outros eram advogados, pessoas que tinham interesse. Um que posso classificar como historiador é Nelson Abel de Almeida, por causa das pesquisas, mas não tinha uma formação específica de metodologia histórica, teórica... Mas nós tivemos um professor maravilhoso, esse realmente foi o professor que preencheu meu curso, Duglas Teixeira Monteiro. Era recém-formado na USP, talvez tivesse mestrado, e ele até morreu precocemente. Ele iniciou um trabalho importante aqui, deu dois anos de Antropologia, e era muito bom, abriu o meu horizonte... Vitória era muito provinciana e esse rapaz jovem, com outra mentalidade, foi da maior importância. Pra você ter uma ideia, ele começou o curso tratando do racismo, isso nos anos cinquenta! De combate ao racismo, na época havia uma campanha da Unesco e nós usamos para discussão na sala de aula um livro do Lévi-Strauss. Estudamos civilizações africanas trabalhando conceito de cultura e depois viemos para o Brasil. Duglas para mim foi excelente. Se tivesse Ciências Sociais naquela época, eu teria mudado de curso. Eu não me arrependi, porque na verdade eu preferia a História, mas devido ao entusiasmo, eu muda-

ria. Mas o curso, no resto, era precário. Como eu sempre fui ligada ao Rio porque eu vim de lá, eu ficava muito lá. Procurava bibliografia nas livrarias do Rio, principalmente na que vendia livros em francês, a Leonardo da Vinci, e assim fui lendo por minha própria conta...Tinha doutor Nelson, que tinha um conhecimento de História do Brasil, e os outros. Quem substituiu o Renato, por exemplo, era um professor de Biologia. Ele parecia ser muito bom na área dele, mas na História ele era um curioso.

BB: Como a senhora se tornou professora na universidade?

NS: O Renato [Pacheco] me convidou para ser assistente a partir do conhecimento que ele tinha de mim no Ensino Médio. Ele me deu uma parte da bibliografia que tinha de História Antiga, eu não queria me fixar em História Antiga... Mas naquele tempo não tinha como escapar. Quando pude escolher, eu larguei e fui para Medieval. Renato ia como juiz para a comarca dele no interior e eu ficava dando as aulas. Baseado no que ele me deu... Acho que ele já estava decidido a não voltar mais, porque ele não me emprestou, ele me deu... Com o que eu tinha, e o meu contato com os *Annales*, principalmente o Marc Bloch, comecei a comprar e trazer pra cá. Essas pessoas trabalhavam com História Medieval, e não Antiga... História Antiga é um campo vastíssimo, mas com campos limitados, como o Oriente... Muito mais naquela época... Então eu achava mais interessante Medieval. Em todo o mundo as pesquisas eram muito menos desenvolvidas e Medieval sobressaía com muito mais destaque e pesquisa. A Idade Média Francesa com o pessoal dos *Annales*...

“Quando eu saí da França, que estive em 66 e 67, saí meses antes da rebelião estudantil. Imagina, eu tinha voltado para o Brasil meses antes de maio de 68.”

BB: Lendo algumas entrevistas do livro *A História como ofício*, da professora Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ), sobretudo a sua, observamos a ocorrência de um nome, Guy de Hollanda, que deu aulas na Ufes. Como foi a passagem dele aqui no estado?

NS: Ele veio pra cá por necessidade de um professor de Metodologia da História, nós não tínhamos porque era tudo improvisado. Guy de Hollanda vinha do Rio pra cá toda semana, no finalzinho da semana eu acho e ele dava aula lá e aqui. Eu tive bastante contato com ele porque aqui ele era muito sozinho. Aconteceu uma coisa lamentável no início da ditadura... Lá na UFRJ Eremildo Vianna denunciou o Guy de Hollanda para a repressão e ele sequer era um homem de esquerda, era no máximo um progressista. Não tinha nada com o Partido Comunista, nada, todo mundo sabia. Lá na UFRJ ele era assistente de Eulália Lobo, minha professora no mestrado, que foi muito ativa na discussão da Reforma Universitária... Tive muito contato com ela, ela também foi cassada e não era uma pessoa de esquerda. A repressão foi absurda. Então aqui, nós professores tínhamos que fazer alguma coisa, tentamos

um abaixo-assinado a favor do Guy de Hollanda, ele não tinha nenhuma atitude subversiva e era importante pra nós...

BB: E como se deu a sua saída do Espírito Santo para dar aulas na UFRJ?

NS: Antes de sair para o Rio, eu fui estudar na França por meio de uma bolsa de estudos do governo francês... O governo brasileiro não dava essas bolsas. Não foi muito fácil de adaptar minha formação aqui com o ensino de lá, mas foi uma coisa ótima. Eu estudei muito e vim pra cá com uma outra bagagem a respeito de História Medieval. A isso se juntaram situações da minha vida privada. Como eu era do Rio e eu queria na verdade uma cidade grande, o Rio me atraía. Vitória era muito acanhada. Quando eu fui pra lá em 69, o mundo estava pegando fogo. Quando eu saí da França, que estive em 66 e 67, saí meses antes da rebelião estudantil. Imagina, eu tinha voltado para o Brasil meses antes de maio de 68. Havia uma certa ebulição que chegou aqui, mas com atraso. E eu comecei outra vez, do zero. Fiquei um tempo trabalhando aqui e lá no Rio, e comecei na UFRJ como auxiliar de ensino, que não tinha concurso, só um examezinho, mas também não tinha nem segurança, você poderia ser demitido a qualquer hora.

BB: Nós temos um documento aqui da Primeira Reunião Espírito-Santense dos professores de História, em 1957. A senhora se lembra desse evento?

NS: Vieram alguns professores da USP, eu me lembro muito vagamente da vinda desses professores, e foi uma coisa ótima. Eu acho que o Eurípedes [Simões de Paula] esteve, ainda da época

dos catedráticos, ele era catedrático de História Antiga e Medieval da USP.

BB: A senhora participou como secretária deste evento...

NS: Sim, eu fui... Vocês não tem documentação disso não?

BB: Infelizmente ainda não achamos tudo, mas queremos procurar. Temos o nome de algumas palestras...

Bruno César Nascimento: Tivemos duas divulgações deste evento. Uma foi em um jornal e a outra na Revista de História da USP, que era um dos principais periódicos... Agora, falando um pouco mais da carreira da senhora, queremos saber sobre dois eventos importantes que tivemos do curso de História no Brasil. O primeiro foi a criação da ANPUH, em 1961, no Congresso de Marília...

NS: Eu fui. Eu me lembro... A gente tinha ideia de que era um fato importante, mas, como foi e quem apresentou o quê, eu não me lembro.

BN: A senhora foi como professora?

NS: Sim, eu já era professora.

BN: Depois aconteceu outro congresso importante, o Eurípedes estava presente, [José] Roberto do Amaral Lapa também... Foi o Primeiro Simpósio Brasileiro de Estudos Históricos, onde discutiram os problemas da universidade, os afastamentos compulsórios... Na Universidade de Brasília.

NS: A gente passou anos discutindo os afastamentos, mas nesse congresso eu não fui.

BN: Em 69 quando a senhora chegou ao Rio, ainda tinha esses rebuliços referentes aos afastamentos compulsórios?

NS: Tinha, tinha... Foi no final de 69 e começo de 70. Eu entrei nesse vácuo, porque tinha saído de ensino. O recrutamento era como auxiliar de ensino. Fui recomendada porque tinha vindo da França e eu estava preparada para a necessidade que havia no departamento.

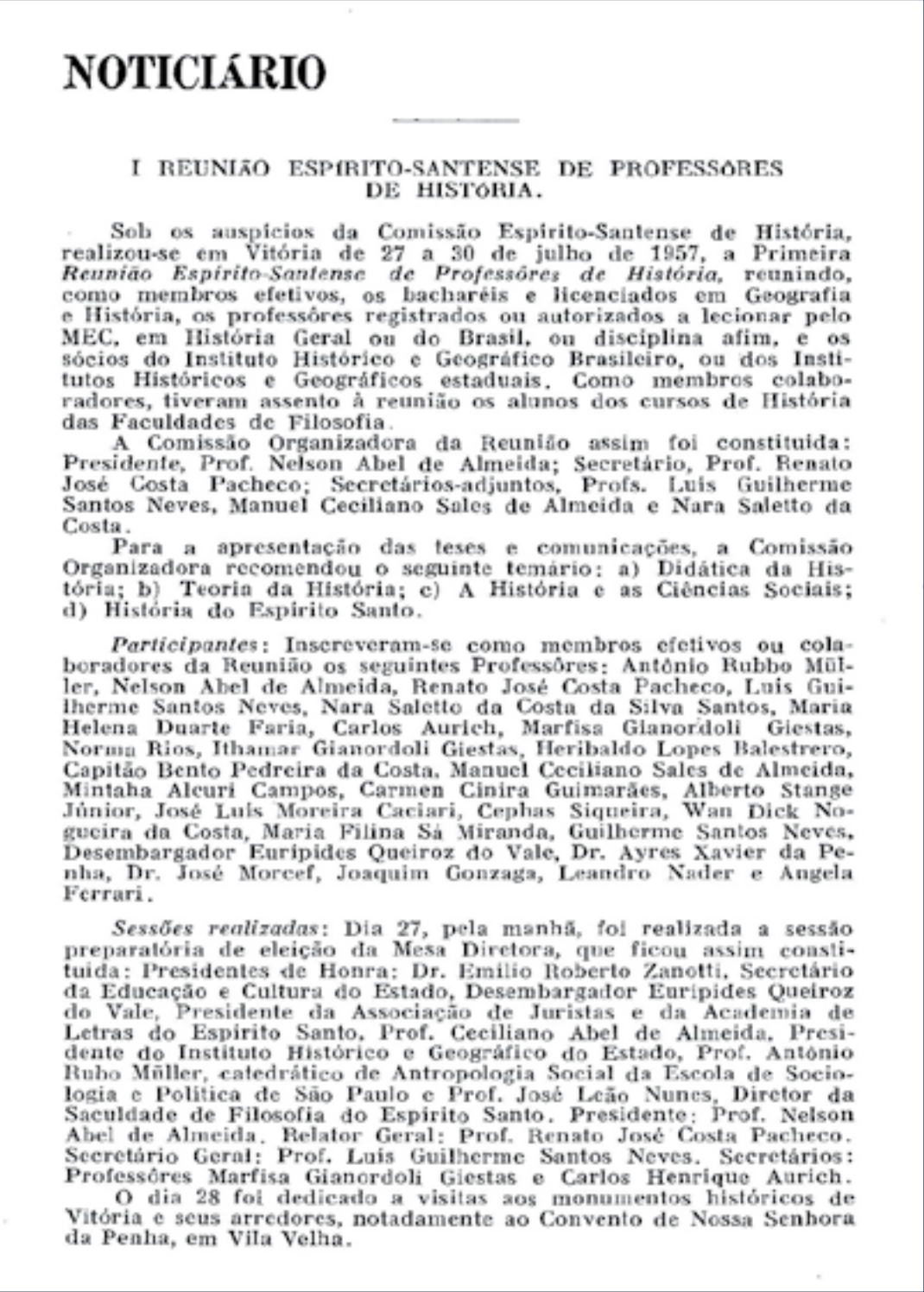
BN: No Rio a senhora viu afastamento de alunos? A repressão era forte ainda?

NS: Era muito difícil, muito difícil. Havia um controle muito grande. Quando eu descia para lá onde é o IFCS... Vocês conhecem?

BB: Perto do Saara?

NS: Isso, é do lado. Era um edifício maravilhoso, ligado a alguma atividade militar do século XVIII, mas que depois foi reformado. É uma beleza de prédio. Desculpa, fiz um parêntese para falar do

“Quando eu me aposentei no Rio e vim para cá foi porque eu sempre tive a ideia de passar a minha velhice em Vitória e aquela agitação não me interessava mais. A minha intenção era trabalhar em pesquisa...”



Notícia sobre a I Reunião Espírito-Santense de Professores de História na Revista de História da USP. Fonte: Noticiário. I Reunião espírito-santense de professores de História. *Revista de História*, n. 34, p. 509-510, 1958.

prédio. Mas, quando a gente chegava numa escada, uma linda escada, que tinha um elevador... A gente vinha de uma grande caminhada pelas ruas... Era eu descer do elevador que tinha um encarregado de andar atrás de mim. Ele só não entrava na minha sala de aula, mas em compensação, entrava uma moça para recolher garrafas e ouvir o que a gente estava falando. Além do mais, eu dava aula de História Medieval no Ocidente e Eremildo de Medieval no Oriente. A minha nota era somada com a dele para aprovar ou reprovar aluno e ele perseguia os alunos que tinham uma tendência de esquerda... Eu dava nota boa e ele ruim. O que me salvou dele é que fui indicada por amigos da minha família que eram militares... Mas eu não era comunista também, eu era progressista, democrata e contra a repressão da ditadura, claro. Ele tinha receio de me atingir porque pensava que eu tinha alguma proteção dos militares, mas mesmo assim me transferiu para a área de História do Brasil, nunca tinha dado História do Brasil... Aí mudou a carreira e ele marcou um concurso. E, para efetivar, a gente tinha que fazer a prova... Dava pra fazer na área que a gente dava aula, mas me obrigou a fazer o concurso de Brasil. Claro que, como brasileira, eu tinha leitura em História do Brasil, mas eu não dava aula. Se eu resisti na UFRJ por muito tempo, foi por causa dos meus alunos.

BB: Algum aluno da senhora se destacou?

NS: Eu tive um aluno que foi o melhor aluno que eu tive na vida, Francisco Carlos Teixeira [da Silva]. Foi meu aluno em História Medieval e ficamos muito amigos. A gente tinha um grupo de estudos de Gramsci, participava outra professora do meu departamento, Philomena Gebran e o

Chico Carlos participava também. Quem participava desse grupo também era aquele correspondente da Globo, Jorge Pontual. Mas o Chico tem um trabalho sensacional, ele é criativo, se lança a pegar materiais que não são os mais usuais e trabalha isso com muita inteligência. Foi um grande aluno que eu tive.

BB: Voltando para o ES, como foi a entrada da senhora no Programa de Pós-Graduação em História na Ufes?

NS: Quando eu me aposentei no Rio e vim para cá foi porque eu sempre tive a ideia de passar a minha velhice em Vitória e aquela agitação não me interessava mais. A minha intenção era trabalhar em pesquisa, eu pensei em vir e trabalhar com pesquisa... Tentei chamar umas ex-alunas para pesquisarem, mas ninguém quis. Foi quando eu trabalhei com biografias, o *Donatários, Índios e Jesuítas* é dessa época e assim fui me envolvendo. Como no doutorado eu me aprofundi no estudo sobre a estrutura fundiária do Espírito Santo na Primeira República, passei a sentir falta de uma história política, porque o assunto terra no Brasil é reflexo de uma política. O assunto da terra também me interessou porque o Espírito Santo havia mudado muito, até tinha movimento de sem-terra... E então, em meio a isso, apareceram alguns ex-alunos do IFCS, o Gilvan, outros...

BB: O professor Antônio Gil estudou na UFRJ também...

NS: Ele mesmo, o Tom... Tinha outro que foi meu aluno no IFCS também, mas que saiu... Não me lembro do nome. Eles estavam montando um projeto de pós-graduação e precisavam de doutores, então me chamaram para participar das

"Eu sempre gostei de ser professora. O que eu levo de bom foi a convivência com os meus alunos, os que eu pude ter um pouco de influência para se tornarem pessoas melhores ou cidadãos..."

reuniões para criar o mestrado. E hoje está bem forte, né? Foi se formando gente aqui, foram estudar fora e começaram a modificar o curso de História. Hoje em dia é outra coisa, mas isso foi um longo processo. Teve uma fase dos primeiros professores formados precariamente e uma nova geração de gente que se formou aqui com uma formação melhor que se juntou com quem veio de fora. Mas eu trabalhei lá com um enorme prazer orientando alunos, porque eu adorava orientar. Era uma coisa perfeita e ótima, e que hoje, infelizmente eu não consigo mais.

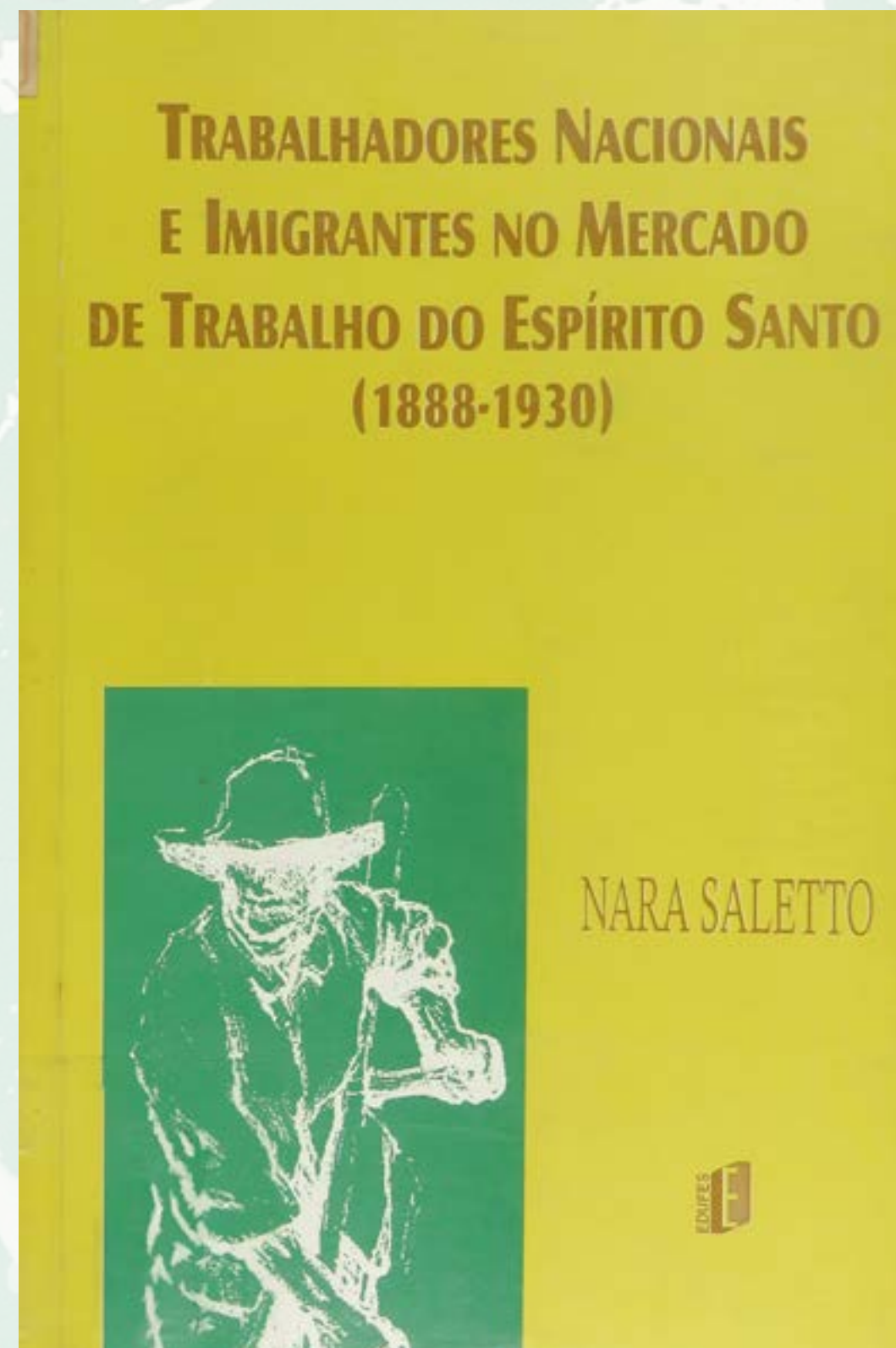
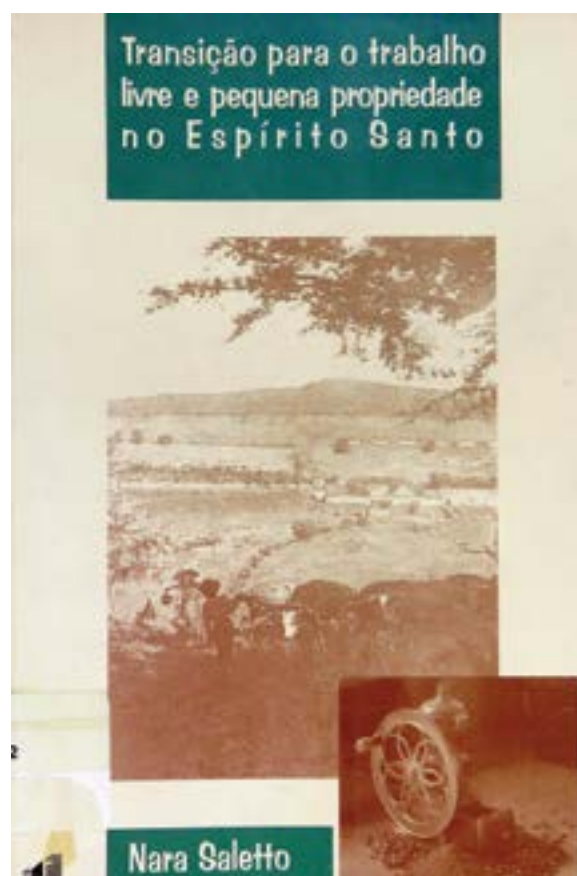
BN: Hoje em dia a senhora tem algum contato com o meio acadêmico?

NS: Falando a verdade, eu sempre fui muito informal, nunca fui muito subordinada às regras desse mundo acadêmico, minha época é outra. Eu fiz mestrado e doutorado porque eu gostava mesmo. E ao longo do tempo foi ficando mais rígido.

BB: Professora, foi um prazer conversarmos sobre a sua trajetória.

BN: E conhecer um pouco das mudanças da Universidade, pelo menos no Rio de Janeiro e Espírito Santo, no que diz respeito ao curso de História. Para encerrar, poderia fazer um balanço da sua carreira?

NS: Eu sempre gostei de ser professora. O que eu levo de bom foi a convivência com os meus alunos, os que eu pude ter um pouco de influência para se tornarem pessoas melhores ou cidadãos... É muito bom contribuir porque o aluno chega fraco, por exemplo no mestrado, e você o ajuda a crescer e chegar em outro patamar. Esse lado foi extremamente gratificante. E o que eu gostava era isso, orientar alunos.





ARTIGO

**RESISTÊNCIA E AÇÃO
POLÍTICA: OS ÍNDIOS
“MANSOS” DA ALDEIA DE
IRIRITIBA, ANCHIETA,
ES – BRASIL**

Sonia Missagia de Mattos

*Professora Doutora do Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.*

O princípio dos direitos indígenas às suas terras, embora sistematicamente desrespeitado, está na lei (...), mas para burlá-lo, inaugura-se um expediente utilizado até hoje: nega-se sua identidade aos índios. E se não há índios, tampouco há direitos.

Carneiro da Cunha

CARNEIRO DA CUNHA, M. O futuro da questão indígena. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a16.pdf>.

Resumo

Esta comunicação decorre de pesquisas sobre o aldeamento jesuítico de Iriritiba (contemporânea cidade de Anchieta, ES) e tem por base aportes teórico-metodológicos da Antropologia e da História. O desenvolvimento dessas pesquisas tem possibilitado detectar eventos de resistência e estratégias de intervenções políticas exercidas por indígenas daquela localidade, em defesa de suas terras. Estratégias essas que motivaram duas devassas (1742 e 1795) por parte da Coroa portuguesa. Tais eventos são aqui cotejados com a recente emergência, da Comunidade Tupiniquim da Chapada do Á como um grupo étnico, social e politicamente organizado. Um dos motivos que impulsionou esses indígenas a tomarem tal decisão foi a luta que empreenderam contra a implantação de um grande projeto de desenvolvimento econômico (Samarco/Vale), que os obrigariam a fazer uma migração forçada e deixar o território que tradicionalmente ocupavam. Foi constatado por meio de documentação por mim encontrada no Instituto Histórico Ultramarino (IHU), que o território hoje em questão, é parte do exato espaço pelo qual os indígenas lutavam no século XVIII.

Palavras-chave: Resistências indígenas; Aldeamento de Iriritiba; Anchieta, ES.

Abstract

This paper is the result of researches on the Jesuitical village of Iriritiba (nowadays known as the city of Anchieta, ES) themselves based on theoretical-methodological approaches of the Anthropology and History. The development of these researches enables us to take notice of events of resistance and strategies of political intervention leaded by the indigenous people of that area in favor of maintaining their territory. These strategies have motivated two inquests by the Portuguese Crown (1742 and 1795). These events are here compared with the recent emergence of Comunidade Tupiniquim da Chapa do A as an ethnical, social and politically organized group. One of the reasons that made the indigenous people to joint together around this community was the struggle they took part against the implementation of a great economy development program (Samarco/Vale), that would oblige them to forcefully migrate, therefore leaving the territory originally occupied by those populations. It was verified through documentation found at the Instituto Histórico Ultramarino (IHU) that the territory currently in dispute comprises of a part of the same lands the indigenous people fought over on the 18th century.

Keywords: Indigenous resistances; Iriritiba village; Anchieta, ES

Introdução

O município de Anchieta foi uma das primeiras regiões do Brasil onde foi implantada a colonização portuguesa.¹ Sua fundação é atribuída ao padre José de Anchieta² que, conforme Balestreiro (1979), esteve na Capitania do Espírito Santo, acompanhando Estácio de Sá, no ano de 1569. Nessa sua visita, ele estava encarregado de percorrer as novas aldeias e estabelecer outras para a catequese dos Goitacases, Puris, Tupiniquins e Aimorés. Segundo Daemon (1879), teria sido naquele ano que foram iniciadas as aldeias dos Reis Magos (hoje Nova Almeida); além de mais duas relativamente próximas: Guarapari e Iriritiba. A Aldeia de Iriritiba foi assim denominada por ter sido erigida junto ao rio do mesmo nome, cujo significado é “ostreira, ou ostral (MARTINS, 1941)” e deu origem à contemporânea cidade de Anchieta.

A Aldeia de Iriritiba foi estabelecida em um porto natural, ponto vulnerável da costa sul da Capitania do Espírito Santo. Devido a esse fato, ela recebeu um formato diferente do modelo urbanístico comum aos demais aldeamentos jesuíticos, pois o modelo comum a eles era haver no centro uma “grande praça circundada por choupanas e aberta por um dos lados, onde ficava localizada a Igreja” (REIS FILHO, 2002, p. 65). Na Aldeia de Iriritiba, a Igreja, a praça e as choupanas



Fig. 01 - Detalhe do Mapa da Aldeia de Iriritiba³

foram localizadas morro acima. Apenas posteriormente, os portugueses ocuparam o território situado abaixo da Igreja.

Nasci e vivi grande parte de minha vida em Anchieta. Aprendi a andar tropeçando em conchas de ostras que depois vim saber serem sambaquis. E, também, muitas vezes ia ao mangue pescar com meu pai e lembro-me dele parar o batelão perto de uma determinada pedra e dizer que os sulcos que havia nela era porque era ali que os índios afiavam suas flechas. No dia a dia

1 Agradeço à Dra. Izabel Missagia Mattos por sua cuidadosa leitura e sugestões.

2 Serafim Leite sj, afirma que, em Iriritiba, já havia um aldeamento anterior ao fundado por Padre Anchieta. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VI. *Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé*. RJ Imprensa Nacional. 1945.

3 AHU.CARTm.007.D.1050. Todos os documentos e Mapas do Arquivo Histórico Ultramarino (UHU) aqui citados foram localizados e coletados no ano de 2009 no qual realizei estudos de Pós-Doutoramento com financiamento da CAPES. Uma análise parcial deste rico patrimônio documental levantado por mim, em primeira mão sobre o atual município de Anchieta foi publicado na Revista *Habitus*. PucGoiás. Vol7, n.1/2 jan/dez 2009. p. 11 a 50. Parte desses documentos foram, também, utilizados para compor um Relatório solicitado pela FUNAI que denominei “Comunidade Tupiniquim da Chapada do Á: um estudo.

da minha infância a palavra “índio” era sempre mencionada, além de estarem sempre presentes certos fatos que remetiam à sua existência. Era comum a gente ouvir:

a Igreja foi feita pelos índios no tempo do padre Anchieta;” “os índios que moravam aqui eram mansos”; “aqui chamava Iiritiba porque era assim que os índios chamavam o rio Benevente;” “o Poço do Coimbra e o do Quitiba foram feitos pelos;” “não, não se pode comer verduras da horta dos padres. Lá era cemitério de índios;⁴

Por todos os lados, havia indícios da presença indígena no cotidiano ali vivido. Mas, ao mesmo tempo, toda a história era negada, era silenciada. Chegou mesmo a acontecer que um prefeito do município convidasse índios da Bahia para participar das festividades comemorativas em homenagem ao Padre Anchieta. Uma cidade repleta, mas ao mesmo tempo esvaziada, de memória.⁵ A busca de compreensão de motivos para tantos silêncios na história da cidade - e, nela, principalmente, a total ausência de referências aos indígenas, responsáveis por sua fundação – tornou-se, para mim, uma busca existencial. ⁶Hoje sei que se não os via era porque buscava uma imagem estereotipada de índios, aquela com características do século XVI. Foi só após muito tempo que acabei por encontrá-los e compreender o

processo de sua invisibilização na história que aprendíamos.

Encontro com os índios de ontem

Passados muitos anos eu os encontrei e muito aprendi com os índios que, no passado, moravam em Anchieta. Deparei-me com eles lá em Lisboa, no Arquivo Histórico Ultramarino (UHU). Foi, para mim, uma grande emoção localizar naquele arquivo os autos de duas devassas que foram mandadas tirar devido a sublevações que haviam ocorrido na Aldeia de Iiritiba. Há que se ressaltar que essas devassas estão marcadas por contextos que podem parecer separados, mas fazem parte de uma conjuntura comum - a expulsão dos jesuítas da América Portuguesa e a implementação das regulamentações pombalinas para a reorientação da política econômica portuguesa. Uma dessas devassas teve início no ano de 1742 e a outra em 1795.⁷

Os manuscritos dos Oitocentos foram de difícil leitura e tradução, mas ao mesmo tempo instigantes. Os fatos neles relatados eram partes de um quebra-cabeça que sempre tentei montar e traziam dados muito importantes para a história do município de Anchieta. Causou surpresa ler

7 Conforme Maciel e Shigunov Neto, “a análise da expulsão da Companhia de Jesus deve ser compreendida enquanto um processo mais amplo, e que envolve questões de cunho político, ideológico e econômico. E, portanto, que não foi específico de Portugal, pois foi observado em outros países da Europa, como por exemplo, na Espanha.” MACIEL, Lizete S. B. e SHIGUNOV NETO, A. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. In *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR. <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>.

naquelas páginas que as localidades onde os fatos haviam ocorrido e aquelas onde moravam os índios que prestavam depoimentos naqueles autos ainda guardavam os mesmos nomes: Maimbá, Iriri, Tabua, Monte Urubu, Jabaquara, Piúma, Arerá. Como nativa, de imediato esses nomes se encaixaram em meu mapa mental. Garaputanga e Sipitandiba só consegui descobrir em pesquisas de campo. Por meio do relato de uma série de situações vividas pelos índios naquele cotidiano, pude constatar que na Aldeia de Iiritiba, muitas vezes os índios que ouvíamos dizer serem “mansos” muito reagiram à falta de liberdade, ao excesso de trabalhos deles exigidos, à arbitrariedade dos tratamentos que recebiam e ao esbulho de seus territórios. Essas são queixas que perpassam todos os relatos registrados na documentação que encontrei no AHU e que move a luta atual dos indígenas daquele local. E, que não diferem das situações pelas quais passam a grande maioria das populações indígenas brasileiras ainda nos dias de hoje. As narrativas contidas naqueles autos de devassa não apenas nos trazem conhecimentos sobre situações vividas e ações realizadas pelos indígenas em tempos passados, como também nos possibilitam cotejar acontecimentos contemporâneos. Por meio de narrativas bem próximas aos documentos trago aqui minha tentativa de remontar os acontecimentos mencionados. Início com autos provenientes da devassa ocorrida devido à sublevação de 1742.⁸

8 Todos os nomes, datas e locais citados foram mantidos como constam nos autos e nas correspondências oficiais relativas às duas sublevações citadas.

A primeira devassa- revolta de 1742

Os autos dessa devassa trazem a seguinte informação. No dia 29 de setembro de 1742, terminada a procissão de São Miguel, o índio Fernando da Silva foi repreendido pelo noviço Manuel Alves que alegava seu comportamento inconveniente na cerimônia. Por ter revidado, o índio foi por ele agredido e afastado da Aldeia. A população aldeada se indignou. O Provincial da Companhia, ao saber do descontentamento que reinava em Iiritiba, retirou dali os padres Nicolau Rodrigues e Manuel Leão que então dirigiam a Missão, substituindo-os por outros da residência dos Goitacazes: Francisco de Lima e Pedro Reinoso. Recebidos pelos indígenas com hostilidade, eles foram obrigados a retornar.

Por essa ocasião, vivia em Guarapari, aldeia vizinha a Iiritiba, o Cônego Antônio Siqueira de Quental. Este passou a intermediar o conflito, conseguindo o regresso dos missionários, sob a promessa de que os índios não seriam mais castigados. Os índios, aparentemente mostraram-se de acordo. Mas, parte deles procurou o apoio do Ouvidor-Corregedor da Capitania do Espírito Santo Dr. Paschoal Ferreira de Veras. Este se encontrava na Vila de São Salvador, Capitania da Paraíba do Sul, então sob sua jurisdição. Ao mesmo tempo, os padres designados como substitutos que haviam sido impedidos de entrar na Aldeia foram bem recebidos ao retornarem a Iiritiba, em 25 de Janeiro de 1743. No dia seguinte, estavam os padres na Igreja quando os índios que haviam ido ao Goitacazes retornaram. E, chefiados pelo índio Manuel Lobato, além de também, escoltados por outros, os três índios entraram na Igreja. Manuel Lobato declarou que o Ouvidor o

4 Narrativa de diversos moradores.

5 MATTOS, Sônia Missagia. *Anchieta: nosso patrimônio*. Goiânia (GO): Editora da UCG. 2004.

6 Há um vazio historiográfico relativo à costa sul do estado do Espírito Santo. Só recentemente a região começou a receber atenção como objeto de estudos acadêmicos.

havia provido como Capitão e que trazia consigo ordem para expulsar os Padres da Aldeia, mesmo que fossem o Provincial ou o Visitador.

Não reconhecendo autoridade no Capitão Lobato, que negava mostrar-lhe seu provimento, o Padre Lima mandou prender-lhe e quebrou-lhe o bastão. Logo seus cunhados e outros índios rebeldes vieram ao seu socorro, travando uma luta contra os escravos dos padres, vencendo-os. Mas, no embate morreram os índios Inácio e Manuel Lopes de Oliveira. Florentino e Bruno, irmãos das vítimas, conseguiram fugir. João Lopes, também irmão, foi preso juntamente com outros índios que haviam tomado partido de Manoel Lobato, dentre eles estavam João Dias e Inácio da Silva Figueiredo. A repercussão desses fatos foi muito grande e dentro de pouco toda a Aldeia se rebelou. A casa das provisões foi assaltada e todos os gêneros lá encontrados foram distribuídos entre os revoltosos. Logo após, Manuel Lopes, que teve dois filhos assassinados, dois obrigados a fugirem e outro preso, abandonou a Aldeia de Irititiba.

Segundo Cláudio Antônio índio natural de Irititiba, Manuel Lopes, pai das vítimas se passou com sua família e índios que o quiseram acompanhar para uma paragem chamada Orobó e a Nova Aldeia sempre esteve em rixa com a de Irititiba. (LAMEGO, 1925.LIII,p. 70).⁹

9 Localizei o relato dos primeiros acontecimentos que fizeram irromper essa sublevação no livro LAMEGO, Alberto. *A Terra Goytacá à luz de Documentos inéditos*. Paris. L'Edition D'Art. 1920. Para elaborá-lo, o autor teve por base informações por ele colhidas no Arquivo da Marinha e Ultramar, Lisboa. Utilizo-o, completando lacunas da documentação identificada, uma vez que o conteúdo que ele

Os padres que haviam sido expulsos da Aldeia e colocados em uma Sumaca que partia para os Goitacazes, escreveram ao Reitor Provincial do Colégio Santiago em Vitória, relatando-lhe os acontecimentos. Este requereu ao Capitão Mor da Capitania, Domingos de Morais Álvaro, o auxílio da Junta das Missões que iria ser realizada em Vitória no próximo dia 28. Na reunião da Junta foi acordado que fosse mandado Oficial para auxiliar a Infantaria, a ordenança e mais recursos para proceder à captura dos cabeças da sublevação e serem os padres depostos restituídos à Missão. Mas, como o Provincial viajou para o Rio de Janeiro logo depois, o Ouvidor Domingos Moraes Navarro não deu prosseguimento ao acordo estabelecido. Padre Júlio França, Reitor da Companhia no Colégio Santiago, afirmou ter ele próprio ido duas vezes à casa do Ouvidor requerer a execução do que fora acordado. Como nenhuma providência fora tomada, sendo que a sublevação se agravava, o Reitor noticiou os fatos, por meio de uma carta, diretamente ao Rei.¹⁰Ao fazer o encaminhamento da mesma, o Conde de Galveas¹¹relata que Paschoal Ferreira de Veras, o Capitão Mor da Capitania do Espírito Santo, não servia para outra coisa que não para opressão dos povos e ruína dos vassalos e que ele havia sido a grande causa para a sublevação daqueles Índios. Justificava dizendo que o mesmo Capitão estava servindo e referindo os requerimentos dos indígenas com despachos favoráveis

cita é pertinente com os dados das pesquisas que realizei no AHU.

10 CT:AHU-ACL-CU-005- 01, doc. 239.

11 Trata-se do vice-rei e capitão-geral do Brasil Conde das Galvêas, André de Melo e Castro.

e orientando-os a registrá-los nas Câmaras de suas Comarcas. Dizia ainda o Conde de Galveas que o Capitão cobria os índios,

com um seguro que lhes dava, em nome de Vossa Magestade, para irem a Sua presença, nomeando como dizem algumas testemunhas/ procurador para que falassem e requeressem nas suas dependências das desordens que deixo referidas tendo muito mais para temer as que logo vem a seguir porque se continuar a sublevação de Índios da Aldeia de Irititiba/ lugar digno de memória por ser o mesmo em que morreu o Padre José de Anchieta, facilimamente se poderá comunicar o contágio às Aldeias dos Reis Magos e dali estender-se a Cabo Frio ; aldeias todas numerosas (...) que sempre se conservaram em temor foram, e são ainda hoje, os antemuros do gentio bárbaro (...) e se sucedesse continuar a sublevação e que para sustentarem, temerosos do castigo se unissem com aqueles bárbaros, experimentaríamos outra guerra, ainda mais arriscada do que a dos Palmares em Pernambuco.¹²

Dando sequência ao processo, o Conselho Ultramarino emitiu o parecer de que fosse tirada uma “*exatíssima devassa*” e que para esse fim fossem nomeados ministro e escrivão. Como ministro foi enviado do Rio de Janeiro para Irititiba, o Bacharel João Álvares Simões. Em carta enviada ao Rei D. João V, o Padre Manoel de Siqueira diz

12 CT:AHU-ACL-CU-005-01 anexo ao doc. 239. Encaminhamento ao Rei, da Carta de Padre Júlio França, feito Conde de Galveas. Bahia, 31 de Maio de 1744. Destaque feito por mim.

que os rebeldes foram pacificados, mas que ministro, alegando não ter ordens para tal,

...não puniu nem exterminou (...) os primeiros moveis desta sublevação que são um mulato por nome José de Ramos, soldado desertor da Bahia que vive refugiado na Aldeia de Guarulhos, da administração do Capitão Mor Goitacazes e junto com estes os moradores da Vila de Itapemirim vizinha à mesma Aldeia sublevada (...); É que tendo o Ministro a sua diligência por acabada, para eles, como estavam certos, que não a haviam de tornar, zombaram de todas as cautelas e providências que ele havia deixado para a conservação depois, rebelando-se outra vez os Índios já justificados e voltando para o mesmo lugar em que dantes estavam os cabeças com manifesto desprezo da justiça de Vossa Majestade (...) e se por algum motivo os índios da Aldeia de Irititiba e mesmo das Aldeias vizinhas fossem repreendidos por algo tinham a confiança de lembrar aos seus missionários o sucesso de Reriritiba.¹³

O documento relata ainda que os padres passaram a viver sempre sobressaltados, pois os índios que formaram a Aldeia de Orobó mantiveram-se em constante luta com os de Irititiba. E que, devido à distância entre as Aldeias não che-

13 CT:AHU-ACL-CU-005, doc. 253 - 1746, Fevereiro 15, Lisboa. CONSULTA do Governo Ultramarino ao Rei D. João V sobre o pedido de Padre Manuel de Siqueira para mandar devassar a sublevação dos Índios da Aldeia de Rerititiba. A Aldeia de Irititiba também é conhecida como Rerirititiba, Rerititiba ou Reritigba, segundo o Dicionário de Milliet de Saint-Adolphe, essas eram denominações usadas pelos Jesuítas.

gar *a duas léguas*¹⁴ os revoltosos não cessavam de provocar aos obedientes (aldeados) com ciladas, roubos e outras insolências¹⁵. Segundo documentos pesquisados por Lamego (LAMEGO, 1925.) para se defender de possíveis ataques, o Padre Belchior mandou buscar em Vitória duas peças de artilharia que foram colocadas uma junto à porta da Igreja, com a boca voltada para a parte de cima, e a outra mais baixa, com a boca voltada para o caminho que vinha do mar para a Aldeia. Não vendo o problema solucionado, o Padre Júlio França remeteu um Ofício ao Conde de Galveas, relatando-lhe os fatos. Este ao reencaminhar o mesmo ao Rei, salienta a necessidade de que fosse feita uma nova devassa na Aldeia de Irititaba. O Conselho Ultramarino, então, sugere ao rei que mandasse sanar as Capitânicas dos Goitacazes e do Espírito Santo para reduzir as Aldeias de que se trata a pacificação¹⁶. A nova devassa não foi realizada por dificuldades de se encontrar um Ministro na Relação da Bahia que se encarregasse dessa diligência.

Os índios não desistiram. Em 1750, os conflitos ainda persistiam e quando o Visitador Geral do Bispado tentou aproximar-se deles, aguardaram-no armados. Logo, o Ouvidor Geral da capitania, Bernardino Falcão de Gouveia remeteu ao rei de Portugal uma carta solicitando que fosse exterminado da Comarca o índio Manuel Lopes e seus filhos considerados os principais cabeças da separação e ruína que se vivia em Irititaba.

14 Cada légua à época tinha um valor aproximado de 5.000 metros. Conforme http://pt.wikipedia.org/wiki/An-tigas_unidades_de_medida_portuguesas.

15 CT:AHU-ACL-CU-005, doc. 253

16 CT:AHU-ACL-CU-005, doc. 253

Os colonizadores temiam a possibilidade de uma guerra dos indígenas contra eles. Na Capitania do Espírito Santo, o medo se agravava devido à grande população indígena ali concentrada. A Aldeia de Irititaba era a maior e a mais populosa da costa. Segundo Saint Hilaire, “nos tempos dos Jesuítas havia em Reriritiba ou Benavente e entorno uma população de 12.000 indígenas” (SAINT-HILAIRE, 1833. p. 175). Havia ainda na Capitania do Espírito Santo outra Aldeia muito populosa - Reis Magos e muitas outras menores. Sob a mesma jurisdição estava também a Aldeia de São Pedro, situada na Capitania da Paraíba do Sul (Goitacazes) que, por mar, distava poucas léguas de Irititaba. Os índios dessas aldeias mantinham um estreito contato, pois participavam juntos de longas jornadas de trabalho. Isso ocorria, principalmente, quando destacados para fazer frente a inimigos de Portugal (franceses, holandeses, “gentio selvagem”) ou quando requisitados para diferentes tipos de trabalhos de interesse da Coroa.

Tempo intermediário

Há um hiato de tempo entre as duas devassas. Nesse ínterim Portugal reorientou sua política econômica o que acarretou novos direcionamentos nos modos de vida e nas ações dos indígenas. Embora pressionados, contando com uma legislação dúbia e administradores corruptos, os índios de Irititaba muito lutaram, desenvolvendo estratégias de ação para serem ouvidos e sempre denunciando o esbulho de suas terras e as formas como eram tratados.

Na segunda metade do século XVII, o

cenário das Aldeias passou por um grande processo de transformação devido às medidas político-administrativas tomadas por D. José I, rei de Portugal, assessorado por Marquês de Pombal, seu Secretário de Estado. Uma nova Regulamentação passou a gerir as Aldeias: o Diretório dos Índios. Nesse mesmo contexto a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil. Após a expulsão dos jesuítas, muitos índios abandonaram as Aldeias por eles administradas. Estas passaram à condição de vila ou de lugares a serem geridos por um diretor laico. Já as Missões jesuíticas foram exterminadas ao serem constituídas em Paróquias, com o título de Vigárias. Ao serem transformadas em Vila, as terras das Aldeias deveriam ser distribuídas pelos Índios que nela habitavam. Era o que determinavam Provisões como a de 08 de Maio de 1758. Vejamos:

El Rey faço saber a vós Manuel Estevão de Vascellos Barberino, que (...) nos sertões e Aldeias de índios que novamente (mando) se devem erigir em Vilas e lugares com Vigárias providas na forma de minhas ordens em clérigo seculares, depois de estabeleceres a casa da residência do Vigário, com seus competentes passaes, (...) repartireis as terras, que restarem, pelos índios habitantes das referidas Vilas e lugares¹⁷.

A determinação de que as terras das Aldeias, adjacentes às povoações indígenas, deveriam pertencer aos índios quando as mesmas fossem transformadas em Vilas, e que os mesmos deveriam ter acesso aos rios, ao mar e às ter-

17 A atribuição dessas categorias, dependia da quantidade de habitantes.

ras adjacentes às suas Povoações foi mantida no art. 48 do Diretório dos Índios. Mas, na Vila Nova de Benavente, os sesmeiros, cujas terras estavam situadas próximas a esses lugares, apropriavam-se também das praias e locais de pescarias, impedindo os índios de exercerem suas principais atividades de subsistência¹⁸.

Com base nas documentações coletadas, vemos que nas imediações da Aldeia de Irititaba, os não-indígenas estabelecidos em pequenas posses sem aforamento da Câmara, eram poucos, em geral pobres e tinham uma boa convivência com os índios. Com a transformação das Aldeias em Vilas e a implantação das novas diretrizes, que legalizavam a entrada de grandes sesmeiros nos territórios, outro tipo de relação se instala. A nova legislação, dentre outras determinações, de modo simultâneo, “promovia” os índios da condição de tutelados à de vassalos da Coroa Portuguesa e introduzia a presença de um Diretor e criava nas vilas de índios uma Câmara. Ou seja, criava todo um aparelho burocrático dotado de corpo jurídico e de fiscalização, mas incentivava a doação de sesmarias sobre suas terras. Através dos documentos vemos que grande parte dos indígenas e dos não indígenas (luso-brasileiros) que ali viviam não aceitava a nova legislação, pois viam sua sobrevivência ameaçada. Muitas dessas sesmarias vinham da Bahia e eram aprovadas de modo corrupto pela Câmara de Benavente.

Novaes e Arruda nos ajudam a compreender o contexto da intensificação das lutas

18 CT:AHU-ACL-CU-005,01-doc. 473. Ofício do Governador da Capitania do Espírito Santo ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar.12/01/1802.

pela defesa de suas terras que os índios passaram a viver. Com as medidas implementadas pela política pombalina, após os anos 50 do século XVIII e devido à redução das exportações do ouro da colônia, estabeleceu-se um novo padrão de colonização nas relações entre Portugal e o Brasil. A indústria, a agricultura e o comércio foram objetos da ação governamental. Dentre esses, em particular, os resultados da agricultura se fizeram sentir no espaço colonial. O ouro havia ficado escasso, mas o algodão, os couros, o tabaco, o arroz, o cacau, o café, as drogas do sertão, e também o açúcar - apesar de ter havido diminuição na produção - ocuparam um lugar fundamental entre a Metrópole e a Colônia. A revitalização das atividades industriais em Portugal passava pela intensificação e diversificação da produção agrícola da colônia, pois o desenvolvimento das indústrias lá na Metrópole necessitava ser alimentado com matérias-primas provenientes da agricultura daqui¹⁹. Para conseguir êxito em seus projetos, Portugal necessitava de terras, de terras próprias para a agricultura. Terras que lhe garantisse, além de matérias-primas para a indústria e alimentos para a população, que lhe rendesse muitos Dízimos. Os indígenas de Irititaba estavam localizados em excelentes solos agricultáveis.

19 NOVAIS F. e ARRUDA, J. J. Andrade. Prometeus e Atlantes na forja da Nação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 2 (21), p. 225-243, 226 jul./dez. 2003. pp. 230/231.

A segunda devassa - ano de 1795

“para ser justo e de razão um corpo não pode ser duas pessoas”²⁰.

A segunda devassa foi iniciada no ano de 1795. Documentos nos permitem constatar que várias tentativas foram feitas pelos índios para obter êxito nas suas investidas, contra o esbulho de suas terras, chegando mesmo a nomear e a enviar Procuradores à Corte. É o caso, por exemplo, de uma Representação feita por eles e que está reproduzida abaixo. Embora não datada e iniciando com o pronome de tratamento Senhor, provavelmente foi dirigida à Rainha D. Maria I, pois nela os índios requerem auxílios que argumentam ser-lhes permitidos pelas Leis do Senhor D. José I *que em Glorias descansa*. Ouçamos.

Senhor, Os moradores da Vila Nova de Benavente Capitania da Bahia representaram a Vossa Majestade por seus procuradores Antônio de Sá e Francisco Dias que certas pessoas pretendiam que se lhes dessem sesmarias de algumas terras que pelos Augustos predecessores de Vossa Majestade foram dadas aos suplicantes a fim de as cultivarem no que querem continuar concorrendo com seus trabalhos para serem úteis ao Estado. E porque até agora não foram deferidas, talvez porque os seus Procuradores não puderam promover os seus requerimentos pelo motivo de serem presos para a equipagem da Fragata Tritão, aonde presentemente se acham, recorrem a Vossa Majestade que se digne condoer-se da opressão que fazem dos

20 CT:AHU-ACL-CU-005-01. doc anexo ao doc. 18226.

suplicantes, e ordenar que não sejam expulsos de suas terras porque presentemente **já não são gentios, mas sim observadores da verdadeira religião desta Câmara**,²¹ e não pode ser da pia intenção de Vossa Majestade que se eles requerendo os auxílios que lhes estão permitidos pelas Leis do Senhor D. José I que em Glorias descansa e tanto esperam da Real Piedade de Vossa Majestade.²²

Na sublevação que culminou com o estabelecimento da segunda devassa, utilizando-se dos meios burocráticos dos portugueses, nova Representação à Rainha de Portugal foi por eles entregue. Como veremos, é na condição de *vassalos e observadores da verdadeira religião* daquela Câmara que os índios expõem o esbulho sobre suas agricultáveis terras. Assim, declarando-se súditos da Coroa e enfatizando que um corpo não podia ser duas pessoas, descrevem os limites de suas terras, denunciam expropriações, maus tratos, precariedades de toda ordem e excesso de trabalho nos destacamentos. Apontam ainda para corrupção e desvios dos Dízimos Reais por aquela Câmara, citando nominalmente os desviantes. Vamos ler na íntegra o que relatam:

Soberana Senhora, aos Reais pés de Vossa Majestade se portam os Índios e mais moradores da Vila Nova de Benavente da Comarca do Espírito Santo, pedindo a Vossa Real Majestade que como lhe é comum, tenha por bem, por os seus

21 Destaques feitos por mim.

22 CT:AHU-ACL-CU-005-01. doc anexo ao doc. 18226. Solicitação ao Ouvidor da Comarca da Capitania do Espírito Santo para dar as informações necessárias, na conformidade das Leis. Bahia, 21 de Dezembro de 1795.

reais olhos nestes seus pobres vassalos, pois esperam que Vossa Real Majestade lhes favoreça e lhes distribua justiça na forma que os vassalos de Vossa Real Majestade o requerem que é o seguinte: somos moradores próximos da mesma Vila de Benavente, dentro dos marcos da mesma Vila, de o lugar chamado Maymba, que compreende desde o mesmo lugar até o mesmo do Iriri, mais de sete léguas de terra; todas estas se acham cheias de sítios em que moram mais de 400 pessoas, tanto casados com casas de vivenda, família, agricultura, plantações, de legumes, serrarias e de que pagam de tudo o direito a Vossa Real Majestade; há também muitas pessoas solteiras que nas mesmas terras trabalham e pagam também os mesmos direitos naqueles lugares e, dentro das ditas sete léguas que de uma parte a outra tem de circunferência; estão de posse os mesmos moradores, pacificamente, há mais de 40 anos por ali e sem ante possuidores, sem serem estorvados nem impedidos de portugueses alguns porque naquele tempo se não consentia por ali aforarem as terras dos Índios conforme os Decretos das Majestades em que mandavam que as terras dos Índios não se aforavam a Portugueses; mas antes estes Decretos se achavam cumpridos pelo Ministro Paschoal Ferreira Deveras que foi Ministro de Vara (ilegível) que veio ao Brasil; depois o Dr. Mathias Nunes, José Macedo, e o Dr. Bernardino (...ilegível) de Gouveia, Francisco Salles Ribeiro, que foi o que erigiu a mesma Vila de Benavente, o Dr. Coutinho Guimarães e também Manoel Santos da Silva e por mais outros Ouvidores, senhores destes, cumprindo em tudo os ditos Direitos; e também na mesma condição é que no Livro do Tombo que fez o pri-

meiro Ministro Paschoal Ferreira Deveras, há mais de sessenta anos por ser o Procurador da Comarca, mandando observar tanto na Vila de Benavente quanto na Vila dos Reis Magos que agora é Vila por ereção do mesmo Dr. Salles, por ordem que teve da Majestade do Sr. Rei D. João V, de gloriosa memória, cujos preceitos, ainda até o presente tem sido observado na Vila Nova de Almeida, em se não consentir Portugueses aforados com sítios, casas construídos nas terras dos Índios daquela Vila, exceto se algum se quiser casar com Nacional de terra; e na mesma Benavente até agora se observou até o tempo que foi Ouvidor o mencionado Ministro (ilegível); e agora se tem introduzido tanta aviação nos portugueses tanto brancos e pardos e de outras nações por haverem aforado a Câmara da mesma Benavente, terras por mandado de um Domingos Pereira Portela que é Governador dos Direitos do Índios por consentimento; outrossim do ouvidor que agora serve e é chamado José Pinto Ribeiro, que tem os mesmos Portugueses tomado posse à terra dos mesmos Índios e não tem mais onde possam trabalhar para o sustento de suas famílias por os ditos portugueses lhes terem tomado com medições feitas com dolo e malícia, fincando marcos e entrando por partes que impedem os Índios a não prosseguirem adiante por estarem impedidos dos ditos Portugueses; por estarem estes estabelecendo sítios para erigir fazendas e engenhos de fábricas de açúcar assim que nunca se praticou naqueles lugares só a fim de quererem perturbarem os ditos Índios que há tantos anos estavam na sua tranquilidade e sossego; como também estamos expostos para tudo quanto é do serviço de Sua Real Majestade, já serrando

madeiras pelos sertões para carretas daquelas da guarnição e dos serviços das suas Fortalezas, prontos para os destacamentos de entrar nos sertões chamados Icoanha e Santa Maria, expostos a morrerem nas mãos do Gentio Bárbaro e outros mais serviços que a cada instante estão removendo os ditos Índios para largarem suas casas, mulheres e filhos para tudo cumprirem exatamente. E ainda a poder de despesas dos ditos Índios e **os Portugueses, descansados, sem trabalho algum somente cuidando, indagarem modos de porem os ditos Índios em pobreza**; tanto assim que, os pobres, alguma camisa que tem levam para os ditos destacamentos e não são munidos de outras e os mantimentos muito diminutos que não chegam para o sustento dos suplicantes e de suas famílias; enquanto também não podem resistir com tanto trabalho, pois **para ser justo e de razão um corpo não pode ser duas pessoas**. E todos os que aqui referentes porão seus nomes, nos pomos aos Venerandos e Reais Pés de Vossa Majestade pedindo nos ampare e nos patrone e nos dê seu Real auxílio; que não possam os Portugueses tomarem as nossas terras e nem os Magistrados da Comarca da capitania mandar que se lhes entregue aos Portugueses; pois os Índios tem afirmado que possuem nesta Vila de Benavente desde a compreensão dos ditos marcos eles o tem deles, que é do mencionado Maymbá até o referido Iriry, onde todos estão compreendidos e dentro de outros dimensionados marcos, como são os queixosos aqui nomeados²³ (...) todos casados e moradores, mais moradores que aqui se não mencionam por mo-

²³ Citam 34 famílias.

rarem muito distantes da circunferências das ditas léguas que se compreendem de marco a marco; e os mesmos **seguros estão também como voz do Povo costume antigo também faz Lei; os Jesuítas que criaram as ditas aldeias que agora são Vilas nunca consentiram Portugueses alguns nelas aforados e nem dadas as ditas terras por sesmarias como ainda se pratica na Nova Almeida**. Ainda que o Capitão Mor e Governador dessa Capitania, espontaneamente quiser aforar terras aos moradores do Rio Carahyipa²⁴ (...) e da Freguesia, ou de outros lugares por compreender que tinha por entrepostas pessoas, porém nunca podem conseguir ainda nesta observando o ato represente. Nestes termos recorrem os Suplicantes, miseráveis muito pobres e falando com todo muito devido respeito e toda devida admiração; a Vossa Soberana Majestade, tenha por bem de conceder a seus muito, em tudo, vassalos o que pedem neste memorial, pois isto é a afirmação da verdade, para o que vão assinados: o Juiz Ordinário Antônio Francisco, com procuração deles, Inácio Lemos. Tenho mais que requerer a Vossa Real Majestade que o Capitão Mor e Governador da capitania manda a ficarmos a nós Índios, Índios nós senhores de nossas ações - sermos livres dos nomes do cativo só para nos mandar trabalhar em partes imundas ou onde lhe quer esse ou por pititórios de seus amigos para fazer umas roças nas suas fazendas e o pagamento que dão aos ditos Índios quando lhes pedem os jornais é chamar cabocollo,²⁵ pancadas e destacamentos e serras para a sua conveniência. Vos-

²⁴ Rio localizado no sul da Bahia.

²⁵ Tratamento pejorativo e proibido pelo Diretório.

sa Majestade atende (...) como Mãe aos vossos pobres filhos com Piedade (...) de Justiça. 17 de Outubro de 1795. A Representação é assinada pelos seguintes índios: Marcelino Francisco Lobato (Juiz Ordinário); Antônio Francisco (Vereador); e José Lobato Gonçalves (Vereador).

PS. Para mais provas do que expusemos a Vossa Real Majestade aproveitamos o requerimento junto para Vossa Real Majestade ver a malícia do Escrivão Diretor da mesma Vila de Benavente, por ser inimigo capital dos Índios não quis dar cumprimento do pacto do Ouvidor da Comarca do Espírito Santo que junto se acham e que vive coligado com Domingos Vaz que servia de Juiz Ordinário e que vão metade para o escrivão e metade para o Juiz Ordinário. O mesmo conselho deram Francisco Xavier Pinto Saraiva, Marciano Pereira, José da Silva Pereira, Antonio de Oliveira, por todos estes são opostos os Índios a terem lavourano dito lugar.²⁶

Muitas análises da situação vivida na Vila de Benavente, por essa ocasião podem ser feitas através da Representação acima. Nela podemos encontrar, por exemplo, o teor de vários artigos do Diretório dos Índios e ver que aqueles índios aprenderam a tentar utilizá-lo a seu favor, apesar da dubiedade dos mesmos. Ultrapassando muitas dificuldades, na tentativa frustrada de serem ouvidos na capitania da Bahia, os índios conseguiram chegar a Portugal e entregar a Representação à Rainha Dona Maria I que ordenou que a justiça fosse feita. Mas, os artigos do Diretório eram dúbios. Embora afirmassem a

²⁶ CT:AHU-ACL-CU-005- 01 – doc. 18.206.

liberdade dos índios e seus direitos, deixavam sempre margem para interpretações e ações que iam contra o interesse dos mesmos. Se, por um lado, era afirmado que eles deveriam ser privilegiados por serem os primeiros e verdadeiros donos da terra, por outro o interesse político e econômico falava sempre mais alto nessas disputas. Sesmarias dentro das “terras inalienáveis” continuaram a ser doadas como favores a pares políticos, com a justificativa de que elas geravam mais dízimos para a Coroa. Não causa surpresa, no caso da Representação acima, que a decisão jurídica tenha pesado mais para o lado de quem economicamente rendia mais aos interesses de Portugal. O “*post-scriptum*” por eles redigido, mais que a colocação de algo do qual haviam esquecido, evidencia o desvio dos dízimos e nomeia quem os desviava. Devido a essa Representação foi tirada ali uma devassa. Embora legalmente fossem equiparados aos cidadãos brancos, na prática os tratamentos a eles dispensados eram outros tornando suas reivindicações disputas entre desiguais. Mas, nessas disputas conseguiam mostrar que tinham ciência de seus direitos. Na solicitação feita pelo Vice-Rei para que o Ouvidor da Capitania do Espírito Santo tomasse testemunhas da referida Representação está posto de forma bem clara que os índios de Iritiba eram senhores das ditas terras com inteira proibição de não lhe serem tomadas contra a sua vontade, ainda no caso de que estivessem anteriormente dadas de sesmarias.

Foi encaminhada ao Ouvidor da Vila de Benavente a ordem para que uma devassa fosse tirada e o mesmo procedeu para o cumprimento do que lhe foi mandado. Analisando os depoimentos das testemunhas, vê-se que quase todas

repetem os problemas antes apontados, incidindo em incongruências muito pouco significativas. Nesse processo foram ouvidas vinte testemunhas sendo várias delas moradoras do lugar chamado Garaputanga que agora sabemos ser a Chapada do Á. Transponho aqui excertos de dois desses depoimentos, destacando que os mesmos trazem muitas informações sobre os fatos que denunciam e informações que nos possibilitarem identificar os lugares daquela Vila de Índios.

O primeiro índio a ser chamado a depor foi Marcelino Lobato. Foi muito inquirido no sentido de provar não ser ele o mesmo índio Marcelino Francisco Lobato – Juiz Ordinário que assinara a Representação enviada à Rainha. Em seu depoimento, Marcelino Lobato se declara homem de Nação Índia, morador da Vila de Benavente, que residia e trabalhava no sítio e porto de Garaputanga. Ele testemunha que sempre viu que a Câmara da Vila aforava a vários Portugueses, tanto brancos como pardos, sítios pertencentes às terras daquela Vila que se achavam devolutas sem causar prejuízo a terceiros e que esses foreiros em nada incomodavam aos nacionais. Porém afirma que em tempos mais recentes a mesma Câmara tem aforado terras a vários Portugueses, e que outras sesmarias estavam sendo aforadas também para os mesmos portugueses da Cidade da Bahia. Disse ainda que sabia, pelo ver e presenciar, que no porto de Garaputanga, onde ele reside, há um pardo que tem feito muito mal aos seus vizinhos

como fez a ele testemunha, residente ali há muitos anos, e sendo nacional; e outrossim sabe pelo ver e presenciar que do dito lugar de Garaputanga até Monte Urubu, onde está situado

Antônio Salgado dos Santos, por sesmaria vindo da Bahia, e no dito sítio havia vários Índios com suas casas a quem o dito Salgado prejudica, e não podem fazer fábricas (...) e tem já alguns próximos do dito Salgado que perderam os seus sítios ou os deixaram; e que é também verdade que eles Índios vão para o destacamento de Santa Maria (...) para ganhar a vida, para passar aqueles tempos cujos destacamentos ouviu ele testemunha ser postos da Cidade da Bahia (...) ²⁷.

O segundo a depor foi o índio Francisco Luís das Chagas. Ele se identifica como Índio Nacional. Sobre o conteúdo da representação que fizeram a Sua Majestade diz que o que sabe pelo ver, conhecer e lembrar é que recentemente Antônio Salgado dos Santos recebeu da Cidade da Bahia uma sesmaria de terras que se estendia desde o porto de Garaputanga até o Monte Urubu e dali até Jabaquara. Fala que o referido sesmeiro tomou posse de terras que já eram habitadas por nacionais aos quais prejudicava, inclusive deixando seu gado à solta. Testemunhou ainda que Antônio José Garcez, homem branco, solteiro, antigamente morador desta Vila e foreiro em um sítio chamado Tabua, costumava prejudicar os nacionais e que sabia ainda que Joaquim José da Silva Furtado de Mendonça, natural dos Campos, recentemente comprou uma pequena posse de terra no lugar do Iriri, sem licença da Câmara e quer continuar a trabalhar e cultivar as terras dos seus vizinhos, nacionais da terra, há tantos tempos ali estabelecidos.

Em parte conseguiram algum sucesso, prin-

cipalmente com relação aos posseiros em Tabua e Iriri, locais próximos. Mas, contradizendo as tentativas feitas pelos índios para se defenderem através dos meios legais, em 23 de Fevereiro de 1798, Francisco da Silva Ferreira, que estava presente na Câmara por ordem da Rainha, informa ao Ouvidor da Comarca que ele, após uma séria reflexão, “achava ser a mesma representação, em tudo, inteiramente falsa.” Argumentou que o fato da Representação não se achar selada com o selo daquela Câmara atestava para a *incurialidade* da mesma. Afirmou também que a Câmara concedia sim terras por foros, mas que não o fariam se os foreiros causassem algum dano ou perturbação²⁸. As demais autoridades governamentais locais também concordaram que os sesmeiros beneficiariam o comércio, a agricultura e assim aumentariam os Dízimos Reais.

Posteriormente, estando na Vila de Benavente, e ressaltando que situação semelhante ocorria em São Pedro dos Índios (da Aldeia), Saint Hilaire, comenta:

Quando expulsou os jesuítas, o governo destinou aos índios civilizados de Benevente uma área **inalienável**²⁹ de seis léguas por outras tantas, mas sendo fértil o lugar, os governadores logo deram aos seus amigos, partes dessas terras, sem considerar os direitos dos indígenas que reclamaram inutilmente. (...) Outros indígenas ao deixar a região não fizeram venda alguma e portugueses tomaram pura e simplesmente posse de suas terras. Contudo, hoje se dão sesmarias em todo o distrito, sem sequer

²⁸ CT:AHU-ACL-CU-005-01. doc. 18.213.

²⁹ O grifo foi feito por mim.

exigir aforamento para a Câmara; o Ouvidor da Vila de Vitória tem o título honorífico de conservador das possessões dos índios de Benevente, mas na verdade nada mais têm a conservar. As mencionadas terras têm passado quase todas pelas mãos dos luso-brasileiros e os índios se comprazem em cultivar campos que deveriam semear para si mesmos. Quando um índio pede justiça contra o português, como poderá obtê-la? É aos amigos e patrícios de seus adversários que ele é obrigado a dirigir-se, já que os Juizes ordinários de Benevente são exclusivamente portugueses (...) como as queixas de uma raça de homens pobres e sem apoio chegarão até aos magistrados superiores, a tão grande distância desses infelizes, e na maioria das vezes surdos às vozes dos que se apresentam de mãos vazias?” (SAINT-HILAIRE, 1833).³⁰

O relato dos índios na documentação citada mostra que o território da Vila de Benaven-te, reconhecido como sendo terras inalienáveis a eles pertencentes onde habitavam, e do qual estavam sendo expropriados, estendia-se desde o “Maymbá até o referido Iriry, onde todos estão compreendidos dentro de outros dimensionados marcos (...) desde o porto de Garaputanga até o Monte Urubu e dali até Jabaquara.”³¹ A descrição que os índios fazem dos limites de seus territórios é exatamente a mesma que se pode visualizar no mapa a seguir. Esse mapa foi feito por ocasião da Aldeia de Iiritiba ser erigida em Vila Nova de Benaven-te.



Fig. 02 - Mapa do território da Aldeia de Iiritiba. Fonte: AHU.CARTm.007.D.1050.

Encontro com os índios de hoje

*Mamãe sempre contava (...) isso aqui é um lugar de índio muito e muito antigo (...) Ela num dizia que ela era, mas era, porque a mãe dela era*³².

De forma surpreendente, pouco após ter encontrado essa documentação, soube que um grupo de indígenas em Anchieta estava organizando-se político e socialmente e autoreconhecendo-se como “Comunidade Tupiniquim da Chapada do Á.” Fui convidada a trabalhar com eles. O momento era muito tenso devido às pressões pelas quais estavam passando. Receberam-me entre eles, a confiança que tiveram não foi em mim, mas em meu pai e em meu avô.³³

Os encontros que passei a ter com a Comunidade têm sido muito ricos. Certo dia estava ouvindo as explicações deles para o nome do lugar.

32 Sr. Elias Victor – 85 anos. Entrevista realizada em novembro de 2012.

33 Hortêncio Simões de Mattos e Manoel Beiriz de Mattos, respectivamente.

Porque Chapada do Á? Eles explicaram a existência de uma estrutura de madeira dentro de um canal que se via de longe e que tinha a forma de um A. De certa forma fazia sentido para eles essa explicação, mas não muito. Conversando, ainda, sobre os nomes de lugares, perguntei: e o porto de Garaputanga, onde será? Para surpresa uma senhora falou: “Não, não é Garaputanga é Araputanga. É aqui. É o nome do rio e do porto aqui embaixo”.

Há na Chapada do Á um pequeno braço de rio chamado Rio Araputanga, sendo que há nele um porto ainda muito utilizado. Ouçamos o que o Sr. Elias conta sobre o Araputanga.

Na época que não tinha estrada, e mesmo depois que tinha, a gente preferia mais ir a Anchieta de barco que a pé. Ia pelo caminho do rio. A gente descia o Araputanga, e saía lá no rio Salinas e depois no Benevente³⁴.

Recorrendo à História, à árvore genealógica que elaboramos da Comunidade e aos registros para o mapeamento participativo, parece não haver dúvidas de que esse porto do Araputanga do qual falam hoje e o porto do Garaputanga presente nos autos da devassa de 1795, constituem um mesmo e exato lugar. Lugar marcado por “índios mansos” que trazem uma história de lutas contra esbulhos, contra desrespeito.³⁵

Convivendo com aquela comunidade na

34 Entrevista com o Sr. Elias Victor, 85 anos. Maio de 2012.

35 No documento que enviei à Funai há um registro da discussão feita com a Comunidade sobre o nome do local. Pelos mesmos motivos expostos a chapada pode ser Chapada do Á (raputanga).

sua contemporaneidade, pude registrar uma riqueza de memórias por eles guardadas e que remetem aos tempos dos seus “troncos velhos.” Então, compreendi por que por tanto tempo, tiveram que calar sua herança étnico/cultural. Estando lá, por várias vezes ouvi que não diziam serem índios porque haviam aprendido que ser índio era muito vergonhoso, que ser índio era ser atrasado, era ser selvagem. É ainda desse mesmo modo que até hoje pensa a população “branca” à sua volta, mas sobre a certeza da pertença étnica, ouçamos novamente o Sr. Elias.

É uma história que num caba não.(...) Era a mamãe que passava. Ela dizia “isso aqui era tudo de índio.” Quando nós era pequeno e que ia trabalhar na roça, porque mesmo pequeno, a gente já trabalhava na roça com os pais e a gente perguntava: “Mamãe, porque esse monte de ostra aqui? Aqui era mar?” Ela dizia não, isso aqui, dizia meu pessoal mais velho, isso aqui é um lugar de índio muito e muito antigo. Muitos sumiram porque os brabo foram embora por aí a fora. (...) Sumiram. Sumiram pru mundo afora, sumiram pras serras. E ficaram só os manso, aqueles que era batizado. Ela num dizia que ela era, mas era, Porque a mãe dela era³⁶.

Se a mãe dele se sabia indígena, também ele está seguro de sua pertença étnica. Mas, devido a eles terem sido atribuídos tantos qualificativos negativos e preconceitos por parte dos não indígenas, a pertença étnica foi tão silenciada que se tornou inominável. Até os dias de hoje, mesmo após o auto reconhecimento, o Sr. Elias não consegue pronunciar a palavra “índigena” para atribuí-la à sua mãe.

36 Idem.

30 SAINT HILAIRE, August. op. cit. p. 32-33.

31 CT:AHU-ACL-CU-005-01. doc. 18.213.

A Comunidade Tupiniquim da Chapada do Á ainda hoje tem sua identidade étnico/cultural negada por parte da sociedade abrangente, mas isso não os tem impedido de continuar seu processo de reelaboração do passado e de ressignificação de seus elementos culturais e crenças. A Comunidade tem empreendido uma “viagem de volta”, não em busca apenas do passado pelo passado, mas em busca daquilo que já passou, explorando novos caminho em busca da afirmação de uma nova identidade social³⁷.

Bibliografia citada

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil – Mito, História e Etnicidade*. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *O futuro da questão indígena*. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a16.pdf>.

LAMEGO, A. *A Terra Goytacá à luz de Documentos inéditos*. Paris. L'EditionD'Art. 1920.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VI. *Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé*. RJ Imprensa Nacional. 1945.

MATTOS, Sônia Missagia. *Anchieta: nosso patrimônio*. Goiânia (GO): Editora da UCG. 2004.

MATTOS, Sônia Missagia. O Desenvolvimento como Discurso: um estudo sobre Anchieta (ES). Goiânia. *Revista Habitus*. Ed. PU-CGoiás. V.12. Nº1.2014.

MILLIET de SAÍNT-ADOLPHE. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. Coleção Mineiriana. Belo Horizonte, MG.2014.

MONTES, Maria Lúcia. Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, L. M. & QUEIROZ, R. S. (Orgs.) *Raça e Diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996.

NOVAIS, Fernando e ARRUDA, José Jobson Andrade. Prometeus e Atlantes na forja da Nação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 2 (21), p. 225-243, 226 jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro:

Contra Capa, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos “índios misturados”?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998.

SANTOS, Ana Flávia Moreira e OLIVEIRA, João Pacheco. *Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó*. Rio de Janeiro. Contra Capa. 2003.

Documentos

AHU.CARTm.007.D.1050.

CT:AHU-ACL-CU-005- 01- Doc 363.

CT:AHU-ACL-CU-005- 01- doc. 18.206.

CT:AHU-ACL-CU-005- 01- doc. 239.

CT:AHU-ACL-CU-005- doc. 253.

CT:AHU-ACL-CU-005,01-doc. 473.

CT:AHU-ACL-CU-005-01- Doc 3637.

CT:AHU-ACL-CU-005-01. doc anexo ao doc. 18226.

CT:AHU-ACL-CU-005-01. doc. 18.213.

CT:AHU-ACL-CU-007.

CT:AHU-ACL-CU-005-01 anexo ao doc. 239.

Entrevistas

Dona Nini – Noiva esposa do Sr. Antônio Víctor. Maio de 2010.

Sr. Elias Víctor. Maio de 2010.

Andressa – Entrevista maio de 2010.

Sites consultados

<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a16.pdf>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Antigas_unidades_de_medida_portuguesas.

Recebido em: 12.10.2016

Aprovado em: 15.10.2016

37 OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. A citação é de SANTOS, Ana Flávia Moreira. op.cit. p. 22



LEI N. 3353 DE 13 DE MAIO DE 1888

Art. 1. — É declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão
Brazil.

Art. 2. — Revogam-se as disposições em contrario.

BRAZIL LIVRE!

ARTIGO

O PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA PARA O TRABALHO LIVRE NO ESPÍRITO SANTO

Flavia Salles Nunes Pereira

*Mestre em Administração pela Universidade Federal
do Espírito Santo — PPGADM/UFES.*

João Gualberto Moreira Vasconcellos

*Secretário de Estado da Cultura do Espírito Santo
(SECULT - ES), Professor Emérito da Universidade
Federal do Espírito Santo (UFES) e Professor
Pesquisador Associado da Universidade Federal da
Bahia (UFBA), Pós-Doutor em Gestão Social pela
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutor em
Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences
Sociales (Paris, França), Mestre em Administração de
Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro (PUC Rio).*

Resumo

Buscou-se no artigo aprofundar o estudo sobre o período de transição da mão de obra escrava pela livre e como se deu o processo de formação de uma cultura do trabalho específica, associada aos imigrantes italianos e seus descendentes. Constatou-se que a imigração estrangeira para o Brasil e especificamente para o Espírito Santo, estava apoiada simbolicamente na possibilidade de ascensão do trabalhador à condição de proprietário da terra. Pois, o sistema de escravismo causou um descompasso entre a reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico que conduziu ao estrangulamento da economia colonial exigindo a criação de um mercado de trabalho que atendesse aos interesses capitalistas em desenvolvimento. O imigrante foi assim, o agente humano da realização da ideologia da transformação do trabalhador em proprietário.

Palavras-chave: Espírito Santo; Café; Imigração; Cultura do trabalho.

Abstract

The article sought to deepen the study on the period of transition of the slave labor force by the free and how the process of formation of a specific work culture, associated with the Italian immigrants and their descendants. It was found that foreign immigration to Brazil and specifically to the Holy Spirit was symbolically supported by the possibility of the worker's ascension to the status of landowner. For the system of slavery caused a mismatch between the reproduction of the labor force and the expansion of the economic system that led to the strangulation of the colonial economy, requiring the creation of a labor market that would meet the developing capitalist interests. The immigrant was thus the human agent of the realization of the ideology of the transformation of the worker into the owner.

Keywords: Espírito Santo; Coffee; Immigration; Work culture.

Introdução

O objetivo do artigo é situar o leitor no momento histórico e econômico que antecedeu o processo das grandes levas de imigrantes europeus para o território brasileiro durante o século XIX e parte do século XX, no qual mais de 40 milhões de indivíduos atravessaram o Atlântico refugiados do sistema capitalista que se impôs no Ocidente, fazendo com que houvesse um excesso de mão de obra disponível na Europa.

O desenvolvimento da economia brasileira se deu no contexto do sistema mercantilista, que

acreditava ser o acúmulo de capital (representado pelas pedras preciosas) e na prática do comércio exterior (para escoar os excedentes da produção) os fatores de prosperidade de um Estado ou nação. O Brasil na condição de colônia exploratória de Portugal fundou sobre essas bases a economia nacional, caracterizando-se como locus de monocultura geradora de produtos primários destinados à Metrópole, por meio do emprego do trabalho escravo e do latifúndio.

Com o comprometimento da produção para

o mercado externo, o mercado interno e o mercado de trabalho nacional tiveram dificuldades de se desenvolverem. Campos Júnior (1996, p. 40) explica que ao contrário do que ocorreu com o fenômeno da urbanização europeia, em que próximo às regiões produtoras se formavam inúmeras vilas e povoados fortemente ligados por vínculos econômicos, no Brasil produziu-se uma polarização extrema. As monoculturas não geraram uma rede urbana de grande magnitude no entorno das regiões produtoras, mas, por outro lado, criaram grandes cidades, que polarizavam regiões imensas.

Campos Júnior (1996, p. 40 a 43) também informa que em função da economia brasileira ser baseada em monoculturas que atendessem aos interesses comerciais portugueses, desenvolveu-se no país ciclos econômicos de mercadorias que eram mais consumidas na Europa como o açúcar, a borracha e o café. E como cada um desses produtos desenvolvia-se melhor em certas regiões do território nacional (seja pelas condições climáticas, seja pelo maior acúmulo de recursos) teve-se o ciclo do açúcar no Nordeste, da borracha na Amazônia, e do café no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na ausência de uma malha de comunicação que interligasse os grandes centros produtores, as cidades pólos não se relacionavam comercialmente entre si e sim diretamente com o exterior, observando-se então no decorrer desse processo o crescimento econômico e urbano apenas de algumas cidades brasileiras.

O sistema produtivo baseado essencialmente na agricultura, somado ao trabalho escravo e ao caráter agroexportador da economia, assim como a ausência de uma malha que ligasse as cidades, impediram o desenvolvimento de um mer-

cado interno e da força de trabalho livre. Campos Júnior ressalta ainda que o fato do trabalho ficar restrito à agricultura não proporcionou um grau de diversificação das atividades do trabalhador nacional, ao contrário do camponês europeu que além de agricultor era também artesão.

Na obra de Martins (1973, p. 47 a 49) analisando-se o momento econômico que acontecia em paralelo na Europa verifica-se que a Inglaterra após ter acumulado capital com a exploração do trabalho escravo em suas colônias nas Índias Ocidentais e com o comércio escravista, encontrava-se em condições favoráveis para financiar o processo da Revolução Industrial. Porém, uma vez estabelecido um novo padrão econômico, os interesses ingleses passaram a se opor ao monopólio das suas colônias no fornecimento de gêneros tropicais à metrópole, pois a exclusividade no fornecimento representava preços altos para os consumidores ingleses, que passavam então a realizar pressões para o aumento dos salários industriais. Dessa forma, a luta contra o monopólio traduziu-se, no plano imediato, numa luta contra o escravismo, e uma vez que a abolição da escravatura ocorreu na Inglaterra em 1833, os mesmos interesses antiescravistas passaram a pressionar as demais nações que ainda fundamentavam suas riquezas no trabalho escravo, como era o caso do Brasil, colônia de exploração de Portugal.

Por ocasião da invasão de Napoleão Bonaparte a Portugal e da consequente fuga da família Real em 1808 para o Brasil, D. João VI firmou alguns acordos com a Inglaterra em troca da escolta na travessia do Atlântico para protegê-los de possíveis ataques das escoltas francesas. Gomes (2007, p. 117) diz que a liberação do comércio internacional da colônia foi o preço que

D. João pagou pela proteção contra Napoleão, devidamente negociada em outubro de 1807, em Londres, pelo embaixador português D. Domingos de Sousa Coutinho. O acordo previa ainda a autorização para a instalação de uma base naval britânica na Ilha de Madeira. O autor também informa que no dia 28 de janeiro de 1808, há apenas uma semana que estava aportado em Salvador, D. João foi até o Senado da Câmara assinar o ato que ganhou mais destaque em terras brasileiras, autorizando a abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas, permitindo assim a importação de todos e quaisquer gêneros de mercadorias transportadas em navios estrangeiros das potências que se conservavam em paz e harmonia com a Coroa portuguesa.

Assim, constata-se que diante de tantos fatores acontecendo simultaneamente, o trabalho escravo no Brasil tornou-se mais um problema do que fator positivo, e achar uma solução para a criação de uma nova força de trabalho livre e barata, uma medida necessária e urgente para atender os interesses dos grandes proprietários de terras que tinham na exploração da mão de obra um dos principais motivos para os altos lucros da sua produção. E essa solução apontou para o imigrante europeu e em sequência nas decisões do Parlamento, foram acrescentadas as características de ser também católico e italiano (SALLES, 2011, p. 51 e 52).

A base sócio-econômica do Espírito Santo no período que antecedeu ao processo imigratório

Nas leituras de Franco (1998, p. 28) e de Costa et al (1999, p. 10) encontram-se informações que permitem apresentar ao leitor aspectos físicos e geográficos do Espírito Santo: localizado na região sudeste do Brasil, o Estado possui um território de 45.597 km², com uma extensão litorânea de 401 km ao longo do Atlântico e com uma largura média de 130 km. A costa apresenta pequenas reentrâncias, praias, baías e portos, já o planalto interior é formado por serras cortadas por vales e onde correm às vezes rios e córregos. Limita-se ao sul com o Rio de Janeiro, ao norte com a Bahia e ao oeste com Minas Gerais. A zona montanhosa no centro-sul do Estado possui altitudes que variam de 700 a 800m, tendo de modo geral uma temperatura mais amena que o resto do território, sendo esse um dos fatores determinantes da predominância da escolha da área para a colonização europeia, recebendo assim, a maioria dos imigrantes europeus que chegaram ao solo espírito-santense.

Derenzi (1974, p. 27) destaca que para a compreensão da relevância que a imigração teve no contexto socioeconômico do Espírito Santo, é imprescindível entender primeiro os aspectos da formação de sua história política, pois até meados do séc. XVIII a Província não havia passado ainda da condição de mera divisão administrativa, não se sobressaía na balança econômica nacional e não tinha uma quantidade de habitantes suficientes para eleger um líder que participasse na trama administrativa do Império.

A agricultura de subsistência e a pesca pre-

dominavam na sociedade capixaba, fornecendo aos poucos habitantes tanto o necessário para a sobrevivência, quanto para realizarem trocas por outras mercadorias de fora. E para demonstrar como o nível de vida da população era geralmente muito baixo, (GROSSELLI, 2008, p. 117) cita em sua obra um trecho de 1824, pesquisado no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e escrito pelo Presidente do executivo, D. Monteiro Peixoto: “a Província é a mais miserável do Império; não possui nem agricultura e nem comércio: seus habitantes são paupérrimos”.

O Espírito Santo desde o início de sua colonização em 1535 caracterizou-se como uma capitania pobre. Os historiadores em geral afirmam que o donatário Vasco Fernandes Coutinho tinha poucos recursos financeiros e que a população nativa (índios Botocudos e Aimorés) era uma das mais bravias do Brasil colônia na defesa pela posse de suas terras, o que deu muito trabalho à ocupação territorial.

Superado esse momento inicial, Oliveira (2008, p. 185) diz que é também característico da formação histórica do Estado, o fato de que por muitos anos, os administradores portugueses e seus delegados no Brasil estiveram convictos de que os possíveis ataques estrangeiros às jazidas de Minas Gerais teriam o Espírito Santo como principal ponto de desembarque e início da marcha, e assim impediram por mais de um século a abertura de portos na região. A também proibição da abertura de estradas que ligassem a capitania à sua vizinha do oeste, somada a atenção dedicada às fortificações locais, demonstram o tipo de pensamento da Coroa portuguesa em relação ao Espírito Santo.

Compreende-se então, que em momento

muito propício à expansão territorial e econômica, a capitania do Espírito Santo teve de limitar sua ocupação nas faixas litorâneas, servindo-se praticamente apenas de barreira protetora das zonas mineradoras em Minas Gerais, o que trouxe fortes consequências ao futuro capixaba. Assim, enquanto São Paulo beneficiava-se comercialmente fornecendo produtos alimentícios e tropas de muare para Minas, e o Rio de Janeiro progredia com o escoamento do ouro por seus portos, o Espírito Santo permanecia no marasmo e estagnado, servindo apenas como frente de defesa às invasões estrangeiras que quisessem chegar até Minas Gerais, não se favorecendo da proximidade natural com o emergente mercado mineiro.

No entanto, Bittencourt (1987, p. 20 e 21) acredita que este não foi o principal obstáculo imposto à colonização portuguesa no Estado e ao seu desenvolvimento econômico, e sim, o fato de que a forte produção no nordeste açucareiro que atraía a grande parcela do capital disponível para investimentos e demais fatores de produção. O autor explica que embora o açúcar também fosse o principal produto da economia local, os números da produção não eram expressivos, pois limitada à ocupação litorânea, a colonização não conseguia desenvolver sua agricultura nem atrair contingentes maiores de população para desenvolvimento da atividade. Além disso, a ausência dos donatários que legaram a administração da capitania a capitães-mores contribuiu sensivelmente para a falta de uma orientação econômica de liderança que buscasse a integração da região à economia tropical de exportação.

Rocha (1998, p. 36) informa que somente em 1621, com o início do tráfico negreiro nota-

se o crescimento da população e incremento da agricultura, embora de forma muito lenta. No século seguinte, também não se verifica expressivo crescimento da colônia, uma vez que a Vila de Vitória em 1730 ainda era a maior da Província com apenas 5.000 habitantes e os produtos cultivados eram os mesmos do século anterior, destacando-se o açúcar como principal produto de exportação. Em 1780, a população ainda era pequena, com apenas 15.600 habitantes, porém o crescimento passou a ser mais acentuado e em 1788/89 já se registrava uma população de 22.493 habitantes.

Oliveira (2008, p. 77 a 89) conta que a capitania vivenciou momentos de prosperidade com a formação de fazendas pelos jesuítas nos primeiros séculos da colonização, mas com a expulsão dos membros da Companhia de Jesus, em 1759, voltou a vivenciar períodos de crise.

Bittencourt (1987, p. 23 e 24) diz que nesse período além da Vila de Vitória, que era a capital, outras importantes povoações somavam-se na Província: Itapemirim, Benevente (Anchieta), Vila Velha, Guarapari e Almeida. As vilas comunicavam-se por meio de precária navegação de cabotagem pelos rios e litoral ou por velhas trilhas indígenas que só permitiam o transporte a pé ou em lombo de animais. O relativo isolamento entre as vilas era também facilitado pela quase autossuficiência das propriedades agrícolas que produziam quase tudo que era necessário para a vida rústica que levavam.

Em Campos Júnior (1996, p. 68 e 69) encontra-se a informação de que o processo de ocupação territorial predominantemente litorâneo só apresentou mudanças a partir do crescimento da cultura do café na segunda metade do século XIX,

em função da expansão das fronteiras agrícolas mineiras e fluminenses para o interior sul do Estado, já que a terra na província tinha um preço muito baixo, pois grande parte era devoluta e a ocupação se realizara até então, só no litoral.

Segundo Rocha (1998, p. 39 e 40), por volta de 1850, o café cuja produção regional já era equivalente a um pouco mais de 50% da produção açucareira, havia sido introduzido em praticamente todas as regiões do Estado, inclusive São Mateus, ao Norte. Vitória era a comarca que produzia a maior quantidade: 32% do total. Os outros produtos embora fossem cultivados em todas as regiões, tinham a produção mais concentrada em regiões específicas, sendo: a farinha de mandioca, em São Mateus (88%), e o açúcar em Itapemirim (53%). A partir desta década, a lavoura cafeeira experimentou vigorosa expansão e tornou-se a principal cultura agrícola regional, condição que mantém até hoje.

Franco (1998, p. 30 e 31) informa que de acordo com o recenseamento de 1856, o Espírito Santo possuía 49.092 habitantes, sendo 36.823 livres e 12.269 escravos, e que essa população estava mal distribuída pela Província, havia várias extensões de terras, principalmente nas regiões montanhosas, desabitadas. As lavouras que se expandiam careciam da oferta de mão de obra para o trabalho, sendo importante lembrar que nesse período já havia leis restritivas à escravidão, como a proibição do tráfico de escravos negros.

A solução encontrada foi a organização de colônias de povoamento e o incentivo à imigração europeia, seguindo a linha de política pública nacional decidida no Parlamento do Império e explicada com mais detalhes na pesquisa de dissertação de mestrado de Salles (2011). Franco

(1998, p. 30 e 31) também cita que a análise das áreas disponíveis na Província privilegiou a região de montanhas, tanto porque o interior ainda não era povoado, como também por causa da sua característica climática, que oferecia melhores condições de aclimatização para o colono europeu.

O autor continua sua narrativa, informando que pouco tempo depois, ocorreu também a colonização da região central por imigrantes europeus. Data desse período a formação das colônias de Santo Agostinho (atual Viana), fundada em 1813 por trinta casais de açorianos; Santa Isabel (1847), abrigando 163 alemães; e Santa Leopoldina (1857), reunindo 140 suíços. Foram fundadas também duas colônias particulares: uma em Rio Novo (1854) criada pelo major Caetano Dias, extraticante de negros e que foi em 1861 transferida para o governo por falta de recursos financeiros do seu proprietário; e Fransilvânia, fundada em 1858 pelo Dr. França Leite.

Em artigo elaborado pelo professor Estilaque Ferreira dos Santos (SANTOS, 2005, p. 56), que trata da conexão entre vias de comunicação, povoamento e colonização no Espírito Santo, encontra-se a informação que foi o presidente da Província, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, quem deu início efetivo à colonização estrangeira em 1847, com a fundação da colônia de Santa Izabel atual município de Domingos Martins, mas que logo de início já se manifestava frustrado por ter constado que havia uma grande distância entre o que se dizia das potencialidades locais, principalmente em virtude da localização privilegiada, e a real situação de atraso e insucesso que encontrou. Passando a estudar as causas para tal situação, Ferraz, que posteriormente assumiu o posto

de Ministro do Império, concluiu que a maior problemática era a falta de trabalhadores livres para se dedicarem à lavoura, que pudessem tornar produtivas as longas extensões de terras devolutas e incultas, acreditando por isso que seriam os trabalhadores estrangeiros a melhor solução para o desenvolvimento econômico local.

Grosselli (2008, p. 127) em outra pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo cita a fala do Presidente da Província, M. J. de Menezes Prado em 1874, ano da chegada dos primeiros camponeses trentinos (vênetos e lombardos):

A falta de vias de comunicação constitui, na minha opinião, a mais premente necessidade de que sofre esta província: e creio que o meu modo de pensar seja compartilhado por todos os espírito-santenses.

Quem se aventurava nas florestas espírito-santenses, para tomar posse de terrenos de colônia ou para oferecer sua força de trabalho aos grandes proprietários de terras, devia estar decidido a viver em um grande deserto, do qual os centros habitados mais próximos distavam de dezenas de quilômetros e no qual as comunicações entre estes eram no mínimo desanimadoras. Ocupação do território, imigração, aumento da produção do café e construção de uma rede de comunicação que abrisse a floresta e permitisse a confluência de pessoas e levasse ao mar o excesso de produção, são a outra face da mesma moeda (GROSSELLI, 2008, p. 128).

De fato, foi relevante o acréscimo demográfico proveniente da imigração nesse período. Para exemplificar, encontra-se em Campos

Júnior (1996, p. 87) dados interessantes sobre a colônia de Santa Leopoldina. Enquanto em 1857 ela foi fundada com 140 habitantes suíços, em

Ano	Número de habitantes em Santa Leopoldina
1857	140
1870	2.000
1872	5.000
1884	11.000

Quadro 1 – crescimento da população em santa leopoldina. Fonte: Campos Júnior (1996, p. 87). Nota: Dados adaptados pela autora.

1870 já possuía o contingente humano de 2.000 indivíduos, sem que houvesse ocorrido ainda no Estado o processo maciço de imigração. Em mais dois anos apenas, a população passou para 5.000 habitantes e na década seguinte, precisamente em 1884, Santa Leopoldina já possuía 11.000 habitantes, conforme melhor visualizado no Quadro 1.

As pequenas colônias contribuíram para a importância produtiva e para a ocupação da região central. No início de suas fundações, por volta de 1850, eram consideradas apenas áreas produtivas circunvizinhas à Vitória, porém a partir de 1872 com o aumento substancial da imigração, tornarem-se partes significativas da região central do Estado.

Em contrapartida, somente no ano de 1881 foi que a Província de Vitória recebeu a ancoragem do primeiro grande navio estrangeiro e o crescimento na movimentação de cargas no porto só ocorreu após cinco anos (GROSSELLI, 2008, p. 130). Além do atraso em relação às outras regiões do país, principalmente quanto às fortes

economias cafeicultoras do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Espírito Santo também demonstrava tardança na criação de uma rede ferroviária, o que só foi iniciado com a propagação do cultivo do café: “Se no Brasil a ferrovia surgiu em 1854, no Espírito Santo o primeiro breve trecho ferroviário foi concluído em 1886. Tratava-se da Ferrovia Caravelas, que ligava Cachoeiro do Itapemirim a Alegre” (GROSSELLI, 2008, p. 131). Sendo importante destacar que tanto para a ferrovia realizada em 1886, quanto para as sucessivas, a iniciativa foi deixada a grupos privados que receberam ajudas e facilidades por parte do poder público.

A significação do café no processo

Bittencourt (1987, p. 17 e 18) explica que apesar da crença generalizada de que a origem do café é arábica, e por isso até denominado na classificação binária das plantas como *coffea arabica*, pesquisas demonstram que é mais provável que tenha sido originado no reino de Abissínia (atual Etiópia), expandindo-se depois do séc. XIII para o lêmên e demais regiões da Península Arábica e em sequência para os países do Oriente e do Ocidente, sendo sua lavoura aclimatada na Ásia, na Indonésia, nas Américas e na África tropical. A divulgação da bebida tornou-se maior com a propagação dos “cafés” da Itália, França, Inglaterra, Alemanha, Áustria e outros países europeus.

Mesmo com a variedade de versões sobre como foi o surgimento do café e de como foi a sua introdução no Brasil, é indiscutível o papel que os pioneiros tiveram na sua propagação na Colônia, nas mais diversas províncias de Norte a Sul até chegar ao Rio de Janeiro, de onde ocorreu a gran-

de explosão dessa cultura agrícola estendendo-se pelo Vale do Paraíba chegando a Minas Gerais, ao Espírito Santo e em São Paulo.

Bittencourt (1987, p. 18) também ressalta que quando chegou ao Rio de Janeiro, o café dinamizou a economia brasileira, tendo desempenho superior a todas as atividades precedentes realizadas no Estado, de modo que no período da mudança do regime de Império para República, o território fluminense já era um imenso cafezal, devendo existir uma produção de aproximadamente 1.000.000 de pés da planta. Foi desse fato que originou o termo “febre do café”, quando esse ao ganhar o Vale do Paraíba, formou os “oceanos de cafezais” que impressionavam aos que viam as paisagens. Também foi a partir daí que apareceu uma nova classe agrícola: a dos grandes barões do café, com alguns chegando a possuir mais de 6.000 escravos, em dezenas de fazendas diferentes e que chegavam até a ter estradas e portos próprios para escoamento de produções milionárias.

Foi assim, sob a hegemonia do Rio de Janeiro que o café irradiou-se como uma “mancha de óleo” para os vales e encostas do Espírito Santo no séc. XIX, reorganizando a economia capixaba em função da dinâmica da lavoura do café. Rocha (1998, p. 40) diz que em inicialmente, o café foi plantado em todas as regiões, mas, já na década de 1870, verifica-se a concentração de sua produção nas regiões da capital e no sul, particularmente no município de Cachoeiro de Itapemirim, onde a marcha de expansão aumentou consideravelmente o número de escravos. Já a região da capital não conseguiu atrair grande fluxo de escravos da mesma forma e assim, buscou na imigração europeia a solução para ampliar a população e a lavoura cafeeira. No período de 1870

a 1920, um número expressivo de imigrantes foi introduzido no Estado, sendo majoritariamente direcionado para a região montanhosa central, que era área de influência da capital.

Campos Júnior (1996, p. 84 e 85) identifica no Espírito Santo três períodos referenciais dessa ocupação territorial, em decorrência do crescimento da lavoura cafeeira:

Primeiro, a *ocupação interiorana no sul (1856-1872)*, caracterizada pela formação das fazendas ao redor de Cachoeiro de Itapemirim provenientes da chegada dos cafeicultores fluminenses e mineiros, que em maioria trouxeram a força de trabalho escrava para a realização do empreendimento. A população total do Estado que era de 49.092 pessoas em 1856, passou para 81.889 em 1872. Destes, 22.552 eram de escravos negros.

Para se compreender o crescimento do período, o autor demonstra em sua obra que em 1856 as exportações capixabas de café foram da ordem de 196.964 arrobas. No ano de 1872 alcançaram mais que o dobro: 432.414 arrobas, e em 1891 atingiram a marca de 1.250.838 arrobas, ou seja, quase o triplo das exportações em menos de 20 anos. Até 1897, as exportações cafeeiras continuaram crescendo, alcançando o número de 2.448.008 arrobas. Em seguida, ocorreram declínios provenientes da queda nos preços do produto no mercado externo. Essa instabilidade perdurou até o final da primeira década do séc. XX, quando as exportações voltaram a crescer de maneira mais estável.

Segundo, a *imigração europeia (1872-1888)*, que buscou ocupar as terras altas da região central, tendo o exemplo da colônia de Santa Leopoldina como referência desse período e que tem rica narração do processo de desenvolvimento

de sua colonização na terceira parte da obra de Grosselli (2008, p. 199 a 234).

E terceiro, *a segunda fase da imigração europeia, essencialmente italiana (após 1888)*. Trata-se de um período importante, pois a população no Estado quase dobrou, passando de pouco mais de 100.000 habitantes em 1890, para 209.000 em 1900. Da mesma forma que elevou o contingente da força de trabalho livre, a imigração promoveu a ocupação territorial e provocou significativo aumento da produção cafeeira.

Constata-se assim, que houve no Espírito Santo uma explícita política de colonização que conferia à vinda dos imigrantes o papel de aumentar o contingente populacional, promover a ocupação territorial e expandir as potencialidades produtivas locais. Porém, destaca-se um fato: Campos Júnior (1996, p. 79) realizando um comparativo com a situação em São Paulo, chama atenção para a passividade política do fazendeiro capixaba, que permitiu a condução dos rumos da imigração pelo governo do Estado, não fazendo nenhuma interferência no processo. Entende-se então, que enquanto nos grandes centros brasileiros havia fortes discussões da questão imigrantista como forma de substituição da força de trabalho escrava, no Espírito Santo havia indiferença pelo fazendeiro local.

Bittencourt (1987, p. 28 e 29) explica que desde o início do processo, os investimentos nas técnicas de produção apresentavam-se bastante deficientes com métodos empíricos e utilizando instrumentos rústicos. Na escolha do terreno para o plantio não havia nenhum critério de seleção racional para a implantação da cultura, nem mesmo em relação à altitude ou outro fator que fosse de importância para a produção. Predomi-

nava o hábito da escolha de local onde houvesse área com floresta virgem, para que após a derrubada e queimada as mudas ou sementes fossem plantadas sem quaisquer tratamentos prévios, exames de solo, fertilizantes ou adubos.

Mas, mesmo com a precariedade das técnicas de plantio, o café proporcionou a penetração contínua no solo virgem do Espírito Santo com extensas plantações, sobretudo em Cachoeiro de Itapemirim, adensando as populações rurais, instalando novas cidades ao longo dos cursos dos rios e ocupando as serras da região central. Também segundo Bittencourt (1987, p. 29 e 30), com o passar dos anos, os agricultores compreenderam que nem todos os terrenos eram apropriados à cafeicultura e nesses locais, muitos retornaram à plantação da lavoura tradicional, como exemplo, em São Mateus ao Norte, e Itapemirim ao Sul, onde secularmente se produziam respectivamente: farinha de mandioca e açúcar.

Iniciou-se uma nova e importante era para a economia capixaba: a Província cujas rendas dependiam essencialmente da agricultura começou a registrar os primeiros superávits orçamentários. Porém, a dificuldade da obtenção da mão de obra colocava-se como outro grande problema ao desenvolvimento da cafeicultura, já que a situação econômica da Província que era secularmente estagnada não conseguia atrair com facilidade um nível adequado de crescimento da população, e em paralelo o advento do café coincidiu com o agravamento da falta de mão de obra gerado pela proibição do tráfico de africanos (Lei Eusébio de Queiróz em 1850).

O aumento da procura por mão de obra escrava e a escassez na sua oferta inflacionaram o preço desse tipo de trabalhador tornando inviá-

vel a sua aquisição pelos pequenos agricultores e minimizando o lucro dos grandes proprietários de terras. Assim, Bittencourt (1987, p. 31) explica que a quase inexistência de uma oferta interna efetiva de mão de obra livre tornou a imigração a mais importante via para a solução deste problema além do fato da produção escravagista ser incompatível com a estrutura do capitalismo, pois conforme ressalta o autor:

a condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo é que os trabalhadores, despojados de todos os meios de produção, possam oferecer livremente no mercado tudo que lhes resta: sua força de trabalho.

Nota-se então, que a partir da década de 1870, o governo passou a subvencionar com maior expressão a vinda dos imigrantes, tanto em níveis do Poder Central como do Poder da Província, e que esses trabalhadores livres passaram a demonstrar que sua produtividade era maior que as do trabalhador escravo, que tinha seu trabalho subjugado às ameaças do chicote e do tronco. Bittencourt (1987, p. 35) diz que pela primeira vez a dinâmica econômica agrícola passou a atrair grandes contingentes populacionais para as terras capixabas, que por meio de companhias organizadas de colonização buscava na Europa milhares de imigrantes - principalmente italianos e alemães - que fundaram muitos dos atuais municípios do Estado.

O café trouxe para o Espírito Santo milhares de imigrantes europeus e cidadãos de outras Províncias brasileiras, possibilitando com o crescimento econômico por meio das exportações, a construção de estradas e ferrovias: O Estado de

hoje nasceu com o surgimento do café em seus campos (GROSSELLI, 2008, p. 121).

A concepção das pequenas propriedades rurais

Martins (1973, p. 51) reflete que com a promulgação da Lei Eusébio de Queiróz, que proibia o tráfico negreiro, passou a ser mais evidente a necessidade de uma política de imigração que constituísse um mercado de mão de obra que fizesse do trabalho livre um fator de produção economicamente aceitável pela grande lavoura. Assim, fazia-se necessária a introdução de imigrantes no país em número expressivo e com características específicas que produzissem uma intensa oferta da força de trabalho.

Continuando sua análise, Martins diz que apenas suspender a política de colonização e manter a de imigração não seria o suficiente para transformar o imigrante em força de trabalho disponível para a grande lavoura, pois o regime vigente de ocupação das terras possibilitava que ele se transformasse em um proprietário e não em assalariado. Assim, a junção dos fatores: extinção do tráfico negreiro e mão de obra imigrante culminaram na chamada Lei de Terras (Lei nº 601) promulgada no ano de 1850. A Lei regulava o modo de ocupação das terras devolutas, promovendo a legitimação das que já haviam sido ocupadas e proibindo a aquisição por outra forma que não fosse o de compra. Além disso, permitia ao Governo promover anualmente, à custa do Tesouro, a imigração de certo número de colonos livres e fundar colônias para sua alocação nos locais que julgasse mais convenientes. Logo,

além de transformar a terra em equivalente de mercadoria, a Lei condicionava o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital. E como a maioria dos imigrantes não tinha recursos suficientes para pagar o preço da terra, nem conhecimento suficiente para resolver os embaraços a que estavam envolvidas essas compras, os imigrantes (principalmente em São Paulo) não tiveram alternativa que não fosse o trabalho na grande propriedade.

Para melhor compreensão do processo, recorda-se que desde o descobrimento até o período colonial, a solução encontrada pela Coroa portuguesa para manter o domínio da colônia brasileira foi dividi-la e doar glebas aos donatários, concedendo-lhes poderes a fim de que desenvolvesse no novo território alguma atividade produtiva. Desse modo, Nozoe (2005) explica que o sistema fundiário brasileiro até 1850 ainda tinha como herança o sistema de capitânias hereditárias e das sesmarias, assim a Lei das Terras buscou legitimar a posse por parte de quem as ocupava e decretou a devolução ao poder público de todas as demais que haviam sido doadas em sesmarias, mas que não tinham sido cultivadas (daí o termo *devolutas*), passando a pertencerem ao patrimônio público.

Segundo Campos Júnior (1996, p. 50), a Lei que só foi regulamentada em 1854 criou um mecanismo de seleção ao acesso a terra, pois comprovada a necessidade de substituição do escravo como força de trabalho, a imigração de colonos para substituir o trabalho compulsório foi a solução encontrada, porém surgiu aí um problema que acarretou alguns entraves entre o setor produtivo e os bancos, já que os primeiros queriam utilizar uma mão de obra que desse con-

tinuidade ao processo de exploração do trabalho (pois era dessa forma que garantiam os lucros), enquanto os segundos queriam a mercadoria produzida e também pretendiam criar um outro elemento de hipoteca que garantisse o seu capital investido na produção. A solução encontrada foi aceitar o trabalho livre do imigrante, porém a terra passava a ser o elemento de hipoteca, sendo necessário dessa forma, que ela fosse adquirida por preço satisfatório, e isso, em princípio, só poderia ser alcançado se criassem a sua escassez.

Entende-se então a partir dessa informação, que enquanto a terra era livre e o trabalho compulsório, o escravo era a renda capitalizada e hipoteca como garantia de empréstimos, e quando o trabalho passou a ser livre e a terra restrita, esta passou a ser a reserva de valor no sistema capitalista do Império.

Na obra de Campos Júnior (1996, p. 50 e 51) observa-se que em São Paulo, a proposta defendida pelos bancos foi a de transformar os imigrantes em pequenos proprietários para assim criar uma demanda pela terra que elevasse seu preço e valor hipotecário em substituição ao escravo negro. Porém, os fazendeiros não aceitaram a ideia, pois ela ameaçava a manutenção do sistema produtivo cafeeiro baseado no latifúndio que poderia ficar sem mão de obra. Como contraproposta, preconizaram a valorização do trabalho, de maneira que cada imigrante só passaria a ter posse de sua pequena propriedade após ter trabalhado na fazenda e juntado algumas economias, para então adquiri-la. Assim, desejando obter êxito com a política de imigração, esta foi realizada primeiro por intermédio da criação de colônias oficiais, que serviriam como modelo de atração para os imigrantes:

Praticamente todos os núcleos coloniais desse período, estabelecidos no Sul e no Sudeste, foram-no sob essa inspiração, como garantia exterior de que na estrutura da sociedade brasileira abria-se lugar para uma camada de pequenos proprietários prósperos, conservadoramente comprometidos com o princípio da propriedade privada e do trabalho familiar autônomo (MARTINS, 1980, apud CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 52).

Quando o colono se estabeleceu, principalmente nas fazendas paulistas, recebia pagamento fixo pelo trato do cafezal e pagamento proporcional pela quantidade de café colhido. O cultivo de subsistência, por meio das lavouras brancas intercaladas ao café, na prática da relação de trabalho familiar (muitas vezes utilizando os domingos e feriados), gerava um excedente comercializável que supria o que o salário não proporcionava.

Campos Júnior (1996, p. 94) explica que ao contrário do que ocorreu em São Paulo, os imigrantes que se fixaram no Espírito Santo, em grande maioria, não se estabeleceram em regime de colonato, e sim, receberam do governo local títulos de propriedades de terras, cultivando geralmente apenas um sexto da sua propriedade e deixando o restante em mata. O café em razão da maior lucratividade que proporcionava na exportação, era a mais importante atividade econômica do colono, e o milho apresentava-se como o suporte comercial do sítio, no período de entressafra do café garantindo a manutenção do seu estabelecimento. O excedente das colheitas de alimentos era vendido na praça comercial mais próxima, e o café, ao dono do armazém,

onde faziam as compras. Essas colônias vinham atender principalmente a necessidade de ocupação do solo e número de habitantes na Província, predominando por isso a localização destas na região montanhosa central que ainda não era povoada.

Campos Júnior (1996, p. 97) diz que para cada família de imigrantes que chegava no Estado, o governo cedia uma parcela de terra em média com 25 hectares para que dela tirasse o sustento da família e procedesse ao povoamento das áreas não cultivadas. Os resultados que obtinham com a venda do café constituíam lucros extras, pois necessitavam de pouco para sobreviver, além daquilo que produziam nas suas terras. Porém, o pequeno proprietário imigrante no Espírito Santo, diferente do fazendeiro paulista, apesar de aparentemente menos explorado, não conseguia reter excedentes em suas mãos, senão o indispensável para a sua reprodução, pois o próprio tamanho do estabelecimento dificilmente geraria excedente nas mesmas proporções que nos latifúndios paulistas, como exemplificado na transcrição do depoimento de Aldir Cesatti no livro *“Lembranças Camponesas”*:

Eles contava [avós maternos e paternos] que nos primeiro tempo aqui a situação foi difícil. O Governo deu essas terras, mais quando entrava nas terras, por exemplo, uma família pegava o morro ali. Então um era dono da vertente pra cá. Outro era dono da vertente pra lá. E diz eles que foi muito difícil. Precisava ficar derrubando mata, quemando, plantando dentro das matas... dentro daquelas pausadas, e foi difícil até eles conseguirem alguma coisa. Costumado lá fora, e aqui nem animal, nem estrada não tinha, carregando tudo nas cos-

ta. Você imagina há 50 anos passado, isso aqui. Aqui era só picada. E olha que eu já cheguei aqui com 9 ano. Imagina meu avô quando foi lá pra Alfredo Chave... Aí pros lado de São Paulo de Aracê era tudo umas picada pelo meio dos mato. Aqui só tinha uma abertazinha e meu pai veio como colono contratista. Panhê por 6 ano pra trabalhá. Era uma abertazinha de um meio alqueire, foi meu pai que abriu tudo isso aqui (LAZARRO; COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p. 68).

Assim, Campos Júnior (1996, p. 101) conclui que não havia a possibilidade de ter ocorrido concentração de excedente na esfera da produção no Espírito Santo e prossegue seu raciocínio exemplificando o fato por meio de números de produção dos dois Estados:

(...) Uma indicação que ilustra o que foi dito é a seguinte: enquanto a produção de todo o Espírito Santo no ano de 1900 representou 2,19% da produção nacional, a de São Paulo correspondeu a 63,06%. E, considerando o período de 1900 a 1967, a produção capixaba nunca chegou a representar mais do que 10% da produção do país. Esse raciocínio conduz a uma das formas para explicar a modesta urbanização de Vitória, mesmo sem grandes empreendimentos ligados às atividades comerciais. E, por sua vez, isto está relacionado ao grau de oportunidades criadas nas cidades para os investimentos urbanos.

O trabalho familiar dominava o cultivo das terras e o imigrante europeu desconhecia o assalariamento. Geralmente como tinham poucos recursos em sua pátria, não possuíam nenhum capital, nem a prática comercial:

O colono é um sitiante que tem de executar todos os trabalhos, contando, apenas, com o auxílio de pessoas da família; quando esta não pode levar a cabo a tarefa, recorre ele à ajuda dos vizinhos. Quase nunca lança mão de braços assalariados (WAGEMANN, 1949, apud CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 96).

Campos Júnior (1996, p. 96 e 97), apoiando-se nas descrições de Ernst Wageman, relata que nas regiões colonizadas pelos imigrantes, cada um era senhor de si mesmo. Salvo as possíveis diferenças de fertilidade das terras, todos possuíam iguais recursos materiais para desenvolverem suas capacidades de trabalho. O colono era tido como possuidor de grande potencial de trabalho: nas derrubadas, nas construções das casas e abertura de caminhos, e executor de tarefa com destacável rapidez:

O dia de trabalho começava às sete; no inverno despertava às seis; no verão às cinco. Trabalhava até as onze e meia, pausando para a refeição do almoço; recomeçava às quatorze, continuando até o escurecer, por volta das dezoito horas no inverno e prolongando um pouco mais quando no verão. Algumas vezes trabalhava também à noite, confeccionando cestos e peneiras; deitando-se por volta das vinte e uma horas. Mas, essa rigidez aparente era quebrada quando da sua vontade, pois era possuidor de ampla liberdade.

A exceção desse modo de fixação do imigrante no Espírito Santo ocorreu quase que exclusivamente nas grandes fazendas de café na região de Cachoeiro de Itapemirim (no sul), pois com a abolição da escravatura, a estrutura pro-

ductiva no Estado, que estava baseada na grande propriedade não conseguiu se reerguer e a solução buscada pelo governo local foi a de criar uma política própria de imigração.

Campos Júnior (1998, p. 167) explica que como as receitas públicas do Estado estavam em crescimento devido ao aumento da produção; ao preço internacional do café que estava atraente; e aos recursos dos impostos provenientes das exportações; o Espírito Santo teve um aumento cinco vezes maior do que as receitas de períodos anteriores. Como resultado, em apenas quatro anos (de 1892 a 1896) o governo local trouxe para terras capixabas a mesma quantidade de imigrantes que o governo central havia trazido para a província em trinta e quatro anos.

Saletto (1985, apud Campos Júnior, 1998, p. 167) narra que para atrair o imigrante ao trabalho nas grandes propriedades de café no sul do Estado, os fazendeiros tiveram que oferecer vantagens, uma vez que no Espírito Santo o imigrante teve condições de escolher entre fixar-se nas colônias do governo, dando-lhe a possibilidade de ser um pequeno proprietário (mesmo que em local de difícil acesso e depois de muitos anos de produção) ou de trabalhar na grande propriedade. Esse fato o leva a conjecturar que as condições oferecidas ao imigrante conduzido para o Espírito Santo foram melhores que as oferecidas ao imigrante que foi para São Paulo, pois existem registros que apontam para esse pensamento: "... por causa da falta de mão-de-obra [sic] os fazendeiros foram 'forçados' a oferecer a meação em condições muito mais favoráveis ao trabalhador do que nas outras regiões do país".

Também se encontra no mesmo artigo, a informação de que no Espírito Santo o imigran-

te foi parceiro do fazendeiro, recebendo até um percentual sobre o café vendido, e que tinham a autorização de cultivar lavoura branca (arroz, milho, hortaliças, e outros) nas "ruas" de café, ficando com toda a produção. Todas essas condições diminuíram o tempo de permanência do imigrante na grande propriedade, tanto porque permitia que acumulassem recursos com mais facilidade, como também porque no Estado a terra era mais barata que em São Paulo. Desse modo, todas essas informações permitem supor que são indícios de fatores que permitiram a formação de uma cultura do trabalho específica e diferenciada dos imigrantes italianos e de seus descendentes no Espírito Santo.

Conforme ressalta Vasconcellos (2012, p. 27) é importante deixar esclarecido que a referência não significa uma defesa da superioridade cultural europeia. Apenas busca-se refletir que enquanto a escravidão humilha e sacrifica o trabalhador, o trabalho familiar juntamente com o elemento da religião criou uma instituição imaginária onde o trabalho ocupou lugar de relevância na vida dos imigrantes:

Queremos com isso dizer que no Espírito Santo foi forjada uma cultura do trabalho, mesmo que baseada na ética católica, ao contrário de algumas teses clássicas como a de Max Weber, aplicável em outros espaços. Essa cultura do trabalho é nosso elemento diferenciador e faz de frações importantes do estado diferente de outros que ficaram ainda apegados a uma lógica mais tradicional.

Campos Júnior (1998, p. 168) diz que ao mesmo tempo em que o fazendeiro precisava ofere-

cer vantagens para que o imigrante optasse por trabalhar em suas terras em vez de ir para as colônias criadas pelo governo local, ele arriscava tornar inviável a sua propriedade, pois reduzia a sua margem de lucro. Por isso, quando aconteceu a crise da lavoura cafeeira em 1897 (em virtude da queda do preço do produto nos mercados internacionais) verificou-se no Espírito Santo a falência de muitas fazendas, que acabaram por serem divididas em lotes e colocadas à venda, o que deu ao imigrante mais uma possibilidade de acesso a terra. Os lotes eram vendidos por preços baixos e a prazo, aceitando-se como pagamento o café produzido, o que permitiu que um grande número de pequenos proprietários direcionasse sua produção para os vendedores de lotes, que passaram a serem grandes comerciantes de café ou atravessadores. Essas atividades constituíram relações que promoveram uma nova estruturação produtiva predominante no Estado, baseada na subordinação da produção ao comércio, que possibilitou de forma definitiva e duradoura as estruturas das pequenas propriedades no Espírito Santo.

Considerações finais

O Espírito Santo desde o início de sua colonização em 1535 caracterizou-se como uma capitania pobre. Os historiadores em geral afirmam que o donatário Vasco Fernandes Coutinho tinha poucos recursos financeiros e que a população nativa (índios botocudos e aimorés) era uma das mais bravias do Brasil Colônia na defesa pela posse de suas terras, o que deu muito trabalho à ocupação territorial. A agricultura de exportação

só teve sua perspectiva alterada quando o café ganhou forte expressão econômica no panorama local, sendo até então a Capitania do Espírito Santo transformada em posto militar de proteção às Minas Gerais, numa terra despovoada e com um quadro econômico atrofiado.

Em paralelo, o advento do café coincidiu com o agravamento da falta de mão de obra gerado pela proibição do tráfico de africanos (Lei Eusébio de Queiróz em 1850). O aumento da procura por mão de obra escrava e a escassez na sua oferta, inflacionou o preço desse tipo de trabalhador tornando inviável a sua aquisição pelos pequenos agricultores e minimizando o lucro dos grandes proprietários de terras. Assim, a quase inexistência de uma oferta interna efetiva de mão de obra livre tornou a imigração a mais importante via para a solução deste problema além do fato da produção escravagista ser incompatível com a estrutura do capitalismo, pois

a condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo é que os trabalhadores, despojados de todos os meios de produção, possam oferecer livremente no mercado tudo que lhes resta: sua força de trabalho (BITTENCOURT, 1987, p. 35).

Constata-se então, que partir da década de 1870, o governo passou a subvencionar com maior expressão a vinda dos imigrantes, tanto em níveis do Poder Central como do Poder da Província, e que esses trabalhadores livres passaram a demonstrar que sua produtividade era maior que as do trabalhador escravo, que tinha seu trabalho subjugado às ameaças do chicote e do tronco. Pela primeira vez a dinâmica eco-

nômica agrícola passou a atrair grandes contingentes populacionais para as terras capixabas, que por meio de companhias organizadas de colonização, buscava na Europa milhares de imigrantes - principalmente italianos e alemães - que fundaram muitos dos atuais municípios do Estado.

A questão que preocupava os grandes latifundiários e o Estado era: se os escravos fossem livres e pudessem ocupar as terras, quem iria trabalhar para os fazendeiros? E da mesma forma se pensava em relação aos imigrantes europeus, pois sendo juridicamente livres, se chegassem ao país e ainda existisse o sistema de liberdade de ocupação da terra, quais estímulos teriam para trabalhar na grande lavoura? Por isso, que praticamente na mesma ocasião em que se proibiu o tráfico negreiro em 1850, também se aprovou a Lei de Terras, estabelecendo que a terra não poderia ser ocupada por outro meio que não fosse o de compra. Dessa forma, o imigrante só poderia se tornar proprietário de terra e ascender socialmente, se trabalhasse antes para os grandes fazendeiros ou governos locais. E era isso que Antônio da Silva Prado, Ministro da Agricultura, queria dizer quando afirmou no Senado em 1888 que o imigrante poderia se tornar proprietário se fosse morigerado, sóbrio e laborioso, ou seja, trabalhar para os outros era uma condição para que mais tarde o imigrante pudesse trabalhar para si mesmo.

Assim, entende-se que os núcleos coloniais como os do Espírito Santo e dos estados do Sul, também foram vitrinas propositalmente organizadas para demonstrar que tornar-se proprietário era uma possibilidade, pois os imigrantes enviados a esses núcleos passaram longos anos

pagando pela terra recebida do Governo, sendo que muitos não conseguiram e tiveram as mesmas terras transferidas para outros colonos. Somente com a crise do café é que antigos colonos tiveram a possibilidade de comprar sítios que haviam perdido a função econômica e cujo preço de mercadoria caíra.

Martins (2003, p. 69) faz refletir que em relação ao longo período que antecede a chegada do imigrante, as palavras que dominam na narrativa histórica nacional são as palavras deserto no lugar de cultura (inclusive de agricultura), devoluta no lugar de propriedade, contemplação no lugar de produção, abandono no lugar de povoamento, decadência no lugar de progresso. A partir da chegada do imigrante, a história passa a ser explicada então pela inversão desse vocabulário, pela mudança da ênfase da palavra negativa e, por isso, enfatiza na descrição da história anterior a esse momento, para a palavra positiva. Por meio de um jogo de palavras e de ênfases negativas e positivas o sentido da história se revela como atributo de pessoas: as que padecem a história e as que fazem a história.

O que Martins busca destacar é que o país passava por um processo de constantes mudanças e que a chegada desses imigrantes é fruto de um projeto muito mais articulado e amplo de progresso da nação, sendo que esses imigrantes eram os instrumentos de mão de obra necessários na continuidade do projeto. Grosselli (2008, p. 499) faz-nos lembrar do espírito devotado ao cultivo das terras que os camponeses europeus demonstraram, como resultado da vontade de livrar-se da situação econômica miserável e de proporcionar aos descendentes um futuro mais tranquilo como proprietários.

Ressalta ainda, que o imigrante trouxe para o país um novo modo de ser, pois um dos apoios centrais de sua cultura era a ética do trabalho: “compreendido não apenas como necessidade, mas como método de auto-realização [sic], como um valor em si que se coligava à sua fome atávica de terra e ao seu medo da fome e das dificuldades” (GROSSELLI, 2008, p. 361). Concluindo que o cultivo do café em terras brasileiras foi o meio pelo qual ele expressou seu desejo de crescimento, não tanto na escala social, mas na das necessidades.

Dessa forma, entende-se que a imigração estrangeira para o Brasil e especificamente para o Espírito Santo estava apoiada simbolicamente na possibilidade de ascensão do trabalhador à condição de proprietário da terra. Pois, o sistema de escravismo causou um descompasso entre a

reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico que conduziu ao estrangulamento da economia colonial exigindo a criação de um mercado de trabalho que atendesse aos interesses capitalistas em desenvolvimento.

Referências

BITTENCOURT, Gabriel. *Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O novo Arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Mucipal de Cultura e Turismo, 1996.

BITTENCOURT, Gabriel. Imigração italiana e a constituição da pequena propriedade no Espírito Santo. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: EDUFES, 1998.

COSTA, Maria Cida da; et al. *Correntes imigratórias no Espírito Santo: alemães, italianos e libaneses; uma visão didática para o ensino fundamental e médio*. Vitória: EDUFES, 1999.

DERENZI, Luiz Serafim. *Os italianos no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: 1974. ESPÍRITO SANTO (Estado). *Bandeira*. [s.d.]. Disponível em <http://www.es.gov.br/site/espírito_santo/bandeira.aspx>. Acesso em: 23 mai. 2011.

FRANCO, S. P. Estrutura conjuntural do Espírito Santo na época da migração: século XIX e início do século XX. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: EDUFES, 1998.

GOMES, Laurentino. 1808: *como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 6ª reimpressão.

GROSSELLI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

LAZZARRO, Agostino; COUTINHO, Gleci Avancini; FRANCESCHETTO, Cilmar. *Lembranças camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante*. Vitória: [s.n.],1992.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

ROCHA, H. C. Formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS, J. G. M; DAVEL, E. P. B., organizadores. *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998, vol. 17.

SALLES, Flavia. *Ética católica e cultura do trabalho: uma reflexão sobre a imigração italiana no Estado do Espírito Santo*. 2011.105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

SANTOS, E. F. dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba. *Dimensões* – Revista de História da UFES, nº17, 2005. Disponível em <<http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/index.php?id=dimensoes-17>>. Acesso em: 05 jun. 2010.

NOZOE, Nelson. *Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia*. In: XXXIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC. Natal, 2005. Disponível em <blig.ig.com.br/estudoscoloniais/files/2009/.../artigo_-_nelson-nozoe-pdf.pdf> Acesso em: 27 jun. 2010.

VASCONCELLOS, J. G. M. A construção do elemento sócio-histórico na cultura das empresas capixabas, *RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social*. Online. Ano 1, v.1, n. 2, p. 13-33, 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10060>> Acesso em: 13 jun. 2016.

Recebido em: 24.11.2016 - Aprovado em: 20.01.2017





ARTIGO

CAIPIRA, NÃO! SOU POMITAFRO, SIM SENHOR!

Marcos Teixeira de Souza

Doutor em Sociologia — IUPERJ. Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEAA

Sandra Márcia de Melo

Doutoranda em Sociologia — IUPERJ

Cássia Raquel Beiersdorf

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional — Faculdade Dom Bosco. Professora da rede municipal de Arroio do Padre — RS



Resumo

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais, e as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, entre outros, acenaram para uma perspectiva mais plural, cultural e etnicamente falando, da escola, demovendo-lhe de uma visão monocultural, geralmente eurocêntrica, conforme explicita Gonçalves (2007). Bem antes disso, em 1989, ao se interrogar sobre a hegemonia de uma tradição escolar Brasil afora, isto é, a realização de festa caipira, alguns professores de uma escola agrícola do pequeno município de Vila Pavão (ES) repensaram essa tradição do calendário escolar brasileiro e criaram em substituição ao evento, uma festa identitária e culturalmente mais consonante com suas raízes históricas, (JACOB, 2011): a Pomitafrô (neologismo formado pela junção das três etnias POMeranos, ITALianos e AFROdescendentes), festa que, embora tivesse seu nascedouro na escola, ganhara posteriormente as ruas e a atenção da sociedade local, mobilizando anualmente praticamente todo o povo pavoense, inclusive inserida no hino e brasão municipais, dado o alcance que a Pomitafrô refletiu e reflete na municipalidade.

Palavras-chave: Pomitafrô, etnias, identidades, Vila Pavão, Escola.

Abstract

The National Curriculum Parameters (Parâmetros Curriculares Nacionais), the National curriculum guidelines (Diretrizes Curriculares Nacionais) and the 10.639/2003 e 11.645/2008 laws, amongst other policies leaned toward a more plural perspective of school, culturally and ethnically speaking, depriving the educational system of a monocultural and generally Eurocentric vision, as stated by Gonçalves (2007). Long before that, in 1989, when asked about a Brazilian school tradition, the making of a caipira party, some teachers of a rural school on the small city of Vila Pavão (ES) reinvented this tradition by replacing the traditional party with a newly created identitary commemoration more consonant with their historical roots, (JACOB, 2011): Pomitafrô (a neologism formed by the merging of three ethnicities: POMerans, ITALians and AFRO descendants), a party that posteriorly rose in popularity amongst the local society and nowadays mobilizes almost all the pavoense population yearly, having recently been included in the municipality's anthem and coat of arms.

Keywords: Pomitafrô, ethnicities, identities, Vila Pavão, Escola.

Introdução

Nas últimas duas décadas parece ser ponto pacífico ou menos controverso nos recentes estudos acadêmicos que o conceito *raça* se imbrica em uma série de imprecisões semânticas e teóricas, e, sobretudo, foi um termo largamente usado para fins de dominação política de um grupo étnico em relação a outro, especialmente nos séculos XIX e XX.

É claro que nas sociedades desse período, o conceito *raça*, apesar de impreciso, logrou mais apelo social e político em contextos de diversidade étnica, principalmente em meio a disputas, sejam elas por terras, influência política, poder, entre outros.

Com os estudos, por exemplo, de Hall (2006), as ciências humanas e sociais caminharam para o entendimento de um sujeito fragmentado em diversas identidades, e tal caminho não fora, por outro lado, vislumbrado pela intelectualidade do século XIX, momento em que as identidades eram vistas como fixas, denominadas e as distâncias sociais eram bem postas e marcadas na sociedade: escravo, senhor, rei, senador, camponês, etc.

Tal qual a montagem de um imenso e diversificado mosaico, o estudo da formação da identidade nacional levantou muitos debates polêmicos, por exemplo, entre partidários da Abolição e contrários a esta medida, bem como não poucos conflitos abertos e silenciosos, os quais ora se cavavam, ora se avivavam e se enfrentavam em sua formação, perseguindo continuamente respostas consistentes para a problemática não só da identidade do que seja brasileiro, mas também do que não seja brasileiro. E falar em identidade é tocar num tema caro aos indivíduos e às nações,

pois tal conceito influi na significação do que cada um percebe em si e no outro (indivíduo ou nação). Stuart Hall (2006: 49), em *A identidade cultural na pós-modernidade*, afirma:

as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós só sabemos o que significa ser “inglês devido ao modo como a “inglesidade” (Englishness) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. (HALL, 2006, p. 49)

A temática *relações interétnicas* no Brasil compreende parcela expressiva dos trabalhos na área de Ciências Sociais e Humanas. Não sem razão, a formação cultural e social do Brasil, oriunda da interação entre as matrizes africana, europeia e indígena, enraizara todo um *modus vivendi*, que perpassa memórias sociais e narrativas de estruturas do Brasil Colônia. Os trabalhos de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, dentre outros, tentaram, cada um a seu modo e com enfoques epistemológicos diversos, enveredar por um Brasil em que *raça* (ou *etnia*) figura como um critério relevante para entender as dinâmicas sociais, presentes em um país marcado pela diversidade, e que, na escola, segundo Gonçalves (2007, p. 172): *somente no fim do século XX, na década de 90, o sistema educacional brasileiro incorporará esta discussão*.

Pomitafro: uma festa pautada em uma construção identitária

De acordo com a interpretação de Antônio Sérgio Guimarães (1999), *raça* é uma construção sociológica que está presente no comportamento humano, com poder de disseminar a desigualdade, por meio de vantagens e desvantagens, a partir de modelos que se apresentam na nossa sociedade.

Com base na realidade histórica apresentada no decorrer do período colonial e que perdurou até as primeiras décadas pós-escravidão, o vocábulo ‘raça’ continha um estigma, isto é, expressava um contexto social extremamente preconceituoso e discriminatório, plenamente amparado pelo racismo científico.

Foi François Bernier¹ quem primeiro definiu uma classificação racial humana, quando publicou, em 1684, a “Nova divisão da terra pelas diferentes espécies ou raças que a habitam”. Carolus Linnaeus² foi o inventor do termo *homo sapiens*, classificando-o em cinco tipos, a saber: (1) Americano (*homo sapiens americanus*: vermelho, mau temperamento, subjugável); (2) Europeu (*euro-paeus*: branco, sério, forte); (3) Asiático (*homo sapiens asiaticus*: amarelo, melancólico, ganancioso); (4) Africano (*homo sapiens afer*: preto, impassível,

preguiçoso); (5) Monstruosa (*homo sapiens monstrosus*: sem definição geográfica, abrangendo diversos tipos como Patagônios da América do Sul, *Flatheads* canadenses, e demais que não podiam ser encaixadas nas quatro classificadas por Linnaeus como “normais”, de acordo com suas características físicas e morais).

Mais tarde, o sucessor de Linnaeus, Blumenbach³, em 1775, reconheceu “quatro variedades da humanidade”: europeu, asiático do leste e parte de América do Norte; australiano; africano e restante do Novo Mundo, mas em 1795, redefiniu essas variedades, criando cinco, então: caucasiano, mongol, etíope, americano e malaio. Entretanto, em 1916, foi divulgada a teoria da hipodescendência pelo norte-americano Marvin Harris⁴, que consistia na classificação de um indivíduo resultado do cruzamento de duas ‘raças’ diferentes, em que o fruto do cruzamento de duas etnias tinha como resultado de classificação a socialmente inferior. Por exemplo, “o cruzamento entre um branco e um índio é um índio”.

Como pode ser observado, desde tempos distantes dos atuais, a discussão sobre raça e etnia persiste. Para muitos cientistas, então, a primeira está associada às características morfológicas semelhantes, mas não é um termo considerado científico. Já a palavra etnia provém do adjetivo

grego *ethnikos*, derivação do substantivo (gente ou nação estrangeira). Assim, forma a ideia de identidade, reunindo para além da aparência física, religião, língua, modos de viver, entre outros pontos convergentes.

Portanto, atualmente, o termo etnia tem sido mais aplicado aos discursos que tratam de comunidades específicas, como é o caso dos três grupos aqui tratados – pomerano, italiano e afrodescendente. Cabe então considerar na relação entre nós e os outros a pertinência de o que diz Candau (2005, p. 19): *Nossa maneira de situarmos em relação a eles tende, “naturalmente”, isto é, está construída, a partir de uma perspectiva etnocêntrica*. Pensando nesta interação apontada por Candau, é oportuno, assim, debruçar-se sobre uma cidade capixaba.

Com cerca de nove mil habitantes, distante 276 km da capital Vitória, a cidade de Vila Pavão, situada no noroeste espírito-santense, singulariza-se por engendrar, em 1989, uma festa de cunho interétnico chamada *Pomitafro*, cuja última edição foi em 2011. Realizada geralmente no mês de agosto, visava à integração das principais etnias colonizadoras do município, pomeranos, italianos e afrodescendentes - daí o termo *Pomitafro*.

O hino e a bandeira municipais remetem à *Pomitafro* como ícone de uma cidade que se orgulha por sua diversidade étnica. O evento passa a constituir-se, então, de relevância para a sociedade e escola pavoense, no cotidiano e nas relações sociais dos moradores dessa cidade, que ano a ano, enfeitam suas casas, colaboram na organização da festa, desfilam símbolos de suas respectivas etnias, etc. Além da concentração de habitantes na zona rural, quase 80%, a cidade se destaca por mais duas particularidades: a bem

sucedida agricultura familiar e as imensas jazidas de granito, que fazem do município um dos expoentes nacionais do produto.

A história de Vila Pavão está atrelada à migração e à luta pela emancipação de Nova Venécia, município do qual o então distrito de Vila Pavão fazia parte. Jorge Kuster Jacob, pomerano morador da região e autor de *Cidades irmãs pomeranas: Vila Pavão (ES) e Espigão do Oeste (RO)*, esclarece em sua obra sobre que:

Até a década de 1920, a região que hoje corresponde ao município de Vila Pavão era habitada por povos indígenas da família de botocudos. O município de Vila Pavão foi colonizado na década de 1920 por algumas famílias brasileiras que fugiam da seca no sertão baiano e interior de Minas Gerais. Em seguida, grandes madeireiros ocuparam a região para explorar peroba, jequitibá, entre outras essências florestais da Mata Atlântica. Na década de 1940, chegaram os primeiros imigrantes pomeranos, entre estes, Franz Ramlow, que articulou a vinda de grandes levas de pomeranos para a sede do município... (JACOB, 2011, p. 43).

Também chegaram nos anos 40, italianos e afrodescendentes em distritos da então Nova Venécia (JACOB, 2011, p. 43), estabelecendo esta tríade étnica que, no fim dos anos 80, daria sentido à *Pomitafro*.

Como fora abordado sobre a migração como um componente da história de Vila Pavão, essa chegou, nas décadas de 70 e 80, a perder parcelas de população para o estado de Rondônia, que atraía a esperança de muitos pavoenses, a maioria pomeranos, para as oportunidades de

¹ François Bernier (1625-1688) foi um viajante, antropólogo e médico francês, e realizou uma expedição pelo subcontinente indiano (Índia, Paquistão, Bangladesh, Nepal). Foi o primeiro europeu a chegar à Caxemira.

² Carolus Linnaeus (1707-1778), sueco, foi um botânico, zoólogo e médico sueco, criador da nomenclatura binomial e da classificação científica, sendo assim considerado o “pai da taxonomia moderna”. Taxonomia é a disciplina acadêmica que define os grupos de organismos biológicos, com base em características comuns e dá nomes a esses grupos.

³ Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) foi um antropólogo e zoólogo alemão, que classificou o ser humano em raças.

⁴ Marvin Harris (1927-2001) foi um antropólogo norte-americano e realizou uma gama de estudos sobre a temática étnico-racial na África, Índia e América do Sul, inclusive no Brasil. É de Marvin Harris o termo hipodescendência, conceito em que indivíduos miscigenados: “a criança das uniões inter-étnicas/raciais pertence à raça/etnia considerada biológica ou socialmente inferior”.

aquisição de terras e trabalho. De acordo com Jacob (2011): *A década de 1980 foi o auge da migração para Rondônia, quando Vila Pavão chegou a perder 40% de sua população* (JACOB, 2011, p. 44).

Apesar de tal êxodo nos anos 80, Vila Pavão se fortalece com o processo de luta por emancipação de Nova Venécia, luta esta cunhada com o neologismo EMANCIPAVÃO, uma alusão ao desejo de emancipação de Vila Pavão. Formada por alguns professores, vereadores, pastores, comerciantes, indivíduos influentes na localidade, entre outros, a luta pela emancipação tem sua meta atingida em 1º de julho de 1990, inaugurando uma nova história para Vila Pavão, nome dado por viajantes que pernoitavam na localidade, em uma casa onde havia um desenho de um pavão.

A atuação política não estivera divorciada também dos próprios descendentes de imigrantes, no sentido de ações para a valorização da tríade étnica que vêm acontecendo ao longo desse período em que a Pomitafro tem sido realizada, para o reconhecimento de seus valores culturais frente à diversidade da cultura brasileira.

Nesse sentido, a partir dos anos 1980 – e continua até hoje – a mobilização consciente, por meio de associações, de encontros, dentre outras mais atividades na busca do resgate e da preservação da imigração europeia no solo capixaba, criou uma atmosfera propícia a fim de que as culturas oriundas da imigração se firmem como uma marca identitária da região espírito-santense, gerando dividendos positivos se bem aproveitada.

Mas nem sempre foi assim. O silêncio praticamente imposto aos imigrantes, especificamente dessas três etnias que formam o movimento Pomitafro, foi rompido por esses próprios

atores sociais outrora alijados de se expressarem e se posicionarem como grupos sociais formadores do desenvolvimento do Espírito Santo. Ao quebrar o silêncio e levar suas manifestações culturais para as praças, para as festas públicas, para outros espaços de visibilidade, esses descendentes fomentam a atividade turística, ainda que ela não seja a razão primordial. Assim, retomando Pollak (1989),

o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais (POLLAK, 1989, p. 5).

E uma das principais forças coercitivas manifesta-se na esfera educacional, por meio da transmissão de moldes culturais, sociais, etc., e os reforça calcados nas premissas da sociedade.

Alberto Tosi Rodrigues, em *Sociologia da Educação* (2003, p. 25-27), discorrendo sobre a teoria durkheimiana para a Educação, salienta que o processo de educação se dá envolto à transmissão de valores e crenças, acumulados pelas gerações passadas para as gerações seguintes, propiciando assim ao que o autor expressa “vontade da sociedade”.

No conteúdo, o currículo escolar, ao tratar da cultura brasileira como um todo, concorre para prevalecer um silenciamento ou distanciamento de expressões de moldes não eurocêntricos, como as expressões culturais de matrizes africanas.

A escola, ainda que siga algumas diretrizes nacionais e obedeça às leis educacionais, não apresenta um pensamento único em relação às suas praxes, aos seus valores perante a sociedade. Os atores envolvidos na esfera da educação,

como ocorre normalmente em outros setores e instituições, ora concordam entre si, ora discordam, e comumente precisam negociar acordos. Tais situações favorecem o amadurecimento da escola como uma instituição que abriga múltiplas concepções e posicionamentos na e da sociedade. A Pomitafro se insere neste contexto de repensar uma atividade escolar, de confrontar o *status quo*.

Para Durkheim, a escola caracteriza-se como uma instituição crucial para a formação de uma consciência social. Em Vila Pavão, tanto na sede quanto nos demais distritos, geralmente há uma escola e uma igreja. E são elas, não excluindo a participação de outros processos de socialização como a família, algumas das principais responsáveis pela construção de uma consciência coletiva local.

Então, esses valores são presentes e transmitidos nas festas e manifestações folclóricas no Estado do Espírito Santo, em especial, na comunidade pavoense, muitas das quais enaltecedoras da cultura local e das etnias formadoras dessa unidade da federação, ressaltando a cultura no cenário nacional e mostrando que a diversidade cultural e étnica particulariza o país em comparação a outras nações, sem obviamente cair no perigoso discurso das dicotomias da chamada cultura erudita *versus* cultura popular; cultura oficial em oposição à marginal e outras mais polaridades que escondem a armadilha da suposição de que uma determinada cultura é superior ou inferior a outra. Por isso, nesse panorama a Pomitafro torna-se uma festa peculiar no Brasil, quiçá no mundo.

Criada em 1989 a Pomitafro é um evento cultural que visa promover as manifestações culturais e identitárias das etnias pomerana, italiana

e africana, ou seja, as três principais etnias fundadoras de Vila Pavão. Sublinhando a relevância turística da festa, Joêmio Camilo Filho, em sua monografia, exprime o contexto do surgimento da Pomitafro:

Posteriormente, mais precisamente em 1989, alguns professores e moradores se reuniram no Centro Estadual de Integração da Educação Rural (CEIER) e chegaram a um questionamento: será que Vila Pavão não tem algo de significativo a ser festejado, com relação a essa miscigenação de raças? Seguindo esta linha de pensamento, criaram um evento com essa finalidade: a Pomitafro. O nome se originou de pomeranos, italianos e afrodescendentes, que foram os principais colonizadores do município (FILHO, 2010, p. 10).

Vindo do contexto escolar, e restrito a ele em suas primeiras edições, até alcançar o âmbito municipal, o evento, ano a ano, passou angariar maior participação popular.

Todos os anos, geralmente na primeira semana de agosto, a população se mobiliza enfeitando suas casas, a fim de realizarem a Pomitafro. O número de pessoas que se oferecem como voluntárias para a realização do evento é bastante significativo e muitas querem se envolver, pois sabem que essa é uma grande oportunidade de divulgar o município. Hoje, passadas 17 edições da Pomitafro, o evento passou a ser a principal festa da cidade e é considerada por muitos, um dos maiores eventos étnicos e culturais do país (FILHO, 2010, p. 28).

Sobre o grau de envolvimento da comunidade na festa, Emanuely Tiburtino Salvador (2003) ressalta:

Por ser um evento que atrai um número considerável de turistas, a Pomitafro envolve toda comunidade local, desde seu planejamento até a sua realização final, resultando em renda e empregos para a região (SALVADOR, 2003, p. 10).

Salienta ainda Filho (2010), calcado em dados da Secretaria Municipal de Turismo de Vila Pavão, que o número de visitantes nos dias de festa chega a aproximadamente 30 mil pessoas, ou seja, mais que o triplo do número de habitantes locais (FILHO, 2010, p. 28).

Sem esquecer a esfera política, o cerne da Pomitafro reside no envolvimento das escolas e na mobilização dos munícipes. A associação entre *escola e sociedade* alavanca condições propícias para que a festa se perpetue no município, uma vez que a escola, um dos principais atores sociais, muito colabora na formação das seguintes gerações pavoenses, transmitindo, dessa maneira, os valores éticos da Pomitafro. Outra resultante dessa associação materializa-se também pela presença dos pais na vida escolar de seus filhos. Assim, a presença em reuniões pedagógicas e o interesse desses, além da participação. Portanto, no caso da Pomitafro, como é verificado nas observações de Filho (2010) e Salvador (2003), a escola é uma das molas propulsoras do evento.

Como o nascedouro e desenvolvimento da Pomitafro, a escola é consonante com o papel desta instituição não só como uma instância educativo-formal, mas também no âmbito cultural. A escola, assim como outras instituições sociais,

não está descontextualizada das culturas imersas no cotidiano dos indivíduos, pois as relações entre escola e cultura é inerente a todo processo educativo. Não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa.

No âmbito cultural é relevante fazer referência ao investimento que os governos municipais têm destinado em cultura. Muitos municípios têm encontrado no setor a oportunidade de gerar renda e empregos para sua comunidade, bem como engendrar mais divisas para sua economia. Neste sentido, investir em cultura passa a ser estratégico. Para os elaboradores do relatório Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura – 2006:

A existência de uma política cultural no município é um dos principais indicadores da importância que o setor tem do ponto de vista (IBGE, 2007, p. 42).

Entretanto, não se restringindo ao aspecto econômico, investimento em cultura envolve a dimensão da formação histórica e identitária de um povo e uma etnia, resgatando e valorizando traços culturais presentes no município.

A Pomitafro representou para Vila Pavão um redescobrir de sua história. Também, possibilitou ao município fortalecer suas origens, particularizando sua história em relação à Nova Venécia, porque engendrou uma cultura local, autônoma, centrada nas contribuições de pomeranos, italianos e afrodescendentes.

Uma das características que distingue o Brasil, em paralelo a tantas outras nações latinas e de outros continentes, é reconhecidamente a sua ex-

tensão territorial, bem como sua formação e miscelânea cultural, étnica e histórica, que se fizeram no contato e na interação entre a matriz africana, europeia e indígena, sem obviamente esquecer das especificidades no interior destas matrizes; e sem olvidar também a imigração de origem asiática, judaica, etc., resultando dessa interação um povo e um lugar peculiar, uma identidade que deve às heranças culturais e identitárias diversas que foram construídas em seu processo de formação, e que perpassa até o presente não só pelo imaginário coletivo brasileiro, mas também pelas próprias instituições sociais e símbolos da nação tupiniquim, ainda que haja um modo de ser eurocêntrico erguido como ideal.

Principalmente com Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1992), a pluralidade étnica e cultural brasileira passou a ser vista como um dos trunfos da nação. Freyre (1992), diferentemente de muitos intelectuais anteriores e contemporâneos a ele, que, em geral, entendiam estar o modelo de progresso da nação ligado à introdução do modelo europeu no seio da sociedade brasileira, Freyre concebeu a mestiçagem como um traço positivo.

Outro teórico que, mais tarde, promoveu tal ideário foi Darcy Ribeiro. Em obras, como *As Américas e a Civilização – processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos* (1970), *O Povo Brasileiro a Formação e o Sentido de Brasil* (1995), Ribeiro considera que, apesar dos problemas oriundos da colonização, o Brasil se distinguiu positivamente de outras nações pela amplitude cultural, étnica, bem como os desdobramentos destas, formando assim uma nação peculiar e forte, ou ainda, nas palavras de Ribeiro, “um povo novo”.

No âmbito da educação brasileira, a temática *pluralidade* passou a ganhar alguma visibilidade tardiamente em relação à Freyre (1933). Com a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*, em 1998, cuja proposta era oferecer aos docentes não regras, mas, como o próprio nome já sugere, parâmetros no tocante ao currículo oficial. Mais do que ensinar português, matemática, geografia, entre outras disciplinas, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), ouvindo os anseios e as reivindicações de muitos educadores, via que a escola precisava tratar de temas sociais muitas vezes ausentes dos conteúdos escolares. Deste modo, a inserção dos chamados *temas transversais* (ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho e consumo, e pluralidade cultural) colaboraria positivamente para que a escola pudesse ser um canal expressivo no tratamento e/ou suprimento de algumas lacunas sociais do Estado na vida dos alunos, além de ser um canal de formação de valores éticos e sociais, objetivando assim a uma cidadania mais patente aos discentes brasileiros.

Cada tema transversal aludiria direta ou indiretamente às problemáticas brasileiras. Dentre elas, a temática *pluralidade cultural* pressuporia tratar na escola a formação étnica e a diversidade cultural do Brasil, originada pela presença e colaboração de várias etnias presentes na nação. Em outras palavras, ao se trabalhar tal temática em sala de aula, abrir-se-ia também o espaço para tópicos e debates sobre a contribuição africana, indígena e europeia, entre outras; sobre a necessidade de combate ao racismo e ao preconceito. Neste aspecto, Gonçalves (2007, p. 185) entende:

o reconhecimento da produção cultural dos grupos étnicos/raciais que compõem a sociedade brasileira poderá ser um caminho para a construção de um país verdadeiramente multirracial.

Por exemplo, em geral, nos livros didáticos, a África e a cultura negra se encontram à margem, em notas de rodapé, ou em breves citações, ou ficam mesmo invisíveis. Compreende-se assim, com clareza, um professor desconhecer (ou não saber ensinar) algo sobre a cultura negra e/ou afro-brasileira. No caso da cultura pomerana, tal situação se mostra semelhante, já que os livros didáticos pouco trabalham com as minorias étnicas, e, quando as trazem para suas páginas, tendem a ser de modo estereotipado.

Sobre a cultura afro na escola, Ana Célia da Silva (1996) acredita que este contexto adverso ao negro se faz presente na educação brasileira pela ideologia dominante, que deseja perpetuar o *status quo*:

O processo de seletividade dos conteúdos curriculares, o currículo oculto, a invisibilidade e o recalque da imagem e cultura dos segmentos sem prevalência histórica na nossa sociedade são alguns dos mecanismos produzidos para manter a hegemonia da ideologia dominante (SILVA, 1996, p. 141).

Alerta ainda Silva (1996) que tal ideologia, a do *embranquecimento* na educação, representa um grande perigo para as crianças (por estarem em processo de maturação ainda), que acabam por serem formadas sob uma lógica não contempladora de uma diversidade étnica sadia, mas de uma imagem deturpada da diversidade,

mas que atenderia perfeitamente à ideologia desejada pelo grupo social dominante:

Os materiais pedagógicos, especificamente o livro didático, pela importância e caráter de verdadeiro que o professor muitas vezes lhe atribui, têm o poder de expandir estereótipos e visões idealizadas de mundo, que podem vir a se constituir, para a criança, uma representação de real concreto, uma vez que o seu processo psíquico de identificação é mais forte do que no adulto (SILVA, 1996, p. 142).

Tal alerta de Silva (1996) faz sentido, ao observar a pesquisa de Hutz (*apud* FERREIRA, 2007) com crianças brasileiras.

Outro trabalho de um dos autores, Hutz (1988), sugere que os estereótipos em relação à pessoa negra já vêm se desenvolvendo em crianças, desde a época escolar. Investigando as atitudes de crianças brasileiras, na faixa de 4 a 6 anos, com relação à cor, conclui que as crianças brancas, sistematicamente, apresentam um forte viés pró-branco, isto é, tendem a atribuir ações socialmente desejáveis a personagens brancas em histórias a ela narradas, e um forte viés anti-negro, atribuindo ações socialmente indesejáveis a personagens negras. As crianças negras também demonstram expressivo viés pró-branco, porém não demonstram viés anti-negro (FERREIRA, 2007, p. 75).

Decorrida mais de uma década, apesar de alguns avanços na legislação, não é difícil supor que uma tentativa de pesquisa similar não tenha um resultado próximo ou correspondente.

Retomando V. M Figueira (1990), as autoras (coordenadoras da obra) *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade* (2006), Miriam Abramovay & Mary Garcia Castro enfatizam o problema do livro didático:

O livro didático é um importante instrumento de formação da personalidade das crianças e adolescentes, logo a grande quantidade de imagens e opiniões estereotipadas e preconceituosas sobre o negro afeta a mente dos indivíduos—negros ou brancos—e, de forma mais geral, a sociedade. Os negros são comumente retratados como indivíduos rudes e embrutecidos, criando uma ideia de “animalização do negro”, ou dele como o elemento subalterno da sociedade, exercendo sempre as ocupações mais baixas da estrutura social. Assim, é gerada uma ideia de inferioridade do negro em relação ao branco e estimulado um “ideal de ego branco” e de embranquecimento (ABRAMOVAY & CASTRO, 2006, p. 137).

Fora da escola, a lógica tende a seguir o mesmo rumo. O Brasil, que se orgulha miscigenado, assiste a novelas, a propagandas, a padrões de beleza e de cultura, cujos pressupostos são arraigados predominantemente em modelos eurocêtricos (ou ainda, norte-americanos). Negritude é um tema pouco levantado, seja na escola, ou na sociedade como um todo. A criança brasileira que, mais tarde, será o docente nas salas de aulas, tenderá fatalmente a reproduzir o que adquiriu e aprendeu como verdade. Assim, é válido considerar o que Conselho Nacional de Educação preconiza:

Temos, pois, pedagogias de combate ao racismo e às discriminações por criar. É claro que há

experiências de professores e de algumas escolas, ainda isoladas, que muito vão ajudar. (CNE, 2004, p. 9)

Neste ponto, Santos (2009) acredita que houve um avanço a partir das leis como a das ações afirmativas:

Na prática, o sistema educacional brasileiro deu passos largos em direção à adoção de programas de ações afirmativas, isto é, conjuntos de ações políticas e orçamentárias destinadas à correção de desigualdades raciais e sociais. Essas ações visam a oferecer tratamento diferenciado a fim de corrigir desvantagens históricas e eliminar a marginalização criada e mantida pela estrutura social brasileira (SANTOS, 2009, p. 82).

O processo de invisibilidade do negro na sociedade omite geralmente o negro do cenário cultural e intelectual na sociedade. A naturalização do negro como ocupante de precários postos de trabalho reaviva a imagem do *negro escravo*. Esta imagem ainda muito viva na sociedade alimenta a errônea tese de que o negro não detém um grau de intelectualidade igual a um indivíduo de cor branca, por exemplo.

Com os pomeranos, seja de Vila Pavão, seja de outros municípios onde houve imigração dessa etnia, ocorrem também processos de discriminação. Apesar de terem a pele clara, padrão estético eurocêntrico, os pomeranos foram alvos de perseguição pelo Estado brasileiro. Sobre isto, escreve Jorcy Foerste Jacob (2010):

Os pomeranos não se viam como brasileiros, mas também não eram iguais aos alemães. No

fim da década de 30, a “política de nacionalização” do governo Vargas e a Segunda Guerra Mundial vêm para tornar esses olhares ainda mais confusos. A teoria de muitos intelectuais dos anos 30 aos 50 era de que aprendendo a língua nacional, os grupos étnicos seriam assimilados à cultura nacional. Se por um lado o Estado tenta integrá-los proibindo de forma autoritária a língua materna, por outro, os chamam de alemães e os perseguem (JACOB, 2010, p. 32).

Se a imagem do *negro* em todo o Brasil era associada praticamente à de escravo, de subalterno, sendo um legado do longo processo de escravidão e pós-escravidão com pouco acesso à educação, à saúde, etc. com os pomeranos a imagem aproximativa era com os nazistas, o que incitava ódio contra os pomeranos, rendendo-lhes angústia, conforme descreve Jorge Kuster Jacob (2010):

Na época da II Guerra Mundial os pomeranos no Espírito Santo eram confundidos com alemães nazistas; eram torturados e perseguidos pelos “bate-paus” de Getúlio Vargas. Os “bate-paus” muitas vezes eram bandidos civis que se disfarçavam de militares de Getúlio Vargas, e assim saqueavam comida, bebida, animais encilhados, objetos de valor como relógios, dinheiro, tudo que podiam carregar. Em especial, tudo que tinha escrita alemã era destruído ou confiscado. Para “proteger” o Brasil do nazismo muitas barbaridades foram cometidas contra estes humildes agricultores que nem sabiam o que acontecia do outro lado do mundo. (JACOB, 2010, p. 26).

Entre os italianos que foram para o Espírito Santo, apesar de um modelo político na sociedade brasileira que preconizava a branquitude como sinônimo para o desenvolvimento social e econômico, esse grupo étnico foi vítima da falta de atenção do governo brasileiro, conforme relata Colbari (1997):

As populações que imigravam para o Espírito Santo enfrentavam uma série de obstáculos: as péssimas condições de viagem, a opressão dos latifundiários, a falta de escrúpulos dos agenciadores de mão-de-obra, o suborno dos funcionários do governo, etc. Além desses infortúnios, deparavam-se com a dureza das condições materiais: as terras não eram férteis, o governo e os agentes de imigração não cumpriam as promessas ou os compromissos firmados, como o pagamento pela construção de estradas, a derrubada de árvores e edificação de casas, e o adiantamento dos instrumentos para a lavoura. Por sua vez, as cobranças que recaíam sobre os imigrantes eram rígidas (COLBARI, 1997, p. 6).

Alberto Carlos Almeida, na obra *A cabeça do brasileiro* (2007), perfila elementos, a seu ver, intrínsecos da cultura brasileira, trazendo à tona temas como sexualidade, política, *jeitinho brasileiro*, preconceito racial, etc., evidenciando como o brasileiro, de modo geral, vê tais temas. Abordando a forma de como o brasileiro concebe a questão racial – ou étnica – no país, o autor explicita como a questão racial (ou étnica) encontra-se arraigada nos comportamentos dos brasileiros, sobretudo, na formação e perpetuação de estereótipos.

A despeito das especificidades no tocante a uma desvalorização de determinadas etnias

citadas no Espírito Santo, em que foram abandonadas e/ou vitimadas pelo aparelho do Estado, a formação de uma identidade nacional no Brasil privilegiou a matriz europeia, sedimentada em teorias raciais do século XIX, que especulavam a inferioridade de negros e indígenas. No bojo destas teorias raciais, aliada às difíceis condições socioeconômicas de negros e indígenas, a incorporação da matriz europeia na construção da identidade nacional representou uma esperança de desenvolvimento, de progresso de um país que se propunha a ser uma nação forte, eivada de atrasos sociais, maculado pela longa escravidão, pelas ausências de amplas políticas na área da educação, da economia, de gestão, entre outros. Na primeira e segunda década do século XX, as políticas e discursos em torno do embranquecimento da população brasileira ratificam o olhar condescendente e validador para este objetivo.

Um dos intelectuais influentes na cultura brasileira e favoráveis ao embranquecimento do povo brasileiro, Monteiro Lobato, com sua extensa obra literária, não só colaborou para a disseminação deste ideário, bem como trouxe para o cenário nacional a figura caricata do Jeca Tatu, que propalava todo um ultraje contra o caboclo caipira, contra o interiorano paulista.

Um pouco diferentemente do contexto identitário nacional, Vila Pavão teve em sua formação processos de discriminação contra negros e pomeranos, e, em menor projeção, contra os imigrantes italianos. Por detrás de uma questão de cor da epiderme ou das peculiaridades de cada etnia, havia também a desconfiança, o desconhecimento do outro, as incertezas quanto à sobrevivência e ao futuro na localidade, o medo da perda da terra, principal fonte para o

sustento, que desembocavam em casos de perseguição, de aflição e de preconceito racial (ou étnico).

O processo de luta pela emancipação de Vila Pavão, nos fins dos anos 80, problematiza a história local e a reinscreve para uma trilha diferente da outrora. É neste contexto, em que os indivíduos, de etnias diversas, precisaram unir-se em busca da emancipação. E meio a esta atmosfera de buscar a emancipação do então distrito Vila Pavão, outrora pertencente ao município de Nova Venécia, nasce a Pomitafro, em 1989, em uma escola com uma proposta de integração e união das etnias, em substituição à festa caipira, presente no calendário escolar da maioria das escolas; e praticamente como um ato contínuo a este processo, dá-se a emancipação do distrito, em 1990.

Considerações finais

A Pomitafro representa uma voz cuja fala, na época, fora e ainda é oportuna não só para Vila Pavão, mas também para o Brasil, a medida que traz à tona, tanto no ambiente escolar, quanto em outros espaços sociais, como as ruas do município, o debate em torno do preconceito latente na sociedade brasileira, bem como a possibilidade de criar rupturas neste processo de discriminação e preconceito contra o outro, que, como foram abordados em alguns momentos deste artigo, penitenciaram pomeranos e afrodescendentes.

Questiona-se assim o desconhecimento, em nível nacional, de uma festa étnica desta natureza e de engenhosidade intelectual tal como é, enquanto que as festas caipiras, por exemplo, que

desfiguram o brasileiro ou que o rotulam como um estulto, são presentes em muitas escolas ou conhecidas em todo o território brasileiro. Uma primeira resposta a tal provocação pode estar no fato de Vila Pavão ser um município de menor expressão e distante das metrópoles.

A primeira resposta tem sua razão, mas se esvai de sentido ao pensar que as fronteiras de comunicação foram diminuídas e que o país ufano de sua miscigenação não se sente confortável em tocar em determinados assuntos, o que faz uma festa como a Pomitafró se situar entre o querer de uns e o não querer de outros. Mas, como se diz na língua pomerana, não se pode negar que: *Dai Pomerisch, Italianisch un Swart kultur häwe grout weird* (A cultura pomerana, negra e italiana tem grande importância).

Nas falas de alguns moradores, e principalmente dos militantes e ativistas culturais de Vila Pavão, a Pomitafró constrói o antes e o depois da história local. É como se a Pomitafró fosse capaz de ter causado uma reviravolta no cotidiano da cidade, embora quando a festa foi criada, se-

gundo contam moradores e organizadores, não se imaginava que se tornaria, em poucos anos, a principal manifestação cultural da localidade (a Festa da Cidade), nem que seria responsável, como acreditam e dizem muitos moradores e ativistas, por mudanças significativas na cultura local. Neste ponto, o passado é acionado, por muitos pavoenses, principalmente os ativistas dos “grupos étnicos”, como importante para explicar que antes da Pomitafró havia racismo e preconceito em Vila Pavão, e que depois da Pomitafró as “etnias” passaram a se unir. O exemplo mais recente da relevância da festa nas falas locais é a criação do Museu Virtual da Pomitafró, cujo site é o <http://www.museupomitafró.com.br/>, em outubro de 2016.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade*. Brasília: UNESCO, 2006.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombos: identidade étnica*

e territorialidade. O'DWYER, Eliane Catarino (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CANDAU, Vera. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In: CANDAU, Vera. (orgs) *Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CNE. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: CNE, 2004.

COLBARI, Antonia. *Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira*. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 17, n. 34, 1997.

FERREIRA, Ricardo Franklin. A construção da identidade do afro-descendente – a Psicologia brasileira e a questão racial. In.: BACELAR, Jéferson e CAROSO, Carlos (orgs.) *Brasil, um país de negros?* 2ª. ed. Rio de Janeiro: Pallas, Salvador, Ba: CEAQ, 2007.

FIGUEIRA, Vera Moreira. *O preconceito racial na escola*. Estudos Afro-Asiáticos, n. 18, p. 63-72, 1990.

FILHO, Joêmio Camilo. *Turismo, cultura e identidade: a Pomitafró e suas representações em Vila Pavão – ES*. Vitória: Monografia, Faculdade Estácio de Sá de Vitória, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 28ªed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GONÇALVES, Maria Alice Resende. A cultura afro-brasileira e a escola. In: GONÇALVES, Maria Alice Resende. *Educação, cultura e literatura afro-brasileira: contribuições para a discussão da questão racial na escola*. Rio de Janeiro: Quartet, NEAB-UERJ, 2007.

GUIMARÃES. Antônio Sergio. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34. 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municí-*

pios Brasileiros – Cultura – 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

JACOB, Jorcy Foesrte. *A Pomerânia brasileira: uma eterna migração*. Vila Pavão: Banco do Nordeste; Funarte, 2010.

JACOB, Jorge Kuster. *Cidades irmãs pomeranas: Vila Pavão (ES) e Espigão do Oeste (RO)*. Nova Venécia: Gráfica e Editora Cricaré, 2011.

MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização – processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos*, 1970.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro a Formação e o Sentido de Brasil*, 1995.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SALVADOR, Emanuely Tiburtino. *Pomitafró: festas de culturas pomerana, italiana e africana*. Guarapari: Monografia, Faculdades Integradas Padre Anchieta, 2003.

SANTOS, Diego Junior da Silva; Palomares, Nathália Barbosa; Normando, David; Quintão, Cátia Cardoso Abdo. *Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar*. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>.

SANTOS, Gevanilda. *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2009.

SILVA, Ana Célia. *Construindo a Auto-estima da Criança negra*. In: *Superando o Racismo na escola*. 2ª edição revisada/Kabengele Munanga, organizador. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Recebido em: 25.11.2016 - Aprovado em: 15.01.2017



ARTIGO

**O ROTEIRO DE
LUÍS TEIXEIRA E A
REPRESENTAÇÃO DA
CAPITANIA DO
ESPÍRITO SANTO**

Fabio Paiva Reis

Doutor em História pela Universidade do Minho, Portugal. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, membro do Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória, na Universidade do Minho e membro do corpo científico da Revista Onisciência, de Portugal.

Resumo

O primeiro mapa do Espírito Santo é uma obra de Luís Teixeira, um dos mais importantes cosmógrafos-mo-res de Portugal. Sua principal obra é o “Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas, que ha na costa do Brasil, desdo cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães”, o primeiro atlas do Brasil, feito em ca.1586. Neste artigo apresen-to o contexto da cartografia ibérica em finais do século XVI e faço uma análise do mapa da Ilha de Duarte de Lemos a fim de compreender como este mapa foi feito e que mensagem ele passa aos seus leitores.

Palavras-chave: Cartografia, Espírito Santo, América portuguesa, Século XVI.

Abstract

The first map of Espírito Santo is a work of Luís Tei-xeira, one of the most important cosmographers of Portugal. His main work is the “Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas, que ha na costa do Brasil, desdo cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães”, the first atlas of Brazil, made in ca.1586. In this article I present the context of Iberian cartography at the end of the 16th century and analyze the map of Ilha de Duarte de Le-mos in order to understand how this map was made and what message it passes to its readers.

Keywords: Cartography, Espírito Santo, Portuguese America, 16thCentury.

A cartografia ibérica

Para entender os primeiros mapas da Capitania do Espírito Santo, feitos entre fins do século XVI e iní-cio do XVII, é preciso entender também a situação em que Portugal estava, o significado que a Amé-rica tinha para os portugueses e também para a Espanha de então, já que esse espaço de tempo envolve o período da União Ibérica (1580-1640). O conhecimento sobre a América, nos sécu-los pós-descobrimento, era monopolizado pelas duas Coroas e as disputas por território no Novo Mundo duraram pelo menos até o fim do século XVIII, passando por etapas importantes como os Tratados de Madrid, em 1750, o de El Pardo, em 1761, Santo Ildefonso, de 1777, e culminando no de Badajós, de 1801 (MAGNOLI, 2003, p. 3). Nesses primeiros séculos da colonização da América, documentos gráficos se tornaram um

recurso econômico, já que declaravam posse so-bre terras distantes e abriam caminho para as ro-tas comerciais formadas no Atlântico e no Pacífico. No século XVI, antes de partirem para o Atlântico e limitados à Europa, os portugueses utilizavam suas “cartas portulanos” para nave-gação, de onde evoluiu a cartografia moderna europeia. Essas cartas surgiram como um acom-panhamento do roteiro-portulano – textos des-critivos sobre as rotas marítimas, utilizados antes das próprias cartas, que surgiram para comple-mentá-los. As cartas e os roteiros formaram a base cartográfica de toda a costa da península ibérica antes das grandes navegações. O nome, portulano, foi inicialmente dado às informações escritas sobre a navegação pelos marinheiros, como distâncias, configuração de

costas e outros. Aos poucos, assumiu uma forma visual e hoje dá nome também, de certo modo, às cartas náuticas feitas nas navegações pelo Mediterrâneo até o século XV. Como escreve Frank Lestringant:

(...) a dupla mapa-múndi-cosmografia é a herdei-ra da dupla homóloga e anterior constituída pela carta-portulano e pelo roteiro-portulano. Essa nova díade é envolvida globalmente sob o título de cosmografia” (LESTRINGANT, 2009, p. 187).

Até o século XV, os mapas portulanos eram suficientes para manter uma navegação entre Europa e África, mas as variações magnéticas ao redor do globo colocaram em dúvida a seguran-ça da navegação por meio da bússola, fazendo com que cosmógrafos pensassem em alternati-vas, como o uso dos astros para definir a posição de alguém, ou alguma coisa, no globo. Surgia a cartografia europeia moderna.

Na Espanha, na *Casa de Contratación*, mapas do Novo Mundo eram entregues a pilotos que partiam para suas viagens através dos oceanos. Quando voltavam, eles deveriam levar de volta esses mapas com anotações sobre erros, corre-ções e novidades (MUNDY, 1996, p. 13) encontra-dos ou descobertos. Tudo isso seria incluído no *Padrón Real*, que era um grande mapa mestre mantido pelos espanhóis, onde seria possível encontrar todas as informações que a Espanha tinha do mundo.

O conhecimento reunido em um mapa como esse era mesmo invejado pelas demais na-ções europeias. Um mapa contendo as informa-ções mais atuais sobre o mundo (e mais: sobre o império de uma nação adversária) era, sem dúvi-

da, um alvo. Não por acaso, esses mapas tendiam a continuar manuscritos e muito bem guardados. Filipe II foi um dos maiores patronos da cartografia entre os séculos XVI e XVII. Estando à frente de dois impérios de proporções imensas, ele tinha não só as condições, mas também a necessidade de estabelecer uma maneira de administrar tudo à distância. De fato, um reino como Portugal ou Espanha no início dos Seiscentos era tão grande, que se tornava impossível controlá-los devidamente. Barbara Mundy, autora de *The Mapping of New Spain*, escreve sobre como era impossível que um rei de um império ultramarino como o de Filipe II conseguisse viajar por todas as suas terras e administrá-las *in loco*. Para começar, os próprios reinos na Europa já eram bastan-te grandes para serem visitados constante-mente. Uma viagem da Espanha até os Países Baixos (sob o domínio espanhol no início do século XVII) demorava cerca de sete semanas através do Caminho Espanhol (MUNDY, 1996, p. 5)¹. Esse era um trajeto que reis e rainhas eram capazes de fazer (e ainda faziam nesse período) de vez em quando. Mas a chegada da América tornou as visitas a todo o império im-possíveis. Uma viagem da Península Ibérica ao Novo Mundo demorava cerca de três meses. Além disso, suas colônias no ultramar eram dezenas de vezes maiores que os próprios rei-

1 O Caminho Espanhol era uma rota criada pelos espa-nhóis e utilizada entre fins do século XVI e início do XVII para comércio e movimentação de seus exércitos como alternativa ao transporte marítimo para certas regiões da Europa. A principal rota saía da Espanha indo até Milão, de onde seguia para o norte até Bruxelas. Sobre o assunto, ver PARKER, 2004.

nos. Assim, nenhum governante europeu ariscou navegar para as colônias ultramarinas, pelo menos não até 1807². Assim,

Da mesma forma que Filipe dava como presente cópias do seu retrato, para que seus súditos e parentes tivessem pelo menos uma imagem de seu rei isolado, o próprio Filipe comissionou mapas para ter uma imagem de seus reinos inalcançáveis. Seus avós itinerantes viram e foram vistos. O sedentário Filipe recebeu e enviou imagens ao invés disso: assim como o retrato substituiu a própria presença do Rei, também o mapa substituiu sua visão³.

Os mapas então passaram a ocupar adequadamente o espaço que havia entre coroa e súditos. A cartografia se tornou os olhos dos governantes e das cortes nos domínios distantes. Através desses olhos era possível compreender posses distantes e decisões poderiam ser tomadas sem qualquer ligação afetiva com os súditos.

Carla Lois e João Garcia consideram que os mapas ibéricos, concebidos pelos Armazéns da Guiné e Índia (Portugal) e pela *Casa da Contratación* (Espanha), moldaram-se com objetivos bas-

tante semelhantes e com diretrizes que tiveram uma mesma origem. Por isso, pertencem a uma família: seja do ponto de vista da produção institucional, seja das concepções que deram origem a essa produção (LOIS & GARCIA, 2009, p. 30).

Foram esses mapas que deram forma não só à América, mas também ao Atlântico Sul. Isso só foi possível graças às grandes famílias de cosmógrafos como Reinel, Homem, e Teixeira – essa última bastante produtiva quanto aos mapas do Brasil – que moldaram, desde os Quatrocentos, essa cartografia portuguesa.

No período filipino, a costa leste da América foi mapeada e, ao fim do século XVII, todo o litoral estava cartografado nos atlas dos Teixeira. Aos poucos, a cartografia ibérica passou a mostrar a importância que o Atlântico assumiu na política e economia europeias. Antes das demais nações, portugueses e espanhóis transferiram grande parte de seu interesse das políticas europeias para uma visão globalizada do mundo.

É de fato para o Atlântico e para o Brasil que se dirigem, de forma prioritária, as atenções da política portuguesa neste período (MONTEIRO, 2001, p. 209-210).

O Brasil aos poucos passou a ocupar um espaço de maior importância na política portuguesa. Sua relevância para o império português se tornou tão grande que durante as crises europeias dos Seiscentos, e inclusive ao fim da União Ibérica, existiram planos bastante estruturados defendendo que o rei poderia abandonar Portugal e se estabelecer definitivamente no Brasil. A historiadora Maria do Rosário Barata explica que esse plano

teve o pleno sentido da defesa da soberania, correspondeu a uma opção responsável preparada com anterioridade e prova, uma vez mais, a importância que o reino de Portugal atribuiu à dimensão marítima do seu viver coletivo (BARATA, 2001, p. 199).

Portugal definia como sua prioridade no século XVII a “defesa de suas rotas e a definição e proteção de suas fronteiras” (MONTEIRO, 2001, p. 212). Foi obrigado a lutar para reconquistar as regiões que perdera no Brasil, ocupadas por holandeses no Recife e também em São Luís, e assegurar o comércio contra ataques corsários a partir da

organização dos ‘combóios’ de acompanhamento às frotas mercantes, da discussão das vantagens e inconvenientes das companhias de comércio (BARATA, 2001, p. 191).

Essas e outras preocupações do século XVII, que centraram a atenção de Portugal no Brasil, fizeram com que Barata intitulasse a questão de “atlantização das atenções”. E um elemento capaz de demonstrar o crescimento dessa importância é que Portugal comissionou ainda no final do século XVI o roteiro de Luís Teixeira, que foi o primeiro trabalho cartográfico a representar o território do Brasil em detalhes, contanto com uma dúzia de cartas regionais.

O interesse de Portugal em ter o Brasil organizado em um atlas pela primeira vez nos oferece também um olhar sobre os pontos mais importantes da costa leste de então. A lista dos mapas de Teixeira é uma lista de vilas e portos que mereciam destaque pelo seu desenvolvimento e por

sua relevância no mundo colonial português.

Nessa lista, é claro, está a Capitania do Espírito Santo, o mapa mais antigo que há dessa região.

O mapa de Luís Teixeira

Luís Teixeira foi um dos poucos cosmógrafos portugueses que de fato percorreu e reconheceu a costa do Brasil, na década de 1570. Como escrevem Maria Helena Dias e Maria Fernanda Alegria, Luís Teixeira e seus filhos Pedro e João Teixeira, além do neto homônimo deste último, são alguns dos principais nomes da família Teixeira, uma das mais importantes para a cartografia de Portugal entre o século XVI e o XVII (DIAS & ALEGRIA, 1994, p. 57-58).

Os cosmógrafos⁴ tinham a função de fazer não só as cartas, mas também instrumentos de navegação para serem usados nas embarcações portuguesas. E essas funções a família Teixeira exerceu por cerca de cinco gerações em Portugal e na Espanha afirmam Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (1987). Luís Teixeira, tendo atuado por mais de 50 anos, foi o fundador de uma nova escola da cartografia portuguesa em

2 Ano em que a corte portuguesa deixou a Península Ibérica e viajou para o Brasil, onde se estabeleceu por alguns anos.

3 “In the same way that Philip gave as gifts copies of his portrait, so that his subjects and relatives would at least have an image of this cloistered king, Philip himself commissioned maps so as to have an image of his unreachable realms. His peripatetic great-grandparents had seen and had been seen; the sedentary Philip received and sent out images instead: just as the portrait stood in for the King’s own presence, so the map substituted for his own vision”. (MUNDY, 1996, p. 9).

4 Hoje se utiliza principalmente o termo “cartógrafos”, assim como “cartografia”. Entretanto, como o termo foi cunhado no século XX, preferi utilizar “cosmógrafo” e, quando pertinente, “cosmografia”, comuns no século XVII. Sobre a invenção da palavra “cartografia”, sabe-se exatamente o momento em que foi inventada pelo 2º Visconde de Santarém: “cartographia: invento esta palavra já que ahi se tem inventado tantas” – ele escreveu em uma carta a Francisco Adolfo de Varnhagen, importante investigador e diplomata brasileiro, em 8 de dezembro de 1839 (OLIVEIRA, F. R. d., 2006, p. 150).

seu período, tendo desenvolvido um estilo próprio que, posteriormente, foi copiado por seus descendentes. Ele foi aprendiz de Pedro Nunes, também famoso cosmógrafo português, pelo qual foi examinado, junto com Pedro Reinel, para o cargo de cosmógrafo da coroa. Além disso, enquanto atuou, manteve correspondência com importantes nomes da cartografia mundial, como Abraham Ortelius (BAESJOU, 2005).

Luís Teixeira esteve no Brasil entre os anos de 1573 e 1578, acompanhado o Governador Luis de Brito d'Almeida ao Novo Mundo. Teixeira teria sido mandando “ver, & emendar a costa do Brasil” (CORTESÃO, 1935, p. 272). Seu objetivo era atualizar as informações que se tinha em Portugal e produzir novo material, na forma do *Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas, que ha na costa do Brasil, desdo cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães* em cerca de 1586. Segue a lista de suas 13 cartas:

A lista completa das cartas presentes na obra é:

1. Vila de Olinda
2. Cabo de Santo Agostinho
3. Bahia de todos os Santos
4. Ilhéus e Vila de São Jorge
5. Rio Grande, Vila de Santo Amaro e Vila de Porto Seguro
6. Vila do Espírito Santo
7. Cabo Frio
8. Rio de Janeiro
9. Pão de Açúcar ao Monte de Trigo
10. Sam Vicente
11. Rio da Prata
12. Estreito de Magalhães
13. América do Sul, com a Linha da Demarcação.



Figura1: [Ilha de Duarte de Lemos], de Luis Teixeira, ca. 1586. Fonte: *Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas, que ha na costa do Brasil, desdo cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

É inevitável afirmar que Luís Teixeira é um ponto chave na história da cartografia portuguesa, servindo como elo entre os grandes nomes do passado, como Pedro Nunes e Pedro Reinel, e seus descendentes, como João e Pedro Teixeira, seus filhos, que fizeram uma quantidade imensa de cartas do Brasil.

O *Roteiro de todos os sinaes* (...) possui uma carta geral acompanhada de mais doze, que retratam portos e vilas importantes do litoral – apenas uma pequena parte do Brasil. No século XVII o território cartografado da colônia aumentou consideravelmente, especialmente na costa,



Figura2: Detalhe de [Ilha de Duarte de Lemos], de Luis Teixeira, ca. 1586. Fonte: *Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas, que ha na costa do Brasil, desdo cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

graças ao trabalho de seus descendentes ainda durante a União Ibérica.

A carta da Capitania do Espírito Santo pode ser vista acima.

Os mapas do Roteiro são acompanhados por um texto descritivo da costa do Brasil. Na folha 12, acima do mapa da Capitania do Espírito Santo, é possível ler:

E destas tres Ylhas / ao Spiritũ Santo ha doze legoas / e vindo ao norte. Veras outro Ylho / soo e himei ao mar delle e logo se me descobrirá a boca da bahia / a qual está em 20 graos de altu-

ra e por elles entrarei pera dentro vendo ylhas e sinaes que abaixo se me mostrão/.

O que Teixeira nos oferece é realmente um roteiro de navegação, complementado por suas cartas. A chegada ao Espírito Santo, para ele, é marcada por um ilhéu (o “Ilhéoescaluado”), próximo do qual está a entrada da baía onde estão as vilas da capitania. Ele escreve ainda a altura da baía em latitudes, deixando os detalhes da região para apresentar no mapa.

Os topônimos que aparecem no mapa são da esquerda para a direita:

- 1. Terra que vay pera o cabo frio
- 2. Jlhéoescaluado
- 3. Monte de Yoão moreno
- 4. Vilha velha de nossa Senhora da vitória
- 5. Penedo grande
- 6. Ilheo da veuuu
- 7. Aqui nãoha fundo
- 8. Rossas velhas
- 9. Ilha: de dom lorge
- 10. deanavãz
- 11. Villa do Spiritu Santo
- 12. Ponta do tubarão
- 13. Serra de mestre aluaro
- 14. Ilha de valentimnunēZ
- 15. Ilha de Duarte de lemos
- 16. Rio das barreiras.

A área demonstrada vai do Monte de João Moreno (hoje apenas Morro do Moreno) e o rio das Barreiras. Entre as ilhas e sinais que o cosmógrafo mostra é possível identificar claramente as principais ilhotas ao redor da Ilha de Duarte de Lemos, onde foi instalada a Vila de Vitória, sede da capitania.

Para Pero de Magalhães Gândavo, Vitória se encontrava a 50 léguas de distância de Porto Seguro, de acordo com seu *Tratado do Brasil* (GÂNDAVO, 1570, p.7), ou 60 léguas, de acordo com sua *História da Província de Santa Cruz* (GÂNDAVO, 1575, p.11) e a 20 graus de latitude – esta informação repetida por Luís Teixeira.

A vila podia ter até 180 vizinhos. Comparada a Pernambuco, que o autor declara ter mil vizinhos, ou a Baía de Todos os Santos, com mil e cem, o Espírito Santo é simplesmente pequeno. De fato, apenas Itamaracá (com 100 vizinhos) e o Rio de Janeiro (com 140 vizinhos) eram então

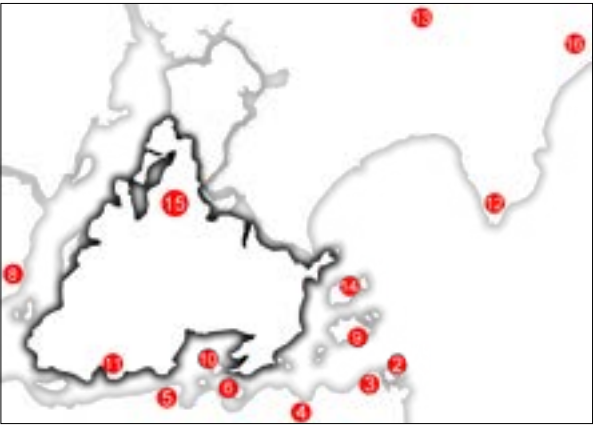


Figura 3: Posicionamento dos topônimos utilizados por Luís Teixeira em mapa adaptado da ilha de Vitória e seus arredores.

menores⁵.

O número de índios aldeados era consideravelmente maior. Fernão Cardim escreve que nas duas aldeias mais próximas da capitania, que seriam a de Nossa Senhora da Conceição (onde hoje está a cidade da Serra) e a de São João (hoje Carapina) viviam cerca de três mil almas cristãs, enquanto em Vitória havia “mais de 150 vizinhos”. As demais aldeias, espalhadas pela costa, somavam duas mil almas. São elas: aldeia de Nossa Senhora da Assunção (posteriormente Reritiba, Benevente e, hoje, Anchieta) e aldeia de Reis Magos (Nova Almeida) (Leal apud OLIVEIRA, J. T. d., 2008, p. 515).

Um elemento muito presente que compõe a paisagem da Capitania do Espírito Santo são os montes e serras, que representam as serras continentais que se aproximam do litoral brasileiro nessa região. Na entrada da baía de Vitória, à esquerda (próximo à Vila Velha), está o Morro do

5 O autor cita ainda Ilhéus, com 200 vizinhos, Porto Seguro com 220, e São Vicente com 500 (GÂNDAVO, 1570).

Moreno, e mais para dentro, na altura da Vila de Vitória, o Penedo (“Penedo Grãde”). O único dos morros aqui presentes com alguma construção, até hoje, é o que recebeu a então ermida da Penha, hoje Convento de Nossa Senhora da Penha, cuja construção começou depois de 1558. Teixeira, entretanto, não a representou no mapa.

Os demais morros nunca foram devidamente ocupados, apesar de terem sido utilizados para vigia ou como referência para os navegantes que ali chegaram, uma marca de reconhecimento da capitania, já que suas vilas ficavam afastadas do mar, acessíveis apenas para quem entrasse pelo rio.

No mapa de Luís Teixeira, para o sul fica a indicação do caminho para a Capitania de Cabo Frio. Neste ponto ele ignora a existência da Capitania de São Tomé (também chamada de Paraíba do Sul). Até então localizada entre o Espírito Santo e o Cabo Frio, São Tomé foi abandonada pelo donatário Pero de Góis em seus primeiros anos devido às dificuldades de colonização, pois naquela região habitavam os “invencíveis” Goitacazes⁶.

Voltando os olhos para a ilha de Duarte de Lemos, há quatro torres desenhadas, encimadas por cruzeiros, ao redor de mais uma torre e outra construção não identificável. Fora da ilha, há mais duas construções.

Duarte de Lemos, um fidalgo português, acompanhava Vasco Fernandes Coutinho quando esse desembarcou no Brasil para assumir sua

donataria, em 1535. Pouco tempo depois, recebeu a ilha como recompensa pelos serviços prestados contra os nativos que muitas vezes dificultavam a colonização portuguesa. Porém, após anos de desavenças entre os dois, Lemos mudou-se para a Bahia em 1550. No mesmo ano, ao que tudo indica, Coutinho fundou a Vila de Vitória na mesma ilha, que voltou a ser administrada pelo donatário e, por isso, deixou de ser uma sesmaria de Duarte de Lemos décadas antes do mapa de Luís Teixeira.

Quanto às duas vilas destacadas no mapa, o autor faz alguma confusão entre seus nomes. Ele chama de “Vilha Velha de nossa Senhora da vitória” a que está na parte continental à esquerda, e de “Villa do Spiritu Santo” aquela que está no centro da ilha de Duarte de Lemos, na parte central superior. Não há dúvidas quanto ao erro: a vila instalada na ilha tinha o nome de “Nossa Senhora da Vitória”, enquanto a continental teve como primeiro nome “Espírito Santo”, como a capitania, passando a se chamar mais tarde de “Vila Velha”.

O erro parece ser o mesmo cometido por Gabriel Soares de Sousa, autor do *Tratado Descritivo do Brasil*, de 1587. Ele escreve que o primeiro donatário, Vasco Fernandes Coutinho, “partiu do porto de Lisboa com bom tempo, e fez sua viagem para o Brasil”. Ao chegar à sua capitania,

desembarcou e povoou a vila de Nossa Senhora da Vitória, a que agora chamam a Vila Velha, onde se logo fortificou, a qual em breve tempo se fez uma nobre vila para aquelas partes (SOUZA, 1587/1851, pp. 91-93).

O mesmo erro dos nomes das vilas se repete, décadas depois, em Frei Vicente de Salvador, que sem dúvidas buscou informações no texto anterior:

6 Invencíveis Goitacazes “porque vivem em terras alagadiças mais a modo de homens marinhos que terrestres e, quando se ha de chegar ás mãos com elles, mettem-se dentro das águas, aonde se não pôde entrar nem a pé, nem a cavalo” (SALVADOR, 1627, p. 622).

onde logo a entrada do rio, da banda do Sul, começou a edificar a villa da Victoria, que agora se chama a villa velha em respeito da outra villa do Espírito Santo que depois se edificou uma légua mais dentro do rio, em a ilha de Duarte de Lemos, por temor do gentio (SALVADOR, 1627, p. 94).

O artigo *Vila da Vitória: Posse e Defesa Territorial no Brasil Colônia*, de Luciene Pessotti de Souza, começa com a ideia de que desde as primeiras fundações na América Portuguesa o objetivo foi “garantir a posse através da criação de uma rede de vilas e cidades estrategicamente implantadas na costa” (SOUZA, 2006, p. 1), mesmo que isso nem sempre tenha dado certo. Ainda segundo a autora, uma das formas escolhidas pela coroa Portuguesa para a fundação de vilas no Brasil estava ligada à “predominância de sítios localizados na confluência de baías e percursos de água de fácil penetração” (SOUZA, 2006, p. 2). As posições estratégicas, no litoral, teriam garantido a sobrevivência das vilas devido à facilidade de contato com outros lugares.

Preocupações como defesas, exploração local e garantia de posse, fizeram com que algumas sedes de capitania, como a do Espírito Santo, fossem alteradas com o passar da colonização. Em uma posição mais estratégica, a Vila da Vitória substituiu a Vila do Espírito Santo como cabeça da capitania – por estar situada mais adiante no canal da baía local e isolada em uma ilha, portanto, mais protegida de possíveis ataques.

Durante a maior parte do século XVII, o Espírito Santo teve apenas essas duas vilas. Apenas no último quartel do século é que Francisco

Gil de Araújo fundou a vila de Guarapari, a partir da aldeia e povoação que ali existia.

Cortesão e Teixeira da Mota afirmam que Luís Teixeira teria feito o seu *Roteiro de todos os sinaes* (...) a partir de um protótipo, um rascunho hoje perdido. Os autores demonstram em sua *Portugalia e Monumenta Cartographica* (1987, p. 74) que Luís Teixeira esteve na América na década de 1570, mas não há confirmação de que tenha obtido pessoalmente as informações de todo o litoral da colônia, principalmente em relação a esta região.

A princípio, é possível comparar o formato da ilha de Vitória em seu mapa com seu formato real antes dos aterros realizados no século XX.

Analisando as diferenças na Figura 4, é possível afirmar que Luís Teixeira provavelmente não esteve pessoalmente no Espírito Santo e não tinha informações precisas sobre a ilha e seu formato, tendo realizado um trabalho imaginativo ao pintá-la. Por outro lado, as dimensões do mapa e sua escala certamente dificultaram a realização de um mapa mais preciso⁷.

Independente disso, considero bastante provável que seu roteiro tenha servido de fonte para outros importantes trabalhos do período. Há uma grande semelhança entre as informações que vemos no mapa da Capitania do Espírito Santo e o que Gabriel Soares de Sousa escreveu no *Tratado Descritivo do Brasil*. Essa se-

7 Tendo 10,30cm de altura por 16,50cm de largura e uma escala aproximada de 1:225000, o mapa de Luís Teixeira é consideravelmente menor, por exemplo, que um mapa pouco posterior de autoria desconhecida da ilha de Vitória, ca.1608-1612, cujas dimensões são 55cmx82cm e escala é ca. 1:25000.



Figura 4: Formato real da ilha de Vitória em comparação com o mapa de Luís Teixeira.



melhança é grande o suficiente para que seja afirmado aqui que o mapa foi usado como base para que Sousa produzisse o seu texto, publicado em 1587 – pelo menos um ano depois da sugerida data do roteiro de Teixeira.

Reproduzo abaixo parte do texto de Gabriel Soares, em que ele escreve sobre as proximidades da Ilha de Vitória e recomendo ao leitor que observe o mapa de Teixeira enquanto lê:

Da terra dos Reis Magos ao rio das Barreiras são oito léguas, do qual se faz pouca conta: do rio das Barreiras à ponta do Tubarão são quatro léguas, sobre o qual está a serra do Mestre Álvaro; da ponta do Tubarão à ponta do morro de João Moreno são duas léguas, onde está a vila de Nossa Senhora da Vitória; entre uma ponta e outra está o rio do Espírito Santo, o qual tem defronte da barra meia légua ao mar uma lagoa, de que se não de guardar. Em direito desta ponta da banda do norte, duas léguas pela ter-

ra adentro, está a serra do Mestre Álvaro, que é grande e redonda, a qual está afastada das outras serras; essa serra aparece, a quem vem do mar em fora muito longe, que é por onde se conhece a barra; essa barra faz uma enseada grande, a qual tem umas ilhas dentro, e entra-se nordeste-sudoeste. A primeira ilha, que está nesta barra, se chama de D. Jorge, e mais para dentro está outra, que se diz de Valentim Nunes. Desta ilha para a Vila Velha estão quatro penedos grandes descobertos; e mais para cima está a ilha de Ana Vaz; mais avante está o ilhéu da Viúva; e no cabo desta baía fica a ilha de Duarte de Lemos, onde está assentada a vila do Espírito Santo, a qual se edificou no tempo da guerra pelos goitacases, que apertaram muito com os povoadores da Vila Velha. Defronte da vila do Espírito Santo, da banda da Vila Velha, está um penedo mui alto a pique sobre o rio, ao pé do qual se não acha fundo; é capaz este penedo para se edificar sobre ele uma fortaleza, o

que se pode fazer com pouca despesa, da qual se pode defender este rio ao poder do mundo todo. Este rio do Espírito Santo está em altura de vinte graus e um terço (SOUSA, 1587/1851, p. 91).

Percebe-se, portanto, a grande semelhança de informações. O texto de Gabriel Soares apresenta dados absolutamente iguais aos do mapa de Luís Teixeira, como se estivesse a descrevê-lo. Outros autores também defendem a existência dessa semelhança, mas não parecem ter encontrado tamanha proximidade entre as duas fontes (CINTRA, 2015). É interessante notar que Gabriel Soares, ao transformar o mapa em texto, inverteu o processo mais comum realizado no período, que era o dos cosmógrafos reunirem textos descritivos sobre uma região e transformarem as informações em imagem, em mapas.

Para Gabriel Soares de Sousa, entre o rio Doce e o suposto rio do Espírito Santo, não há coisa alguma. Há apenas possibilidades de engenhos, de alimentos, de rios navegáveis. Não é à toa que Luís Teixeira inicia seu mapa no rio das Barreiras (provavelmente hoje o rio Jacaraípe, que se forma por diversos afluentes que descem da serra do Mestre Álvaro). Esse é o primeiro topônimo citado por Soares de Sousa ao norte da Ponta de Tubarão, já nas proximidades das vilas.

Destaque na cartografia e ainda hoje um marco da paisagem do Espírito Santo, o Mestre Álvaro é o ponto mais alto próximo ao litoral e servia como ponto de referência para os navegantes que passavam pelo litoral da capitania. Johannes de Laet, geógrafo e diretor da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, escreve que a armada holandesa que se aproximou do Espírito Santo em 1636 identificou a entrada para a vila

de Vitória exatamente por reconhecer esta serra à distância (BIBLIOTECA NACIONAL, 1912, p. 82).

A importância do Mestre Álvaro para os navegantes aparece de forma clara no *Roteiro Geral Dos Mares, Costas, Ilhas, E Baixos Reconhecidos no Globo*, um estudo de 1846 que reuniu informações de diversos roteiros e diários de navegação:

Esta Bahia se reconhece ao longe por outros signaes bem distinctos, que são duas montanhas, huma situada sobre a Ponta S. da Bahia denominada Monte Moreno, e outra da parte do N. denominada Serra do Mestre Alvaro, ou Mestralvo; o Monte Moreno heconico, em parte coberto de matto, e calvo pela parte de E., e que poderá ser visto na distancia de 10 legoas com bom tempo; sua base para a parte do N. fórma a Costa S. da Entrada do Rio Espirito Santo, que he preciso costear de perto para entrar (ALMEIDA, 1846, p. 31).

Fica claro, portanto, que o Mestre Álvaro é descrito de maneira precisa e distinta porque ele é utilizado, mesmo, como um marco de reconhecimento do litoral do Espírito Santo, utilizado não só por portugueses, mas por outras nações europeias.

Os topônimos que aparecem no roteiro de Antônio Lopes da Costa Almeida são praticamente os mesmos que vemos no mapa de Teixeira, o que nos leva a entender que mesmo três séculos depois de feito, o roteiro de Luis Teixeira continuava relevante em relação à descrição da costa do Espírito Santo. As exceções são as Roças Velhas (“rossasbelhas”) e a Ilha Escalvada (“Ilheoescalvado”) que aparecem no mapa, mas não no roteiro de Almeida. O primeiro topôni-

mo representa uma região que foi ocupada pela Companhia de Jesus, que ali fez uma fazenda, e também por engenhos. Devido à dificuldade de instalar ambas as coisas na ilha de Vitória, era comum que fazendas e engenhos ficassem no continente, mas sempre nas proximidades da sede da capitania. Ao seu redor, escreve o Soares de Sousa, havia quatro engenhos desde o início da colonização. O rio das Roças Velhas era um braço do manguezal da ilha e foi utilizado pelos jesuítas para escoar sua produção para o Colégio de Santiago, iniciado em 1551 em Vitória. Já a Ilha Escalvada é uma ilha que se encontra em frente ao Monte de João Moreno e hoje é chamada de Ilha da Baleia.

Quase todas as demais ilhas do mapa recebem nomes de personagens que acompanharam Vasco Fernandes Coutinho em sua primeira viagem. Soares de Sousa escreve que D. Jorge de Menezes (cuja ilha hoje é chamada Ilha do Boi) veio ao Espírito Santo cumprir penitência junto com um D. Simão de Castelo Branco. Ambos da nobreza portuguesa, eles substituíram Coutinho quando este precisou ir a Portugal e teriam sido mortos nos ataques indígenas que destruíram boa parte da Vila do Espírito Santo.

Valentim Nunes foi mais um a receber uma ilha como doação (hoje chamada Ilha do Frade). José Teixeira de Oliveira escreve sobre a doação, mas deixa em dúvida a data, supondo que fosse posterior a 1576, ano em que Nunes atuava como almoxarife (OLIVEIRA, J. T. d., 2008, p. 39).

Ana Vaz de Almada, que dá nome a outra das ilhas, foi amante do primeiro donatário, cuja esposa não o acompanhou ao Brasil. Foi ela a mãe de Vasco Fernandes Coutinho Filho (OLIVEIRA, J. T. d., 2008, p. 31), filho bastardo que foi

legitimado, tornando-se o herdeiro da capitania. Não se reconhece hoje sua ilha, que pode ter sido incorporada a Vitória durante os processos de aterramento do século XX.

Todas essas ilhas foram dadas como sesmarias nos primeiros anos de colonização. As sesmarias eram um sistema de distribuição de terras do império português, criadas para incentivar a produção – caso um sesmeiro não produzisse na terra recebida, ela poderia ser doada a outra pessoa.

A concessão de sesmarias é considerada a mais importante das atribuições dos donatários. Vasco Coutinho tinha em suas mãos um dos principais elementos de poder e influência de toda a América portuguesa. Segundo Antônio Manoel Hespanha, elas eram a “a forma mais tradicional, contínua e decisiva de concessão de terras no Brasil” (HESPANHA, 2001, p. 132).

De fato, o primeiro e o décimo itens da Carta de Foral da Capitania do Espírito Santo são voltados para a regulamentação da doação de sesmarias. No décimo item está escrito que

o dito Capitão, e Governador, nem os que após ele vierem não poderão tomar terra alguma de sesmaria na dita Capitania para si nem para sua mulher, nem para o filho herdeiro dela, antes darão, e poderão dar, e repartir todas as ditas terras de Sesmaria a quaisquer pessoas de qualquer qualidade, e condição, que seja, e lhes bem parecer livremente sem foro, nem direito algum somente o Dízimo de Deus, que serão obrigados de pagar à Ordem de todo o que nas ditas terras houverem segundo é declarado no foral, e pela mesma maneira as poderão dar, e repartir em seus filhos fora do morgado, e assim por

seus parentes; e porém aos ditos seus filhos, e parentes não poderão dar mais terra da que derem, ou tiverem dada a qualquer outra pessoa estranha, e as ditas terras, que assim der de Sesmaria a uns, e a outros será conforme a Ordenação das Sesmarias, e com a obrigação delas, as quais terras o dito Capitão, e Governador e seus Sucessores não poderão em tempo algum tomar para si, nem para sua mulher, nem filho herdeiro como dito é, nem pô-las em outrem para depois virem a eles por modo algum, que seja, somente as poderão haver por título de compra verdadeira das pessoas, que lhas quizerem vender passados oito anos depois de as tais terras serem aproveitadas, e em outra maneira não (BIBLIOTECA NACIONAL, 1937, pp. 277-284).

Também o *Registro da mercê de doação que Sua Alteza se serviu fazer a Francisco Gil de Araújo da Capitania do Espírito Santo, vendida por Antônio Luís Gonçalves de Câmara Coutinho em 1674*, aponta que as sesmarias poderiam ser oferecidas a “quaisquer pessoas de qualquer qualidade e condição” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1948, p. 170), dadas as restrições citadas acima: o donatário não poderia doar sesmarias para ele mesmo, nem para sua mulher ou seu filho herdeiro. Elas eram, portanto, um instrumento que permite aos donatários estabelecer uma elite colonial nos primeiros anos do Brasil, ao mesmo tempo em que colonizava e valorizava a terra⁸.

8 Como escreve Miguel Rodrigues, “Temos assim a atribuição de terras em sesmaria em quantidades apreciáveis a constituir um dos mais importantes pontos de partida para a criação de uma elite terratenente que se reivindica de origem nobre e que logo que o seu estado permite procura e consegue obter seja título nobiliárquico reconheci-

As sesmarias eram normalmente oferecidas a um morador,

para elle e seos filhos herdeiros e successores que por elle vierem, livremente sem que d'ellas pague fôro, tributo, pensão alguma, salvo o Dizimo ao Senhor Deos.

E assim eles trabalhariam para que

arompesse, fortificasse dentro no tempo contheudo na ordenação e Regimento de Sua Alteza, sabendo por certo não a cumprindo elle assim os daria elle dito Senhor a quem aproveitasse.

De modo a

estarem as terras aproveitadas que devoluto para ennobrecimento e luzimento da terra (Livro Tombo da Vila de Nova Almeida, 1945, pp. 44-45).

do pelo rei, seja brasão de armas, seja qualquer outro sinal distintivo da sua qualidade. De uma ou de outra forma, constituirão a parte mais significativa dos grandes locais, da gente da governança”. Ele continua: “Mas a colonização não se esgota na elite terratenente, antes obrigando à captação de outras camadas sociais capazes de fornecer mão de obra (...). No Brasil, onde a mão de obra para a cultura sacarina é composta essencialmente por escravos, foi pois necessário atrair homens livres de menor condição para o desempenho de toda uma série de funções socialmente indispensáveis ao domínio da elite terratenente e que, por definição, não podiam ser confiadas a escravos. E assim regressamos ao ponto de origem: a dada de terras em sesmaria não obedece a um único padrão, nem quanto à quantidade nem quanto aos encargos, antes cumprindo uma multiplicidades de funções que só podem agrupar-se na designação genérica de colonização ou valorização da terra” (RODRIGUES, 2008, pp. 7-8).

Essa era a fonte de um poder bastante persuasivo dos donatários, já que consistia na transferência real da posse das terras para o sesmeiro. É um controle considerável que o donatário tem sobre o fortalecimento político, econômico e social de qualquer pessoa vivendo na capitania. Ser um dono de terra significa ter um lugar para plantar cana, café, algodão ou outros produtos da época, e um lugar para colher isso e ter sua própria renda. Era também uma forma de ocupar mais a terra, controlando o espaço e defendendo-o quando necessário.

Como escrevem os autores do artigo *Território e territorialidade no império das redes: o Espírito Santo nos séculos XVI e XVII*,

Ao longo do período colonial, é possível compreender a dinâmica territorial dos diversos núcleos iniciais de colonização. No caso em questão, apresentamos a capitania do Espírito Santo constituída por redes de aliança e parentesco que colaboraram para forjar o território e sua territorialidade, nas duas primeiras centúrias de colonização portuguesa na América (RIBEIRO, FOLLADOR, & QUINTÃO, 2013, p. 52).

Essas relações criavam condições para a formação de uma elite econômica colonial. As sesmarias eram uma forma de ascender a essa elite colonial, e era por meio da terra que um português se estabelecia socialmente.

Não é possível distinguir o Colégio de Santiago no mapa de Luís Teixeira, mas a Companhia de Jesus também recebeu uma importante sesmaria após chegarem ao Espírito Santo, em 1551. Instalaram seu colégio em Vitória e, aparentemente, foram muito bem recebidos pelo donatário.

O jesuíta Fernão Cardim não só enaltece Vasco Fernandes Coutinho (“que fez as maravilhas em Malaca detendo o elefante que trazia a espada, na tromba”) como também seu filho, ao relatar que ele disse a um padre visitador que “pedisse tudo quanto quizesse em favor dos indios, que elle o approvaria logo” (CARDIM, 1858/1925, p. 342). Tais favorecimentos à ordem jesuítica eram comuns, e dificilmente eram esquecidos. As alianças da Companhia foram muito duradouras no Espírito Santo colonial, e o cronista narra diversos privilégios e benfeitorias que presenciou da parte dos governadores e oficiais da terra para com ele e demais padres.

Pero de Magalhães Gândavo, em seus textos sobre a América portuguesa, manteve o seu foco em assuntos diferentes de Gabriel Soares de Sousa: enquanto escreveu poucas linhas descrevendo as capitanias, passou diversos parágrafos a narrar sobre o que era natural da colônia. Como aponta Raminelli em *Viagens Ultramarinas*, os primeiros vassalos do Rei a percorrer o litoral da nova colônia enviaram para a corte escritos sobre

a surpreendente fertilidade do solo, indicavam a existência de minas, mapeavam os rios navegáveis, descreviam os habitantes, as plantas e os animais (2008, p. 19).

Assim, o cronista bracarense afirma que o Espírito Santo produz o melhor açúcar da colônia, apesar de ter, segundo ele, apenas um engenho em 1570. Descreve um grande rio na entrada das vilas, onde haveria muitos peixes-boi, e grandes peixes, enquanto em terra havia abundância de mantimentos naturais e em fazendas. Também Fernão Cardim coloca a capitania, próximo

a 1590 como rica em gado e algodão, agora com seis engenhos e muito cedro e bálsamo, dos quais se faziam remédios. Tanta abundância faria desta capitania a mais fértil de toda a costa – pelo menos em 1570⁹.

A única referência a engenhos ou a fazendas no mapa de Luís Teixeira, entretanto, está nas Roças Velhas. Da mesma forma, há poucas informações no mapa relacionadas a outros assuntos, como as já comentadas flora e fauna da região e até mesmo a presença indígena, a situação econômica da capitania entre outros pontos.

Isso não diminui de forma alguma a importância do mapa de Luís Teixeira, que foi capaz de compilar, em uma única imagem, importantes informações de uma das regiões mais importantes da América portuguesa nos primeiros anos da colonização.

Considerações

Durante a maior parte do século XVI, o Espírito Santo não teve uma representação própria, um mapa regional dedicado apenas a ele. O primeiro mapa, da ilha de Vitória, foi feito apenas ca. 1586 pelo cosmógrafo português Luís Teixeira.

Teixeira foi pioneiro ao colocar aquilo que se encontrava nos relatos sobre a região em um

mapa, dando aos portugueses na metrópole a oportunidade de visualizar o território do Espírito Santo à distância, já que seu mapa, feito durante o período da União Ibérica, correspondeu à necessidade dos Filipes de controlar o império ultramarino. Graças ao forte interesse de Filipe II por cartografia, foi em seu reinado que os mapas assumiram sua importância e força como fonte de poder e controle.

Para criar os primeiros mapas regionais do Brasil, Teixeira baseou-se fortemente na literatura da época e apresentou uma série de topônimos que serviriam como base, assim como o próprio desenho da capitania, para toda a cartografia do século seguinte. Seu mapa é também um dos poucos a mostrar como o território colonizado do Espírito Santo se dividiu em sesmarias – principalmente na forma de ilhas próximas à Vitória.

O roteiro do Brasil mais antigo a chegar até nós é um trabalho magnífico e exemplo da capacidade portuguesa de mapear seu império desde fins do século XVI. Ele serviu como fonte para os atlas do Brasil de todo o século seguinte, feitos por seus descendentes João Teixeira Albernaz, o Velho, e o Moço. Foram eles que aumentaram o território cartografado da capitania, que passou do pequeno espaço da baía de Vitória e arredores para numerosos mapas exibindo um território que hoje vai da região sul da Bahia até o norte do Rio de Janeiro – fazendo com que todo o litoral capixaba fosse mapeado já em meados do século XVII.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. L. D. C. *Roteiro Geral Dos Mares, Costas, Ilhas, E Baixos Reconhecidos No Globo: Extrahido Das Descripções, E Diarios Dos Mais Celebres A Acreditados Navegadores, E Hydrografos*. Lisboa: Typografia da Academia das Ciências de Lisboa, 1846. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?printsec=front-cover&output=reader&id=olgvAAAAYAAJ&pg=GBS.PA34>.

BAESJOU, R. *Historiae Oculus Geographia. Journal des africanistes*, 75(2), 2005.

BARATA, M. D. R. T. Portugal e a Europa na Época Moderna *História de Portugal*. São Paulo: UNESP. 2001.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* (XXX). Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1912.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos: 1559-1577 - Provimentos Seculares e Ecclesiasticos* (Documentos Históricos, Vol. XXXVI). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1937.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos: Livro 1º de Regimentos - 1653-1684* (Documentos Históricos, Vol. LXXIX). Rio de Janeiro: Typographia Baptista de Souza, 1948.

BRANDÃO, A. F. *Diálogos das grandezas do Brasil* (C. D. ABREU Ed.). Salvador: Progresso, 1956. Disponível em: <http://www.dominio-publico.gov.br/download/texto/bv000025.pdf>.

CARDIM, F. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite. (Original publicado em 1858), 1925. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02119000>.

CINTRA, J. P. As capitanias hereditárias no mapa de Luís Teixeira. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, 23(2), 2015.

CORTESÃO, A. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* (II). Lisboa: Edição da Seara Nova, 1935.

CORTESÃO, A., & MOTA, A. T. D. *Portugaliae Monumenta Cartographica* (IV). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

DIAS, M. H., & ALEGRIA, M. F. Lisboa na produção cartográfica portuguesa e holandesa dos séculos XVI e XVII: o espaço e o intercâmbio. *Penélope: Fazer e Desfazer a História*(13), 1994.

GÂNDAMO, P. D. M. *História da Província de Santa Cruz*: NEAD: UNAMA, 1575.

GÂNDAMO, P. D. M. *Tratado da Terra do Brasil*. Pará: NEAD: UNAMA, 1570. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/biblioteca-virtual/livros/pdf/T1.pdf>.

HESPAÑA, A. M. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna *História de Portugal*. Portugal: Instituto Camões. 2001.

LESTRINGANT, F. *A oficina do cosmógrafo, ou a imagem do mundo no Renascimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Livro Tombo da Vila de Nova Almeida. (Biblioteca Digital, Vol.). Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 1945.

LOIS, C., & GARCIA, J. C. Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico sul. *Anais do Museu Paulista*, 17(2), 2009.

MAGNOLI, D. O estado em busca do seu Território. *Terra Brasilis [Online]*, 4(5), 2003.

MONTEIRO, N. G. F. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais *História de Portugal*. São Paulo: UNESP. 2001.

MUNDY, B. E. *The mapping of new Spain: indigenous cartography and the maps of the Relaciones Geograficas*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

OLIVEIRA, F. R. D. A História da Cartografia na obra do 2.º Visconde de Santarém: exposição cartobibliográfica, coord. científica João Carlos Garcia; coord. técnica Maria Joaquina Feijão. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006. *Investigaciones Geográficas. Boletín del Instituto de Geografía de la Universidad Nacional Autónoma de México*, (63), 150-155. 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/569/56906313.pdf>.

OLIVEIRA, J. T. D. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PARKER, G. *The Army of Flanders and the Spanish Road, 1567–1659: The Logistics of Spanish Victory and Defeat in the Low Countries' Wars* (2 ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

RAMINELLI, R. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, L. C. M., FOLLADOR, K. J., & QUINTÃO, L. D. C. Território e territorialidade no império das redes: o Espírito Santo nos séculos XVI e XVII. *Dimensões*, 31, 2013.

RODRIGUES, M. J. *Sesmarias no Império atlântico português* (Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades., Vol.). Lisboa: Biblioteca Digital do Instituto Camões, 2008. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/miguel_jasmins_rodrigues.pdf.

SALVADOR, F. V. D. *História do Brasil*. 1627. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000038.pdf>.

SOUSA, G. S. D. *Tratado Descritivo do Brasil* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional. (Original publicado em 1587), 1851. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>.

SOUZA, L. P. D. Vila da Vitória: Posse e Defesa Territorial no Brasil Colônia. *Revista Urbanismo de Origem Portuguesa*, 6, 2006.

Recebido em: 22.11.2016

Aprovado em: 10.01.2017

9 Praticamente a mesma informação aparece nos Diálogos das Grandezas do Brasil, onde o autor escreve que o Espírito Santo “contém em si alguns engenhos de fazer açúcares; é terra larga e abundante de mantimentos, de muito bálsamo, de que seus moradores se aproveitam, lavrando com êle contas e outros brincos, que mandam para a Espanha, onde são estimados por serem cheirosos” (BRANDÃO, 1956, pp. 33-34).

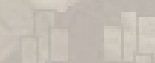


ARTIGO

OS DESDOBRAMENTOS DE UMA (NOVA) CAPITAL PARA O ESPÍRITO SANTO REPUBLICANO

Leandro do Carmo Quintão

*Doutor em História (UFES). Professor do
Instituto Federal do Espírito Santo.*



Resumo

O presente ensaio tem como objetivo investigar a consolidação da centralidade política de Vitória, no Espírito Santo, ao longo da Primeira República. Analisamos os projetos para Vitória, no que se refere à reforma e expansão urbana, sob o ideal da modernidade. Defendemos a hipótese de que essas reformas serviram para confirmar a centralidade política daquela cidade ante a possibilidade de sua transferência, como previa a Constituição estadual de 1892. Para tanto, lançamos mão do conceito de mais-valia da capital, de Claude Raffestin.

Palavras-chave: História; Cidade; Capital; Espírito Santo; Primeira República.

Resumen

Este documento tiene el propósito de investigar la consolidación de la centralidad política de la ciudad de Vitória, en Espírito Santo, durante la Primera República. Hemos analizado los proyectos para la ciudad de Vitória, acerca de la reforma y la expansión urbana bajo el ideal de la modernidad. Sostenemos la hipótesis que estas reformas sirvieron para confirmar la centralidad política de la ciudad de Vitória frente la posibilidad de su transferencia, según lo dispuesto en la constitución de Espírito Santo en 1892. Para eso, utilizamos el concepto de plusvalía de la capital, de Claude Raffestin.

Palabras-clave: Historia; Ciudad; Capital; Espírito Santo; Primera República.

Introdução

O estudo acerca das capitais ocupa a atenção de uma gama de autores. Por intermédio desse objeto de estudo, uma aproximação se faz entre diversas áreas que compõem as Ciências Humanas, tais como Geografia, a História, a Sociologia, e dentro da História, das histórias Urbana, Política e Social, entre outras.

No presente estudo, voltamo-nos para a capital do Espírito Santo, Vitória. Algumas questões se fazem presentes quando nos debruçamos sobre a mudança do regime político vigente no Brasil, no final do século XIX. Não na questão política propriamente dita, mas no projeto adotado pela elite política republicana para a cidade, bem como para o estado. Precisamente, interessa-nos identificar qual era o projeto republicano para o Espírito Santo no que diz respeito à sua capital,

tendo em conta a relevância que a sede política representa para um governo.¹

Esse propósito faz-se mister na medida em que, ao analisarmos as constituições estaduais do Espírito Santo, respectivamente de 1891 e 1892², deparamo-nos com artigos em que é tratada a possível mudança da capital. Desse modo, cabe-nos responder porque houve o interesse em

1 A respeito da capital, concordamos com a definição de Claude Raffestin (2011, p. 170) de que a capital “[...] é a expressão, com duração mais ou menos estável, de uma representação política. A capital, ao simbolizar a centralidade de uma configuração política, ao mesmo tempo estabelece uma marginalidade, completa ou de parte daquilo que a contorna”.

2 O Espírito Santo, entre 1891 e 1892, teve duas constituições em virtude de dois grupos políticos terem tomado o poder no estado, sucessivamente.

inserir esse dispositivo e porque a transferência não chegou às vias de fato.

Defendemos a hipótese de que esse projeto atravessou algumas etapas, mesclando ideias e valores – nem sempre harmônicos – apropriados³ de fora do Espírito Santo, oriundos de tendências nacionais e da própria elite política local.

A capital planejada

Quando nos deparamos com as fontes oficiais produzidas nos primórdios republicanos, no Espírito Santo, aquela referente ao anteprojeto constitucional produzido por Moniz Freire nos chama a atenção. ⁴ Entre as diversas razões para isso, neste artigo exploramos aquela que trata da possibilidade da mudança da capital de Vitória para alguma localidade do interior a ela próxima.⁵ Isto, porque posteriormente tal dispositivo esteve presente em duas constituições subsequentes, de dois grupos políticos distintos.⁶

3 De acordo com Heliana Salgueiro (2001a, p. 26), “[...] as apropriações não apresentam o mesmo nível, ritmo e evolução, reescrevendo-se no tempo próprio de cada cidade, no cenário particular de uma modernidade que se impõe mas que é, ao mesmo tempo, almejada e acolhida, modernidade que se diversifica historicamente, embora conservando pontos comuns inscritos em sedimentação longa e complexa”.

4 Tratava-se de um anteprojeto constitucional que foi adotado com *status* de Constituição cujas disposições seriam provisórias até a promulgação final do Congresso Legislativo. Acerca disso se pronunciou a Junta Governativa de dezembro de 1891. Cf. ESPÍRITO SANTO, 1951, p. 37.

5 Trata-se do art. 20, título II, Seção Primeira (Da Organização Política do Estado). Cf. ESPÍRITO SANTO, 1951, p. 16.

6 A Constituição de 1891 foi promulgada pelos deputados estaduais filiados à *União Republicana Espírito-santen-*

A relevância se torna ainda maior quando nos deparamos com a Constituição Federal de 1891. Nela, encontramos um artigo que versa sobre a construção de uma futura capital, delimitada em uma área no Planalto Central⁷, o que originaria Brasília, algumas décadas mais tarde. A questão mudancista, incorporada àquela Constituição, havia sido fruto de uma sequência não linear de ideais desenvolvida ao longo do século XIX, tendo no Visconde de Porto Seguro um dos principais expoentes. Apesar da expedição enviada por Floriano Peixoto ainda em 1892, somente após o Estado Novo esse tema ganharia real importância (VESENTINI, 1986, p. 68-75; MOREIRA, 1998, p. 25).

Voltando a Primeira República, encontramos em muitas das constituições estaduais, promulgadas logo após a federal, algum artigo que tratasse dessa questão, de forma similar, mais incisiva ou mais discreta, dependendo logicamente da unidade federativa. A análise feita pode ser observada a partir da tabela 1.

Conforme a tabela, a grande maioria dos es-

se, grupo político criado por boa parte dos republicanos históricos do sul do estado juntamente com alguns ex-monarquistas. Assumiram o controle político do Estado quando o Barão de Lucena demitiu o governante do grupo rival. Já a Constituição de 1892 foi promulgada, após a dissolução da anterior, pelos deputados estaduais filiados ao *Partido Republicano Construtor*, grupo liderado por Moniz Freire, que assumiu o poder após a renúncia de Deodoro, no final de 1891. Sobre isso, ver QUINTÃO, 2016, p. 212.

7 A área delimitada no Planalto Central surgiu a partir do “retângulo (ou quadrilátero) Cruls”, fruto da expedição de 1892. Sobre isso veja figura 1 do presente artigo e MOREIRA, 1998, p. 25-26. De acordo com a Constituição de 1891 em seu artigo 3º: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal”. Cf. CONSTITUIÇÃO, 1895, p. 7.

TABELA 1 – RELAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS COM ARTIGOS ACERCA DE POSSÍVEL TRANSFERÊNCIA DA SEDE POLÍTICA

	Não inseriu na Constituição	Inseriu como situação hipotética	Inseriu como necessidade
Quantidade	6	12	2
Estados	CE, MA, PA, RJ, RN, SP	AL, AM, ES, GO, MT, PB, PE, PI, PR, RS, SC, SE	BA, MG

Fonte: Constituição Federal e as constituições dos Estados da República do Brasil. Precedida aquela de uma parte histórica e acompanhada de alguns decretos posteriores, A. Pelotas e Porto Alegre: Echenique e Irmão editores/ Livraria Universal, 1895.

tados apresentava dispositivos formais em que a prerrogativa de transferência da capital era dada aos Congressos Legislativos estaduais. Esses dispositivos diziam respeito a uma situação hipotética, mas não havia um plano específico para concretizar tal anseio. Vale lembrar que uma pequena parte dos estados sequer colocou por escrito a intenção de realizar tal empreitada, e que somente Minas Gerais e a Bahia apresentaram disposições transitórias específicas (CONSTITUIÇÃO, 1895).

Minas Gerais, inclusive, ainda na primeira República levou às vias de fato a construção de uma nova capital, sendo a cidade de Belo Horizonte inaugurada em 1897, inspirada em La Plata, na Argentina, esta criada anos antes (ARRAIS, 2009, p. 75). Além de se fundamentar nas representações negativas da velha capital, Ouro Preto, a criação de uma nova sede política era a alternativa mais viável para garantir a unidade do território mineiro, evitando possíveis separatismos entre regiões descontentes (SALGUEIRO, 2001b, p. 148).

Já a Bahia estava dividida politicamente

em quatro regiões geoeconômicas, e não apresentava líderes capazes de organizar um partido republicano estadual forte, coeso, centralizado (PANG, 1979, p. 70-74). Apesar do projeto de mudança da capital estar explícito na constituição do estado, não houve qualquer direcionamento significativo que pudesse levar a um consenso sobre essa questão.

O caso do Espírito Santo chama ainda mais nossa atenção para o assunto. A rigor, parece ter sido *sui generis*, se nos atentarmos para a Constituição estadual de 1892. Nela, a possibilidade da criação de uma nova capital, também a cargo do Poder Legislativo, ficou no campo da situação hipotética mas, ao mesmo tempo, deixava claro que:

Art. 21 – Se algum dia o bem do Estado exigir a deslocação do centro político, dever-se-á procurar, no interior, situação própria para sede da nova capital, em clima ameno e condições vantajosas para atrair a população e desenvolver as edificações de modo que à salubridade se reú-

nam predicados de beleza. Os poderes públicos velarão pela regularidade e tipo de construções, pelo arruamento e pelas demais exigências práticas (ESPÍRITO SANTO, 1951, p. 90).

Havia uma nítida descrição do que deveria ser a nova capital. Os ideais fundamentados no tripé da racionalização, embelezamento e higienização podem inclusive ser percebidos, e vão permear a lógica de ampliação e transformação de Vitória, anos mais tarde (FERREIRA, 2016, p. 256). Moniz Freire ao redigir o anteprojeto tinha a completa noção das demandas que uma nova capital exigia, tendo seus ideais sido assimilados sem nenhum problema pelos seus liderados. Isso explica a diferença em relação ao artigo encontrado na Constituição de 1891, promulgada pelos rivais políticos, os unionistas, quando no poder.⁸ Deixava ao Congresso Legislativo Estadual a autoridade para definir a mudança da sede política, e nada mais (ESPÍRITO SANTO, 1951, p. 47).

No Congresso Constituinte, instalado em 1892, o assunto foi debatido. Ele teria passado despercebido se não fosse a tentativa do deputado Custódio Moreira⁹ em garantir na Constituição estadual a localização exata da nova capital, no Alto Castelo.¹⁰ A ideia gerou descontentamen-

8 A Constituição estadual de 1891 foi promulgada quando os membros da *União Republicana Espírito-Santense* haviam assumido o governo do estado, após o barão de Lucena, ministro plenipotenciário de Deodoro, depor o grupo rival (QUINTÃO, 2016, p. 206-207).

9 Custódio Moreira era um médico natural do Porto de Cachoeiro (atual santa Leopoldina). Integrou o *Partido Republicano Construtor* na sua fundação, tornando-se deputado estadual constituinte em 1892. Cf. O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 7 mai. 1890.

10 Alto castelo fica na região a sudoeste do estado, pró-

to e consequentemente um debate entre Moreira e aqueles que não queriam a definição exata do local, na Carta, dando mais autonomia ao futuro governo de decidir o melhor local.

Interessante observar que a mudança no imaginário dos deputados constituintes não vinha de encontro à centralidade econômica de Vitória, tão almejada desde os primórdios do oitocentos e um dos pilares de Moniz Freire. Ela permaneceria intocada, segundo o próprio Custódio Moreira. Para ele:

Talvez pensem alguns que a cidade de Vitória venha a perder com essa mudança. Não. Ela tende a aumentar e o seu desenvolvimento se fará dia a dia e o seu porto será tão importante como o de Santos, em São Paulo. Para que isso se realize basta que principiem a funcionar as estradas de ferro do Rio Pardo [posteriormente, Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo] e a do Peçanha [posteriormente, estrada de Ferro Vitória a Minas] (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 29 abr. 1892, p. 2).

Moreira e os demais deputados reproduziam a ideia de seu líder político de que o Espírito Santo comportaria uma única praça comercial, a qual deveria se localizar em Vitória. Quanto ao embate, houve um pequeno ensaio de disputa regional, mas nada equiparável ao que se sucedeu em Minas Gerais, onde duas regiões pleiteavam a localização da capital.

Como nos informa Claude Raffestin (2011, p. 172), a centralidade de uma capital pode ser

ximo à divisa com Minas Gerais e ao município de Castelo-ES.

somente política, embora em diversos casos ela divida espaço com a centralidade econômica e cultural. A estratégia de desmembramento estava ancorada na perspectiva de dissociação das centralidades, mesmo que para um estado de pequeno porte populacional e territorial, como era o Espírito Santo.

Isso ocorria em virtude da tentativa de fundir antigos anseios aos novos valores e tendências. Tais anseios diziam respeito ao antigo plano de afirmação regional que se apoiava na perspectiva de que o desenvolvimento econômico do Espírito Santo passava pelo incremento populacional, centralização das exportações em Vitória e estreitamento comercial com Minas Gerais, mormente sua região oriental (SANTOS, 2005). Eles não poderiam ser abandonados.

Por sua vez, os novos valores e tendências estavam relacionados primeiramente ao planejamento urbano, a partir da construção de largas e retas avenidas, embelezadas e eivadas pelo ideal de salubridade. Nesse sentido, Paris, Barcelona e La Plata traduziam-se em importantes referenciais. Em segundo lugar, havia a preocupação em interiorizar a capital no sentido de transferi-la para o interior. Não foi por acaso que diversos estados, na recém-proclamada República, deixaram em suas respectivas constituições a possibilidade de levar a sede política para o interior de seu território, sobretudo em estados litorâneos.

A influência era direta, se nos atentarmos ao fato de muitos dos congressistas constituintes federais terem de alguma forma participado da elaboração das constituições estaduais, ou pelo menos seus aliados. No Espírito Santo, por exemplo, o deputado federal constituinte Moniz Freire foi o criador do anteprojeto estadual. Do mesmo

modo, tratava-se de uma influência indireta de diversos idealistas, ao longo do oitocentos, com destaque para o Visconde de Porto Seguro.¹¹

Para o dito nobre, a capital nacional deveria ser transferida para o interior, mais precisamente para o Planalto Central, centro de território brasileiro, em uma área entre as cabeceiras de rios afluentes do Rio Amazonas e do rio da Prata. Isto, por enxergar a vulnerabilidade no Rio de Janeiro, por se tratar de uma sede marítima. Além disso, defendia a dissociação entre a centralidade econômica, presente naquela cidade, e a centralidade política. Em suma, para ele, adquiriria o país

[...] com a dita transferência (compendiando aqui só as principais vantagens) outra sede de governo mais central, mais segura, mais bem edificada, mais nacional e menos comerciante, mais adequada a civilizar todo o sertão e a desenvolver suas latentes riquezas, bem como o comércio interno das províncias entre si, e finalmente mais sã e mais própria a recomendar ao mundo todo o clima do gigante Brasil (VARNHAGEN, 1935, p. 32).

Evidentemente, as ideias dos autores estavam isoladas ao longo do oitocentos, o que evitou qualquer unidade que sensibilizasse o governo imperial para a causa. A influência de Porto Seguro pesou sim na definição do local exato,

11 Francisco A. de Varnhagen, também conhecido como Visconde de Porto Seguro foi um historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Preocupava-se com a construção da nação brasileira e acreditava na necessidade de transferir a capital brasileira para o interior como uma questão de defesa e soberania do país. Cf. VARNHAGEN, 1935; VESENTINI, 1986, p. 69-74.

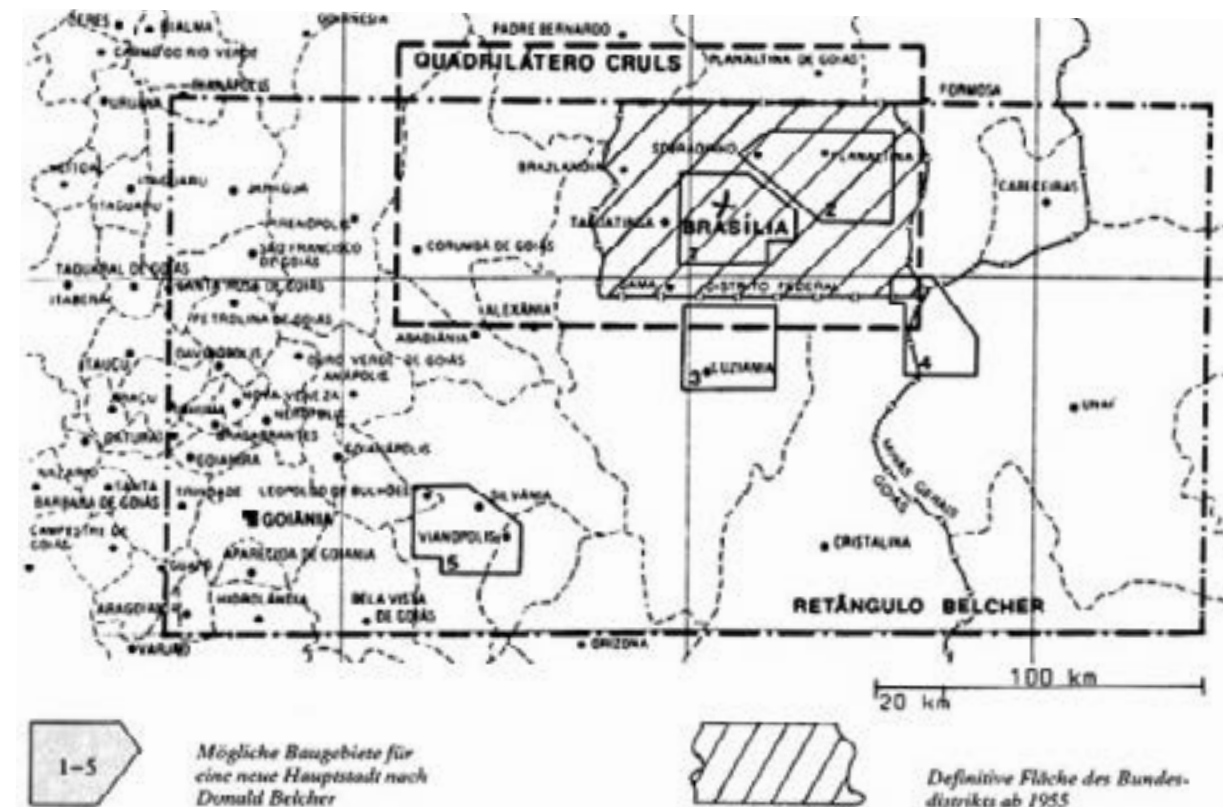


Figura 1 – Mapa contendo os respectivos territórios do Retângulo Belcher, do Quadrilátero Cruls e do atual Distrito Federal. Fonte: CRULS, 1948 apud FICHER & TREVISAN, 2010.

mas somente no período republicano. Uma comissão chefiada por Luís Cruls, em 1891, definiu a área, a qual ficou conhecida como “Quadrilátero (ou retângulo) Cruls”, e era bem próxima ao local estipulado pelo visconde e ao atual Distrito Federal. A figura 1 não nos deixa dúvida quanto a isso.

A República, a seu modo, imortalizava o pensamento de Porto Seguro, quanto à relevância da transferência da capital para um local distante, bem no interior. Para tanto, colocou na Constituição Federal um artigo a esse respeito, mais precisamente o terceiro. O debate demonstrou poucas discordâncias e pontos polêmicos, o que *a priori* conota certa unanimidade no desejo de mudar a capital em consonância

com a alteração do regime político, que havia sido feita anos antes. Paradoxalmente, porém, nunca foi um assunto muito levado a sério, no decorrer das primeiras décadas do século XX (VESENTINI, 1986, p. 75).

No que tange ao Espírito Santo, diferentemente do que ocorreu na esfera federal, a sede político-administrativa permanece ainda hoje instalada em Vitória. Assim, cabe-nos identificar porque o plano de transferência da capital para o interior não teve prosseguimento. A nosso ver, essa questão pode ser respondida por desdobramentos ocorridos ainda na Primeira República.

A capital ampliada

Após a promulgação da Constituição Estadual de 1892, Moniz Freire foi eleito pelos próprios deputados constituintes o presidente do Espírito Santo.¹² As condições econômicas eram, *a priori*, bem favoráveis para a realização de seu governo devido ao aumento significativo da receita estadual, em virtude de alguns fatores.¹³ Logo, o Estado foi o grande acumulador de excedentes e pôde realizar ações e investimentos conforme os anseios da elite política (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 153). De igual maneira, as condições políticas se mostraram favoráveis, na medida em que a oligarquia dominante, liderada por Moniz Freire, conseguiu hegemonizar os cargos públicos – eletivos ou não – e manter-se atrelada ao situacionismo federal, evitando que os conflitos enfrentados pelo país em sua primeira década republicana ressoassem no estado (QUINTÃO, 2016; SANTOS, 2012).

De criador do anteprojeto constitucional e deputado federal, Moniz Freire conseguiu ser eleito presidente do estado e implantar seu plano de governo, o qual estava arquitetado sobre as ideias por ele já defendidas, constituindo basicamente de alguns pontos: centralização das exportações do estado em Vitória, então detentora do melhor porto natural; estreitamento das comunicações com o território mineiro, em

especial a parte oriental, mais próxima à divisa; estreitamento das relações comerciais com o sul do estado, desviando a produção que de lá rumava diretamente para o Rio de Janeiro; e por fim, incremento populacional por meio da importação de imigrantes. Assim, era preciso adaptar Vitória a esse plano o que demandou a expansão da cidade para um novo arrabalde (QUINTÃO, 2010, 2016).

Tendo em vista o desejo de centralizar as exportações em Vitória, tanto o planejamento urbano quanto o desenvolvimento do porto deveria ocorrer o mais próximo ao sítio urbano original (SIQUEIRA, 1995, p. 106). A figura 2 nos mostra essa proximidade.

Desse modo, o Estado atuou com protagonismo na definição da localização do Novo Arrabalde. Era preciso preparar a cidade para o futuro que Moniz Freire e seus liderados acreditavam estar próximo. Vitória deveria ser uma praça comercial do porte de Londres, Lisboa, Nova Iorque, garantindo a centralidade econômica regional. Mas e a mudança da capital?

A rigor, o dispositivo que garantia a mudança da sede política permaneceu na reforma constitucional de 1913, ainda como fator condicionante, isto é, caso o Congresso Legislativo achasse por bem assim o fazer.¹⁴ Na prática, o governo do estado voltava seus olhos para Vitória, em detrimento da elite política sulista, ao realizar a mais-valia da capital, isto é, a imposição dos interesses – e da centralização – da sede política sobre outras cidades e regiões. As decisões e normas de lá emitidas prevalecem sobre qualquer ou-

12 Rezava a Constituição que o governante do estado deveria ser chamado de presidente.

13 Entre esses fatores, temos o direito das unidades federativas de tomarem para si os impostos de exportação, o boom cafeeiro, e a desvalorização cambial em proporção mais acentuada do que a queda no preço internacional do café. Cf. QUINTÃO, 2016; SANTOS, 2012; SIQUEIRA, 1995.

14 Trata-se do artigo 19 da Reforma Constitucional de 13 de Maio de 1913. Cf. ESPÍRITO SANTO, 1951, p. 135.



Figura 2 – Esboço da Planta da Ilha da Victoria; 1896; Acervo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Ref: AO1079.

tro interesse que porventura possa se contrapor (RAFFESTIN, 2011, p. 173-174).

Em termos materiais, tanto a construção do Novo Arrabalde na ilha quanto a convergência da produção sulista se traduziram em modos de impor interesses que favoreciam ao antigo plano de afirmação regional e, por conseguinte, ao forta-

lecimento comercial, e porque não, político de Vitória. Transferir a capital estava fora dos planos. A esse respeito, as mensagens de Moniz Freire, então presidente e principal oligarca do estado, são esclarecedoras. Em todas as que analisamos (ESPÍRITO SANTO, 1893, 1894, 1895) encontramos a reafirmação de Vitória enquanto capital, refe-

rindo-se a ela em muitos momentos como “nossa capital”, e um silêncio completo quanto à possibilidade da transferência. O governante estava preocupado em consolidar a centralidade política e econômica da sua terra natal, ao afirmar que

[...] o desenvolvimento material do Estado, e o plano de viação férrea já iniciado, criam a necessidade urgente de preparar convenientemente a nossa capital para as funções a que está destinada (ESPÍRITO SANTO, 1895, p. 13).

Ao fim e ao cabo, o plano concretizaria a centralidade de Vitória, evitando qualquer pretensão sulista em relação a Cachoeiro de Itapemirim e de transferência da capital. Prevalencia os velhos anseios constituídos ao longo do oitocentos, sobre o pensamento do Visconde de Porto Seguro, em relação ao Espírito Santo. Ao que parece, levar a capital para o interior não estava nos planos da elite política liderada por Moniz Freire.

Nem mesmo as grandes dificuldades enfrentadas pelo estado, após 1896, abalaram o desejo de fortalecer a centralidade política de Vitória. O desfecho frustrante do Novo Arrabalde se revelou uma expansão prematura, tendo em vista as dificuldades financeiras oriunda da crise cafeeira que se avizinhava, e por causa do decréscimo populacional enfrentado pela cidade (FERREIRA, 2016, p. 145). Somente décadas depois a área seria ocupada.

A capital transformada

Após quase uma década, o dispositivo constitucional que falava da mudança da capital nas constituições federal e estadual permaneciam intactos. No entanto, o que se viu tanto no Rio de Janeiro quanto em Vitória foram medidas que afirmaram a centralidade política de ambas as cidades.

A capital federal serviu de parâmetro, na medida em que o governo federal intencionava modernizá-la, reforçando seu protagonismo e suas centralidades (política, cultural e até mesmo econômica). Era um indício de que a condição do Rio de Janeiro enquanto sede provisória perduraria por tempo indeterminado, a contragosto da própria bancada carioca, que queria a mudança (FREIRE, 2015, p. 67). Isso nos ajuda a entender porque a mudança da sede só iria às vias de fato meio século depois.

No Espírito Santo, o quadro era distinto. Havia uma comunhão do plano de afirmação regional com a centralidade de Vitória, sem falar no desejo da elite política daquela urbe de que ela continuasse como sede política do estado. Tal aspiração era protagonizada por Moniz Freire, restando ao artigo que tratava do tema apenas uma condição de possibilidade remota. Esse status quo foi mantido no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), por ironia, um político cuja família era oriunda justamente de Cachoeiro de Itapemirim. Essa cidade rivalizou com Vitória pela centralidade econômica, cuja elite não via com bons olhos a “forçada” ligação ferroviária com a capital (QUINTÃO, 2010, p. 112).

Essa ligação com o sul do estado trouxe alguns benefícios para a região durante a sua gestão, como a construção de uma usina de açúcar,



Figura 3 – Parque Moscoso, em 1912. Fonte: CAR-UFES.



Figura 4 – Ampliação da Santa Casa da Misericórdia, em 1912. Fonte: CAR-UFES.



Figura 5 – Palácio Anchieta reformado com a construção da escadaria Bárbara Lindemberg, em 1911. Fonte: CAR-UFES.

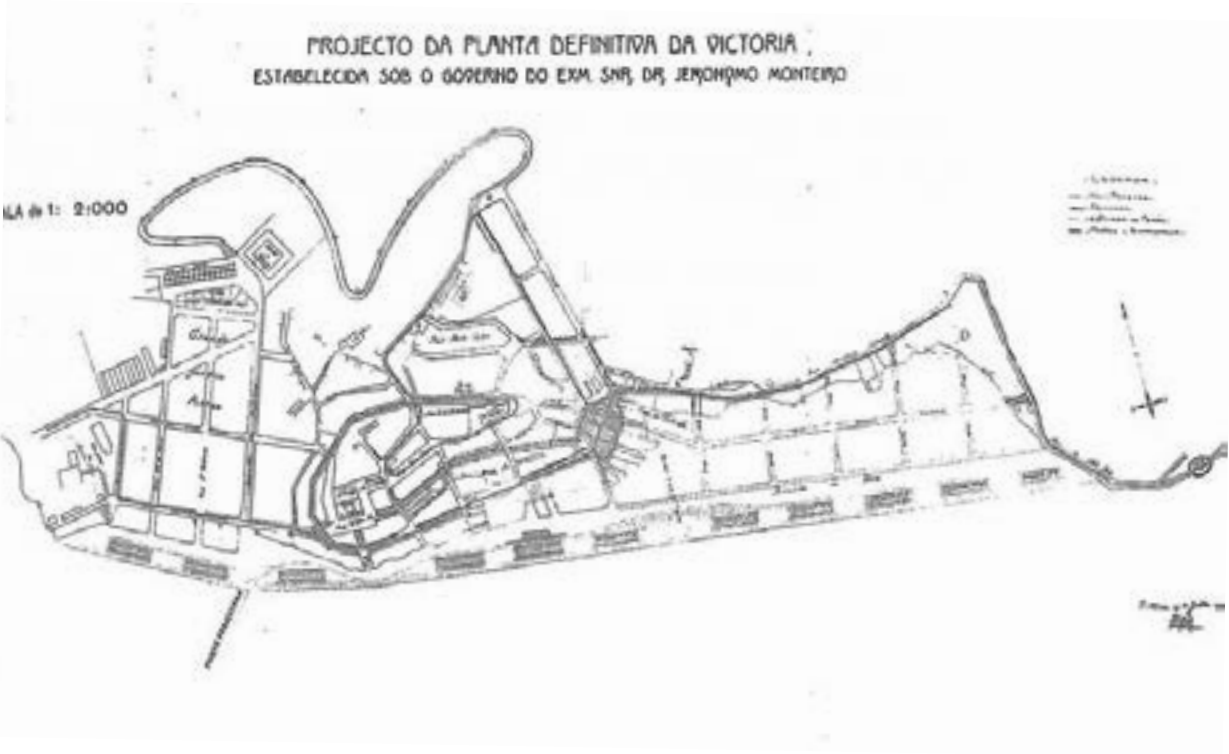


Figura 6 – Plano para alargamento de rua, apresentado por Jerônimo Monteiro, na Mensagem de 1913. Fonte: ESPÍRITO SANTO, 1913.

descentralizando assim, os investimentos no estado. Contudo, Jerônimo Monteiro atuou para fortalecer a centralidade política de Vitória na medida em que, inspirado na reforma urbana do Rio de Janeiro, implementou uma série de melhorias urbanas na capital do estado. Diferentemente de Moniz Freire, que vislumbrava uma grande cidade em expansão para o leste, ele tomou decisões mais condizentes com o contexto de recuperação econômica vivida pelo estado. Assim, voltou-se para o antigo núcleo urbano, de resquícios coloniais, ancorado no tripé caracterizado pela higienização, embelezamento e racionalização do espaço: alargou ruas; reformou e edificou alguns monumentos; demoliu outros; construiu cemitério; parque público; ampliou a Santa Casa da Misericórdia; entre outras tantas medidas (PIRES,

2006, p. 98-104). Isso é facilmente visualizado as figuras 3, 4, 5 e 6.

Portanto, também no governo de Jerônimo Monteiro, a capital impôs sua mais-valia sobre o interior. Tão quanto Moniz Freire, ele tem a preocupação em edificar uma nova Vitória, enquanto centralidade política e econômica, e assim, fortalecer seu papel de capital. Mesmo sendo oriundo do sul, é em Vitória que se encontra sua principal preocupação, estando em sintonia com o antigo plano de afirmação regional voltado para a centralização portuária. Aliás, essa questão mostrou-se uma de suas maiores preocupações, conforme nos mostra sua mensagem:

A impressão que recebem os inúmeros visitantes de nosso porto é de triste repercussão fora



Figura 7 – Ponte Florentino Avidos, a primeira etapa para ligar a ilha de Vitória ao continente, em 1928. Fonte: CAR-UFES.

dos limites de nosso território, e impede a entrada de elementos novos que conosco venham elaborar, afastando capitais e dificultando o progresso. E esta impressão envolve todo o Estado numa suspeita de descrédito, de pouco amor pelo seu bem estar, comprometendo gravemente as administrações (ESPÍRITO SANTO, 1913, p. 6).

Não por acaso, foi quem deu início às obras de aparelhamento do porto, obra que foi interrompida em 1914 em virtude da Primeira Guerra Mundial (SIQUEIRA, 1995, p. 107). Essa assertiva coloca em xeque a afirmação de que o referido governante tinha interesses mais vinculados ao sul do estado e que a modernização de Vitória teria sido necessidade para acolher os grandes

proprietários, mormente sulistas, que lá teriam instalado residência. A sua preocupação era consolidar o porto da capital como o principal do estado em consonância com o fortalecimento daquela enquanto praça comercial. O plano de afirmação regional apresentava novos desdobramentos, todavia, sem romper com seus pilares principais.

Embora algumas diferenças possam ser encontradas nos planos e nas mensagens de governo¹⁵, tanto Moniz Freire quanto Jerônimo Mon-

15 José Candido Sueth (2006) apresenta uma minuciosa análise das mensagens presidenciais de Moniz Freire e Jerônimo Monteiro. Em um comparativo, percebe que o primeiro governante se preocupa mais com a questão das estradas de ferro e imigração, enquanto o segundo, com a lavoura.

teiro voltaram suas administrações para realizar o centenário anseio, fortalecendo a centralidade política, econômica e até mesmo cultural de Vitória. A influência externa referente à ideia da viabilidade de uma capital no interior do estado não foi compatível com a centralização econômica, tendo sido como consequência indissociada da centralização política. Prevaleceu a modernização urbana dos moldes parisiense e carioca, em sintonia com o plano de afirmação regional. Não havia espaço para uma nova cidade que pudesse rivalizar com Vitória.

Posteriormente, outros governantes, ainda na Primeira República, iriam reforçar o protagonismo de Vitória mediante novas intervenções urbanas. Sem dúvida, Florentino Avidos foi o governante que mais se aproximou dos anteriores, realizando importantes obras, sobretudo em Vitória, como a construção de edifícios públicos, pontes da ilha ao continente (figura 7), avenidas, entre outras. Ele reforçou a seu modo o projeto atribuído à centralização da capital. Não por acaso, foi considerado, junto com Moniz Freire e Jerônimo Monteiro, um dos principais presidentes do estado, ao longo da Primeira República (HEES; FRANCO, 2012, p. 66-67).

Ao fim e ao cabo, com o passar das décadas o dispositivo constitucional acerca da possível mudança da capital foi mais que olvidado. Ele foi deliberadamente retirado. A esse respeito, na Carta estadual de 1989, até hoje vigente, encontramos algo esclarecedor: Vitória permanece como capital do estado, e a transferência da sede pode ser decretada temporariamente por razão simbólica, isto é, como homenagem a municípios, ou por razão de calamidade pública, como modo de conti-

nuar a administração estadual.¹⁶ Não há qualquer menção à facultatividade da Assembleia Legislativa em poder aprovar a mudança da capital.

A afirmação da centralidade política e econômica se deu ao longo do século XX, tendo Vitória se tornado a principal praça comercial do estado, conforme ansiava entre outros, ainda no oitocentos. Da expansão do porto de Vitória ao desenvolvimento de grandes projetos industriais, a dupla centralidade se consolidou não sem contradições, pois ocorreu ao longo do século XX um inchaço populacional totalmente desordenado¹⁷, acarretando problemas sociais e urbanos sem precedentes, tanto na capital quanto nas cidades adjacentes como Vila Velha e Cariacica (SIQUEIRA, 2010, p. 26-27).

Considerações finais

O presente artigo tratou da consolidação das centralidades política e econômica de Vitória. Nosso objetivo foi demonstrar de que modo se desdobrou o projeto republicano desenvolvido no Espírito Santo, sobretudo em relação à constituição de uma capital condizente com os novos ideais de salubridade, embelezamento e racionalização urbana.

Apresentamos a ideia de que se a elite política capixaba adotou como medida constitucio-

nal a prerrogativa do Congresso Legislativo em definir a necessidade de mudança da capital do estado, conforme o preenchimento de algumas exigências, isso se deu devido ao flerte com uma nova lógica na localização das sedes político-administrativas. Em outras palavras, seguindo a tendência de que as capitais teriam que ser interiorizadas, sobretudo como estratégia de defesa, conforme a linha de raciocínio do Visconde de Porto Seguro. Essa tendência, por sua vez, mesclava ideais de ruptura com o passado monárquico, questão de soberania e o tripé da modernização urbana: racionalização do planejamento, embelezamento e higienização do espaço.

Quanto à facultatividade atribuída ao Poder Legislativo estadual, ela foi produto da convergência desses ideais com o plano de afirmação regional que objetivava transformar Vitória na principal praça comercial do estado, desse modo, consolidar sua centralidade econômica. Embora isso não significasse formalmente a manutenção da cidade como sede político-administrativa, o que ocorreu foi uma consolidação de ambas as centralidades, reafirmando a condição de Vitória como capital.

As intervenções urbanas naquela cidade serviram, na prática, para corroborar o anseio econômico e a centralidade política, pois se tornando a cidade em melhores condições financeiras, apresentando maior racionalização na reorganização das ruas e medidas de higienização, Vitória tornava-se uma vitrine do Espírito Santo para o Brasil e até mesmo o exterior, daí a necessidade imperiosa de melhoramento de seu porto. Evidentemente que as condições financeiras do estado inviabilizariam, a curto e médio prazo, a construção de uma nova capital, reforçando a

estratégia de centralização política e econômica. Se for verdade que o Espírito Santo comportaria apenas uma praça comercial com expressividade, posição tantas vezes defendida pelos componentes daquela elite, era preciso que essa praça mantivesse a centralidade política, pois sendo o plano de afirmação desenvolvido para o Espírito Santo voltado para fortalecer o setor portuário, nada melhor do que uma cidade-porto para ser e se manter como a capital do estado.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

CONSTITUIÇÃO Federal e as constituições dos Estados da República do Brasil. Precedida aquela de uma parte historica e acompanhada de alguns decretos posteriores, A. Pelotas e Porto Alegre: Echenique e Irmão editores/ Livraria Universal, 1895.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo exmo. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do Estado durante o mesmo período*. Victoria, 1913.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Constituições do Estado do Espírito Santo*. Vitória: s/n, 1951 (Série “Publicações do Arquivo do Estado do Espírito Santo”, v. 4).

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Constituição do Estado do Espírito Santo 1989*. Edição do texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1989 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nº 01/1990 a 103/2015. Vitória: Assembleia legislativa do Estado do Espírito Santo, 2012. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_internet/downloads/c_est.pdf>. Acesso em 12 dez. 2016.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1892, n. 2719, 2720.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *A questão da capital: marítima ou interior*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do Archivo Nacional, 1935.

Acervo fotográfico

CAR-UFES – Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo.

Bibliografia de apoio

ARRAIS, Cristiano Alencar. Belo Horizonte, a La Plata brasileira: entre a política e o urbanismo moderno. *Revista UFG*, Goiás, ano XI, n.6, p. 63-76, 2009.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *O Novo Arrabalde*. Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

FERREIRA, Gilton Luis. *A reinvenção da cidade: a transformação das ruas e o reordenamento da vida na cidade de Vitória/ES -1889-1928*. 2016. 293 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

FICHER, Sylvia; TREVISAN, Ricardo. *Brasília Cidade nova*. Arqutextos, Brasília, ano 10, abr. 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.119/3384>.

FREIRE, Américo. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. *A República e o Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Multiplicidade, 2012.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Brasília: a construção da nacionalidade: um meio para muitos fins (1956-1961)*. Vitória: EDUFES, 1998.

PANG, Eul-soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1934. A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Vitória no começo do século XX: modernidade e modernização na construção da capital capixaba. *Saeculum Revista de História*, João pessoa, v.1, p. 947-106, 2006.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A Estrada de ferro Sul do Espírito Santo e a interiorização da capital*. Vitória: Secult, 2010.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. Modernização urbana na Belle Époque capixaba: revisitando o Novo Arrabalde. In: RIBEIRO, Luiz Cláudio M. et. al. (orgs.). *Modernidade e Modernização no Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 2015.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo: a configuração da liderança de Moniz Freire*. 2016. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Editora Khedir, 2011 (Série Temas, volume 29, Geografia e Política).

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Introdução: Da Temática, dos Autores e de suas Ideias. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001a.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O Pensamento Francês na Fundação de Belo Horizonte: Das Representações às Práticas. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Pau-

lo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001b.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba. *Dimensões: Revista de História da UFES*, Vitória, n.17, p. 47-68, 2005.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *José de Melo Carvalho Muniz Freire*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012 (Memória do desenvolvimento do Espírito Santo; Grandes nomes; v.3).

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *O desenvolvimento do Porto de Vitória – 1870/1940*. Vitória: CODESA/UFES, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Os grandes projetos industriais: desenvolvimento econômico e contradições urbanas. In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. (org.). *Desenvolvimento brasileiro: alternativas e contradições*. Vitória: Graftusa, 2010.

SUETH, José Candido Rifan. *Espírito Santo, um estado “satélite” na Primeira República*: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Florecultura, 2006.

VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Editora Ática, 1986 (Ensaio 124).

Recebido em: 15.12.2016
Aprovado em: 27.01.2017

ABERTURA
EXPOSIÇÃO

15
MARÇO

CEM ANOS
Luz

MOSTRA FOTOGRÁFICA
Mesa redonda sobre a artista Luz del Fuego e sua contribuição para o naturalismo e o feminismo no Brasil. Exibição do documentário "Tia Dora".

18h30
Arquivo Público do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414 - Centro

INTERFERENCIAS
filmes e projetos



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO




ARTIGO

ELITES POLÍTICAS CAPIXABAS NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Ueber José de Oliveira

Doutor em Ciência Política (Ufscar); Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPghis-Ufes) e Professor Adjunto do Departamento de Educação e Ciências Humanas (Ceunes/Ufes).

Resumo

O presente trabalho tem como propósito compreender aspectos da política capixaba durante a Primeira República (1889-1930), com especial atenção para a década de 1910, contexto de criação do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e seus significados políticos, com vistas a reconhecer os principais grupos sociais hegemônicos, à luz da análise acerca da inserção do estado do Espírito Santo no contexto do federalismo brasileiro, tendo como pano de fundo os dilemas constitutivos da formação e desenvolvimento do Estado nacional, considerando o embate entre centralização versus descentralização.

Palavras-chave: Política; Primeira República; Elites regionais.

Abstract

The present work aims to understand aspects of Capixaba politics during the First Republic (1889-1930), with special attention to the 1910s, the creation of the Historical Geographical Institute of Espírito Santo (IHGES) and its political meanings, with a view to recognize the main hegemonic social groups in the light of the analysis of the insertion of the state of the Espírito Santo in the context of Brazilian federalism, taking into account the dilemmas that constituted the formation and development of the national state, considering the clash between centralization and decentralization.

Keywords: Policy; First Republic; Regional elites.

Com a efetiva destruição dos institutos que davam sustentação ao império brasileiro (1822-1889) – em especial o trabalho escravo –, o conflito centralização versus descentralização do poder se acentuaria, doravante materializado nas reivindicações federativas. Assim, é nesse contexto, de advento da República, que se consubstancia a hegemonia de determinadas frações de elites regionais, especialmente aquelas ligadas ao café, em detrimento do centralismo político do Império, destronado em 1889. Nesse sentido, endossamos as considerações de Fernando Abrúcio (1998, p. 34) segundo o qual,

[...] a partir deste momento histórico, as máquinas políticas estaduais serão peças fundamentais no tabuleiro político do país. E nesse tabuleiro, a obtenção do cargo de governador podia

realmente consistir num verdadeiro xeque-mate nos adversários [...].

Como é sabido, os primeiros anos da República brasileira foram marcados por profunda instabilidade política e institucional. Registrou-se conflitos armados – como a Guerra de Canudos, as Revoltas da Armada, a Revolução Federalista –, revoltas populares de diferentes naturezas e matizes, greves, motins e levantes, que acabaram por dar o tom na fase inicial (CARVALHO, 1987), agravados pela grave crise financeira que se abateu sobre o país, ocasionada pela política econômica denominada Encilhamento, adotada pelo então Ministro da Fazenda Rui Barbosa.

Toda essa ordem de coisas descrita acima nos faz endossar as palavras de José Murilo de Carvalho (1987), para o qual, sem nenhum exage-

ro, o Brasil passou, nesses primeiros anos de novo regime, a fase mais turbulenta de sua história.

E no Espírito Santo, o cenário não foi diferente. Mesmo passado o período de maior turbulência no plano nacional, e mesmo depois de consolidada a Política dos Governadores¹ de Campos Salles, pacto baseado no poder dos Coronéis², e da promulgação da Constituição de 1891, se sucederam, no Espírito Santo nada menos que dezito presidentes de Estado, sendo que somente entre 1889 e 1892 foram seis diferentes mandatários³.

Em termos partidários, segundo SILVA (1995) e SUETH (2006): a Primeira República pode

1 Em linhas gerais, a Política dos Governadores pode ser definida da seguinte forma, segundo Abrúcio (1998): a) os governadores de estado eram os atores mais importantes do sistema político, seja no âmbito nacional, seja no âmbito estadual; b) A constituição do poder nacional, por meio de eleições presidenciais passava por um acordo entre os principais estados da federação, especialmente São Paulo e Minas Gerais, mais especificamente pelos governadores desses estados. Para maiores esclarecimentos, ver: ABRÚCIO, Fernando. *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998 pag. 35-41; CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. RESENDE, Maria Efigenia Lage de. O processo Político na Primeira república e o Liberalismo Oligárquico, in: FERREIRA, Jorge e outros. *O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Entre outros.

2 Sobre a importância dos coronéis no pacto de poder da chamada República Velha, ver: LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.

3 Foram os seguintes: além de Afonso Claudio (22/11/1889 a 07/01/1890); José Horácio da Costa (22/11/1889 a 07/01/1890); Constante Gomes Sodré (09/09/1890 a 20/11/1890); Henrique Coutinho (20/11/1890 a 11/03/1891); Antônio Aguirre (11/03/1890 a 07/06/1891); Barão de Monjardim (07/06/1891 a 08/12/1891).

ser dividido em 4 etapas: a) a situação em 1891, marcada pelo predomínio inicial de dois partidos políticos: o Partido da União Republicana Espírito-Santense (reunia interesses agrofundiários) e o Republicano Construtor (PRC) (reunia interesses mercantis-exportadores), ambos fundados após grave racha verificado no Congresso Republicano, ocorrido em Vitória no dia 23 de maio de 1890, que, por ocasião de várias divergências, terminou com a formação das duas agremiações: a primeira comandada por Barão de Monjardim e Aristides Freire – respectivamente ex-chefes dos Partidos Liberal e Conservador do período imperial – aos quais vieram se juntar por ocasião de divergência após o Congresso, Antônio Aguirre e Bernardo Horta; e a segunda com o Governador Afonso Claudio e Moniz Freire, eleito para comandar o Estado a partir de 1892.

Do ponto de vista político-partidário, importante destacar os mandatos de dois dos dezito Presidentes de Estado do período da Primeira República – José de Mello Carvalho Moniz Freire (1892/1896 e 1900-1904) e de Jerônimo de Souza Monteiro (1908/1912).

Moniz Freire, eleito em duas oportunidades (1892-96 e 1900-04), entre outras coisas, desenhou um projeto político e econômico mais abrangente para o Espírito Santo, esboçado ainda durante a curta gestão Afonso Claudio (22/11/1889 a 07/01/1890), seu antecessor. Tal projeto se baseava na afirmação da centralidade da cidade e do porto de Vitória como *locus* do desenvolvimento econômico capixaba, na abertura de estradas de ferro para o interior e para Minas Gerais, no desenvolvimento da cafeicultura, da imigração e da pequena propriedade.

Moniz Freire⁴ (1892/1896) chegou ao poder representando a hegemonia das oligarquias mercantis-exportadoras, reunidas no Partido Republicano Construtor (PRC) e foi um dos primeiros a perceber a necessidade de desenvolver economicamente o Estado do Espírito Santo na perspectiva de torná-lo menos frágil economicamente e menos dependente dos recursos provenientes da esfera nacional.

Antes de prosseguir, faz-se necessário uma ressalva: os dois principais grupos de interesse do Espírito Santo do período – agrofundiários e mercantis-exportadores – eram ligados à economia cafeeira. O que os diferenciava é que os primeiros se localizavam naquilo que poderíamos chamar de zona de conforto, isto é, sentiam-se satisfeitos com a estrutura econômica do Estado, especialmente quanto ao fato de parte significativa do café capixaba ser exportado pelo Estado do Rio de Janeiro. Já o setor mercantil-exportador, além de produzir o café, almejava ampliar a capacidade logística do Estado com vistas a colher mais dividendos da produção cafeeira, como tributos e outras atividades acessórias.

Deste modo, ao se tornar Governador em 1892, o grande objetivo de Moniz Freire era construir um centro populoso como principal passo para o desenvolvimento do Estado, sendo que

isso ocorreria por meio do aumento da atividade comercial o que na época, segundo Sueth & Franco (2005), ocorria em várias importantes cidades, tais como Paris, Nova York, Londres, entre outras. Essa iniciativa visava, acima de tudo, centralizar a arrecadação e exportações pelo Porto de Vitória para evitar que parte considerável da renda estadual continuasse a ser apropriada pelo Rio de Janeiro. Tal como salienta Campos Jr. (1996, p. 149),

[...] a proposta de Moniz Freire voltava-se para tornar Vitória o grande centro comercial do Estado e, quiçá, levá-la a exercer também alguma polarização sobre regiões mineiras. Concentrar o comércio era a meta [...].

Com vistas a atingir tal objetivo, Moniz se concentrou em três ações consideradas por ele como indispensáveis: a) investir na infraestrutura do Espírito Santo para facilitar o escoamento interno da produção cafeeira, por meio da edificação de ferrovias, especialmente uma que ligasse a região sul à Vitória, para centralizar o comércio capixaba junto ao porto da capital; a intenção era tornar a capital capixaba entreposto comercial de cunho regional; b) estimular a imigração para aumentar a população do Espírito Santo e oferecer mais braços à lavoura cafeeira – principalmente à grande propriedade –, que se ressentia da falta de mão de obra desde o término da escravidão; c) implementar a modernização estrutural de capital capixaba por meio da formulação de políticas de aterramento de áreas à época consideradas insalubres, construção de estradas, melhorias no porto de Vitória e construção de uma rede regular de água encanada e esgoto (VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011a).

Moniz Freire efetivamente levou a cabo várias dessas ações. Em relação à política migratória, logo no início do governo firmou contrato com o italiano Domenico Giffoni para introduzir 20 mil imigrantes no Estado no período de três anos, preferencialmente italianos. Em seguida, em 1892, regulamentou as normas do serviço de imigração que, em tese, significava algumas facilidades para os estrangeiros que viessem para as terras capixabas (RIBEIRO 2008; VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011a).

No que tange à modernização estrutural e urbana da região de Vitória foram importantes as ações voltadas para a regularização e o abastecimento de água e canalização de esgoto, além de inúmeras outras ações direcionadas para a resolução de problemas de insalubridade que marcavam a cidade de Vitória (RIBEIRO 2008; VILLASCHI, FELIPE & OLIVEIRA, 2011a).

No aspecto urbanístico, o projeto mais audacioso foi o Novo Arrabalde, que foi confiado ao renomado engenheiro Saturnino de Brito⁵. Compreendia a construção de um novo bairro para abrigar a elite que, na visão de Freire, se formaria a partir das atividades econômicas relacionadas ao comércio do café, uma vez que Vitória, limitada de um lado pelo mar e do outro pelas encostas, não oferecia mais a possibilidade de

crescimento⁶.

Mas foram nas questões de infraestrutura de transportes que foram enraizadas as principais marcas do Governo de Moniz Freire. A ideia inovadora partia da construção de malha logística – rodoviária e ferroviária – que imputasse outra racionalidade econômica ao transporte e que impulsionasse a comunicação entre as diversas regiões do Estado. Essa malha de comunicação e de transporte que seria a grande responsável por fazer convergir para Vitória o comércio do café e as atividades a ele ligadas, tornando-se um grande centro populoso e comercial.

Moniz chegou a inaugurar o trecho inicial da Ferrovia Sul do Espírito Santo no dia 13 de junho de 1895, um traçado de cerca de 20 km de Vitória à Estação do Município de Viana⁷. Todavia, a crise do café, verificada ao término do seu primeiro mandato e a pouca autonomia do Espírito Santo em termos políticos e econômicos, impediu a continuidade de planos tão esperançosos e veio a determinar o fracasso relativo de suas pretensões para o Estado. Devido aos mesmos fatores, não foi possível perseguir tal objetivo com o mesmo afincamento no seu segundo mandato, que ocorrera entre os anos de 1900-1904 (VASCONCELLOS, 1995).

Sobre a questão do desequilíbrio no tratamento entre os Estados, o próprio Moniz Freire é

4 Nascido em Vitória em 13 de julho de 1861, começou sua carreira política muito cedo na Câmara Municipal de Vitória e foi Deputado Provincial durante a década de 1880, também se destacando como hábil orador e dono de uma boa capacidade de escrita, demonstrando, desde cedo, uma grande tendência para o jornalismo e para a política. Coursou direito juntamente com Afonso Claudio, primeiro no Recife e depois transferindo-se para São Paulo, entre os anos de 1877 e 1881.

5 Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (Campos, 1864 - Pelotas, 1929) foi um dos mais importantes engenheiros sanitaristas brasileiros. Nascido em Campos dos Goytacazes, formou-se em engenharia civil no ano de 1887, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Saturnino de Brito teve papel de destaque pela racionalidade técnica e econômica que dava aos seus projetos. Assim, tornou-se responsável por projetos urbanísticos para as principais cidades brasileiras como Santos, Vitória, Petrópolis, entre outras.

6 No lugar onde foi projetado e parcialmente construído o Novo Arrabalde, localiza-se atualmente o Bairro da Praia do Canto, região norte da Ilha de Vitória, hoje, a região mais nobre, que, com a decadência do antigo centro, tornou-se também a região mais dinâmica da capital capixaba.

7 O Município de Viana faz parte, atualmente, da Região Metropolitana da Grande Vitória, ao lado da capital, Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha, Fundão e Guarapari.

enfático ao se queixar da falta de autonomia do Estado Capixaba:

[...] Não poderia o nosso estado, pequeno e exausto como se acha, pretender presentemente tomar nenhuma iniciativa no sentido de forçar uma deliberação eficaz sobre esses assuntos; por mais que a sua sorte esteja aí envolvida, a sua posição não pode ser senão de passividade resignada [...]⁸.

Apesar do fracasso relativo, Villaschi, Felipe & Oliveira (2011a; p. 41) fornecem a conclusão com a qual podemos finalizar a nossa explanação sobre Moniz Freire:

[...] o legado de Muniz Freire para o [...] Espírito Santo já estava determinado: graças a ele, começou-se a estabelecer o intercâmbio comercial mais intenso com regiões vizinhas. Nesse sentido, eram claros os sinais de uma nova base para o desenvolvimento capixaba. É possível dizer que todos os processos posteriores de dotação de uma infraestrutura logística no Espírito Santo, com o discurso de que o estado precisava dinamizar suas vantagens locais naturais, são um aprofundamento e derivam daquela visão defendida por Moniz no final do século XIX [...].

A crise econômica que se abateu sobre o Brasil e sobre Espírito Santo no início da Primeira República só terminou no final da primeira década

do século XX. Essas circunstâncias coincidem com a chegada ao poder de Jerônimo Monteiro (1908-1912), que ascendeu ao poder pelo PRES, nitidamente vinculado aos interesses agrofundiários dos fazendeiros do Sul do Estado, expressas nas suas mensagens e discursos, nos quais expunha o interesse em desenvolver a economia daquela região, com o objetivo de aproveitar a matéria-prima fornecida pelos fazendeiros de café (SUETH & FRANCO, 2005).

Na visão do governo Jerônimo Monteiro, membro da oligarquia rural cafeeira do sul do Estado, as medidas visando à diversificação da economia das imediações de Cachoeiro de Itapemirim eram necessárias porque a região estava em crise, após a cultura cafeeira intensiva de quase um século e, nesse sentido, a tentativa de avanço industrial também “vinha favorecer a lavoura” (ALMEIDA, 2010).

A economia capixaba, nesse momento ainda exclusivamente agrícola, era extremamente vulnerável ante as oscilações dos preços do seu quase exclusivo produto, o café. Visando a transformar essa realidade, o Governo Jerônimo Monteiro assinou numerosos contratos para a construção de fábricas. A ideia foi investir principalmente na criação da Companhia Industrial do Espírito Santo, empresa holding que abrigava inúmeros estabelecimentos industriais instalados, de modo especial em Cachoeiro de Itapemirim, que compreendiam: uma fábrica de tecidos para aproveitamento de fibras têxteis (Tecida); uma indústria de açúcar no baixo Vale do Itapemirim; fábrica de papel; fábrica de óleo vegetal; serraria industrial; e a Usina Hidrelétrica do Rio Fruteiras (VASCONCELLOS, 1995).

Apesar de tais empreendimentos supera-

rem, e muito, as possibilidades financeiras do Estado, o que levou a um novo e grande endividamento do setor público, fica evidente, a partir do descrito acima, que, por um lado, as coalizões de possibilidades podem ser equivocadas e, por outro, que diferentes setores da elite capixaba, seja com Moniz ou com Jerônimo, produziram projetos para o Espírito Santo, apesar da quase inevitável vinculação com a produção cafeeira – tanto os setores mercantis-exportadores quanto os agrofundiários. Nesse sentido, e considerando os erros e acertos, avanços e retrocessos de ambos os presidentes, eles se destacaram na história política e econômica do Espírito Santo, como os primeiros a buscarem a implementação de ações cujos objetivos eram transformar e modernizar a limitada estrutura econômica capixaba.

No caso específico de Jerônimo Monteiro, outro grande legado foi o de inaugurar um segmento oligárquico⁹ que se perpetuaria no comando direto do Estado durante todo o restante da Primeira República e na atuação direta nos espaços de poder até pelo menos a década de 1960. A partir deste momento, a oligarquia Monteiro passou a dominar a política local, mesmo com as divergências entre os irmãos Bernardino e Jerônimo, passando a ter forte influência sobre a máquina eleitoral até o final da Primeira República. Em outras palavras, de 1908 a 1930, os candida-

tos indicados para ocupar a presidência estadual eram escolhidos ou dependiam do beneplácito dos Monteiros, pelo menos de um deles. Em termos político-partidários, o Partido Republicano Espírito-Santense dominou a cena política no Espírito Santo até 1930, considerando a existência de facções no seu interior.

Os significados políticos da criação do IHGES

O período de governo de Jerônimo Monteiro, principalmente por conta dos investimentos realizados em várias áreas, foi marcado também por grande otimismo e entusiasmo. O Estado, que até o início do século XX era considerado um fardo para o conjunto da federação, experimentava momentos de grande prosperidade e otimismo.

Quando tratamos de relações de poder de qualquer natureza é inevitável aludir acerca da forte relação entre Estado e seus agentes, dos dispositivos irradiadores de cultura. Qualquer poder constituído que busca se auto legitimar perante a malha social, é fundamental fortes investimentos nesses dispositivos. E não foi diferente com Jerônimo Monteiro. Não por acaso, investiu fortemente em educação. O próprio ideário republicano colocava a educação como condição sine qua non para o progresso e, a partir da condução de Carlos Alberto Gomes Cardin, paulista que chegou ao Estado em 1908, Monteiro implementou arrojada reforma educacional nos ensinos primário e secundário, tendo como referência o modelo de educação paulista e São Paulo, que naquele momento era considerado o

8 ESPÍRITO SANTO. Presidente (1900-1904: Freire). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da 1ª sessão da quarta Legislatura pelo Presidente do Estado, Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, em 28 de setembro de 1901*. Vitória: Papelaria e Tipografia Nelson Costa & Comp., 1902. p. 12.

9 A partir de então, um dos dois, Jerônimo ou Bernardino, dominariam o clã, mas disputavam em lados opostos. Após o Governo de Jerônimo Monteiro foram os seguintes os presidentes do Estado do Espírito Santo: Marcondes A. de Aguiar (23/04/1912 a 23/04/1916) (tio de Jerônimo); Bernardino Monteiro (23/04/1916 a 23/04/1920) (irmão de Jerônimo); Nestor Gomes (23/04/1920 a 23/04/1924); Florentino Avidos (23/04/1924 a 30/06/1928) (cunhado de Jerônimo); Aristeu Borges de Aguiar (30/06/1928 a 16/10/1930).

principal lócus irradiador do próprio progresso (SIMÕES & SALIN, 2012).

A atenção dada a esses dispositivos irradiadores de cultura não se limitou aos vultosos investimento em educação. O entusiasmo e otimismo supramencionados produziram um ambiente propício para firmar certas identidades. Tendo como pano de fundo a ideia segundo a qual o passado é um instrumento por meio do qual as pessoas ou grupos procuram legitimar determinadas visões de mundo ocorreu também durante o Governo Jerônimo Monteiro a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES).

Tal agremiação, criada no ano de 1916, ocorreu no contexto em que se procurava consagrar os heróis capixabas, que, no caso do Espírito Santo, adotou Domingos José Martins, escolhido como modelo de mártir. Além do fato de ter nascido no Espírito Santo e ter se notabilizado enquanto líder da Revolução Pernambucana de 1817, no ano seguinte à criação do IHGES, 1917, ocorreriam as comemorações do centenário de sua morte, sendo, portanto, personalidade e data mais que oportuna!

Conforme assevera Neves (2003), o IHGES foi concebido no mesmo figurino dos demais Brasil afora:

[...] sob os auspícios estatais e reunindo em seus quadros a elite dirigente local, composta por representantes do Governo do Estado, a quase totalidade dos desembargadores da Corte estadual, militares, clérigos, professores e profissionais liberais.

Assim, completa Neves (2003, p. 21), a Casa fora criada na perspectiva da

[...] criação e conservação de uma história local que à altura destinava-se à valorização da expressão de individualidade capixaba frente à nacional, de uma forma geral, e às vizinhas identidades estaduais, em particular [...].

Importante salientar a participação de eminentes membros do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Várias personalidades que despontam como fundadores do Instituto foram procuradores gerais ao longo de suas carreiras, com participação ativa na vida pública capixaba do período, muitos dos quais com fortes ligações com a oligarquia dos Souza Monteiro, a exemplo de Aristóteles da Silva Santos, Carlos Gomes Sá, Carlos Xavier Paes de Barreto, José Bernardino Alves Junior, José Espíndula Batallha Ribeiro, José Rodrigues Sette, Manoel Lopes Pimenta, entre outros.

Além das personalidades mencionadas acima, outras várias figuras de peso despontam como fundadoras do IHGES, tais como Adolfo Fernandes Ribeiro de Oliveira, Almeida Cousin, Antônio Auñon Sierra, Antônio Francisco de Ataíde, Arnulfo Martins de Matos, Arquimimo Martins de Matos, Artur Lourenço de Araújo Primo, Carlos Madeira, João Lordello dos Santos Souza, João Manoel de Carvalho, Luiz Fraga, Mário Aristides Freira e Padre Elias Tommasi.

A participação de personalidades com essa envergadura na formação do Instituto atesta a afirmação feita por Achiamé (2010) quando analisou a importância do IHGES para a legitimação do poder, seja ele qual for. Assim afirma o autor: “O Instituto Histórico precisava do governo para a sua manutenção, mas o governo precisava do Instituto para se legitimar no poder”.

A Revolta de Xandoca (1916): ameaça à Oligarquia dos Souza Monteiro

O Governo de Marcondes Alves de Souza, sucessor de Jerônimo Monteiro, findou-se no em 1916, ano extremamente conturbado no Estado do Espírito Santo. Foi nele que ocorreu a única ameaça à hegemonia da oligarquia dos Souza Monteiro no período da Primeira República: a Revolta de Xandoca.

A política capixaba naquele ano se dividiu entre os partidários de José Gomes Pinheiro Junior, ex-membro do Partido Republicano Construtor (PRC) e naquele momento filiado ao Partido Liberal, fundado por Rui Barbosa, de um lado, e Bernardino Monteiro, de outro.

O problema começou com a própria indicação de Bernardino Monteiro, irmão de Jerônimo, como candidato à Presidência do Estado. A situação econômica do Espírito Santo era muito difícil, razão pela qual eminentes personalidades, a exemplo de importantes aliados dos Souza Monteiro, tentaram vetar a candidatura de Bernardino. Entre tais personalidade se destacam, entre outros, o senador João Luís Alves, os deputados federais Paulo de Melo e Dioclécio Borges, além do então vice-presidente do estado, Alexandre Calmon, vulgo Xandoca, que engrossaram fileiras do grupo que já haviam passado para a oposição em 1912, quando da indicação do próprio Marcondes de Souza, que sucedera Jerônimo. Desse grupo faziam parte figuras tais como Torquato Moreira e Thiers Veloso.

Esse agrupamento tinha a pretensão de evitar a cristalização de uma oligarquia familiar no poder, no caso os Souza Monteiro. Chegaram a obter apoio do Presidente da República naquele

contexto, Venceslau Brás (1914-1918) para esse intento. Todavia, os Monteiro não recuaram quanto à candidatura de Bernardino.

Diante do impasse, foi composta uma chapa de oposição. Encabeçando-a aparecia Pinheiro Júnior, liderança de Cacheiro do Itapemirim, tendo como vice Alexandre Calmon, de Linhares, com sede na então Vila de Colatina, desde 1906. A eleição deu vitória a Bernardino. Todavia, como as eleições ocorriam por meio do chamado bico de pena em que os resultados, fraudados em grande parte, eram decididos pelas elites políticas locais detentoras do poder, a oposição não aceitou o resultado e se auto intitulou também vencedora, instalando o Governo na Vila de Colatina. Já a força situacionista empossou Bernardino em Vitória.

A luta política com recurso à violência policial e de forças privadas de coronéis incendiou o estado. Tiroteios impediram as manifestações da oposição na capital. Centenas de pessoas se refugiaram em Minas Gerais e no estado do Rio de Janeiro (CHEQUER, 2012).

A divergência fez com que a demanda chegasse ao Congresso Nacional, travando-se uma intensa batalha jurídica, sobre a qual Chequer (2012) argumenta da seguinte maneira:

Sobre o assunto, manifestaram-se Ruy Barbosa, Clovis Beviláqua, Epitácio Pessoa, João Barbalho, Adolpho Gordo, Prudente de Moraes Filho, e outros juristas importantes do País. Enquanto a oposição capixaba se escorava na força do Presidente Wenceslau Braz, a oligarquia Souza Monteiro contava com o apoio do Coronel Francisco Sales, Senador por Minas Gerais, estado que já havia governado e onde presidia

o Partido Republicano Mineiro. Durante muitos anos, Francisco Sales controlou a maioria da bancada federal mineira, a mais numerosa da República Velha. Além disso, fora Ministro da Fazenda do governo Hermes da Fonseca. Esse poderoso coronel, que chegou a ser cogitado, por duas vezes, como candidato à presidência da República, era o maior protetor de Jerônimo Monteiro. Em Minas Sales era o maior adversário de Wenceslau Brás nas disputas entre as facções oligárquicas mineiras.

Desse modo, o pedido de intervenção federal revelou a influência de facções oligárquicas mineiras sobre a política capixaba. Importante registrar ainda que este foi um dos poucos momentos em que ocorreu a união entre os irmãos Jerônimo e Bernardino Monteiro. Isto é, apesar das discordâncias, uniram-se contra o mal maior, que seria a perda do domínio político da família.

Considerações finais: o final da primeira república

Na fase final da Primeira República, especialmente a partir de meados da década de 1920, aflora no seio dos setores médios recém-emergentes da sociedade brasileira em geral, uma série de manifestações contrárias ao modelo político vigente naquele contexto. O discurso liberal pelo voto secreto e pela moralização dos processos eleitorais ganha força e acaba se materializando em movimentos sociais, a exemplo do Tenentismo.

Assim, passa a ser alvo de duras contestações as chamadas eleições por bico de pena em que os resultados eram decididos pelas elites

políticas locais detentoras do poder. Sobre os processos eleitorais da Primeira República, o sobrinho de Jerônimo Monteiro, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, ao qual voltaremos a fazer referência neste trabalho, em um de seus depoimentos afirma que “[...] não havia abstenção. Não havia nada. Faziam o resultado como queriam. Não havia protesto [...]”.¹⁰ De modo geral, as escolhas eleitorais eram fraudadas em proveito do situacionismo político, por meio do voto de cabresto utilizado pelos coronéis que manipulavam os votos dos eleitores de seu curral eleitoral. Dessa forma, os resultados das eleições geralmente eram construídos bem antes da eleição e as escolhas políticas e eleitorais ocorriam no âmbito do partido e competia ao eleitorado, direcionado pelos coronéis, a confirmação da chapa dos candidatos. Elucidativo neste sentido é o depoimento do mesmo Carlos Monteiro Lindenberg em que relata como se dava o controle dos eleitores pelos coronéis no Espírito Santo:

[...] Quando eu tinha uns sete anos para oito anos o meu tio alistava os eleitores da fazenda. Eles eram analfabetos. Para registrar como eleitores tinham que dar uma procuração para meu tio. Então nós, os meninos, eu, Benvindo de Novaes, Moacir, fazíamos o Constituo: “constituo meu bastante procurador o coronel Antonio de Souza Monteiro para efeito de me alistar em Itapemirim”. E a gente assinava o nome do sujeito [...]”.

10 LINDENBERG. Carlos. De viva voz: depoimento de Carlos Lindenberg. Vitória: IHGES; AESL; Cultural-ES, 1989, p. 28-29.

11 LINDENBERG. Carlos. De viva voz: depoimento de Carlos Lindenberg. Vitória: IHGES; AESL; Cultural-ES, 1989, p. 28-29.

Do mesmo modo, passa a ser alvo de duras críticas, o domínio dos aparelhos regionais de Estado pelas facções oligárquicas, as quais lutavam entre si pelo controle dos espaços de poder, uma vez que, tal como argumenta Achiamé (2010; p. 90),

[...] o controle desse aparelho dava à facção vencedora uma vantagem extra, pela importância política considerável que possuía a administração pública [...].

Assim, pelo sistema que vigorava na Primeira República, no período eleitoral ou na formação de governos, quem não era correligionário, era automaticamente considerado inimigo, configurando um jogo de soma zero.

Um bom exemplo dessa situação de domínio oligárquico no Espírito Santo é o episódio vivido no começo da carreira política daquele que, mais tarde, se tornaria um dos políticos de maior projeção no cenário estadual. Em 1920, o mesmo Carlos Fernando Monteiro Lidemberg, na ocasião com apenas 21 anos, foi lançado na disputa para concorrer ao cargo de prefeito de Cachoeiro de Itapemirim contra um político mais experiente, Seabra Muniz, apoiado por Nestor Gomes (que sucederia Bernardino na Presidência do Estado) e genro do outro tio de Lindenberg, Bernardino Monteiro (que naquele momento dominava a política capixaba e era inimigo de seu irmão, Jerônimo).

A candidatura do jovem Carlos Lindenberg tinha a finalidade de a corrente política vinculada a Jerônimo marcar posição no pleito, mesmo que remotas as chances de vitória. E ocorre que

[...] Na véspera da eleição de 1920 apareceu à tarde na Fazenda Monte Líbano um escrivão, cunhado de Marcondes Alves de Souza, ex-presidente do estado. Marcondes era candidato, junto com Seabra Muniz, esse casado com uma filha do presidente de então, Bernardino Monteiro, tio de Nêni [apelido de Carlos Lindenberg]. O escrivão Agostinho Alves dos Santos montava uma mula muito bonita e parecia não ter pressa:

— Seu Agostinho, o senhor por aqui, logo hoje? perguntou Nêni.

— É, vim pernoitar com vocês.

— Mas como, se a eleição é amanhã, você é escrivão lá, como é que fica?

— Não, a eleição já está aí na garupa da mula, explicou o escrivão.

— E eu? insistiu a curiosidade de Nêni.

— Você? Tem meia dúzia de votos.

Apesar da “surra”, Nêni ficou em segundo lugar, ultrapassando o coronel Marcondes [...]. (LINDENBERG, apud ALMEIDA, 2010, p. 117; GURGEL, 2000; p. 52-53; ACHIAMÉ, 2010; p. 95).

Quanto à Primeira República como um todo, convém reiterar as considerações de Fernando Abrúcio (1998, p. 40) que em seu balanço parece concluir de forma acertada os aspectos políticos do período discutido, quando afirma que

[...] no plano das relações federativas, predominava a força dos governadores dos Estados mais ricos da nação, enquanto no plano interno dos estados predominava a figura do governador e de sua máquina política estadual [...].

E o mesmo autor prossegue afirmando que tal realidade levou a três consequências fundamentais, das quais indicamos aquela que consideramos a mais importante para a presente análise: a força adquirida pelo cargo de governador de Estado no Brasil¹². Isso porque, o poder do go-

¹² As outras duas consequências da adoção do modelo de federalismo brasileiro são: 1º) o federalismo brasileiro não conseguiu estabelecer uma relação de interdependência entre a União e os Estados. Havia um desequilíbrio entre os estados mais fortes — especialmente SP e MG e uma União frágil entre eles; 2º) é resultado das outras duas, e seria o fato de o federalismo no Brasil ter surgido de forma dissociada da República. Ou seja, o federalismo da Primeira República foi o reino das oligarquias, do patrimonialismo e da ausência do povo no cenário político. Para maiores esclarecimentos, ver: ABRÚCIO, Fernando. *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

vernador surgiu a partir de sua influência sobre a circunscrição eleitoral estadual, de forma oligárquica e acima dos partidos (ABRÚCIO, 1998). Apesar de ter sofrido diversas mudanças ao longo do século XX, continuará sendo um dos elementos fundamentais para o equilíbrio político nacional e, por isso, alvo de cobiça para a qual se direcionarão, em termos políticos, todas as energias das elites locais.

Referências

ABRÚCIO, Fernando. *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

ACHIAMÉ, Fernando. *O Espírito Santo na Era Vargas: elites políticas e reformismo autoritário (1930-1937)*. Rio de Janeiro:

Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg: um estadista e seu tempo*. Ed. Organizada, apresentada e anotada por Estilague Ferreira dos Santos, Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

CAMPOS JR., Carlos Teixeira. *O novo arrabalde*. Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHEQUER, Namy. A Revolta de Xandoca. In: Bittencourt, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Claudio M. (Orgs). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2012.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. *Notícia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*. Vitória, IHGES, 2003.

RESENDE, Maria Efigenia Lage de. O processo Político na Primeira república e o Liberalismo Oligárquico, in: FERREIRA, Jorge e outros. *O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excluyente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIBEIRO, Diones Augusto. Busca à primeira grandeza: o Espírito Santo e o Governo Moniz Freire (1892-1896), 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do

Espírito Santo, Vitória, 2008.

SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIN, Maria Alayde Alcântara. A organização de Grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a Reforma Gomes Cardim (1908-1909). *Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES, Vitória, ES*. a. 9, v. 18, n. 35, p. 93-111, jan./jun. 2012.

SUETH, José Cândido Rifan; FRANCO, Sebastião Pimentel. A dependência do Espírito Santo entre três mandatos e duas políticas: as administrações Moniz Freire e Jerônimo Monteiro. *Revista Ágora, Vitória*, nº2, 2005, p. 1 - 31. Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. A invenção do Coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: SPDC, 1995.

VILLASCHI FILHO, Arlindo; FELIPE, Ednilson Silva; OLIVEIRA, Ueber Jose de. Visões compartilhadas e coalizão de possibilidades: a antessala do processo de industrialização. In: VILLASCHI, Alindo. (Org.). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento*. 1º ed. Vitória-ES: Flor&Cultura, 2011a, v. 1, p. 29-51.

Recebido em: 18.10.2016 - Aprovado em: 05.01.2017





ARTIGO

O ESPÍRITO SANTO (1959-1966): CARLOS LINDENBERG E FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR: POPULISMO OU CORONELISMO?

Jefferson Ferreira Alvarenga

Mestre em História Social das Relações Políticas (2012). Especialista em História política (2009) e graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006). Professor de Sociologia na Secretaria Estadual de Educação — ES.

Resumo

Este artigo discute preliminarmente como emergiu novas práticas políticas no Espírito Santo, entre os anos de 1959 a 1966, enfatizando duas lideranças políticas, a saber: Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar. A questão central que se debate é qual forma de relação se estabeleceu entre a sociedade capixaba e aquelas lideranças políticas entre a década de 1950 a 1960, considerando que o estado passava por uma transição de sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial. Nossa hipótese é que houve a existência de uma experiência de participação das massas populares urbanas e rurais e que tais lideranças supracitadas, usaram práticas convidativas para atingir um público heterogêneo socialmente.

Palavras-Chaves: Política, Espírito Santo e História.

Resumen

En este artículo se discute de manera preliminar como surgió nuevas prácticas políticas en el Espírito Santo, entre los años 1959-1966, destacando dos líderes políticos, a saber: Carlos Lindenberg y Francisco Lacerda de Aguiar. La pregunta central que se debate es qué tipo de relación se establece entre la sociedad capixaba y aquellos líderes políticos entre la década 1950-1960 teniendo en cuenta que el estado pasaba por una transición de una sociedad agraria a una sociedad urbano-industrial. Nuestra hipótesis es que hubo la existencia de una experiencia de participación de las masas urbanas y rurales y tales líderes antes citados, utilizaban prácticas que invitan a lograr un pueblo socialmente heterogéneo.

Palabras clave: la política, el Espírito Santo y la historia.

Coronelismo versus Populismo

Antes de tudo é necessário fazer uma breve investigação sobre o conceito de populismo e o conceito de coronelismo. Como afirma Carvalho (1997, p. 1) a utilização indiscriminada de conceitos como o populismo, o coronelismo, o mandonismo e o clientelismo pode levar os intelectuais a uma dificuldade em utilizar tais conceitos de forma mais precisa.

Sem dúvida, Victor Nunes Leal (1997), ao analisar o coronelismo, o entendeu como um sistema político de reciprocidades que emergiu na sociedade brasileira entre os anos de 1889 a 1930. Em seu livro: Coronelismo, enxada e voto, ele define o coronelismo:

[...] como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência de poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo [sic] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido,

e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1997, p. 40).

Além disso, Victor Nunes Leal (1997) considera que a existência do coronelismo depende de uma troca de proveitos entre o poder público e os chefes locais que constituem o poder privado. Dessa maneira, as relações verticais eram sempre manipuladas por um chefe local e, na maioria das vezes, ele estabelecia o seu controle no meio rural onde se concentrava a maior parte do eleitorado. Mas, nem sempre o coronel estava na zona rural, ele poderia ser um médico, advogado ou um burocrata especializado que, como chefe local, obtinha somas consideráveis de votos de cabresto (LEAL, 1997, p. 41).

Por outro lado, Raymundo Faoro (1997) entende o coronelismo como um fenômeno político que participa da estrutura patrimonial e aproveita das ligações pessoais formadas por uma rede de clientela com a finalidade de obter as benesses públicas (FAORO, 1997, p. 631). Ademais, o coronel utilizava seus poderes públicos para fins particulares, ou seja, misturava a organização do Estado a seus próprios bens pessoais, fazendo emergir, assim, o filhotismo¹ e deste, o mandonismo², o qual compreendia favores pessoais que aumentavam o poder pessoal do coronel e ampliavam também sua clientela. Esse controle do coronel levava a oligarquia estadual a depender do poder aliciador do coronel, que se apropriava das oportunidades econômicas do município e do controle dos cargos públicos que geralmente eram entregues às principais famílias locais.

1 Para Leal, o filhotismo compreende favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios. Geralmente, esses favores são destinados aos amigos do Coronel ou aos seus eleitores (LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 60).

nismo², o qual compreendia favores pessoais que aumentavam o poder pessoal do coronel e ampliavam também sua clientela. Esse controle do coronel levava a oligarquia estadual a depender do poder aliciador do coronel, que se apropriava das oportunidades econômicas do município e do controle dos cargos públicos que geralmente eram entregues às principais famílias locais.

Diferentemente do coronelismo, o mandonismo refere-se a um indivíduo que detém um poder hegemônico sobre o povo, por causa de algum recurso estratégico que ele possui, por exemplo, a terra. O mandonismo não é um sistema, mas uma prática política vigente principalmente da América Latina (CARVALHO, 1997, p. 2). Já o clientelismo, segundo Carvalho (1997, p. 2), não pode ser confundido com o coronelismo, pois se trata de um conceito muito mais amplo. Apesar de o sistema coronelista envolver relações e práticas de natureza clientelística.

Ao examinarmos as relações políticas no estado do Espírito Santo entre os anos 1959-1966, entendemos que o populismo permaneceu no seio da relação Estado-Sociedade como forma de mediação entre a sociedade e o Estado. Desta forma, apesar de não haver um estudo profundo sobre o coronelismo no Espírito Santo, esse modelo político sempre esteve presente na política estadual da Primeira República (1889-1930). Isto de acordo com os estudos de Marta Zorzal e Silva (1986) e João Gualberto Vasconcelos (1995) que demonstraram com propriedade a existência

2 Para Leal, o mandonismo se manifesta na perseguição aos adversários: “para os amigos pão, para os inimigos pau”. As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais (Ibid., p. 61).

desse sistema político no estado. Posterior à Primeira República (1889-1930), encontramos práticas políticas como o clientelismo, o mandonismo e o filhotismo, porém não o sistema coronelista.

No caso do populismo houve várias formas de conceituá-lo. Alguns autores, como exemplo, Octávio Ianni (1978), entende o populismo como um projeto de desenvolvimento econômico. Não obstante, para Francisco Weffort (2003) o populismo é compreendido como uma forma de emergência das massas populares na política. Todavia, tal conceito passou por uma intensa revisão acadêmica a partir da década de 1980. Estudiosos como Ângela Maria de Castro Gomes (1994), Maria Helena Rolim Capelato (2009) e Jorge Ferreira (2001) deram uma nova visão aos estudos do populismo no Brasil. No entanto, é certo que seria impossível neste artigo, avaliar as obras e as contribuições de cada intelectual citado, também isto não é a finalidade deste estudo.

Para entendermos e aplicarmos o conceito populismo no Espírito Santo foi necessário buscar uma nova forma de compreensão do próprio conceito. Por isso, partimos do estudo realizado por Maria Moria Mackinnon e Mário Petrone (1998): *Populismo y neopopulismo em América Latina: El problema de la cenicienta*. Nessa obra, os autores analisam o populismo como conceito e para eles a experiência populista pode ser aplicada em uma realidade social levando em consideração algumas unidades mínimas analíticas. Portanto, Mackinnon e Petrone consideram que para se caracterizar uma experiência como populista são necessárias as seguintes condições: a) a crise como condição de emergência; b) a experiência da participação como sustento da mobilização popular; c) o caráter ambíguo dos

movimentos populistas; d) a base social do movimento populista; e) a incorporação-exclusão dos segmentos sociais; além disso, devemos levar em consideração a formação social e histórica particular dos Estados populistas (MACKINNON; PETRONE, 1998, p. 44-47).

Certamente, utilizar todas essas unidades de análise seria impossível em apenas um artigo. Desse modo, com a finalidade de provar a nossa hipótese, escolhemos apenas uma condição a ser testada, a saber: a experiência da participação como sustento da mobilização popular.

A experiência da participação como sustento da mobilização popular

As mudanças socioeconômicas ocorridas no Espírito Santo a partir da década de 1950 e 1960 modificaram o quadro político. São importantes transformações, como, as migrações campo-cidade; o capitalismo industrial que adentrava em pequenos passos na economia capixaba e a crise da cafeicultura, iniciada em 1955.

A presença de novos atores sociais na arena política do Espírito Santo levou o Partido Social Democrático (PSD) a repensar suas atitudes políticas para as eleições de 1958. Assim, o partido buscou incorporar a massa popular em sua campanha política como uma forma de participação do povo. Dessa forma, o partido que tinha perdido as eleições de 1954, articulou-se em torno de uma reestruturação da Direção Executiva Estadual. Uma das consequências dessa articulação foi a decisão pelo apoio da candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência, especialmente por causa da promessa do candidato de solucionar a

questão dos limites com Minas Gerais. Acerca da reestruturação do PSD, Almeida (2010) descreve:

[...] Na convenção do PSD, em março de 1955, Carlos foi eleito presidente do diretório regional e a direção executiva também foi totalmente renovada. Decidiu-se que o partido apoiaria a candidatura de Juscelino Kubitschek, candidato do PSD à presidência da República na eleição daquele ano (ele prometera solucionar a questão dos limites entre Minas e Espírito Santo, ainda pendente). Em 1956, o partido elaborou um programa de ação, aprovado na reunião de maio, tendo como metas a reorganização e reestruturação de todos os diretórios regionais e subdistritais, criando-se departamentos (feminino, estudantil, de assistência social e trabalhista); regime de concentrações municipais com a presença de elementos mais destacados do partido, debatendo-se e apreciando-se os problemas na localidade ou zona onde se efetuar a concentração; apoio integral e decidido aos verdadeiros líderes partidários, numa tarefa de colaboração partidária, moral e humana para que defendam e estabeleçam os legítimos postulados do Partido Social Democrático [...] (ALMEIDA, 2010, p. 373).

Essa reestruturação partidária do PSD nos leva a entender que o partido visava a modificar suas práticas políticas. Suas lideranças políticas percebiam as mudanças sociais que o Brasil e o Espírito Santo sofriam, em outras palavras, percebiam um aumento da pluralidade de segmentos sociais. Assim, foi decidido pelo partido a criação dos subdiretórios partidários na Grande Vitória e nos municípios do interior do estado. Tais subdi-

retórios colocavam frente a frente os líderes políticos e as massas populares. Vale ainda destacar que, na maioria das formações desses subdiretórios, havia a presença de Carlos Lindenberg.

Os subdiretórios não foram criados somente nas áreas rurais, mas também nos principais bairros da Grande Vitória. Consoante o jornal *A Gazeta*, os locais principais onde o PSD formou os subdiretórios foram Santo Antônio, Inhanguetá, Ilha do Príncipe, Maruípe³, Gurigica, IBES⁴, Caratoíra, Mulembá, Paul, Bonfim, Forte de São João, Jucutuquara, Bairro de Lourdes, Santa Lúcia, Goiabeiras, Alto Lage, Vila Rubim, Aribiri, Ataíde e Itaquari. Também foram fundados subdiretórios no interior do estado, como os de Linhares, Guaçuí e o Distrito de Marilândia (Colatina).

Segundo o *Jornal A Gazeta*, a criação desses subdiretórios era realizada com a participação de numeroso grupo de moradores locais que não só ajudavam a criá-los, mas também a mantê-los. Nesses locais, o povo das regiões periféricas da capital e as populações do interior do estado eram convidados a participarem da política e do partido. Em muitos casos, o próprio PSD, liderado por Carlos Lindenberg, oferecia condução para moradores de outros bairros a fim de assistirem à fundação de um subdiretório num bairro mais distante⁵. Segundo Almeida (2010), desde o início

3 Maruípe era considerado um bairro populoso e operário. "PSD amanhã em Maruípe. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 10 jan. 1957."

4 Populoso bairro. "PSD leva (hoje) ao IBES seu programa de trabalho. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 19 jan. 1957."

5 Programa Dia 18 - Reestruturação do sub-diretório [sic] do Forte de São João com cerimônia que se realizará na sede da Associação Atlética São João; Dia 19- Reestruturação do sub-diretório [sic] do bairro do Senhor do Bonfim, na residência do Sr. Aristóbulo Bezerra; Dia 23 - Às

do ano de 1957, Lindenberg fazia a trajetória de ajudar a fundar subdiretórios nos bairros de Vitória (ALMEIDA, 2010, p. 373).

A caravana da Vitória⁶ do PSD foi responsável por vários comícios no interior do Estado e nos municípios da Grande Vitória. A campanha foi organizada, ao contrário das eleições de 1947. Sendo assim, nenhum município ficou sem comício, começando por Alfredo Chaves.

A propaganda política veiculada por Carlos Lindenberg era que a administração pública precisava ser salva do “caos administrativo”. Lindenberg colocava-se como o único capaz de salvar a administração pública por meio de trabalho

e honestidade. O jornal A Gazeta de 25 de maio de 1958 evidencia esse fato. Na entrevista, Carlos Lindenberg destaca que:

Não prometemos o impossível, não fazemos milagres, nem oferecemos aquilo que uma boa administração não possa ou não deva realizar. Prometemos uma administração digna, capaz e consciente, sem favoritismos nem conveniências pessoais, mas tendo como fundamento ordem aos negócios públicos e a disciplina no governo e, não como base, interesse coletivo [...] ⁷.

Na manchete do jornal de 15 de julho de 1958 é ressaltado que Lindenberg:

[...] É o único capaz de consertar isto”. ‘A opinião pública já encontrou o melhor slogan publicitário para Carlos Lindenberg - Um programa de trabalho, trabalho e trabalho’ [...] ⁸.

Na convenção ordinária de 28 de janeiro de 1958, em Vitória, Carlos Lindenberg foi lançado como candidato do partido para disputar a sucessão estadual. A candidatura seria homologada em convenção posterior e os demais cargos da chapa também preenchidos na ocasião, porque o partido acreditava na necessidade de formar alianças (ALMEIDA, 2010, p. 373).

Do lado situacionista, a Coligação Democrá-

tica (PSP, PTB, PRP, PR, UDN) ⁹ vivia um clima de tensões e conflitos por causa de heterogeneidade de interesses existentes entre os partidos. O saldo desses conflitos foi o rompimento do governador Francisco Lacerda de Aguiar com a Coligação, que seria diluída, não conseguindo unir forças para enfrentar o PSD. Dessa maneira, os partidos da Coligação Democrática, que estavam fragmentados, lançaram candidaturas próprias, enquanto o PSD lançou Carlos Lindenberg como candidato e uniu-se ao Partido Social Progressista (PSP), tendo Raul Gilberti como candidato a vice-governador na chapa.

Lacerda de Aguiar¹⁰, que havia rompido com

a Coligação Democrática, ficou indiferente aos rumos das eleições de 1958. Mesmo assim, o jornal A Gazeta continuava a fazer várias críticas ao seu governo, sobretudo sobre o “caos administrativo”. Conforme Almeida (2010):

[...] Em 29 de junho de 1958, na festa de Cachoeiro de Itapemirim, Carlos Lindenberg e Waldemar de Andrade foram visitar o Grupo Escolar Bernardino Monteiro, que apresentava uma exposição de trabalhos dos alunos. Chiquinho estava presente. Apesar dos ataques no Senado, Chiquinho nunca deixara de falar com Carlos. Waldemar propôs: “Carlos, vamos conversar com Chiquinho? Coitado, ele está tão sozinho, um governador tão só. Vamos?”. Os três ficaram conversando até às 23h30, quando se encerrou a exposição. À saída, Waldemar tocou na questão da sucessão: “Chiquinho, como é que você está arrumando a eleição, hein?” Ele respondeu: “Doutor Waldemar, já tenho os meus planos feitos. Se eu perder essa eleição, deixo este estado ingovernável. Ninguém vai poder governar depois de mim.” “Chiquinho, não diz isso. Você não pode fazer uma coisa desta.” “Pode escrever. Vou fazer, se perder” (ALMEIDA, 2010, p. 373).

Do ponto de vista de Marta Zorzal e Silva (1986), o quadro político-eleitoral esteve polarizado em três blocos políticos: A aliança PSD/PSP: Carlos Lindenberg (candidato a Governador) e Raul Gilberti (vice-governador); a aliança UDN/PRP: Eurico Rezende (Governador) e Atílio Vivacqua (vice-governador); PTB: Floriano Lopes Rubim (governador) e Arnaldo Pinto de Andrade (vice-governador) (SILVA, 1986, p. 342).

A plataforma de governo dos candidatos foi

9 horas, missa na Igreja Matriz de Vila Velha em ação de graças pelo transcurso da data consagrada ao povoamento do solo capixaba; Nota: haverá condução, com saída às 8 horas, partindo da porta do partido; Comício monstro em Santo Antônio: No dia 25, às 20 horas, será realizado o comício monstro no bairro de Santo Antônio, com a presença dos representantes pessedistas no Senado Federal [sic], Câmara Federal [sic], Assembleia Estadual e Câmara de Vereadores [sic], além de líderes nacionais que virão abrilhantar a festividade. Nota: Haverá ônibus com destino a Santo Antônio, sendo 2 de Vila Velha e IBES, 2 partindo da sede e 2 partindo da zona norte, compreendendo Maruípe, Gurigica, Mulembá, etc. Os ônibus têm sua saída marcada para as 19 horas. Dia 26 - Sessão de encerramento no Teatro Glória, presidida pelo Senador Carlos Lindenberg, em presença de convidados especiais e, para seu maior brilhantismo, facilitando o comparecimento de todos, serão colocados ônibus especiais, partindo dois veículos de Santo Antônio, 2 de Vila Velha e IBES e 8 da zona norte, a fim de fazer a concentração na praça Costa Pereira. Os diretórios interessados em condução para seus membros deverão comunicar-se com a direção do partido, a fim de estabelecer horários e outros pormenores (“Semana pessedista a Convenção estadual. A Gazeta, Vitória, p. 01, 14 mai. 1957”).

6 “Amanhã à noite na Ilha do Príncipe a Caravana da Vitória. A Gazeta, Vitória, p. 01, 5 jul. 1958.”

7 “Não prometemos o impossível, não fazemos milagres, nem oferecemos aquilo que uma boa administração não possa ou não deva realizar. A Gazeta, Vitória, p. 01, 25 mai. 1958.”

8 “É o único capaz de consertar isto. A Gazeta, Vitória, p. 01, 15 jul. 1958.”

9 Partido Social Progressista (PSP); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido da Representação Popular (PRP); Partido Republicano (PR); União Democrática Nacional (UDN).

10 Waldemar de Andrade relata que houve um encontro na tarde de 28 de junho de 1958, data em que o Brasil conquistou a Copa do Mundo, em sua casa, em Cachoeiro, entre Lindenberg, em campanha para o governo, e o governador Lacerda de Aguiar. Este propôs não se afastar do governo para ser candidato ao Senado, impedindo a ascensão do vice-governador Adwalter Ribeiro Soares que favoreceria a candidatura de Floriano Rubim a governador, conforme declarações destes em comício em Baixo Guandu, e que foram gravadas. Na visão de Waldemar, a proposta de Chiquinho facilitaria a eleição de Carlos ao governo e de Eurico Sales ao Senado pelo PSD. Em troca, Chiquinho queria ser nomeado conselheiro do Tribunal de Contas da União, “pois iria se dar uma vaga segundo estava certo”. Carlos repeliu tal acordo por ser ético e por Eurico, então ministro da Justiça, não estar presente à reunião. Waldemar telefona então a Eurico no Rio, e este consegue do presidente Kubitschek a promessa do cargo no TCU para Chiquinho, que não se afasta do governo. Mas Eurico não se interessou pela candidatura ao Senado, e “parece-me que a vaga no Tribunal não se deu, e a promessa do presidente ficou sem sentido” (ALMEIDA, Amylton de. Carlos Lindenberg: Um Estadista de seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 374).

TABELA I. RESULTADOS ELEITORAIS PARA GOVERNO DO ESTADO EM 1959	
CANDIDATO	VOTOS
Floriano Lopes Rubim (PTB)	26,20%
Eurico Rezende (UDN/PRP)	26,50%
Carlos Lindenberg (PSD/PSP)	47,30%

FONTE: SILVA, 1986, p. 346.

também diferenciada. Carlos Lindenberg defendia que o PSD deveria salvar o Estado do caos administrativo em que fora colocado pelo governo Lacerda de Aguiar (1955-1958). Lindenberg se colocava como o único governante capaz de equilibrar as contas públicas e recuperar a administração pública do caos em que se encontrava. Florianio Lopes Rubim levou para os palanques o discurso trabalhista do PTB. Ou seja, centrou seu discurso principalmente nos aspectos nacionalistas da política econômica. O partido defendia, também, a criação de condições para industrialização no estado e prometia livrá-lo da cafeicultura. Por fim, Eurico Resende pautou sua plataforma no discurso contra o caos administrativo em que se encontrava a administração pública (SILVA, 1986, p. 343-346).

Nas eleições de 1962 o quadro eleitoral seria muito semelhante ao das eleições de 1954. O PSD enfrentou a Coligação Democrática (UDN, PRP, PTB, PDC, PRT, PTN e PSB) ¹¹. Segundo Marta Zor-

zal e Silva (1986), a novidade desse pleito foi uma grande quantidade de migrantes das áreas rurais que se instalaram na Grande Vitória como efeito da crise do café (SILVA, 1986, p. 391). No interior do PSD era muito clara a divisão entre elites cafeeiras e elites industriais que ganharam força com a emergência da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES). Conforme Marta Zorzal e Silva (1986), as elites industriais se solidarizaram com Jones dos Santos Neves, enquanto as elites cafeeiras se solidarizaram com Carlos Lindenberg¹² (SILVA, 1986, p. 392). A princípio, a afirmação da autora parece coerente, mas, como veremos, Carlos Lindenberg tinha a concepção, como liderança política, de que o estado deveria tomar rumos di-

12 Relata Carlos Lindenberg: [...] “Antes de deixar o governo fui a Colatina conversar com Raul Gilberti, vice-governador. Disse-lhe que o partido queria meu nome como candidato a senador; desde que ele permanecesse como governador. Raul respondeu que iria cumprir as obrigações de vice-governador, estava no cargo para isso. Daí a alguns dias, ele afirmou que assumiria o governo. Confessei meu remorso em deixar o governo e ele ficar sem cargo político durante quatro anos. Raul afirmou que eu poderia ficar tranquilo quanto ao futuro dele. No dia 27 de fevereiro, o partido se reuniu para escolher o candidato e eu fui escolhido. Raul me disse que o Sr. Asdrúbal Soares, interventor do PSD, havia ido a São Paulo pegar credenciais. Se isso não acontecesse, ele ficaria comigo. Fiquei aguardando a resposta do PSD. No dia 25 telefonei de novo para Colatina, e ele me disse que viria a Vitória no dia 27, com a resposta. Apareceu às 9 horas no palácio, afirmando que não iria assumir o governo porque era candidato a governador. ‘como, Dr. Raul?’, eu perguntei, ‘o Sr. não assumiu o compromisso de assumir o governo, eu renunciando?’ ‘É’, ele respondeu, ‘mas agora sou candidato. O Sr. é culpado porque disse em Colatina ao Sr. Piccim que eu era seu candidato e lá em Colatina lançaram minha candidatura. Agora eu sou candidato’. Afirmar que realmente eu havia dito aquilo ao Sr. Piccim” [...] (As confissões de Carlos Lindenberg. Espírito Santo Agora. Vitória, nº 5, p. 54-60, mar. 1973).

11 União Democrática Nacional (UDN); Partido da Representação Popular (PRP); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Democrata Cristão (PDC); Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Socialista Brasileiro (PSB).

ferentes dos da monocultura do café.

Na reunião da comissão executiva do PSD, realizada em janeiro de 1962, Jones dos Santos Neves¹³ foi indicado para candidato ao governo do Estado. Porém, a contragosto de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg¹⁴ que desejava que seu sobrinho, Carlos Lindenberg Von Schilgen concorresse ao pleito.

Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg fizeram diversos comícios pelo interior do estado, bem como pela região da Grande Vitória. Santos Neves era muito enfático quanto ao destino de ser governador do estado. Em publicação do jornal A Gazeta ele afirmava: “[...] Vim para vencer

13 “Juscelino congratula-se com o PSD pela homologação da candidatura de Jones. A Gazeta, Vitória, p. 01, 12 mai. 1962”.

14 Cf. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 432, nota 11. Relata o autor: Logo depois, Cristiano Dias Lopes Filho e Parente Frota comunicaram a Carlos que iam apoiar o nome de Jones dos Santos Neves (então diretor, no Rio de Janeiro, do Banco Operador) como candidato. Carlos lhes disse: — Eu acho que ele não é o candidato ideal. Gosto muito de Jones, é meu amigo, sempre foi muito correto comigo. Mas eu acho que da maneira como ele deixou o estado, perdendo as eleições para Chiquinho e passando todo esse tempo fora, não é conveniente ele ser candidato; — Não, doutor Carlos, nós estamos trabalhando para ver isso; — Vai ser uma eleição muito difícil; — Não vai ser não, doutor Carlos. Segundo Marta Zorzal e Silva, o Depoimento de Carlos Lindenberg: [...] “Os amigos dele (Jones dos Santos Neves) vinham tentando desde muito tempo. E eu dizia que não era possível. Vamos acabar com esse negócio de Carlos e Jones, Jones e Carlos. Chega. Vamos colocar outro candidato. Os dois que conversavam comigo, Cristiano (Cristiano Dias Lopes Filho) e Frota (Cel. José Parente Frota), e levaram o nome de Jones outra vez para o partido. Eu os aconselhei a não fazer isso, porque eles estavam criando um problema para Jones e para o partido (SILVA, Marta Zorzal e. Espírito Santo: Estado, interesse e poder. 2 v. Rio de Janeiro :Fundação Getúlio Vargas, 1986, p 397).

com o Espírito Santo ou para com ele perder [...]”¹⁵. De outro lado, Carlos Lindenberg renunciou ao governo para se candidatar ao senado, o que de acordo com ele foi um erro¹⁶.

As principais regiões visitadas por Jones dos Santos Neves foram: Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Nova Venécia, Santa Maria de Jetibá, Castelo, Vitória, Guaçuí, Muqui, Anchieta, Alfredo Chaves, Mantenópolis, Ecoporanga, Barra de São Francisco, Domingos Martins, São Roque e Afonso Cláudio.

A campanha eleitoral de Jones dos Santos Neves não fugiu da proposta de seu primeiro governo, o discurso sobre o progresso era inevitável em um Brasil que a cada dia se tornava mais industrial. Desta forma, Santos Neves propunha a recuperação de sua antiga proposta de se criarem condições de infraestrutura para instalação de indústrias no estado (SILVA, 1986, p. 402).

Do lado oposicionista a Coligação Democrática (PSP, PTB, PR, PRP e parte da UDN) ganhou o reforço da ampliação da experiência populista pelo Brasil. Naquele momento, o Espírito Santo se configurava como um estado que continha um

15 “Jones: ‘Vim para vencer com o Espírito Santo ou para com ele perder’. A Gazeta, Vitória, p. 01, 28 fev. 1962”.

16 Relata Carlos Lindenberg: — De toda essa minha vida de político, só me arrependi de um ato político, que foi a renúncia. Até hoje tenho arrependimento daquele ato porque acho que cometi quase um crime com o povo do Espírito Santo. Porque entreguei o estado a alguém que não merecia esse cargo. Me dá até hoje um aperto no coração quando lembro que cometi esse ato contra os interesses do Espírito Santo, eu achava que o estado nunca me perdoaria por ter cometido aquele ato. Muitos amigos insistiram para que eu continuasse. Mas gente do partido queria que eu renunciasse e acabei cometendo essa asneira (As confissões de Carlos Lindenberg. Espírito Santo Agora. Vitória, nº 5, p. 54-60, mar. 1973).

número maior de pessoas nas cidades, diferente dos pleitos anteriores a 1958. Além disso, a coligação contava com seu candidato Francisco Lacerda de Aguiar¹⁷ que introduzira a prática populista no Espírito Santo. No pleito de 1962, ele manteve os mesmos parâmetros que haviam direcionado a vitória eleitoral em 1954.

Mais uma vez, “Chiquinho” usou a propaganda política como forma de acesso à direção administrativa do Estado. Na verdade, criou-se um “mito Chiquinho”¹⁸ diante das classes populares. Sua personalidade era ligada à bondade, uma pessoa amiga dos desprotegidos da “raia miúda”¹⁹. Ele se colocou como homem humilde, rural e amigo, isto encontrava recepção e identificação no seu próprio meio.

Sobre a campanha, Lacerda de Aguiar explica como era sua forma de fazer política, bem como relata que seguia a instrução de um amigo da câmara federal:

[...] olha – Chiquinho, se o comício tiver muito bêbado e muita gente no palanque, é vitória certa. Uma vez em Colatina queriam tirar um bêbado do palanque. Quando não tinha bêbado nos meus comícios mandava pegar no botequim da

17 Entrevista de Setembrino Pelissari: - Na véspera do casamento do filho Renato, foi marcado um ato em que foram buscá-lo no aeroporto com um carro conversível emprestado, seguido pela população. Foi feito um comício na Praça Oito. Chiquinho atravessou a Avenida Jerônimo Monteiro carregado nos braços do povo. A campanha para seu retorno começa aí (LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; GURGEL, Antônio de Pádua. *Francisco Lacerda de Aguiar*. Vitória: Contexto, 2007, p. 50).

18 Cf. SILVA, M. Op. cit., p. 400, nota 15.

19 Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. *Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

esquina. A minha campanha era simples, não atacava ninguém. Conversava com a multidão. Tinha boa equipe de oradores: Oswaldo Zanello, Setembrino Pelissari, Floriano Rubim, Moreira Camargo, Joaquim Leite, José Cupertino, Élcio Cordeiro. Uma vez o Adhemar de Barros assistiu um comício meu, e ficou impressionado²⁰.

Setembrino Pelissari relata que:

[...] Chiquinho nunca atacava, mas sempre se dizia vítima de ataques. Isso sensibilizava o povo que tende a se colocar do lado das vítimas por solidariedade. Além de tudo, afirmava que perdoava todos os seus inimigos [...]”²¹.

Como as demais lideranças populistas do Rio de Janeiro e São Paulo, ele elaborou slogans que aproximavam sua imagem das massas populares e que começou a ser associada ao homem do povo, com frases como “Chiquinho vem aí”, no pleito de 1954, ou “Sem ódio, sem rancor, Chiquinho para governador”, no pleito de 1962. Essa ligação fez com que o povo se aproximasse do líder carismático, como relata o próprio Lacerda de Aguiar:

[...] Mas quando cheguei a Vitória foi uma apoteose. No dia do comício, os governistas encheram de água a Praça Oito, mas o povo foi lá e surgiu um slogan: ‘Chiquinho até debaixo d’água’ [...]”²².

20 Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. *Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

21 Ibid.

22 Ibid.

Chiquinho ficou em evidência justamente pelo fato de o jornal A Gazeta publicar reportagens depreciativas sobre seu primeiro governo (1955-1958). Dessa maneira, o povo observava a ação do PSD como uma forma de revanchismo, o que possibilitou a Lacerda de Aguiar colocar-se como vítima da perseguição do jornal. Por outro lado, isso também criou uma empatia do povo com o candidato, por isso a Coligação Democrática criou o slogan: “Sem ódio, sem rancor, Chiquinho para Governador”.

A campanha de Francisco Lacerda de Aguiar também foi semelhante àquela de seu primeiro pleito. Em geral, suas metas estavam direcionadas às classes populares urbanas e ao pequeno produtor rural. Numa imagem patriarcal, Lacerda de Aguiar transferia ao eleitorado uma representação de um “Estado de amor e tranquilidade”, ou mesmo um Estado assistencial, protetor, sem os impedimentos da burocracia racional e impessoal (SILVA, 1986, p. 403). Assim, a propaganda política da Coligação Democrática foi mais eficaz diante do eleitorado, já que propunha a participação dos mais humildes na política. Chiquinho conhecia cada um, cumprimentava todos indistintamente, visitava domicílios do eleitorado. Sua imagem popular confundia-se com a de um amigo, pessoa do povo que poderia suprir as carências e insatisfações individuais dos desprotegidos²³

23 Cf. SILVA, M.Z. Op.cit., p. 405, nota 15: Joaquim de Almeida depõe: [...] As campanhas do Chiquinho foram feitas em cima dos chamados comícios relâmpagos (eu fui o introdutor dessa forma aqui em Vitória) realizados por correligionários em vários pontos da cidade em torno da estratégia pessoal de Chiquinho. O Chiquinho, por exemplo, se ele viesse fazer um comício em Vitória, e o comício

TABELA II. RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 1962	
Candidato	Votos
Francisco Lacerda de Aguiar	114.586
Jones dos Santos Neves	105.673
Branco	21.763
Nulo	6.564
Total	248.586

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

(SILVA, 1986, p. 405). O próprio Lacerda de Aguiar, em depoimento, afirma:

[...] Eu ia lá todos os sábado (morros), era o meu quartel general. Saía do carro particular e ia conversar com o povo. Saber das coisas. Quando chegava abria o porta-malas do carro e dava balas e cadernos, comprados com meu próprio

estava marcado para depois de amanhã, ele passava três dias em Vitória. Durante esses dias, prévios ao comício, ele passava visitando todos os bairros de Vitória, casa por casa, convidando para o comício no dia “X”, na Praça Oito. Com essa visitação, ele levava um papo com o pessoal, tornava-se próximo, amigo. E convidava, pessoalmente, cada um, dizendo: - Oh! hoje a noite quero ver você lá no comício! A mesma estratégia era utilizada no interior [...]. Também Setembrino Pelissari expressa: [...] A campanha de 1962, praticamente, realizou-se com a mesma estratégia utilizada em 1954. A diferença era que, agora, os meios de comunicação de massa já estavam atuando. Já existia a televisão, a TV Vitória, do João Calmon, que era do PSD. Ela abrangia só a Grande Vitória, mas era onde o eleitorado estava mais concentrado. A televisão estava a favor do Jones, que era candidato contra Chiquinho. Essa televisão castigava muito o Chiquinho. Nós então, nos comícios, colocávamos que Chiquinho, mais uma vez perdoava os adversários. Sem ódio e sem rancores o Chiquinho ia voltar, não ia perseguir ninguém. O funcionário podia ficar despreocupado, podia votar em quem quisesse, não tinha problema [...].

TABELA III. PRINCIPAIS CIDADES VOTANTES					
	Francisco Lacerda de Aguiar - Votos	Jones dos Santos Neves - Votos	Votos em Bancos	Votos Nulos	Total
Vitória	15.100	12.569	1.024	372	29.065
Cachoeiro de Itapemirim	7.365	8.678	1.131	278	17.632
Colatina	10.807	9.265	2.316	481	22.869
Espírito Santo	9.179	6.778	1.189	79	17.225
Cariacica	5.165	3.060	542	284	9.051
Viana	585	496	138	35	1.254
Serra	1.730	1.187	294	84	3.295

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

dinheiro. Às vezes a coisa ficava difícil e eu tinha de tomar café com todo mundo. Tomei tanto café nos meus anos de governo que hoje não tomo de jeito nenhum²⁴.

Setembrino Pelissari também depõe:

[...] em Vitória, os principais redutos políticos dele (Lacerda de Aguiar) eram os bairros de Maruípe e Santo Antônio onde o ex-governador era carregado frequentemente pelo povo. “A idéia [sic] de nos prejudicar dizendo que Chiquinho era da raia miúda (massa popular) só nos deu vantagens²⁵.

Nas campanhas de 1954 e 1962, Lacerda de Aguiar usava o jingle como forma de convidar as massas para a participação política, mas também

para vincular a sua imagem a de um homem popular:

[...] Chiquinho vem aí/Chiquinho já ganhou/Pra governador. Chiquinho andou a pé, Andou de Bonde, andou de trem. Apertou a mão do preto, de branco apertou também. Chiquinho é amigo do povo trabalhador. O povo quer Chiquinho/ Para seu governador (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p. 25).

[...] ô, ô, ô, ô/ Chiquinho vai ser governador!/ Chiquinho é bom, trabalhador e popular,/ E vem disposto a trabalhar!/ Chiquinho Aguiar (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p.35).

[...] Chiquinho outra vez/ Ganha eleição/ O povo quer Chiquinho/ Bem no coração. Chiquinho, se sai às ruas/ Sorrindo e a cumprimentar,/ O povo, respondendo, vai dizendo: Chiquinho!/ Chiquinho vai voltar (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p. 51).

[...] O povo pediu, tanto,/ que ele voltou./ O Dr. Chiquinho será governador! Viu!/ É popular!/ Cem por cento sim senhor!/ sempre foi um gran-

24 Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. *Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

25 Ibid.

de amigo do lavrador. O povo pediu, tanto,/ Que ele voltou!/ O Dr. Chiquinho será governador! (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p. 61).

Os resultados eleitorais do pleito de 1962 apontaram a vitória do candidato Francisco Lacerda de Aguiar.

Conclusão

A pergunta inicial deste artigo sugere a existência de uma nova realidade política no estado do Espírito Santo entre as décadas de 1950 a 1960. Se o coronelismo reflete uma troca de proveitos entre o poder público e os chefes locais, no qual esses detêm uma quantidade considerável de voto de cabresto, a fim de elegerem seus candidatos. O mesmo não acontece entre os anos de 1959 a 1966, quando houve a formação de uma nova relação política baseada na ampliação da experiência de participação popular, além da modificação do modelo político no estado.

Esse novo modelo é resultado de mudanças macroestruturais, por exemplo, as migrações campo-cidade; as transformações capitalistas e a crise do café iniciada a partir de 1955. Tal crise, além de criar um desequilíbrio social de grandes proporções, também, efetivamente, diminuiu a hegemonia das elites cafeeiras, o que possibilitou a emergência de um novo modelo político ligado as massas populares rurais e urbanas.

Por isso, o Partido Social Democrático (PSD) resolveu repensar suas atitudes políticas para as eleições de 1958, buscou incorporar a massa popular em sua campanha política como uma forma de participação popular, criando subdiretórios na

região da Grande Vitória e nos municípios do interior do estado, assim, tais subdiretórios passaram a colocar frente a frente os líderes políticos e as massas populares. Na verdade, os populares não só ajudaram a criar os subdiretórios, mas também a mantê-los. O resultado disso foi que as lideranças do PSD foram obrigadas a se dirigirem aos bairros populares, a fim de conquistar o voto popular.

Em contrapartida, a Coligação Democrática ligada ao candidato Francisco Lacerda de Aguiar usou a propaganda política como forma de acesso ao êxito eleitoral. Na realidade, criou-se o “mito Chiquinho” diante das classes populares. Sua personalidade era ligada a bondade, uma pessoa amiga dos desprotegidos da “raia miúda”. Ele se colocou como homem humilde, rural e amigo. Como um homem do povo, Chiquinho nunca atacava ninguém, mas sempre se dizia vítima de perseguição política, principalmente do PSD.

Ademais, Chiquinho, que era uma personalidade patriarcal, transferia ao seu eleitorado a configuração de um Estado de amor, de paz e de tranquilidade. Dessa forma o líder carismático se aproximou do povo, conhecia cada um, cumprimentava todos indistintamente, visitava domicílios do eleitorado. Sua imagem popular se confundia com a de um amigo, pessoa do povo que poderia suprir as carências e insatisfações individuais dos desprotegidos.

Coronelismo ou populismo no Espírito Santo? A pergunta nos leva a uma resposta imediata: no populismo, diferente do coronelismo, é necessária a participação popular.

Como vimos, as lideranças políticas como Lindenberg e Lacerda de Aguiar objetivaram conquistar a massa popular do interior e da Grande Vitória, tornaram-se carismáticos e convidativos,

pois eles se aproximaram do povo, não como uma forma aliciadora, mas convidativa, tanto que aquelas lideranças foram até ao povo. Na realidade, eles seduziram a massa popular, por meio de novas práticas políticas e políticas públicas. Em síntese, entendemos que no estado do Espírito Santo, entre as décadas de 1950 a 1960, construiu-se um novo modelo político, o populismo, que convocou as massas para a participação popular.

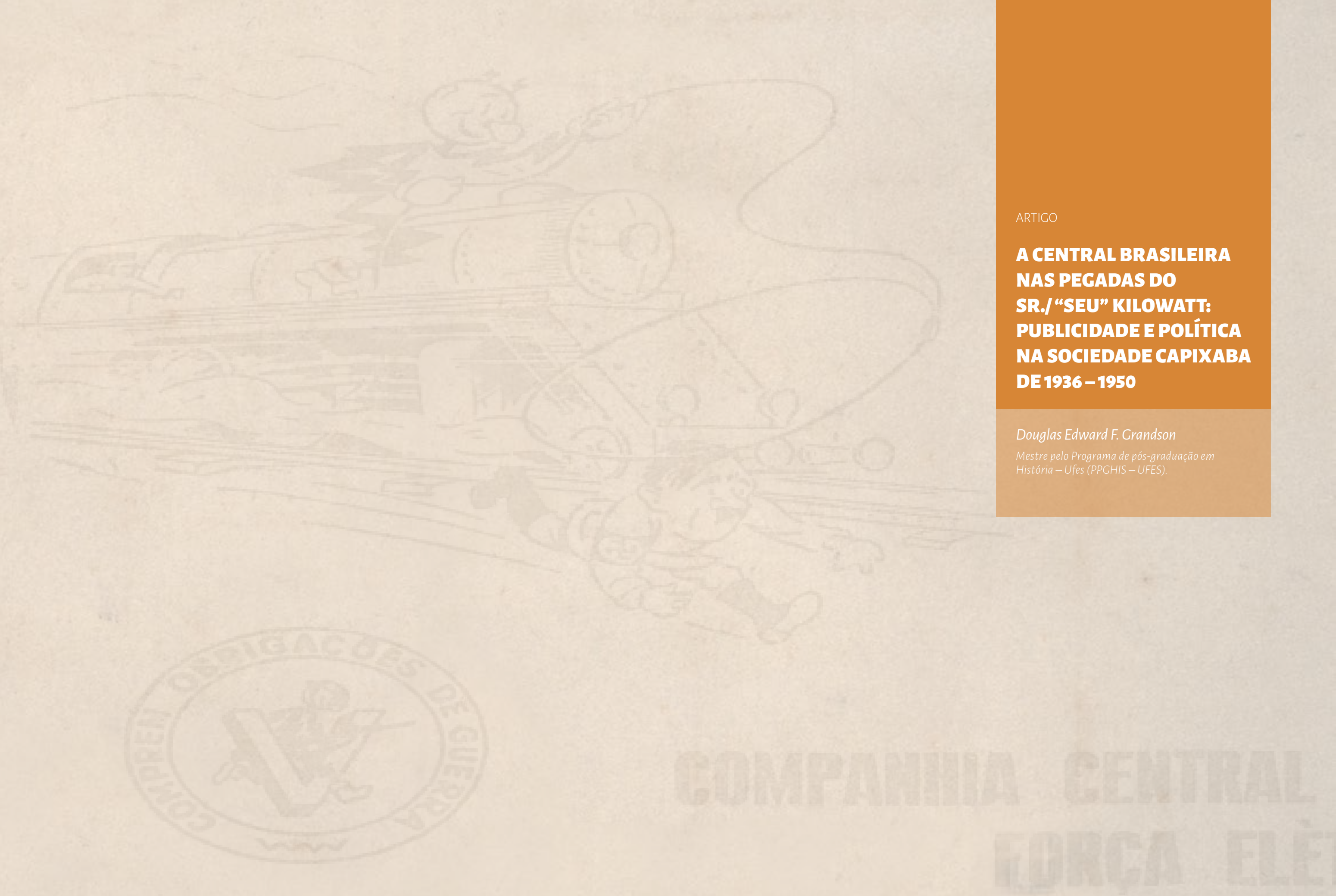
Referências

- ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg: Um Estadista de seu tempo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 1997.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 Ed. - São Paulo: Editora Globo, 1997. 2 v.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.
- IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 70, 4ª edição, 1978.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MACKINNON, María Moria; PETRONE, Mario Alberto. *Populismo y neopopulismo em América Latina: El problema de la cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesse e poder*. 2 v. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- VASCONCELOS, João Gualberto. *A invenção do coronel: Ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: SPDC/UFES, 1995.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Recebido em: 22.10.2016

Aprovado em: 09.12.2016





ARTIGO

**A CENTRAL BRASILEIRA
NAS PEGADAS DO
SR./“SEU” KILOWATT:
PUBLICIDADE E POLÍTICA
NA SOCIEDADE CAPIXABA
DE 1936 – 1950**

Douglas Edward F. Grandson

*Mestre pelo Programa de pós-graduação em
História – Ufes (PPGHIS – UFES).*

COMPANHIA CENTRAL
FORÇA ELÉTRICA

Resumo

Este artigo versa sobre a história do Sr./“Seu” Kilowatt, o personagem publicitário da American Foreign and Power (Amforp), empresa norte-americana nascida em 1923, atuante nas cidades brasileiras a partir de 1927. No Espírito Santo, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) era a representante da multinacional. O personagem chegou ao Brasil em 1936 substituindo a publicidade de eletrodomésticos da General Eletric (GE), sendo ele também uma multinacional americana, a Reedy Kilowatt Inc. Presente em vários países do mundo desde 1932, cumpria diversas funções, adequando-se às realidades locais e assumindo um papel educativo para com seus consumidores. Para estudar essa mascote, a análise da imagem de Martine Joly e a análise da publicidade de Clotilde Perez se fazem úteis.

Palavras – chave: Sr./ “Seu” Kilowatt, Amforp, Reedy Kilowatt, C.C.B.F.E.

Introdução

Nos principais jornais e revistas capixabas um personagem respondia pela empresa de energia elétrica, a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), vulgo “Central Brasileira”, exibindo suas incríveis habilidades. Era o Sr./ “Seu” Kilowatt. Com corpo espichado e nariz de lâmpada, “conversava” com o consumidor sobre assuntos variados. Este personagem representava, na

¹ O personagem, desde 1936 até 31 de agosto de 1941, foi chamado de “Sr. Kilowatt, seu criado elétrico”, quando passou a ser chamado de “Seu” Kilowatt, o criado elétrico.

Abstract

This article deals with the history of Sr./ “Seu” Kilowatt, the advertising character of Foreign and American Power (Amforp), born at USA in 1923 and began operating in Brazilian cities not served by Light in 1927. At Espírito Santo, the Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) was the representative of the multinational. The character came to Brazil in 1936 replacing the advertising appliances from General Electric (GE), it also being an American multinational, Reedy Kilowatt Inc. Active in several countries since 1932, fulfilling various functions, study the local realities and assuming an educational role with their consumers. To analyze this mascot, image analysis Martine Joly, and analysis of Clotilde Perez advertising are made useful.

Keywords: Sr./ “Seu” Kilowatt, Amforp, Reedy Kilowatt, C.C.B.F.E.

verdade, uma empresa estrangeira de publicidade que atendia especificamente ao setor elétrico. A Reddy kilowatt Inc. era contratada da American Foreign and Power (Amforp), parte de um conglomerado financeiro norte-americano. No Espírito Santo, em meados da década de 1940, a empresa de produção e distribuição de energia elétrica, transporte de bondes, lanchas e serviço telefônico, completava sua segunda década de atuação em solo capixaba. Porém, uma crise permeava essa relação: o problema do atendimento deficitário da empresa e as constantes reclama-

ções da população. Mas ali estava em ação o “Seu” Kilowatt, sempre se auto intitulando “o criado elétrico”. Em uma defesa constante da empresa, expondo todos os problemas e dificuldades que ela enfrentava, o personagem cumpria uma função defensiva frente a seus consumidores. Mas não era apenas essa sua função. Comunicava-se diretamente com a mulher, com a “boa esposa”, com o trabalhador, com o consumidor de produtos elétricos, com as crianças e assumia várias posturas educativas em relação à população.

Sua atuação foi encontrada em alguns estados do Brasil, como Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, porém, os trabalhos que abordam o personagem são escassos. A partir dos achados em jornais de outros estados foram confirmadas funções pedagógicas do personagem, com mensagens que se repetiram nas regiões. Neste artigo, diferentemente das análises amplas da publicidade que apenas o citava, foram percebidas mais funções da mascote, ofertando um quadro mais completo de sua atuação.

Fazendo uma espécie de árvore genealógica da “Central Brasileira”, Paula Joelsons (2014) chegou à raiz norte-americana da empresa por meio de relatórios internos, localizada no endereço 2 Rector Street, no distrito financeiro de Manhattan, em Nova Iorque, no arranha-céu de 21 andares da Eletric Bond and Share, conhecido como The Eletric Bond and Share Company Building. Sua história remonta à fusão entre duas grandes empresas da indústria elétrica norte-americana, a Edison General Eletric e a Thomsom – Houston Eletric Co. Delas nasceu a General Eletric, em 1892. Essa união foi promovida pelo capital financeiro do grupo de bancos J.P. Morgan, cujo

proprietário era John Piermont Morgan em sociedade com Anthony Drexel. Esse grupo detinha o controle acionário de diversas empresas, como a US Steel Corp. (siderurgia); General Motors (Automóveis) e Continental Oil Co. (petróleo). Em 1905, a G.E. criou uma subsidiária, a Eletric Bond and Share, empresa constituída para prestar apoio técnico a empresas produtoras de energia elétrica. Porém, essa também passou a ser uma empresa produtora, assumindo grande poderio de fornecimento em energia elétrica.

Da Eletric Bond and Share surgiram mais duas empresas, a Eletric Investors Inc. (1909) e a Amforp (1923).

A Amforp foi criada para atuar em nome da Eletric Bond and Share no exterior, com atenção especial para a América Latina,

além de expandir globalmente o mercado de equipamentos e aparelhos domésticos da General Eletric. Através das vendas de aparelhos, a demanda pela produção de energia aumentava, e, desta forma, um mercado alimentava o outro, isso para fazer frente à concorrência alemã, que tinha a Siemens e Allgemeine Elektrizitäts – Gesellschaft (AEG) no setor (JOELSONS, 2014, p. 32).

Essa expansão, segundo Paula Joelsons (2014) e Ângela Ferreira (2012), esteve ligada ao contexto pós Grande Guerra, no qual empresas norte- americanas acumularam muitos capitais. Somado a isso, encontraram internamente restrições legislativas, que visavam conter seu poder. Para não ficar tão dependente dos grandes conglomerados, o governo de Franklin Roosevelt reatualizou a legislação anti-truste baseada na

Sherman Act de 1890. Impôs leis que buscavam inibir a atuação de trustes e cartéis, o que culminou em 1935 com essa lei restritiva. No setor de energia elétrica, antes disso, o governo norte-americano era responsável por apenas 6% da produção e distribuição de energia elétrica, sendo cerca de 89% exercidos pelas grandes empresas, como a Eletric Bond and Share. Essas previam que a abertura inaugurada pela Grande Guerra² não duraria muito tempo. Prevendo essa dificuldade e se antecipando a ela, as empresas utilizaram sua disponibilidade de capital acumulado estrategicamente, atuando em outros países com baixa regulação nos setores energéticos e com alta necessidade de tecnologia. Isso feito através dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), ou seja, atuação através de holdings no exterior. Isso gerou uma intensificação da internacionalização das empresas norte-americanas. O setor de serviços teve grande relevância nesse processo, pois dos 170% em IED, 114% eram referentes a ele. No setor de energia elétrica, a Light & Power e a Amforp eram as “mais altas high flyers do mercado do mercado de ações” (JOELSONS, 2014, p. 34).

A atuação do capital da Bond and Share na América Latina precedeu a criação da Amforp, pois os governos norte-americanos, imbuídos da política continental de manter países americanos sob sua influência, persuadiram os empresários desse setor a adquirir e atuar em concessões no Panamá em 1917, Guatemala, em 1920 e Cuba em

1922. A partir dos investimentos feitos nessa área foi criada a holding Amforp, em 1923.

Sua chegada ao Brasil datou de 1927, por meio de acordos de concessão com as localidades, porém era permitida pelo Governo Federal por meio do Ministério da Viação, representado pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE). A estratégia de instalação geográfica no país se deu em lugares em que a Light não atuasse. Essa, uma empresa canadense e sócia do investidor inglês Percival Faquar estava instalada no país desde 1889 nos estados de maior volume industrial, nos centros do Rio de Janeiro e de São Paulo. Logo a Amforp direcionou seus esforços para localidades secundárias, sem a presença de um setor elétrico desenvolvido, seguindo o caminho das cidades litorâneas como: o Interior de São Paulo; Niterói (RJ); Vitória e Cachoeiro de Itapemirim (ES); Belo Horizonte (MG); Recife (PE); Natal (RN); Maceió (AL); Porto Alegre e Pelotas (RS), e Curitiba (PR). Dessas capitais a empresa foi se expandindo para outras no país e dentro dos próprios estados, dividindo com a Light cerca de 70% do mercado do setor, 20% e 50%, respectivamente, sendo os outros 30% administrados por outros 1.300 empresários dispersos no território nacional. Sua expansão entre 1927 e 1939 foi de 78 para 309 cidades atendidas pela empresa.

Para se instalar no país, a Amforp criou a Empresas Elétricas Brasileiras (EEB), que posteriormente se tornou a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) sediada no Rio de Janeiro de onde administrava as empresas de todo o país. Para fugir de impostos, a Amforp se apropriava da maioria acionária das empresas espalhadas no território e mantinha

sua razão social, assim como, em alguns casos, a sede administrativa tal qual recebida pela antecessora (JOELSONS, 2014). A aquisição incluía centros produtores, hidrelétricas, termelétricas, bondes, centrais de telefone, serviços acordados entre a empresa e os municípios.

Em São Paulo a razão social era Companhia Força e Luz, com produção de energia predominantemente hidrelétrica; em Pernambuco, a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil e a Pernambuco Tramways and Power Corporation, ambas de produção majoritária termelétrica; na Bahia era a Companhia de Energia Elétrica da Bahia (CEEB), cuja alimentação energética era hidrelétrica; no Espírito Santo a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (C.C.B.F.E.), mantendo paridade entre os dois tipos de alimentação energética; em Minas Gerais a Companhia de Força e Luz de Minas Gerais, o fornecimento era produzido em hidrelétricas; a Companhia Brasileira de Força elétrica (CBFE); no Paraná a Cia. Força e Luz do Paraná, com energia produzida em hidrelétricas e no Rio Grande do Sul as empresas Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG) e a The Rio Grandense Light and Power Syndicate Ltd, ambas com energia produzida pelo vapor da queima de carvão, majoritariamente termelétrica.

No Espírito Santo, o governo de Jerônimo Monteiro havia dado atenção ao setor energético com a criação da empresa Serviços Reunidos de Vitória, cuja produção vinha da usina hidrelétrica Jucu em 1909 e em 1912, com a empresa Serviços Reunidos de Cachoeiro de Itapemirim, após finalizada a construção da usina Fruteiras. A produção e distribuição de energia elétrica nas principais cidades do Espírito Santo foram estru-

turadas inicialmente pelo Estado, que construiu as usinas e se responsabilizou pela distribuição, sendo o fornecimento desses serviços no interior feito pela iniciativa privada. Porém esses esforços, assim como o projeto de modernidade da elite agrário-exportadora, estiveram dependentes da oscilação dos preços do café. Após a construção das usinas, as empresas públicas foram concedidas a empresas privadas, para que explorassem a produção e distribuição. Isso se deu até 1925, quando o governo Florentino Avidos retomou as empresas ao Estado, haja vista as dificuldades de desenvolvimento do setor pela iniciativa privada. Grande era a pressão social sobre o governador para a melhora do atendimento dos serviços de energia elétrica, isso factível dentro da década em que o Espírito Santo viveu a Belle Époque. O governador deu uma resposta a isso, com a construção da usina termelétrica Jerônimo Monteiro, na Rua Sete de setembro, no centro de Vitória, já que não podia paralisar a usina Jucu para ampliação da potência (RIBEIRO, 2010).

Mas as dificuldades eram grandes para o setor e aconteciam protestos contra o governo, cobrando a melhora dos serviços de energia elétrica. As pressões propiciaram a assinatura de um contrato do governo do Estado com a General Eletric S/A, em 8 de julho de 1927, para a concessão de serviços por 50 anos, na qual a multinacional se responsabilizava pela produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como administraria os bondes e telefonia. As indústrias, o preço da energia elétrica era previamente estabelecido (RIBEIRO, 2010). Oito dias depois a G.E. cedeu todos os serviços que recebeu o direito de explorar para a Amforp, holding de sua holding, a Eletric Bond and Share. A empre-

2 A Sherman Act de 1890 fora fortalecida no início do governo de Woodrow Wilson (1913-1921), porém a abertura para a atuação dos trustes foi uma medida de exceção durante o período da Grande Guerra. A liberdade de ação dos trustes permaneceu até 1935.

sa recebeu o nome de Central Brasileira de Força Elétrica, sendo posteriormente e popularmente chamada de Central Brasileira.

Essa, por sua vez, atendia majoritariamente Cachoeiro de Itapemirim, assim como as cidades de Itapemirim, Domingos Martins, Castelo, Vila do Espírito Santo (atual Vila Velha), Cariacica, Viana e Matilde. As demais localidades do Estado eram atendidas por 44 empresas, que operavam com 44 usinas geradoras (RIBEIRO, 2010). As usinas industriais que mais consumiam eram as serrarias, as beneficiadoras de café, a fábrica de tecidos Jucutuquara Ltda., as fábricas de gelo e posteriormente as obras do porto de Vitória e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Sua situação começou a se complicar conforme as demandas populares, industriais e comerciais começaram a se ampliar, extrapolando a capacidade geradora da C.C.B.F.E., fazendo com que esta começasse a dar os primeiros sinais de deficiência, o que “reascendia na população os mesmo protestos do passado” (RIBEIRO, 2010, p. 65). Segundo Bittencourt, nos diz Ribeiro, foi a partir de 1941 que o sistema gerador da C.C.B.F.E. começou a dar os primeiros sinais de deficiência. Atendendo a 32, 89% da população em sua área mais dinâmica economicamente, a falta de capacidade de fornecimento de energia elétrica começou a gerar grande insatisfação da população capixaba, que mobilizou setores populares e imprensa contra a Central Brasileira,

protestos que culminaram com a formalização de um projeto de criação de uma empresa pública estadual de energia elétrica em 1943, durante a interventoria de Jones dos Santos Neves” (RIBEIRO, 2010, p. 66).

Em 1948 foi criado um projeto de encampação da empresa na Assembleia Legislativa. Começou um movimento constante que queria a encampação da Central, pois os meios políticos e intelectuais chegavam à conclusão de que ela não faria o investimento necessário para capacitar o modelo estadual de energia elétrica para o fornecimento do serviço. A empresa não conseguia atender à demanda dos bairros, tendo que alternar o fornecimento de um bairro e outro, deixando sempre uma parte da cidade às escuras, o que gerava grande insatisfação.

A trajetória do Sr./ “Seu” Kilowatt de 1936 – 1950, no Espírito Santo

O personagem da Central estava em todos os principais jornais e revistas capixabas da década de 1940 no Espírito Santo. Nos jornais A Gazeta e A Tribuna, aparecia duas vezes por mês, em grande parte, com cenas diferentes. No jornal socialista de Cachoeiro de Itapemirim, A Época, ele aparecia com menos frequência e poucas variações, três ao todo no recorte analisado. No jornal comunista Folha Capixaba, a aparição era bem menos frequente. Foram encontradas três cenas em que o personagem apareceu. Também foi utilizado na revista Vida Capixaba, veículo de comunicação das elites capixabas.

Sua origem remontava, porém, ao estado do Alabama, nos Estados Unidos da América. Um engenheiro de desenho, Ashton Collins, funcionário da Alabama Power, criou o personagem Reedy Kilowatt em 1926, desenvolvendo-o até o ano de 1932, quando em uma exposição do setor elétrico de sua cidade projetou seu personagem.

A partir de então, a já empresa Reedy Kilowatt Inc. passou a vender os direitos de imagem para diversas empresas do setor elétrico, que visavam com a publicidade se aproximar de seu público (NUMISMATICS OF WISCOSIN, 2016). A Amforp contratou seus serviços, e, desse modo, ele esteve presente em diversos pontos da América Latina.

Sua aparição no Brasil foi percebida em vários estados, observada nos trabalhos de Moraes & Araújo (2011), Arruda (2014), Felduhes (2008), Castro (2014), Ávila (2014) e Cadena (2016), o que permitiu a identificação de cinco funções às quais o Sr. Kilowatt cumpria³ em relação ao seu público, que eram: atender o público feminino, delimitando seu papel na sociedade; demonstrar os benefícios da eletricidade, salientando a operosidade da empresa; educar o público às novidades físicas da atuação da empresa nas cidades, com propagandas informativas de prevenção à acidentes direcionadas às crianças; defender-se das críticas da sociedade e mostrar a defasagem de suas tarifas, e, por último, defender o governo situacionista, adequando-se à esfera política em que estava inserido.

O jornal A Gazeta, que de 1928 até setembro de 1945 foi sempre governista, inclusive no período do Estado Novo, mudando apenas em outubro de 1945 para a UDN, foi comprado pelo colatinense Elosippo Cunha para fazer propaganda política do brigadeiro Eduardo Gomes (MARTINUZZO, 2005). Em 1948 foi vendido para o grupo de Carlos Lindemberg, porém pela natureza oculta da transação, o jornal passou a ser governista apenas em

³ Todos os trabalhos abordaram apenas o período do “Sr. Kilowatt, seu criado elétrico”, ou seja, antes de 1941, especificamente não passaram de 1939.



Imagem 1 – (A GAZETA, 22/10/48, p. 4).

1949. Essas mudanças, somadas ao fato de que o Sr./ “Seu” Kilowatt esteve em todas essas fases do jornal, permitiu perceber a mutação de sua atuação com o aparecimento de outras funções além daquelas encontradas nos jornais e revistas de outros estados. Por isso este será o veículo de informação observado nesse texto. Antes do Sr. Kilowatt, a Central fazia propaganda de aparelhos elétricos da General Electric. Depois de 1936, sua presença se estendeu pelo menos até 1950, conforme observado na pesquisa. Nesse período foram identificadas três fases do personagem: 1) a fase de propaganda para expansão do consumo; 2) a fase de guerra, na qual o personagem se torna um soldado do Estado Novo contra o nazifascismo; 3) a fase de crise da empresa, na qual o



Imagem 2 – (A GAZETA, 21/07/44, p. 3).

personagem defende sua empresa.

A primeira fase do personagem é marcada pelo estímulo para que as donas de casa o “utilizassem”, com ele reiterando e demonstrando sua utilidade e as facilidades que ele ofertava para as donas do lar. Nas propagandas, ele regozijava de situações em que demonstrava seu poder. Também busca criar uma afetividade com seu público, como ocorreu em uma propaganda em que o personagem dizia que seu “coração era de todos”⁴. Isso confirma o que Clotilde Perez apontou como sendo a intenção da publicidade, que investe na criação de um laço com o consumidor. Já em 1940-41, confirmando o que Bittencourt (2011) havia dito, a empresa passou a apresentar sinais de deficiência. Desse modo, o ainda Sr. Kilowatt iniciou a defesa da empresa, intercalando propagandas informativas, educativas com aquelas defensivas. Porém, a entrada do Brasil

4 A GAZETA, 08/03/40, p. 4.

no conflito mundial lhe deu as justificativas para os problemas.

A segunda fase, marcada pela entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, fez com que o personagem, dentro do esforço de guerra, passasse a exortar com frequência a economia dos consumidores, a atuação dos “soldados da produção” conforme Vargas havia solicitado. Também fora pedido o cuidado com os produtos elétricos que com a paralisação da indústria seriam difíceis de ser substituídos. Com isso, a culpa pelas faltas de energia, falta de aparelhos elétricos e de bons serviços de telefonia, bondes e lanchas passaram a ser exclusivamente da guerra. Uma importante função apareceu no Espírito Santo, e não foi observada nas pesquisas encontradas sobre o já “Seu” Kilowatt. Ele assumiu não só o esforço de guerra, como o projeto trabalhista de Vargas, descrito por Ângela Maria de Castro Gomes (2005). Na imagem 2, o “Seu” Kilowatt aparece com vários trabalhadores “construindo a estrada da vitória” contra o nazifascismo. Na mesma imagem, o “Seu” Kilowatt aparece em cima do trem, chicoteando Hitler, que corria desesperadamente. Essa imagem demonstra o quanto o trabalhador foi conclamado a ser um “soldado da produção”, mais ainda, como foi colocado no centro da sociedade, como um indivíduo essencial para a vitória contra o nazismo.

A terceira fase, já com a guerra finalizada, o jornal A Gazeta passou a ser udenista, ou seja, passou da situação à oposição. O “Seu” Kilowatt passou então a ter mais liberdade. Porém, uma dificuldade se colocou em seu caminho, pois mesmo que a guerra ainda servisse de justificativa para as dificuldades da empresa, as reclamações não cessaram, seguindo uma piora substan-

tiva de 1945 até 1948, ano em que a empresa teve os maiores problemas com relação à sociedade, política e civil. A metade desse ano foi crítica para a empresa, com várias queixas, tanto em A Gazeta, quanto em A Tribuna. O personagem passou então, seguindo o discurso oficial da empresa, a culpar a guerra, que por sua vez, havia gerado a falta de materiais e de mão de obra, o que dificultava e muito a atuação da empresa. O “Seu” Kilowatt passou a ficar “Zonzo” com a situação em que se encontrava e buscou justificar mais ainda seus encargos, mostrando as dificuldades que encontrava, apontando para idiossincrasia de seu serviço, como segue na imagem 1.

Conclusão

Segundo a leitura greimasiana, um personagem literário busca sempre colocar ao espectador o que é bonito/ feio, certo/ errado, de modo a servir de exemplo (MENDES, 2013). No caso de um personagem publicitário não é diferente, pois este, com a capacidade de permear o imaginário num processo de fruição (PEREZ, 2010) tem a possibilidade de influenciar o comportamento social. Os publicitários, como identificou Perez (2010), tendo essa concepção, captam valores gerais da sociedade e tentam fazer com que o público se identifique com a mascote, que se torna um símbolo de sorte e felicidade. Segundo a forma metodológica proposta por Martine Joly, de observar na retórica da imagem a mensagem linguística, denotada e conotada (SOUZA & SANTARELLI, 2006), percebeu-se que o personagem tinha a intenção de servir de exemplo, educar o espectador, com grande uso do texto para anco-

rar a mensagem. Para um público sem alfabetização na leitura de imagens, o convencimento, como é até hoje, se torna algo escondido na imagem, mas passível de ser observado pela semiótica (SILVA, 2012).

O personagem de Ashton Collins, o Reddy Kilowatt, Sr./ “Seu” Kilowatt em sua adaptação brasileira, obteve grande adesão do público até a década de 1970. No Brasil assumiu um papel político e cultural moldado no projeto das elites e de Vargas para o país, visando, no plano da cultura, incentivar o consumo da energia e produtos elétricos. Porém, conservando a estrutura de valores patriarcais, e, por outro lado, colocando o trabalhador no cerne da sociedade, em conformidade com o projeto de Vargas e sua assessoria. Duas novas funções do “criado elétrico” foram encontradas nos jornais capixabas: a criação da afetividade com o público e o trabalhismo. Após a guerra, seu mote passou a ser predominantemente a defesa da empresa frente às acusações que vinham dos meios sindicais, políticos e civis, que apontavam para lucros exorbitantes da empresa, em detrimento do investimento que ela fazia no Espírito Santo, nenhum (RIBEIRO, 2002). Com isso, foi criado um campo discursivo, que fez com que os mais diversos atores se manifestassem na esfera pública capixaba, contra e a favor da empresa. Através do campo político e intelectual é possível acessar esse debate, que, inclusive fez referência ao “Seu” Kilowatt. Mas isso fica para um momento mais oportuno.

Recebido em: 22.09.2016

Aprovado em 04.11.2016

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

BITTENCOURT, Gabriel. *Indústria. Modernização do Espírito Santo*. Vitória: Secretaria municipal de Cultura, 2011.

CASTRO, Maria Helena Steffens. *Os modernos criados elétricos*. UFRGS, 2014.

FELDUHES, Paulo Raphael. Imprensa e propaganda política: Caminhos do espaço público no Estado Novo pernambucano. In: *Revista Eletrônica Cadernos de História*: publicação do corpo discente do Departamento de História da UFOP, 2008.

FERREIRA, Ângela; Silva, Alexandro Ferreira Cardoso; Simonini, Yuri. *Os donos da luz: Sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da Amforp (1927 – 1939)*. Universidad Barcelona, Facultad de Geografia e História, 2012.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalho*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JOELSONS, Paula. *Amforp em Porto Alegre. Multinacional norte-americana de eletricidade e o papel do gerente geral J.E.L. Millender*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, 2014.

MARTINUZZO, José Antônio. *165 anos de jornalismo no Espírito Santo*: Impressões capixabas: Espírito Santo: Ufes, 2005.

MARTINS, Jordan Ávila; NEVES, Helena de Araújo; SILVEIRA, Gabriela Rodrigues. *Anais da jornada de iniciação científica da UFPEL*, 2014.

MENDES, Conrado Moreira. *Noção de narrativa em Greimas*. USP/ FAPESP, 2013.

MORAES, Tiago Cavalcante; ARAÚJO, Kátia Meideiros. *Consumo de produtos elétricos no Recife dos anos 30*. ANPUH, 2011. Disponível em: < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308098068_ARQUIVO_ConsumodeprodutoseletricosnoRecifedosanos1930.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

SOUZA, Sandra Maria Ribeiro de; SANTARELLI, Christiane Paula Godinho. Análise da imagem publicitária: revisão de alguns modelos. In: *XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Escola de comunicação e arte. USP, 2006.

SILVA, Glayse Ferreira Perroni. A mensagem visual nos anúncios publicitários. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Palavra e imagem* no 44, p. 329-346, 2012.

Fontes

Jornal A Época (1946 – 1949). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Jornal A Gazeta (1936 – 1949). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Jornal A Tribuna (1948 – 1949). Arquivo Municipal de Vitória.

Jornal Diário da Manhã (1927). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Jornal Folha Capixaba (1945). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Revista Vida Capichaba (1935/ 1945 – 49). Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Sites

CAEEB. Sr; Kilowatt. Disponível em: <www.lbahia.com.br> acesso: 06 set. 2016.

Reedy Kilowatt. Disponível em: <www.numismaticisofwiscosin.com> acesso: 06 set. 2016.

Recebido em: 22.09.2016

Aprovado em: 04.11.2016

de Março pro-
horas da ma-
ra municipal,
penhorados a
a da Concei-
ue lhe move
A-sis, cujos
es da respec-
nte em poder
vão que este
do theor se-
res de terras
lis ou menos
siras, sitas no
barfa do Cal-
Calçado deste
quatro cen-
sim serão os
ados a quem
ance offerecer
ica los; e estes
idos, ao credor
le não haver
os mesmos
ne ao conhe-
nando ao por-
o presente no
asse a respec-
eiro de Itape-
eiro de 1885.
Fernandes da
vão o escrevi.
de Amorim.
n uma estam-
ta inutilizada.
ha em o dito
a presente co-
no.

VOCAÇÃO DO

Pires de Amo-
il do Cachoeiro
provincia do
decreto impe-

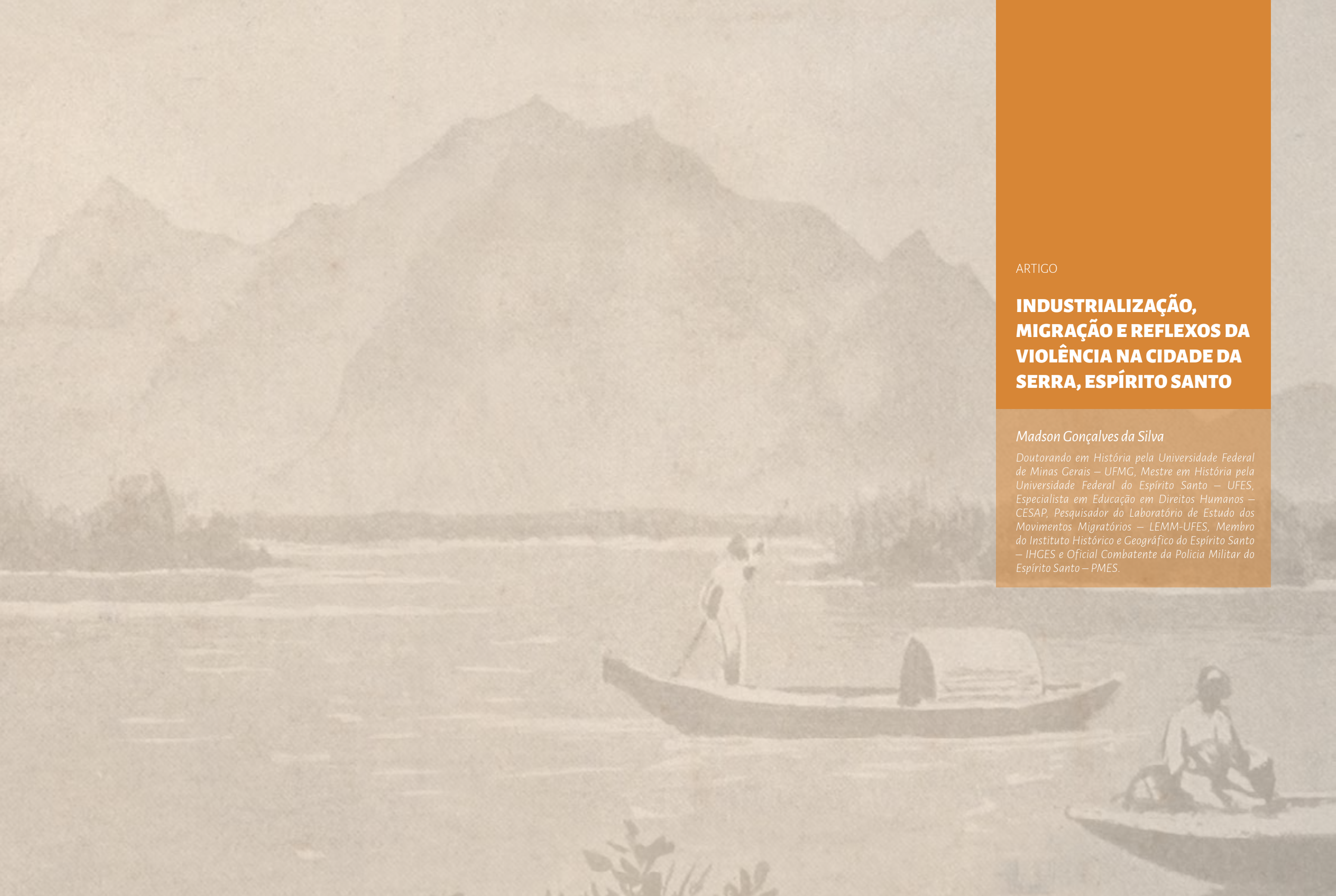
pelo meritissi-
da comarca o
to Lobão Ce-
nancado haver
22 de Mar

- 20 Misael Ribeiro de Castro
21 Antonio Antunes de Faria
22 Joaquim Francisco Xavier
23 Misael Ribeiro da Silva Castro
24 José da Silva Rodrigues de Oliveira
25 José Augusto de Figueredo Castro
Freguesia do Alegre
26 Herculano Ferreira Penna
27 Hermogenio Corrêa de Tolêdo
28 Ednardo Eugenio Monteiro No-
gueira da Gama
Freguesia do Rio Pardo
29 Marcilio Martins da Silva Vian-
na
30 Francisco Ovidio Soares
31 Hypolito Cassiano Pereira
32 Placidino Antonio de Souza
Freguesia do Calçado
33 Antonio Rodrigues de Souza
34 José Francisco Furtado Filho
35 José Joaquim de Moraes
36 José Eusebio da Costa
37 Fernando Moreira Dutra
38 Francisco Lino da Silveira
39 Francisco Martins Pacheco
40 Francisco José Fernandes Me-
dina
41 Antonio Dutra Chaves
42 João Lino da Silveira
43 José Ziferino de Almeida Netto
44 José Antonio Brandão
45 Virgilio Gonçalves Diniz
Freguesia do Veado
46 Diniz José Ferreira
47 Joao Bernardo de Arango
48 Antonio Gonçalves de Aguiar
A todos os quaes e a cada um
de per si, bem como a todos os
interessados em geral, se convida
para comparecerem na casa da
camara municipal desta villa em
a sala das sessões do jury, tanto
no referido dia e hora, como nos
dias seguintes; emquanto durar
a sessão, sob as penas da lei se
faltarem. E para que chegue a
noticia a todos mandei não só pas-
sar o presente edital, que será lido
e affixado nos logares mais publi-
cos, e publicando pelo mesmo

SECÇÃO de ANNUNCIOS

FUGIO

do abaixo assignado, o seu escla-
vo João tropeiro, idade 28 annos,
estatura regular, pernas finas, nas
costas de uma das mãos tem um
signal de bouba ; è de cõr preta ;
fugio a 22 do mez de Janeiro ; já
tem se apadrinhado com diversas
pessõas ; e sempre pede padrinho
de noite e quando é de madrugada
foge, já foi visto na fazenda do sr.
Joaquim Baptista no Bananal.
Quem o aprehender e entregar
n'esta villa aos srs. Machados &
Gama, ou em casa do abaixo as-
ignado no muqui do norte, recebe
uma gratificação.
Verdade, 18 de Fevereiro de 1885.
ANTONIO DE AZEVEDO RI-
MOS.
50\$000
Fugio da situação do abaixo as-
signado no dia 28 de Janeiro do
corrente anno o seu escravo de
nome João, idade 23 annos, criou-
lo, cõr um pouco fúlia, rosto com-
prido, nariz regular. pês pequenos
e escarnados, dentes da frente per-
feitos, cabellos crespos.
O dito escravo foi do ten* João
Accioli e aqui é bem conhecido
por João grillo
Gratifica-se com a quantia aci-
ma a quem o aprehender e levar
a seu senhor em sua situação, que
dista desta villa um quarto de
legua.
Fevereiro, de 1885.
Felippe de Mello Pereira Fi-
lho.



ARTIGO

INDUSTRIALIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E REFLEXOS DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DA SERRA, ESPÍRITO SANTO

Madson Gonçalves da Silva

Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Especialista em Educação em Direitos Humanos – CESAP, Pesquisador do Laboratório de Estudo dos Movimentos Migratórios – LEMM-UFES, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – IHGES e Oficial Combatente da Polícia Militar do Espírito Santo – PMES.

Resumo

O presente estudo discute a migração, industrialização e urbanização no município da Serra, integrante da Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo, a partir de 1960, e de como esses processos interagiram reverberando em outros como desigualdade socioespacial e violência, principalmente manifestada pelo homicídio.

Palavras-chave: Serra, Migração, Industrialização, Desigualdade Socioespacial, Homicídio.

Abstract

This present study discusses the migration, industrialization and urbanization in the city of Serra, integrant of the Região Metropolitana da Grande Vitória of the Espírito Santo, from the decade 1960, and how these processes interacted reverberating in others, like socio-spatial inequality and violence, principally expressed by the homicide.

Key-words: Serra, Migration, Industrialization, Socio-spatial Inequality, Homicide

Introdução

O Brasil vivenciou, principalmente, a partir da década de 1950, um intenso processo de industrialização e urbanização. Embora esse processo tivesse se iniciado no Rio de Janeiro e São Paulo, poucos anos depois, se espalhou por outras regiões metropolitanas em todo país. Aliada à industrialização e urbanização ocorreu, também, uma intensificação da mobilidade humana. Tais deslocamentos, como parte da tradição do brasileiro (BRITO, 2002, p. 19), nem sempre contaram com cenário favorável, mas nunca deixaram de acontecer.

Esses três processos: industrialização, urbanização e migração, trabalharam fortemente para constituição de um cotidiano citadino que temos atualmente. Nesse sentido, voltando-se para o século passado, verifica-se que, nos anos de 1920, o país contava 27.500 milhões de habitantes e, apenas, 74 cidades com mais de 20 mil habitantes, concentravam 17% do total da popu-

lação. Em 1940, 31,2% da população, residiam nas áreas urbanas; em 1970, 55,9%; em 2000, 81,2% (BRITO; HORTA; AMARAL, 2002).

Nota-se, ainda, que em 2010, 84,4% da população do Brasil (190.755.799 habitantes) habitavam em áreas urbanas. Uma concentração que apresenta um cenário com grandes dessemelhanças, mas que destacaremos duas: o Sudeste, que conta com 92,9% de seus moradores nas áreas urbanas – sendo que os 7,1% que residem na área rural representam 19% do total do país; e o Nordeste, com taxa de 73% de urbanização, concentrando 48% de toda população da área rural do Brasil (IBGE, 2010), conforme se verifica no Gráfico 1.

Nesse processo de crescimento populacional e de urbanização, configuram-se, os anos de 1960-80, como auge do ciclo de expansão das migrações no Brasil. Há de se ressaltar, entretanto, que a centralidade da mobilidade humana esta-

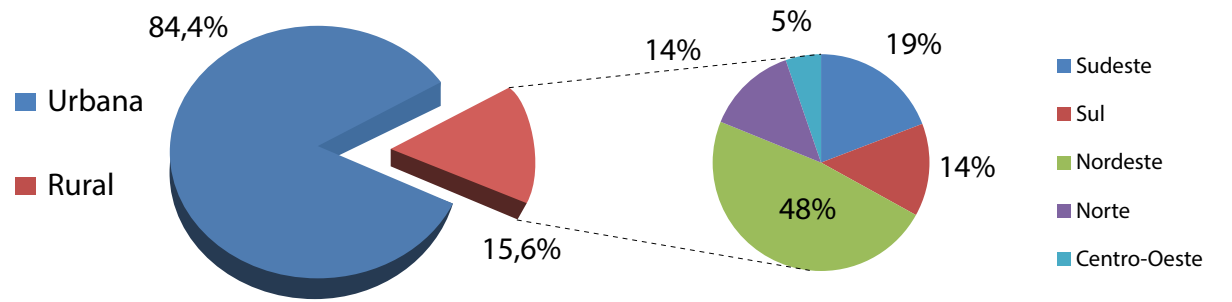


GRÁFICO 1 – População urbana e rural do Brasil por situação de domicílio e distribuição da população rural por Região. Fonte: IBGE, 2010.

belecida no país tem como base os movimentos inter e intrarregionais e se concentrou, até o final de 1970, principalmente, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tal fenômeno promoveu repercussões nas dimensões econômicas, sociais, culturais, demográficas, políticas e espaciais no país, maiormente nas regiões de origem e de destino dos migrantes (BAENINGER, 2002).

No Espírito Santo, a experiência migratória associada ao crescimento urbano e à industrialização acompanhou o processo nacional. Contudo, em escala e ordenamento bastante peculiar ao verificado em São Paulo e Rio de Janeiro, se comparado aos estados do Sudeste. Dessa maneira, a dinâmica de modernização e urbanização, iniciada nos anos 70, promoveu, no Estado, reflexos socioeconômicos, culturais e espaciais aprofundados por grande desigualdade em termos de desenvolvimento industrial, socioespacial e populacional.

A política de modernização e de desenvolvimento industrial do Estado tem início, nos anos de 1960¹, após intensa transformação socioeco-

nômica agenciada pelas diretrizes da política de erradicação dos cafezais. Segundo levantamentos da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo (1979), a erradicação provocou o êxodo, de uma única vez, de 150 mil pessoas. Esse processo modificou os rumos da estrutura econômica do Espírito Santo que se direcionou ao padrão industrial internacional com a instalação de plantas industriais – então denominadas “grandes projetos industriais” – na região da Grande Vitória.

erradicação dos cafezais antieconômicos. A erradicação do café no Espírito Santo, onde a economia foi mais afetada por essa política, foi responsável pela destruição de cerca de 1,38 bilhões de pés entre 1962 e 1967. Essa política, por um lado, desestabilizou a principal atividade e fonte de recursos do estado; por outro promoveu uma contundente injeção de recursos antes imobilizados na economia, decorrentes das indenizações concedidas por cova de café erradicada. Contudo, produziu-se uma grande crise social decorrente da supressão de postos de trabalho no campo gerada pelo êxodo rural. Entretanto, Fortunato (2011) ressalta que o aporte de recursos provenientes das indenizações promoveu grande liquidez à economia capixaba e são esses recursos, aliados ao excedente de mão de obra recém-chegada do campo, os pilares da nova iniciativa de industrialização que se observa no Espírito Santo na década de 1960.

1 O Governo Federal do Brasil adotou em 1962 o plano de

O impacto da implantação dessas plantas foi de uma intensidade tão profunda que a alteração econômica realizada – seja por meio de processos de substituição de importações ou da diversificação de exportações, seja com a introdução dos grandes projetos de impacto – concentrou o crescimento urbano majoritariamente na Região Metropolitana da Grande Vitória (RM-GV)², composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha, Vitória, e configurando, a partir de então, uma mudança estrutural no estado. Nota-se que, no período de 1970-1977, o crescimento do setor agrícola no Espírito Santo foi, tão somente, de 1,6%, e, no Brasil, 5,8%; por outro lado, a indústria apresentou aumento de 22% – no Brasil foi de 11,7% – e o setor de serviços teve uma ampliação de 14,9% (FORTUNATO, 2012).

Fortunato (2012), no entanto, destaca que esse modelo de industrialização, consubstanciado na indústria de transformação altamente especializada e voltada para o mercado externo, absorveu pouca mão de obra. Tal observação tem como base o fato de a participação do setor na geração de empregos ter decaído de 13,60% para 11,35%, em 1977. Nada obstante ao aumento da renda interna ter passado de 18,25% , em 1970, para 27,24%, em 1976.

De acordo com o que se pode visualizar, a maior concentração de investimentos ainda é na Região Metropolitana, em especial, em Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica. Os efeitos dessa

concentração são significativos e se imbricam nas várias dimensões socioculturais, econômicas, espaciais, políticas, especialmente ao se considerar que estes investimentos são fontes de atração de migrantes.

O município da Serra na história do Espírito Santo

A Serra integra a Região Metropolitana da Grande Vitória, e seu crescimento se deu em um contexto local e global, acompanhando todos os processos ocorridos em escala nacional. Sua história tem início com a fundação da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição da Serra, em 1562, com apoio do padre Fabiano de Lucena, sendo, elevada à categoria de Distrito e Paróquia, em 1752, e de Freguesia, em 1769, após a construção da Igreja Matriz. Serra foi elevada à categoria de Vila, em 1822, sendo chamada de Vila da Serra, e desmembrada da capital Vitória, em 1833, criando sua própria sede, tornando-se cidade posteriormente, em 1875.

Quanto à economia³, baseou-se, principalmente, na cana-de-açúcar, café e mandioca. Seguindo o que era produzido no estado. A partir de 1950, apresentou uma expressiva produção de abacaxi (BORGES, 2009, p. 259). Sua produção, ao longo do século XIX, era escoada pelo Porto do Uma, situado em São José de Queimado. Os produtos eram transportados em canoas pelo rio Santa Maria da Vitória⁴, que servia como meio de

2 A RMGV foi instituída por meio da Lei complementar nº 204, de 21 de Junho de 2001. Até então a Grande Vitória agregava apenas os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, capital do Espírito Santo.

3 Borges ainda menciona pequena produção de cereais e extração de madeiras de lei. Segundo este autor, havia também “indícios” de uma indústria rudimentar, que produzia farinha de mandioca e aguardente.

4 Vale ressaltar parte do relato de Therese Charlott-

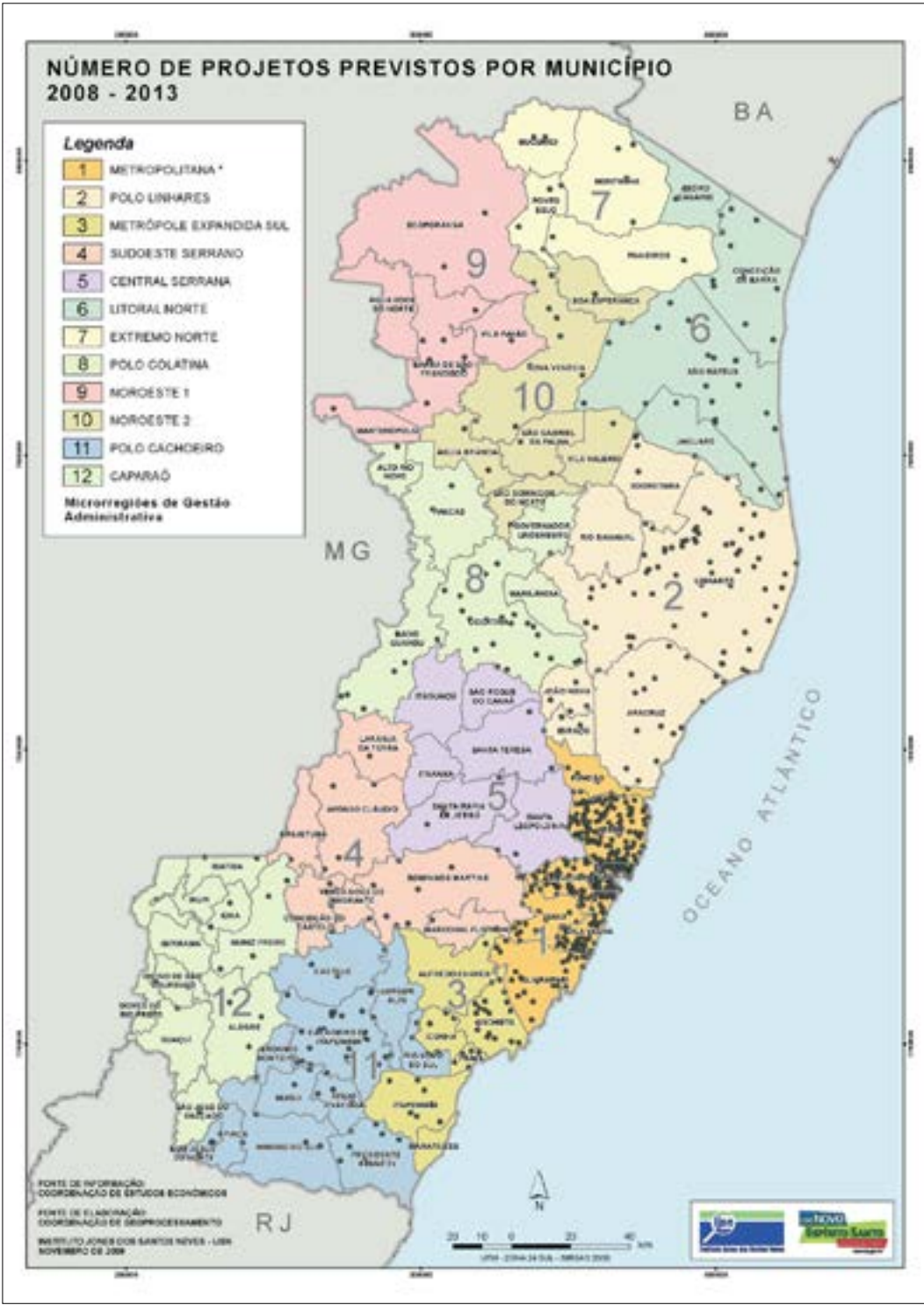


FIGURA 1— Investimentos Previstos por Município - Espírito Santo: 2008-2013
Fonte: IJSN, 2010.

integração entre Serra, Vitória e Norte do estado. O pequeno porto não apenas escoava a produção do município, mas também importava o que era necessário para localidade (BORGES, 2009, p. 23.).

Os avanços de infraestrutura proporcionaram mudanças ao município. A construção das Estradas de Ferro suplantaram, de certa maneira, a pequena produção que era escoada pelo rio Santa Maria. Borges (2009, p. 24), aponta um decréscimo populacional nesse período (final do século XIX e início do século XX), ocasionado, principalmente, pelo êxodo rural, direcionando sua pequena população às proximidades da capital Vitória. Já Oliveira (2008) apresenta em sua obra pouca alteração, já que seus dados apontam para um crescimento populacional⁵ gradativo no município serrano, nesse mesmo período.

Quando se trata do município da Serra, a partir de 1960, faz-se necessário contextualizar a produção social da “cidade”. Sendo, portanto, a cidade, o lugar de oportunidades, é o lugar de acesso. A Serra compõe essa “cidade” em expansão que excede os limites geográficos da Região

Metropolitana da Grande Vitória. Sendo essa “cidade”, imaginada e ao mesmo tempo real, na medida em que se materializa e agrega diferentes realidades sociais e políticas em um mesmo espaço.

É, a partir de 1960, que se veem alterações muito significativas para o presente estudo. Pode-se apontar a construção de diversas indústrias ao redor da capital Vitória, que são assentadas, principalmente, no município da Serra, e na população que se segue, fazendo sentir o crescente deslocamento populacional e a intensa urbanização. Segundo Campos Jr. (2009, p. 70), é nesse contexto que

emergem não apenas novas formas espaciais como também novos conteúdos do processo de urbanização da metrópole da Grande Vitória. A dinâmica do espaço urbano torna-se mais complexa na medida em que se desenvolve uma diversidade de formas de produção e de apropriação da cidade, o que não ocorre sem conflitos e contradições sociais.

Dessa maneira, é possível observar que, por um lado, a Serra foi o lugar escolhido para estabelecimento de indústrias, a partir dos “Grandes projetos industriais”; e por outro lado, recebe um fluxo intenso de migrantes com baixa renda, que vão se assentando no município. Lefebvre (2008) considera que na produção social da cidade as contradições são ampliadas, decorrente da urbanização contemporânea relacionada às diferentes dimensões de uma realidade constituída socialmente.

Nesse sentido, verifica-se o crescimento, a partir de um epicentro, que aponta para a ca-

pital. Se até os anos de 1960, a urbanização, segundo Buffon (1992), era fraca, centrada principalmente em Vitória, devido à sua importância política e administrativa, a partir desse período ela se estende pelos municípios circunvizinhos, tecendo a “cidade metropolitana”. Relacionada a essa urbanização, a industrialização, conforme aponta Siqueira (2001, p. 93),

veio a redefinir o espaço urbano na medida em que, somando-se ao papel de sede da burocracia e do capital comercial, a cidade também se constituiu no “lôcus” da atividade produtiva. A Grande Vitória, como espaço metropolitano, além do centro político e do porto, sempre abrigou também as principais atividades regionais de caráter industrial, comercial, de serviços públicos, privados, culturais e financeiros (...),

e o município da Serra, irreversivelmente, integrou-se ao processo de metropolização.

O município, bem como regiões próximas, recebeu indústrias oriundas dos grandes projetos de impacto. Tanto a Companhia Siderúrgica de Tubarão, quanto a Companhia Vale do Rio Doce, bem como estabelecimento de outras infraestruturas, como o Porto de Tubarão e Porto de Praia Mole⁶, fizeram parte desses grandes projetos. Soma-se a esses, a construção da BR 101 e da ES 010, que propiciaram maior facilidade no acesso e integração da Serra com a Região Metropolitana.

O processo de industrialização foi consistente e reverberou em outros processos que

6 A Vale e os portos situam-se na parte norte da cidade de Vitória, que impactou significativamente o município serrano.

te Marianne Auguste Von Bayern, a princesa da Baviera, que viajou pelo Espírito Santo entre os meses de Agosto e Setembro de 1888. Ela relata que “Esse rio [Santa Maria], deve ter um comprimento de pouco mais de 100 km, é navegável ao longo de 54 km também por canoas e vapores pequenos. (...) De tempos em tempos, uma piroga igual à nossa vinha navegando silenciosamente rio abaixo. Era ocupada ou com mulheres de cor escura e crianças ou com fazendeiros que transportavam sacos de café até a costa.” (BAVIERA, 2013, p. 46-47).

5 Na Comarca dos Reis Magos, Oliveira (2008, p. 385) nos dá o quantitativo de 5609 habitantes, entre livres e escravos, nos “municípios de Serra e Nova Almeida”, no ano de 1871. Já Borges (2008) indica uma população composta por 11.032 habitantes em 1872. Disponível em: < <http://www.clerioborges.com.br/serra.html>>. Acesso em 23 fev. 2015.

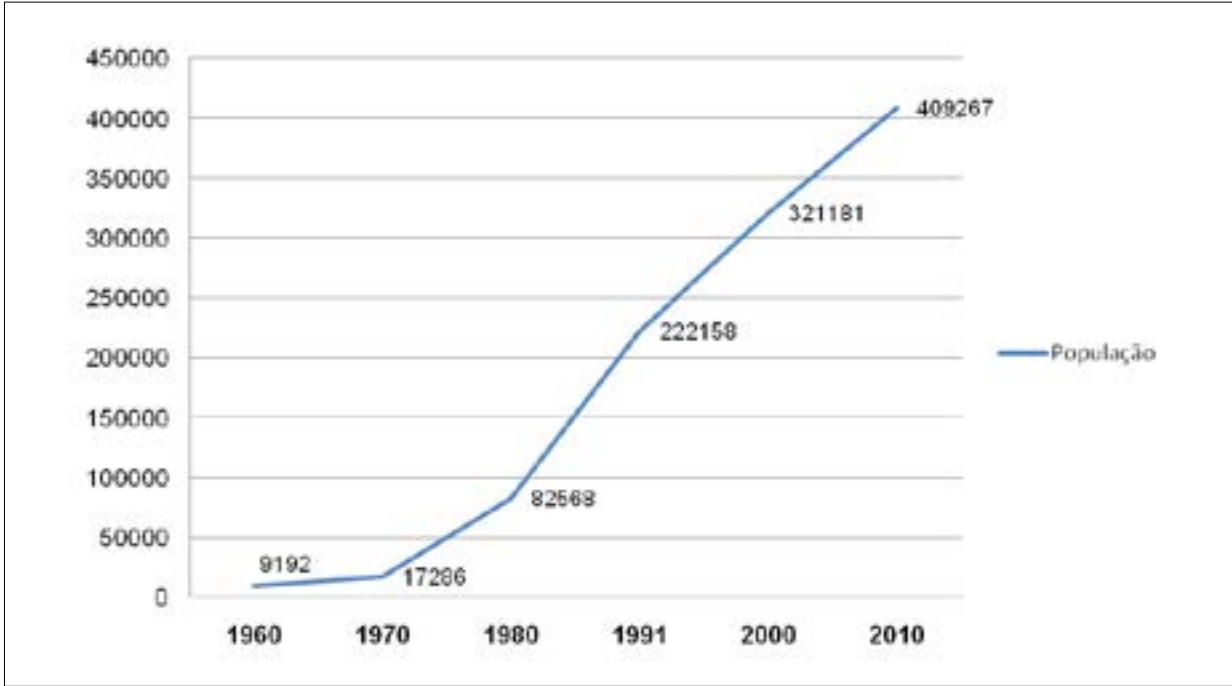


GRÁFICO 2 – Crescimento populacional do município da Serra de 1960 a 2010. Fonte: IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010.

se relacionam diretamente a ele. Se até 1960 o Município da Serra contava com 9.192 habitantes, nas décadas que se seguiram foi possível observar expressiva alteração, conforme Gráfico 2. Nele, verifica-se um *boom* populacional, principalmente, a partir do final da década de 1970 até 2010. Analisando o número de habitantes nas décadas anteriores, verifica-se pequena alteração, do início do século XX, até meados de 1960. Com tal crescimento, desconsiderando taxas migratórias, que se comparados ao recorte da pesquisa, são pequenos, tem-se, cerca de 40%, de aumento populacional. Já no período 1970-2010, o aumento é de mais de 2100%.

Assim, comparando os dois períodos, pode-se inferir que, cerca de 95% do crescimento populacional, no período compreendido entre 1960 e 2010 foi decorrente de fluxos migratórios⁷. Essa população, dentro de uma dinâmica de apropriação urbana vai se assentar nas áreas periféricas. Campos Jr. (2009, p. 72) observa que nas áreas periféricas do município da Serra é o lugar onde

a população migrante com menos recursos encontrou condições de se reproduzir, seja a partir de ocupações de áreas ambientalmente frágeis, de conjuntos habitacionais (financiados pelo antigo BNH) ou de loteamentos populares distantes das áreas mais bem servidas de infraestrutura.

7 Castiglioni (1989, 1994) respalda tal posicionamento afirmando que o crescimento populacional nesse período, principalmente nos anos 1970 e 1980 foi decorrente de intenso fluxo migratório.

O mesmo autor assegura que a oferta de moradia na Serra⁸ adequou-se ao acelerado crescimento populacional, sendo que, entre os anos 1970 e 1990, o município foi o que mais ofertou moradias voltadas à população com pequenos ganhos. Segundo dados da Companhia Habitacional do Espírito Santo (COHAB-ES) e do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (INOCOOP-ES), o Banco Nacional de Habitação (BNH) financiou mais de 28 mil unidades habitacionais na Serra, sendo que, no período, o total de financiamento foi de pouco mais de 52 mil conjuntos⁹. Pontua-se, assim, que mais de 50% concentrou-se no município serrano.

Vale ressaltar que não apenas conjuntos habitacionais foram estabelecidos na Serra; há também os loteamentos, regulares ou não, e invasões. Abe (1999, p. 384) observa que o crescimento urbano foi grande, não se limitando ao entorno das vias¹⁰ que cortavam a cidade, mas também ocupações em lugares desfavoráveis, como encostas e fundo de vales, orla de lagoas e loteamentos não ocupados.

Vê-se, nesse percurso, a associação da “ilusão migratória” - produzida pelo desenvolvimento industrial, servindo de atrativo para os

8 Ressalta-se a construção do Centro Industrial da Grande Vitória (CIVIT) I e II, que aliada à oferta barata de terra favoreceu o crescimento populacional na região (CAMPOS JR., 2009, p. 72).

9 Segundo dados da COHAB-ES e INOCOOP-ES, extraídos de Campos Jr. (2009), entre 1970 e 1990 foram financiados um total de 52.038 unidades habitacionais, sendo que 28.848 foram concentradas apenas na Serra, seguida de Vila Velha com 14.426, Vitória com 4.526, Viana com 2.270 e Cariacica com 1.968 unidades.

10 Principalmente BR 101 e ES 010, segundo ABE (1999, p. 384).

Ano	População	Pessoas não naturais do ES	Pessoas não Naturais do ES (%)	Estado de nascimento				
				MG (%)	BA (%)	RJ (%)	SP (%)	Outros (%)
1991	222.158	72.558	32,7	57,3	18,7	10,6	3,8	9,6
2000	321.181	103.081	32,1	49,5	27,1	9,8	4,1	9,5
2010	409.267	127.772	31,02	43,06	30,01	8,75	4,57	13,6

TABELA 1 - Pessoas residentes em Serra, não naturais do Espírito Santo, segundo o lugar de Nascimento 1991, 2000, 2010
Fonte: CASTIGLIONI, A. H. com dados do IBGE, Censos demográficos.

migrantes que buscam oportunidades – entre a inacessibilidade dos espaços previamente ocupados, uma vez que os migrantes não se adequavam ao perfil econômico já estabelecido; e à oferta de terra barata nas localidades circunvizinhas, que embora distantes do centro, era o mais perto que se podia obter, devido ao crescente fluxo migratório e urbanização (não acompanhado pelas políticas públicas e pelo assistencialismo do estado). O resultado pode ser verificado em áreas de segregação socioespacial, com reverberações respaldadas por alguns indicadores como renda, saúde, educação e criminalidade violenta¹¹.

Logo, ao analisar os dados disponíveis sobre fluxos migratórios no município serrano, verificou-se grande contingente populacional oriundo de outros estados. A tabela 1 apresenta dados relevantes.

Algumas observações são pertinentes referentes à tabela 1:

11 No presente estudo abordaremos apenas os homicídios.

1. Os dados que tratam sobre estado de origem de pessoas não naturais são recentes. Sendo que, só a partir do Censo de 1991, realizado pelo IBGE, é possível a obtenção desses dados para análise. Dessa maneira, pode-se verificar que dos moradores da Serra, entre 31% e 33% não são naturais do Espírito Santo;
2. Os dados disponíveis tratam apenas sobre naturais e não naturais do estado do Espírito Santo residentes no município serrano, não sendo possível identificar precisamente o quantitativo de não naturais da Serra (nascidos em outro município¹²). Dessa maneira, os fluxos migratórios interestaduais podem apenas ser inferidos a partir de outros dados¹³;

12 Deve-se considerar que muitos nascimentos ocorrem em cidades diversas à que os pais residem. O deslocamento dentro da Região Metropolitana se dá de maneira natural. Muitos estabelecimentos de saúde, como maternidades, situam-se nas regiões centrais da metrópole.

13 Como o crescimento populacional da Região Metropolitana da Grande Vitória no mesmo período,

3. A presença de migrantes de outros estados, bem representada por mineiros, que apesar do decréscimo das duas últimas décadas, no período de análise, constituem o maior percentual de migrantes; e por baianos, que vem apresentando crescimento considerável no mesmo período.

Apresentando o crescimento populacional vivenciado pela cidade da Serra, sendo grande parte decorrente de fluxos migratórios associado aos programas industriais e de urbanização, caminha-se para o processo de metropolização, tendo Vitória como centro, e todo um adensamento populacional nas periferias desse centro. Serra abarcou grande parte desse contingente populacional atraído pelo estabelecimento desse novo tecido urbano. Consequentemente, novas relações dentro do espaço urbano vão surgir, reforçando que um crescimento abrupto, não planejado, traz consigo consequências.

Os efeitos da desigualdade e os homicídios

No processo de urbanização das cidades da RMGV, o município que mais sofreu impacto demográfico foi o da Serra, que apresentou um crescimento populacional de mais de 4350%,

com 1.136.842 habitantes em 1991, 1.438.596 em 2000 e 1.687.704 em 2010, apresentando crescimento percentual de 26,54% de aumento populacional de 1991 para 2000, e de 17,31% de 2000 para 2010. Já Carneiro, por meio de seu relatório temático de diagnóstico informa que percentual, apenas 12% nasceram na Serra (Serra: Agenda do Futuro 2012-2032).

entre os anos de 1960 a 2010. Nesse período, a cidade salta de 9.192 para 409.267 habitantes, sendo que desse percentual apenas 12% nasceram no município e 93% pertencem às classes C,D,E. (CARNEIRO, 2012, *apud* RODRIGUES, 2012, p. 27).

Nesse sentido, ao analisar o Cadúnico¹⁴, de 2009, verifica-se que haviam 77.460 pessoas cadastradas. Destes, 71,47% do Espírito Santo, e 28,53%, migrantes, dos quais, 12,31%, de baianos (9.532 pessoas), e 10,95%, de mineiros (8.478 pessoas). Em 2012, aproximadamente 25 mil famílias dependiam do Programa Bolsa Família, totalizando, quase 100 mil pessoas, no município.

Essa composição socioeconômica suscita grande demanda por serviços públicos: são 65 mil alunos atendidos na rede pública de ensino e 80% da população, que utilizam serviços de saúde pública (CARNEIRO, 2012). Em 2007, 80% da população jovem saídas do ensino fundamental da Serra não tinham vaga no ensino médio. Em 2012, essa situação se mantinha (RODRIGUES, 2012). A infraestrutura de atendimento às necessidades de educação da Serra conta com 128 escolas de ensino fundamental e 31 de ensino fundamental e médio. Já a de saúde, possui pouco mais que 40 postos de saúde¹⁵ e dois hospitais.

14 Cadastro Único, que funciona como instrumento para análise e inclusão nos programas sociais do Governo Federal. Identifica e define as famílias de baixa renda como aquelas que possuem renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa ou renda mensal de até 3 salários mínimos no total.

15 Distribuídas em 07 Unidades Regionais de Saúde, 02 de pronto-atendimento e 32 unidades básicas, estas, no entanto, funcionam apenas com marcação de consultas, acompanhamento de hipertensos e diabéticos, dentre outras atividades básicas. Há também uma maternidade. Segundo o Guia de Saúde divulgado pela prefeitura da Serra, existiam, em 2011, 510 médicos e 169 dentistas para

Além disso, a cidade também passou a conviver, a partir de 2007, com uma expansão imobiliária que começou a atrair grandes condomínios residenciais e moradores com perfil de renda mais elevado. Tal fato originou uma nova configuração de ocupação do território. Para Stocco (2012) a vinda desses moradores impôs diferentes desafios: a integração dos recém-chegados, dos velhos moradores e das diversidades socio-culturais e econômicas.

Há de se observar que, próximo dos condomínios voltados ao atendimento de classes mais altas existem bairros muito pobres, e alguns com alto índice de violência. A Serra possui oito dos bairros considerados mais violentos do Estado, dentre eles destacam-se Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Novo Horizonte, Jacaraípe e Planalto Serrano. O bairro Feu Rosa, inclusive, situa-se de frente a um condomínio de alto luxo.

Essas desigualdades socioeconômicas e socioespaciais apresentadas promovem efeitos que se expressam no aumento da criminalidade juvenil: o município está posicionado como um dos mais violentos¹⁶ do Brasil nos últimos anos. A cidade ganhou destaque e foi notícia, em 2005, pela revista Época¹⁷, a partir de dados fornecidos

atendimento público. Disponível em: <http://www.serra.es.gov.br/download/23222>. Acesso em 15 abr. 2014.

16 Ranking elaborado pelo IPEA, segundo a Revista Época. Ressalta-se ainda que entre os dez municípios mais violentos, três pertencem à Região Metropolitana da Grande Vitória. Serra em 1º, Cariacica em 3º e Vila Velha em 7º. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/o,,EDR69570-6014,00.html>. Acesso em 24 março 2014. Já em estudo realizado pelo IPEA, em 2010 o município da Serra caiu para a 3ª posição, entre cidades com mais de 300 mil habitantes.

17 Do Velho Oeste ao Paraíso. Época, Abr. 2005.

pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como a mais violenta do Brasil. A taxa de homicídio naquele ano foi de 97,62 para cada 100 mil habitantes. Tal índice, extremamente elevado, remete aos diversos fatores, que sobrepostos favorecem a ocorrência de tantos homicídios.

Integrando o município em um contexto local e nacional é possível verificar algumas alterações. No Brasil, como no Espírito Santo, a principal causa de morte está relacionada a doenças do aparelho circulatório. No país, a segunda causa principal de morte são as neoplasias (tumores), seguida pelas causas externas¹⁸. No Espírito Santo, a segunda causa de morte se relaciona às causas externas e a terceira às neoplasias. Na Serra há uma escalada da violência: em 2010, 27,65% das mortes foram decorrentes de causas externas, seguida por doenças do aparelho respiratório, 26,24%, e neoplasias, com 16,15%. Dentro das mortes por causas externas, na Serra, o homicídio soma quase 64% do total.

Segundo Soares (2008, p. 29) o homicídio é um fenômeno estável, e, de certa maneira, previsível, sendo que suas taxas alteram pouco de um ano para o outro. O autor menciona que o índice acompanha, sensivelmente, a gradual mudança populacional, salvo em casos extremos. Nesse caso, dentre diversos fatores intervenientes, são destacadas as grandes migrações.

Embora seja mencionado, a partir de diversos estudos¹⁹, que a desigualdade de renda constitui fator para aumento do índice de homi-

18 Homicídios, suicídios e acidentes.

19 Braithwaite (1980), Krahn *et al* (1986), Lee; Bankston (1999) e Cutright; Briggs (1995) *apud* Soares (2008, p. 54-55).

cídios; no Brasil, segundo Soares (2008, p. 55), a desigualdade de renda é quase uma constante, não podendo servir de base para elaboração de teorias que expliquem o homicídio a partir dela²⁰. De fato, o que deve ser considerado é que a desigualdade econômica, ao lado dos índices de homicídio, constituem fatores a serem observados, a partir de um crescimento abrupto de algumas cidades. Ambos funcionam como consequências de fatores sobredeterminados como urbanização, industrialização e migração.

Quando relacionados aos indicadores de pobreza e exclusão, os índices de homicídios acompanham²¹ tal processo. Essa associação se faz dentro de um padrão de georreferenciamento, em que há concentração de homicídios nos locais onde há concentração de pobreza. Tais incidentes ocorrem, quase exclusivamente, na periferia da capital. Tanto os que matam, quanto os que morrem, moram perto do local dos crimes²².

Dentro do campo das correlações é importante mencionar a relação de migração e homicídio. Notoriamente, pode ser observado, no caso da Região Metropolitana da Grande Vitória, e

em um recorte mais específico, no município da Serra, que a maior parte daqueles que migraram, ao longo dos anos 1960 até 1990, possuíam rendas mais baixas que a média estadual e nacional. Dessa maneira, verificou-se a construção de bolsões de pobreza e áreas periféricas fora do alcance das políticas públicas mais ativas no centro da Metrópole.

A medida que migrantes se deslocam para áreas não preparadas para receberem grandes fluxos populacionais, essas regiões veem seus poucos recursos, quando possuem, se esgotarem. Segundo Soares (2008, p. 78-79), essas migrações, em uma perspectiva macro, sobrecarregam os recursos da área em dois tipos que se distinguem: a *absoluta*, quando a área não atende à demanda com seus recursos, dessa maneira a região metropolitana tende a estender-se para alcançar novos recursos²³; e a *temporária*, a “cidade” não possui capacidade para atender à demanda, situação que tende a se corrigir ao longo de algumas décadas, como exemplo da educação e saúde.

Os desdobramentos decorrentes desses processos são diversos; dentro mesmo de um aglomerado de pessoas pode ocorrer rejeição dos que chegaram por último em relação aos migrantes mais recentes²⁴. Dessa maneira, as relações entre as pessoas sofrem constante tensão; a diminuição ou ausência de privacidade expõem a intimidade

de cada pessoa a estranhos. Aqueles que mesmo sem a presença do Estado buscam seguir as leis e costumes são vistos como “certinhos”, ao passo que, também, tal tensão faz prosperar a competitividade e surgimento de novas figuras de autoridades e novas relações de poder, fora da intervenção do poder público (SOARES, 2008, p. 80).

Em um estudo produzido no estado do Rio de Janeiro²⁵, relacionando migrantes inter e intra-estaduais, ficou constatado que os migrantes intraestaduais possuem uma relação com os índices de homicídios, fato que não pode ser constatado com os nascidos fora do estado. Tal argumento respalda uma resposta ao desenvolvimento de estereótipos, que busca rotular os migrantes como causadores de problemas (SILVA, 2013).

Entretanto, não se pode negar a relação entre migração e homicídios.

A única conclusão correta é que a migração aumenta a taxa de homicídios no município. Isso não quer dizer que são os migrantes que matam, nem que são os migrantes que morrem” (SOARES, 2008, p. 82).

Tal vínculo não deve ser interpretado linearmente, como causa e efeito, mas dentro de uma problemática da sobredeterminação, que produz múltiplos efeitos (ÂUGÉ, 2010). Outro fator que deve ser considerado na relação entre migração e homicídio é que os migrantes de ontem tornaram-se pais hoje de muitos que são nascidos no município. Ao remontar esse processo, torna-se praticamente impossível elaborar um estudo preciso, já que a mobilidade humana é uma constante, e todos nós, de alguma maneira, descendemos em algum momento de migrantes.

Verifica-se, ao analisar o gráfico 3, o aumento do número de homicídios no município. Vê-se

20 “Não se pode esperar encontrar uma relação entre desigualdade e homicídio no Brasil. (...) A ausência de relação é evidente, como seria de esperar quando se tem uma quase-constante tentando explicar uma tendência definida, seja crescente, seja decrescente, em outra variável” (SOARES, 2008, p. 63). Nesse ponto o autor argumenta não ser possível encontrar relação, de fato, se traçarmos uma relação linear entre causa e efeito, o estudo se basearia no estabelecimento de estereótipos. Nesse caso há de ter lógica no argumento do autor quando se trata de causa e efeito, mas dentro da problemática da sobredeterminação, dos dois processos, desigualdade e homicídios, estão conectados.

21 Barata et al(1998) apud Soares (2008, p. 76).

22 Chamado de “localismo” por Soares (2008, p. 78).

23 O autor menciona o exemplo da água. No caso da Região Metropolitana da Grande Vitória podemos verificar a própria oferta de solo, de lugar para habitação. Ao longo dos anos 1970 e 1980 as regiões centrais, representadas pela orla de Vila Velha e grande parte da Capital, se tornaram inacessíveis aos migrantes, tendo estes se deslocado, principalmente para Serra e Cariacica.

24 Ver Elias, (2000) e Dadalto e Barros (2013).

25 Soares, 2008, p. 81-83.

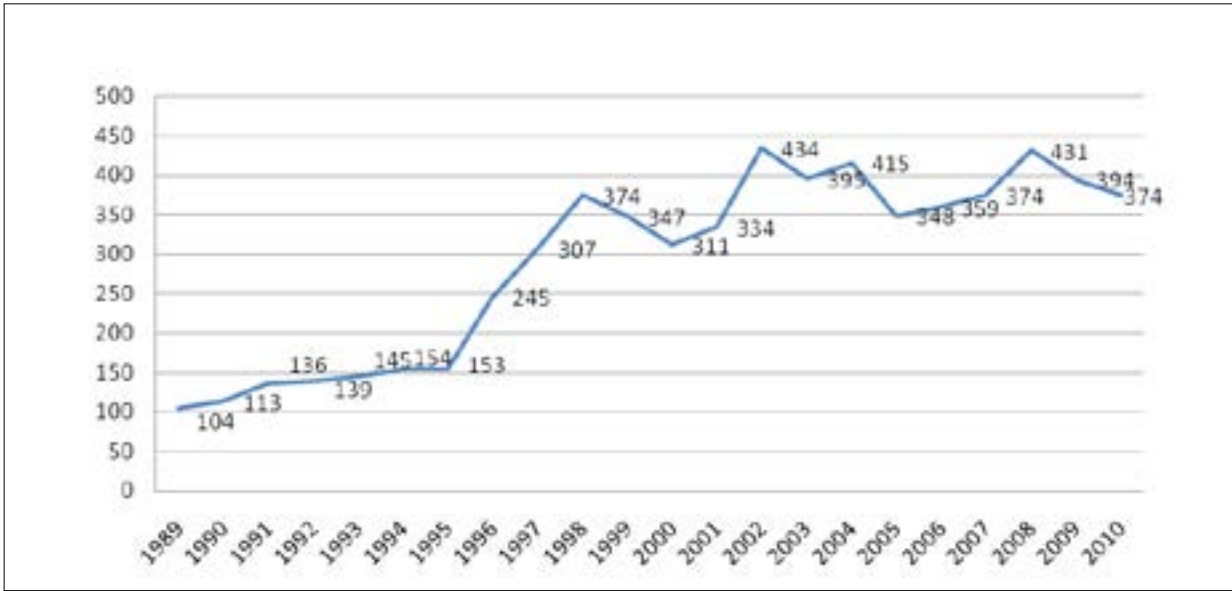


GRÁFICO 3 – Números absolutos dos homicídios no município da Serra de 1989 a 2010. Fonte: Ciodes; GEAC/ SESP.

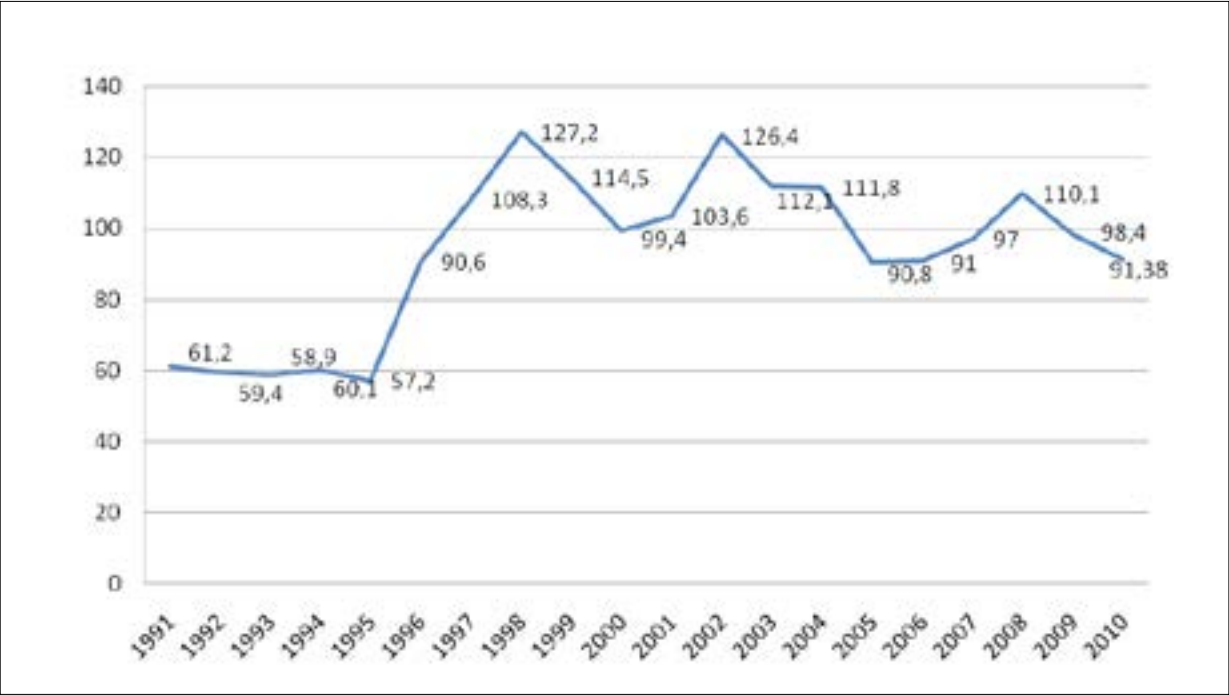


GRÁFICO 4 – Taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes no município da Serra de 1991 a 2010. Fonte: Ciodes; GEAC/ SESP (Centro Integrado Operacional de Defesa Social. Os dados até 2005 foram obtidos no Ciodes. De 2006 até 2010 foram obtidos junto à Gerência de Estatística e Análise Criminal, GEAC/ SESP).

que, no período 1989-1995, há certa constância, com aumento paulatino. A partir de 1996, tem-se um aumento abrupto na quantidade de homicídios, e de 1996 até 2010, os números oscilam dentro de certo padrão.

Importante, também, analisar não apenas o número de homicídios de forma absoluta, mas na taxa para cada 100 mil habitantes: a taxa de homicídios “recomendada” pela Organização das Nações Unidas é de 10 para cada 100 mil habitantes. Veem-se, na Serra, períodos, conforme gráfico 4, em que a taxa ultrapassa o esperado pela ONU em mais de 10 vezes. Em 2005, segundo dados do IPEA, a Serra era o município com maior número de homicídios. No Brasil²⁶, em 2012, há

26 Há certa discrepância nos dados, no entanto, ainda

sensível alteração no ranking, com o município caindo para 3ª colocação de cidades com mais de 300 mil habitantes.

Quando comparado, conforme gráfico 5, com as taxas da RMGV, Espírito Santo e Brasil, observa-se que de fato os índices no município são elevados e que esse quantitativo colabora para o aumento das taxas na RMGV e Espírito Santo.

Mattos (2010, p. 258) relaciona que a interação dos processos de industrialização, urbanização e migração favorecem o aumento da “precariedade da vida urbana”. O não acesso às políticas de inclusão, principalmente dos jovens, constitui

com as divergências numéricas, Serra apresentou índices altíssimos. Ver WASELFSZ, (2011, 2013). Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 16 abr. 2014.

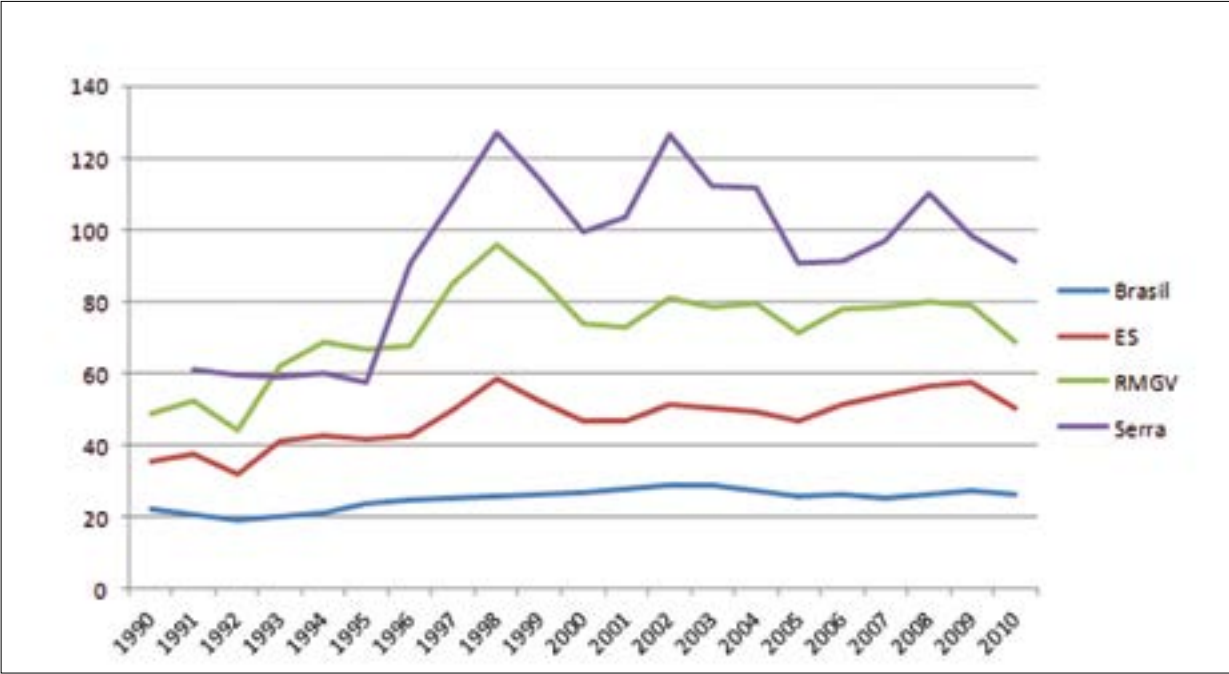


GRÁFICO 5 – Taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes no Brasil, Espírito Santo, Região Metropolitana da Grande Vitória e Serra, no período de 1991 a 2010. Exceto Serra, que inicia em 1991. Fonte: SIM/ SVS/ MS. Disponível em:< http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_es.pdf>. Acesso em 20 fev. 2015.

um fator de risco social a ser considerado. A mesma direção é apontada por Adorno (2002, p. 101), ao considerar os altos índices de criminalidade, a partir da constante desigualdade social e segregação urbana²⁷, embora com ressalvas na relação direta entre pobreza e criminalidade.

Nesse bojo, o perfil das vítimas de homicídios e de seus autores é semelhante: jovens do sexo masculino, pardos, entre 15 e 29 anos, pertencentes às classes com baixa renda²⁸. Tal dado

27 Adorno apresenta uma perspectiva diferente da de Soares. Este, conforme mencionado, discorda da relação entre pobreza e homicídio, já aquele relaciona a pobreza ao homicídio a partir de análise estrutural dos efeitos do capitalismo (ADORNO, 2002, p. 108), ou seja, tanto a pobreza quanto o homicídio constituem efeitos.

28 Pesquisa de vitimização realizada pelo Núcleo de Es-

se torna preocupante face à demanda exigida do estado, voltada para políticas públicas de inclusão social. Não só os dados relacionados ao perfil dos envolvidos com o homicídio se tornam preocupantes, mas também com a concentração do índice em bairros específicos. Na Figura 2 (página seguinte), apesar de apontar os bairros em que ocorreram os homicídios, em 2000, é possível verificar pouca alteração nesses locais ao longo de 10 anos.

O município possuía, em 2010, 124 bairros. Dentre eles se destacam os cinco mais populosos, segundo a prefeitura do município: Feu Rosa (19.532 habitantes), Vila Nova de Colares (17.015 habitantes), Planalto Serrano (15.495 habitantes),

tudos e Pesquisas Indiciárias em 2008.

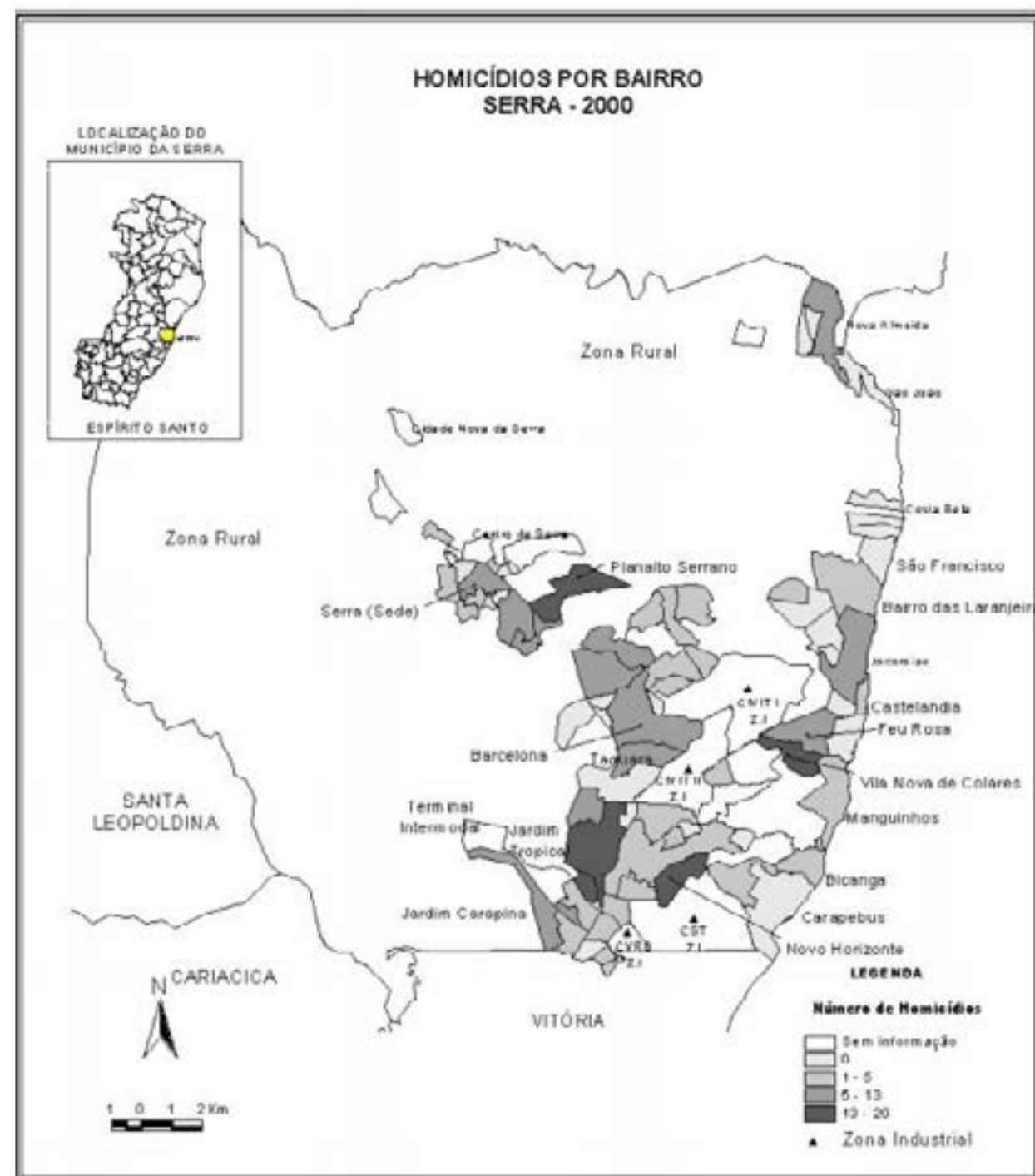


FIGURA 2 — Mapa de concentração de homicídios, por bairros, no município da Serra em 2000.
Fonte: ZANOTTELLI, 2005.

Jacaraípe (14.584 habitantes) e Novo Horizonte (14.146 habitantes). Nos cinco residem 19% da população²⁹ de todo o município, bem como registram 29,50% dos homicídios³⁰.

Muito tem sido noticiado sobre a Serra e seu crescimento, nos últimos anos. A cidade foi classificada como a quarta do Brasil em desenvolvimento³¹, referente ao período de 2000 a 2008. Segundo dados do IBGE, o município aumentou sua participação em 52%³² no PIB brasileiro. Os fatores apresentados como causa desse crescimento estão relacionados à indústria siderúrgica e, principalmente, ao grande crescimento da construção civil no município.

A valorização imobiliária constituiu importante fator para esse crescimento e, essa valorização apresenta mais indícios que corroboram com a pesquisa. Segundo Campos Jr. (2009, p. 74), a Serra foi responsável por mais de 60% de “lançamentos imobiliários lançados na Grande Vitória”. Essa valorização, que funciona como uma das expressões da produção capitalista estende os espaços de segregação para além do espacial. Como apresentado por Caldeira (2011), nas últimas décadas, a segregação se dá nos “enclaves fortificados”, em que condomínios residenciais de alto luxo estão ao lado de bairros considerados de baixa renda.

Tal fenômeno expressa o constante crescimento da Região Metropolitana da Grande Vitória, que se estende para áreas consideradas anteriormente como periféricas. De fato, não se deve contestar o crescimento, mas deve-se refletir: crescimento para quem?

À guisa de conclusão

Verifica-se, no caso do município em estudo, um espaço ideal para constantes investimentos na área industrial. Sua proximidade com o centro administrativo do Estado, localização estratégica (portos, rodovias) e, ainda, grande espaço não explorado, serviu de atrativo não só para investimentos econômicos, mas como oportunidade para o crescimento urbano e adensamento populacional. Tal fato se enquadra dentro do crescimento vivenciado pelo país e por regiões metropolitanas.

No espaço de 50 anos (1960-2010) o município vivenciou extraordinário crescimento – não desenvolvimento – em seus diversos aspectos: econômico, social e populacional. O crescimento populacional deveu-se, principalmente, aos grandes deslocamentos oriundos de outros estados e do interior. Este se relacionou diretamente com o crescimento econômico. Os investimentos serviram de atrativos para oportunidades, ao passo que, o aumento populacional supriu a necessidade de constante mão de obra. No entanto, como revés desse crescimento, e em sua contramão, o município tem presenciado altos índices de violência, além de constante construção de áreas de segregação espacial. Tais áreas se apresentam como violen-

29 Fonte: www.serra.gov.es.br.

30 Em 2010 Serra apresentou 373 homicídios. Os cinco bairros citados somaram 110 ao longo do ano. Fonte: GEAC/SESP, 2013.

31 Em primeiro Campos do Goytacazes, no Rio de Janeiro, em segundo lugar ficou Paraubebas, Pará e, em terceiro, São José dos Pinhais, do Paraná.

32 Saltou de 0,25% para 0,38% de participação no PIB brasileiro no período 2000-2008.

tas, por vezes, embora próximas de condomínios de luxo.

Aduz-se que o crescimento populacional abrupto experienciado gerou uma série de problemas urbanos, que se multiplicaram com o tempo e a ausência de políticas públicas do Estado. Vê-se que esse crescimento relacionado aos grandes projetos industriais não levou em conta os impactos sociais, econômicos e espaciais decorrentes. Dessa forma, a população vai se estendendo para espaços além da presença do poder público, proporcionando aparecimento de áreas periféricas, sem qualquer infraestrutura. Essa construção amplia a segregação e desigualdade socioeconômica, marginalizando parte da população residente em tais áreas.

Nota-se que nesse decurso as transformações se estenderam em diversas áreas. A transição da economia agroexportadora para industrial observada no Espírito Santo foi paralela à do país, seguindo o ritmo da economia global. A Serra serviu para alocação de indústrias em seu espaço, juntando trabalhadores, que nessa transição, agregará mais pessoas inseridas no terceiro setor. Tal fator também colabora, consideravelmente, para ampliação da desigualdade socioeconômica.

Ressalta-se, ainda, que as áreas segregadas espacialmente o são, também, pela construção dos espaços de violência. Embora ainda se verifique uma segregação espacial periferia e centro, comum no processo de crescimento urbano-industrial, até a década de 1980 é mais comum observar a redução dessa distância, embora a segregação tenha sido ampliada. As diferentes classes sociais se aproximaram geograficamente, são vizinhas, embora altos mu-

ros construídos no entorno dos condomínios representem essa separação social.

São essas áreas segregadas que concentram maiores índices de homicídios. E por questão de segurança, sob um discurso que dissemina uma cultura de medo, mais muros, grades e seguranças são postos. Essas construções trazem, por conseguinte, a ampliação da desigualdade socioeconômica. Dessa forma, é possível verificar que, de um lado, evidentemente há crescimento, fomento da cidadania, ampliação do bem-estar social, mas do outro – lado do muro – vê-se constante distanciamento, segregação e criminalização.

Referências

ABE, André Tomoyuki. *Grande Vitória, E.S.: crescimento e metropolização*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, jul./dez., p. 84-135, 2002.

AUGÊ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. São Paulo; Alagoas, Unesp; Ufal, 2010.

BAENINGER, Rosana. Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu. *Anais...* Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/NovosEspa%C3%A7osdaImigra%C3%A7aoNoBrasilAnos80e90.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

BAVIERA, Teresa da. *Viagem pelo Espírito Santo (1888): Viagem pelos trópicos brasileiros*. Tradução e notas de Sara Baldus. Organização e notas de Julio Bentivoglio. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. Título original: *Meine reise in den brasilianischen tropen*.

BORGES, Clério J. *História da Serra*. 3. ed. Serra: CTC, 2009.

BRITO, F. Brasil, final de século: transição para um novo padrão migratório? In: CALEIAL, A. N. (Org.) *Transições migratórias*. Fortaleza: Ed. IPLANCE, 2002. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Brasil,%20Final%20de%20os%C3%A7ulo%20-%20A%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Para%20Um.....pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

BRITO, F.; HORTA, C.; AMARAL, E. F. de L. *A urbanização recente no*

Brasil e as aglomerações metropolitanas. Cedeplar - IUSSP, 2002. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/A_urbanizacao_no_brasil.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

BUFFON, José Antônio. *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Campinas. Campinas, 1992.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

CAMPOS JR, Carlos T. de.; GONÇALVES, Thalismar M. Produção do espaço urbano da Serra – Espírito Santo: estratégias recentes da construção imobiliária. *Mercator*, Fortaleza, v. 8, n. 17, p. 69-78, set./ dez. 2009.

CARNEIRO, Teresa C. J. *Serra: Agenda do Futuro 2012-2032*. (Relatório temático de diagnóstico). Não publicado.

CASTIGLIONI, Aurélia H. *Migration, urbanisation et développement: lecas de l'Espírito Santo*. Bruxelles: CIACO, 1989.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Processo de crescimento da Grande Vitória. *Revista do Instituto Jones dos Santos Neves*. Vitória, v. 7, n. 1, p. 9-10, dez. 1994.

CLEMENTE, Isabel. Do Velho Oeste ao Paraíso. *Época*, São Paulo, n. 359, p. 74-82, Abr. 2005.

DADALTO, Maria Cristina; RODRIGUES, Márcia B. F. Migração e violência: o “baiano” na construção da sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo. *Dilemas*, UFRJ: Rio de Janeiro v. 7, n. 1, p. 143-166, 2013. Disponível em: <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-7-1-Art7.pdf>>. Acesso em 28 março 2014.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembléia Legislativa. *Lei complementar 204 de 21 de junho de 2001*. Institui a Região Metropolitana da Grande Vitória. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LC204.html>. Acesso em: 22 mar. 2014.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria do Planejamento. Departamento de Informações Técnicas. *Espírito Santo: crescimento e desigualdade social, análise introdutória de alguns dados da pesquisa sócio-econômica 1977*. Vitória, 1979.

FORTUNATO, Daniëlle de O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. *Dimensões*, Vitória, v. 2, p. 40-62, 2012.

GEAC – Gerência de Estatística e Análise Criminal. (geac.sesp.es@gmail.com). *Taxa de homicídios no Espírito Santo de 2010 a 2013* [planilha em Excel]. Mensagem recebida por madujazz@hotmail.com em 10 abr. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População urbana e rural*. Características da população – Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico - sinopse: estatísticas da população*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves. *Demografia. Indicadores socioeconômicos do Espírito Santo*. PNAD 2009. Vitória, 2011. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/851_ijsn_nt21.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2013. (Nota técnica n. 21).

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MATTOS, Rossana F. da S. Segregação socioespacial e violência urbana na região metropolitana da Grande Vitória. *Dimensões*, Vitória, v. 25, p. 249-265, 2010.

OLIVEIRA, José T. de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (coleção Canaã, vol. 8).

RODRIGUES, Márcia B. F.; REIS, Leonardo M. dos. Industrialização, urbanização e os impactos negativos: a violência urbana no município da Serra no Espírito Santo, Brasil (2005-2008). *Preleção*, Vitória, n. 9, p. 77-108, Abr. 2011.

RODRIGUES, Márcia B. F. (Coord.). *Pesquisa de vitimização*. Relatório final. Vitória: NEI/FCAA, 2008. (Consórcio Intermunicipal de Prevenção da Violência e da Criminalidade da Região da Grande Vitória/ ES). Disponível em: <http://www.nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/PESQUISA%20VITIMIZA%C3%87%C3%83O%20RGV-ES_2008_RELATORIO_FINAL.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

RODRIGUES, Márcia B. F. *Serra: Agenda do futuro 2012-2032*. Serra com segurança. Vitória: FCAA, 2012. 54 f. (Relatório temático de diagnóstico). Não publicado.

SILVA, Madson G. da. O problema são os outros. *Sinais*, Vitória, n. 14, p. 102-118, Dez. 2013.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória 1950-1980*. Vitória: Edufes, 2001.

SOARES, Gláucio A. D. *Não matarás*: desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

STOCCO, Aline F. *Serra: Agenda do Futuro 2012-2032*. Plano Estratégico da Serra 2012-2032. Caracterização da expansão Imobiliária a partir de 2006. (Relatório temático de diagnóstico). Não publicado.

WASELFISZ, Julio Jacob. *Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 16 abr. 2014.

WASELFISZ, Julio Jacob. *Homicídios e Juventude no Brasil. Mapa da Violência 2013*. Brasília, 201e. Disponível em: <www.juventude.org.br>. Acesso em: 16 abr. 2014.

Recebido em: 14.10.2016

Aprovado em: 20.12.2016



ARTIGO

**A PASSAGEM DO TEMPO:
O ARQUIVO PÚBLICO
DO ESPÍRITO SANTO
HÁ 40 ANOS**

Fernando Achiamé

Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Ex-diretor do Arquivo Público do Estad do Espírito Santo.

Resumo

Este artigo transcreve dois textos produzidos há quatro décadas numa conjuntura histórica precisa, quando se empreenderam ações para renovar e modernizar o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. São efetuadas diversas considerações sobre as áreas de administração geral, administração de pessoal e administração material da referida entidade, um arquivo de custódia permanente. Naquela época, também se ampliavam em nosso país os estudos teóricos sobre arquivologia e as iniciativas para revigorar as instituições arquivísticas brasileiras, sobretudo no âmbito dos poderes públicos.

Palavras-chave: Arquivo de custódia — administração, arquivologia — teoria e prática, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo — história.

Abstract

This article presents two texts produced four decades ago at a specific time in history when actions in favor of renewal and modernizing reform of the Public Archive of the State of Espírito Santo were taken. Several considerations are made concerning the areas of general administration, personnel administration, and administration of materials of this institution, whose collections and records demand permanent safekeeping. At that time, theoretical studies in the area of archivology were expanding in this country, as well as initiatives to revitalize Brazilian archive institutions, especially those belonging to public organisms.

Keywords: Custodial archive — management, archivology — theory and practice, Public Archive of the State of Espírito Santo — history.

Exatos 40 anos se passaram. A antiga Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) promoveu em outubro de 1976 no Rio de Janeiro, sede da entidade, o 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia. Justamente na manhã do dia 20 de outubro, consagrado aos arquivistas, apresentei um trabalho na sessão plenária, que teve lugar no Auditório A do Centro de Tecnologia da UFRJ no Fundão, e destinada a discutir a “Teoria das Três Idades do Arquivo”. Presidida pelo Dr. Raul do Rego Lima, diretor do Arquivo Nacional, a sessão teve diversos expositores, entre eles Marilena Leite Paes, que chefiava o Arquivo Central da FGV/RJ e apresentou o trabalho “Centralização, Descentralização, Coordenação”; e Nilza Teixeira Soares, bibliotecária da Câmara dos Deputados, que tratou do tema “Arquivos Intermediários”.

A mim coube falar sobre os arquivos de terceira idade, ou de custódia permanente. Com 26 anos, há quase dois à frente do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, procurei transmitir minha limitada experiência na área e utilizar as poucas noções teóricas que adquirira sobre a matéria. O texto que produzi, sob o título de “Arquivo de Custódia”, foi publicado algum tempo depois em grosso volume de 922 páginas que tem a seguinte impressão: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Anais do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia. Rio de Janeiro, 17 a 22 de outubro de 1976. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1979, p. 293-303. Essa mesma publicação também traz comunicações e trabalhos referentes a diversos arquivos públicos estaduais apresentados no 1º Seminário de Fontes

Primárias de História do Brasil que aconteceu de 18 a 20 de outubro de 1976 no âmbito daquele congresso. Pego de surpresa em uma das sessões do seminário, falei de improviso sobre a situação do nosso Arquivo Público e o informe foi transcrito às páginas 701-2 dos citados anais. Os dois textos, reproduzidos adiante, somente tiveram a ortografia atualizada, com exceção de três pequenas interferências assinaladas entre colchetes, e da adequação da bibliografia às normas modernas.

Diferente de outros casos, o fato de esses textos serem datados lhes confere uma qualidade única — são fontes primárias que registram etapa importante do percurso feito por uma instituição de grande valor; ou seja, testemunham a passagem do tempo no Arquivo Público do Espírito Santo. Os registros neles contidos são variados, evidentemente, e podem ser utilizados de maneiras diversas. Note-se que o autor dos dois textos cultivava muitas ilusões como exemplo, considerar que as práticas de recolhimento e eliminação nos arquivos setoriais se tornariam regulares e valorizadas pela administração. Os avanços no programa descritivo da instituição aconteceram de modo inegável, decerto, mas poderiam ter ocorrido em ritmo mais intenso. No entanto, muitos foram os problemas superados ao longo das últimas décadas, a exemplo de dotar o Arquivo Público de melhores instalações físicas e de equipamentos modernos, alguns nem sequer imaginados quatro décadas atrás. E, sem dúvida, contar com o curso superior em Arquivologia na UFES, em pleno funcionamento nos últimos anos, representa um ganho incomensurável em termos de formação técnica de profissionais ligados a esse campo do conhecimento.



Capa: Anais do 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia promovido pela associação dos Arquivistas Brasileiros.

Na verdade, tudo isso tem que ser analisado considerando-se as circunstâncias daquela época e as de agora. O mundo era outro, bem como eram outros o nosso país, o estado do Espírito Santo e a própria cultura da gestão pública. Sem contar os progressos feitos pela ciência da arquivologia. Computador e internet não existiam ainda. E convencer os governantes de então da necessidade de se contar com uma firma de limpeza, de contratar mais dois ou três estagiários e de reformar a estrutura administrativa da repartição representavam conquistas árduas. Assim, fico muito satisfeito ao constatar que, em relativamente pouco tempo pela perspectiva da história, as mudanças na instituição tenham ocorrido de modo tão amplo e positivo.

Arquivista amador, segui a “carreira” na direção inversa da que costumam fazer os verdadeiros profissionais da área. Em primeiro lugar, estagiei e, na sequência, dirigi um arquivo de custódia permanente; depois, trabalhei em um arquivo intermediário, o Arquivo Geral da Secretaria de Estado da Fazenda; em seguida, desenvolvi atividades e serviços ligados aos arquivos em formação naquela mesma secretaria. Relendo agora os trabalhos apresentados num evento há quatro décadas, considerei válido seu desentranhamento de esquecidos anais para que possam ser acessados com maior facilidade por todos os interessados. Especialmente pelo fato de serem reproduzidos numa publicação virtual patrocinada pela instituição em que prestei serviço por nove anos, junto com valorosa equipe; nós todos conscientes que estávamos fazendo história. Conforta-me saber que outras pessoas também assumiram as tarefas de valorizar o Arquivo Público capixaba com muito amor e dedicação. E que contribuíram e contribuem para realizar muitas das aspirações antes simplesmente sonhadas. Passados exatos 40 anos...

Eis os textos:

Arquivo de custódia - Introdução

Trata-se de transmitir uma experiência na administração de arquivo de custódia, pois os manuais de divulgação da moderna teoria arquivística já estão relativamente disponíveis entre nós.

Ainda hoje a expressão “arquivo de custódia” pode ser considerada um eufemismo. O conceito corrente na administração pública (pelo menos em muitas administrações estaduais e

municipais) é o de “arquivo morto”. Para esta exposição interessa fixar a definição de arquivo de custódia ou permanente, como sendo aquele que preserva, e torna disponível para o uso, os documentos públicos que possuem valores permanentes. Custodia estes documentos formados oficialmente (os arquivos) e não coleciona papel velho, manipulado por funcionários decadentes em um “arquivo morto”... Assim, todo o nosso trabalho de administradores e arquivistas deve ser dirigido para mudar esta realidade e esta mentalidade, ressuscitando em todos os seus termos o considerado “arquivo morto”: que ele viva para atender à administração e ao público pesquisador!

A moderna experiência capixaba em reorganizar o Arquivo Público Estadual teve início em julho de 1972 e contou com a colaboração de estagiários ligados ao Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Estas atividades de reorganização tiveram origem num momento de sensibilidade da Administração para os problemas de documentação. E esses momentos precisam ser aproveitados. As administrações públicas, periodicamente, têm se mostrado sensíveis à resolução dos problemas ligados à documentação: elas sentem os entraves em seus próprios serviços de não possuírem arquivos e protocolos tecnicamente organizados.

A divisão do trabalho em três itens (administração geral, de pessoal e de material) é apenas esquemática, de vez que todos eles se interpenetram e muitas atividades englobam dois ou mais campos de administração.

Administração geral - Funcionamento Regular do Arquivo

Duas das primeiras medidas a se adotar para o funcionamento regular de um arquivo de custódia: a cobrança ao governo de serviços que ele pode colocar à disposição do arquivo e a utilização das atividades “reprimidas” desse último.

Os arquivos precisam perder, antes de tudo, o caráter de repartições de segunda classe, de primos pobres ou indigentes do serviço público. Com frequência acontece um arquivo permanecer em funcionamento precário durante muitos anos. Neste caso, assumem caráter prioritário as tarefas materiais de arrumar fisicamente a repartição; de acabar com a prática de outros serviços usarem o arquivo como depósito de objetos inservíveis; de providenciar o funcionamento de atividades indispensáveis a uma moderna repartição (material de expediente, conservação e limpeza regulares, copa, portaria e outras). A adoção destas medidas se impõe para que não ocorra uma das piores coisas que pode acontecer a um arquivo: ele ser pouco consultado.

O que se deve entender por utilizar as atividades “reprimidas” dos arquivos? É o caso daqueles que possuem condições de exercer determinadas atividades a curto ou médio prazo e não as realizam por ignorância, falta de iniciativa de seus funcionários, ou por problemas materiais de pequena monta. Como exemplo, podemos citar:

a – a repartição desacostumou-se a dar informações em processo de tempo de serviço. Quando chega um processo referente a 1932-34, o funcionário, mesmo sem consul-

tar o acervo, deixa passar alguns dias e informa: “Só possuímos documentos relativos a tempo de serviço até 1929”...

b – não mais se executam atividades de recolhimento (mesmo de um pequeno volume de documentos) pretextando falta de espaço ou falta de transporte, quando estes problemas são facilmente superáveis. Aliás, em arquivo reclama-se constantemente da falta de espaço que, na maioria das vezes, está mal aproveitado;

c – o arquivo possui centenas de caixas de transferência para melhor acondicionar o seu acervo, e não estabelece critérios para utilizá-las;

d – parte da documentação do arquivo tem seu conteúdo totalmente desconhecido e não se empreendem esforços para descrevê-la ou, pelo menos, identificá-la sumariamente;

e – não se providencia a eliminação de papéis que não possuem evidentemente qualquer valor, como sobras de provas de concursos, impressos em branco, formulários em desuso e outros.

Organização de serviços internos

A experiência indica que se obtêm melhores resultados, quando os serviços internos do arquivo são organizados por assunto e secundariamente por funções.

A organização por assunto pode ser assim explicada: se os fundos documentais (Fazenda, Agricultura, Governadoria e outros) possuem um certo volume, é aconselhável atribuir a funcionários, ou a um grupo deles, a responsabilidade organizacional sobre cada um dos fundos, separadamente. Estas pessoas serão “especialistas”: logo estarão bem treinadas e possuirão experiência específica ao lidar com seu respectivo fundo documental. Isto não significa que todos os funcionários deixem de ter noção global do que o arquivo possui. De modo diferente é a divisão das atividades do arquivo em funções: funcionários para arranjar, outros para classificar, outros ainda para descrever, o que torna contraproducente esta medida. Devem ser admitidas exceções para aquelas atividades consideradas técnicas (reprodução, restauração, pesquisa histórica e outras).

Contatos com instituições congêneres

É claro que uma repartição não pode funcionar isolada de outras. No caso do arquivo de custódia estes contatos são imprescindíveis ao desempenho regular de suas atividades. Eles podem ser, numa primeira fase, passivos (recebimento de literatura e orientação técnicas) e, posteriormente, ativos (prestação de assistência técnica, recolhimentos) quando estabelecidos com instituições do mesmo campo de trabalho. É a orientação

técnica aos arquivos setoriais (aqui entendidos como os arquivos gerais de secretarias de estado ou de ministérios) que garantirá a qualidade e unicidade dos arquivos, a serem futuramente recolhidos. As providências de recolhimento da documentação que não mais possui valor corrente, sempre obrigam o estabelecimento de contatos mutuamente produtivos: para a repartição que cede o material (ganha espaço físico) e para a repartição que o recebe (o arquivo) que enriquece o seu acervo. Também não deve ser esquecido o intercâmbio com instituições universitárias (seus departamentos de História e bibliotecas centrais) e culturais (o Instituto Histórico e Geográfico local, a Fundação Cultural do Estado, etc.).

Legislação do Arquivo

Necessitam ser devidamente equacionadas as questões envolvendo a legislação do arquivo. Por exemplo: uma lei que defina a posse e a custódia dos documentos públicos, que estabeleça a política de acesso aos documentos; um regimento interno do Arquivo que discrimine suas atividades e atribuições, dando-lhe força e eficácia. O acesso aos documentos (em 90% dos casos, o prazo recomendado de fechamento da documentação à consulta pública é de 25-30 anos) deve ser firmemente estabelecido para se evitar provincianismos: um escândalo financeiro ocorrido na área governamental há mais de sessenta anos não poder ser pesquisado por envolver membros da tradicional família de um funcionário do arquivo...

Vinculação hierárquica

A posição que um arquivo de custódia ocupa na estrutura da administração pública a que ele serve influencia e muito a eficácia de sua atuação.

Tal posição deve ser idealmente a de independência e igualdade de jurisdição sobre matérias atinentes aos documentos públicos. (SCHELLENBERG, 1959).

O recomendável é que o arquivo esteja em um nível hierárquico (departamento, por exemplo) que lhe dê poder, autonomia e flexibilidade administrativa e que fique vinculado à Secretaria de Administração, nos estados em que ela exista, ou à Governadoria (por meio da Secretaria do Governo ou do Gabinete Civil), e não à Secretaria de Educação e Cultura. Esta medida é de grande relevância porque privilegiará a atuação administrativa da instituição e não seu caráter meramente histórico-cultural, que não deve ser abandonado, mas considerado como segunda prioridade. Nada impede que este caráter histórico-cultural continue a ser ressaltado para o grande público.

Para o governo a ênfase tem que recair na utilidade administrativa, que consiste em fazer o arquivo funcionar, em prestar serviços prioritariamente à administração, fornecendo a informação solicitada o mais precisa e rapidamente possível. Exemplos:

a – no âmbito da biblioteca de apoio: informações contidas no Diário Oficial do Estado, nas coleções de leis, nos atos administrativos que pelo seu alcance são impressos (mensagens anuais, contratos, resoluções, relatórios), nos anais da Assembleia Legislativa;

b – no âmbito do acervo documental: processos de demarcação de terras, processos de tempo de serviço funcional, documentos que provam direitos do Estado.

Arranjos e descrições originais

Devem-se utilizar os arranjos e as descrições já existentes, partindo-se deles para ulteriores aperfeiçoamentos. No Brasil acontece com frequência: arquivos de custódia ficarem numa situação estática durante longos anos. Com o súbito interesse da administração pública, surgem de repente iniciativas para reorganizá-los, muitas vezes sem critério. Realizam-se, então, mudanças do acervo sem o devido cuidado (muitos documentos assim são extraviados ou se estragam). Também é muito comum não levar em consideração as pistas materiais que existem em amarrados, em livros de registro e em documentos soltos para sua identificação e posterior arranjo. Estes cuidados nos levam a indicar o meio-termo no tratamento do acervo, evitando-se os extremos de uma manipulação desordenada (tudo sendo abruptamente modificado) ou excessivamente cuidadosa (a modificação sendo muito lenta). Impõe-se o respeito pelo trabalho dos arquivistas que antes organizaram os documentos. Em primeiro lugar precisam ser analisadas as relações de recolhimento (sempre existem), os instrumentos de busca que lancem luzes sobre os arranjos primitivos dos documentos, auxiliando os arquivistas a descobrir os princípios que presidiram sua formação. Só depois desta análise é que podemos considerar se deles devemos nos afastar e até que ponto.

Recolhimentos e eliminações

O arquivo de custódia precisa ter voz ativa para exercer tarefas que são básicas à sua existência regular: a execução dos recolhimentos e o controle das eliminações nos arquivos setoriais do governo. Nunca é demais repetir: por meio dos recolhimentos o arquivo fica de posse daqueles documentos que têm valores permanentes. Por outro lado, controlando as eliminações, o arquivo vai exercer o duplo papel de evitar a destruição do patrimônio documental e de executar uma eliminação criteriosa.

Os efeitos destas atividades se farão sentir em toda a administração, com reflexos positivos para a obtenção de verbas para o arquivo. Isto é importante porque os arquivos de custódia (ao contrário de repartições inoperantes e caducas, mas que se conservam bem aquinhoadas em termos de verba) têm de provar sua utilidade continuamente para merecer atenção dos governos.

Numa outra etapa, e contando com apoio governamental, o arquivo poderá ir disciplinando a produção documental da administração, estabelecendo planos de destinação, tabelas de temporalidade e de descarte.

Programa descritivo

O programa descritivo deve ser objeto de cuidadosa atenção por parte dos que dirigem um arquivo de custódia. O arquivista precisa ter sempre presente que um de seus objetivos maiores é tornar disponível ao uso (seja por uma repartição, seja por um pesquisador ou estudante) os documentos públicos que estão sob sua guarda.

A prestação deste serviço será tanto melhor se o arquivista puder oferecer instrumentos de pesquisa adequados e que deem seguras pistas ao pesquisador e não fazer o trabalho para ele. Esta última prática resulta egoísta, porque enquanto o funcionário está trabalhando para um pesquisador, deixa de arranjar e descrever muitos outros fundos documentais que servirão a muitos outros pesquisadores.

Num arquivo de custódia a nível estadual, a elaboração dos instrumentos de pesquisa deve ser iniciada pelos mais gerais (como o guia ou o inventário sumário). Nos arquivos da esfera federal ou municipal se admitem variações. O recomendável é sempre proceder a uma descrição sistemática do acervo, porque pela descrição obtém-se o controle sistemático dos documentos.

Dependendo da disponibilidade financeira, é muito importante iniciar ou retomar a publicação de documentos manuscritos existentes no acervo do arquivo, ou em outras instituições congêneres, que tenham valor para a História.

Biblioteca de apoio

Todo material impresso que não é próprio para ser custodiado em um arquivo, mas cuja existência nele é útil, deve formar uma biblioteca de apoio. A importância de uma biblioteca deste tipo pode ser avaliada pelo material que costuma abrigar: leis estaduais, portarias, decretos impressos, livros de história local, literatura especializada em arquivística. Contudo, a distinção entre o que é arquivo e biblioteca deve ficar muito nítida: a biblioteca de apoio tem sua existência justificada, como o próprio nome diz, nas informações que

presta subsidiariamente aos que recorrem ao arquivo. Como também uma biblioteca pública possui o seu arquivo de correspondência e nem por isto o tratamento dado aos livros da instituição vai obedecer aos princípios arquivísticos em detrimento dos biblioteconômicos.

Deve ser montado o “arquivo” do arquivo com interesse, objetivando, especialmente, reconstituir o caminho dos documentos que vieram ter à repartição.

As coleções de jornais oficiais (e eventualmente não oficiais) devem ser classificadas e catalogadas, formando uma hemeroteca. As fotografias e os mapas – dependendo do seu volume – formarão, respectivamente, uma fototeca e mapoteca. No Estado do Espírito Santo os mapas e cartas (de colônias de imigrantes, por exemplo) não eram utilizados, até há pouco tempo, para consultas (seja para informar processos, seja para estudiosos). Estes materiais, por fazerem parte de coleções não formadas oficialmente, permitem tratamento biblioteconômico, justificando a presença de um profissional do setor na instituição.

Administração de pessoal - Experiência de Servidores Antigos

Para o bom encaminhamento dos trabalhos de reorganização de um arquivo de custódia é imprescindível aproveitar o que os funcionários antigos da repartição possam transmitir como experiência. Para o trabalho inicial são indispensáveis as indicações, as “dicas” sobre os documentos em geral (o que é mais consultado e por quem), sobre as séries de documentos e mesmo sobre fundos documentais inteiros (suas origens,

eventuais extravios, as mudanças físicas, o seu conteúdo e onde encontrar as informações mais solicitadas). Em outras palavras: tem que existir um grande respeito pelo trabalho e pelo conhecimento (mesmo limitado) desses funcionários, mesmo que o referido trabalho seja depois amplamente modificado. Mas então o arquivista fará suas modificações com base segura, sabendo com clareza de que ponto está partindo, o que evitará a ocorrência de muitos erros.

Servidores de nível superior

Novos funcionários, que possuam curso superior de História ou correlato, devem ser empregados nas atividades profissionais de análise e avaliação dos documentos. Estas atividades são básicas em um arquivo de custódia e pessoal de nível superior, familiarizado com as técnicas arquivísticas, tem o necessário conhecimento e sensibilidade para realizá-las.

O Espírito Santo talvez seja o único estado da Federação que possui em seus quadros funcionais o cargo de arquivologista, equiparado ao de bibliotecário.

Os profissionais de arquivo de nível superior, mais do que os de outros níveis, precisam estar sempre estudando (já existe literatura especializada editada em português) e frequentando cursos de aperfeiçoamento e atualização (promovidos, por exemplo, pelo Arquivo Nacional, pela Associação de Arquivistas Brasileiros ou oferecidos pela OEA na Espanha e na Argentina).

A discussão das tarefas, o treinamento e aprendizado no próprio serviço também apresentam resultados compensadores.

Estagiários e pessoal de limpeza

As tarefas materiais do arquivo (identificação de certos itens documentais, sua simples classificação, codificação, fichamento, etiquetagem de volumes, empacotamento e manipulação do acervo) podem e devem ser efetuadas por profissionais de nível superior, sob pena de serem prejudicados os trabalhos de análise e seleção dos documentos e supervisão geral dos serviços. Estas atividades rotineiras [também] podem ser realizadas por estagiários [sob supervisão], mais adequados do que serventes ou funcionários não qualificados.

Em uma repartição que guarda milhares de caixas, de livros e amarrados, as tarefas de limpeza e deslocamento físico do acervo fazem parte do seu dia a dia. Como é notória a inaptidão de servidores públicos (serventes, etc.) para realizar as citadas tarefas, o melhor mesmo é obter a contratação de firma especializada de limpeza que trabalhará sob orientação do arquivo e com as devidas cautelas.

Administração material - Conservação e guarda dos documentos

A conservação dos documentos deve ser mais preventiva que restauradora, por problemas de custo principalmente.

As seguintes medidas práticas não podem deixar de ser adotadas:

a – controle da luz solar, evitando-se luz direta nos documentos, mas também obscuridade excessiva;

b – controle da umidade, por meio de aparelho desumidificador, mas, se não houver possibilidade de aquisição, recipientes com sal grosso espalhados estrategicamente nas estantes, e sempre renovados, resolvem o problema;

c – limpeza sistemática dos documentos com as cautelas necessárias, removendo-se sobretudo a poeira (espanadores são condenados pois só jogam a mesma de um lado para outro);

d – combate constante aos insetos e roedores. A desinfecção do acervo (sempre a gás) poderá ser realizada por processo manual, barato e de fácil manejo, ou contratando-se firma especializada;

e – instrução aos funcionários (e também aos usuários) sobre cuidados básicos com os documentos, por exemplo: evitar alimentar-se nas áreas de armazenamento da documentação, não utilizar substâncias nocivas ao papel e aos servidores.

As medidas acima expostas têm que ser complementadas pela guarda moderna e eficiente dos documentos:

a – eliminando do arquivo as estantes e armários feitos em madeira;

b – substituindo os receptáculos de guarda (caixas, capas, pacotes, encadernações) em mau estado;

c – evitando o uso de barbante e fita adesiva, e retirando também dos documentos tudo que enferruja (grampos, cliques, alfinetes, etc.).

De acordo com as necessidades, poderá ser implantado um serviço de restauração (de preferência pelo método “Kathpalia” que é manual), organizando um “pool” com outras instituições arquivísticas.

Arrumação física

As providências práticas para arrumação física do acervo devem ser encaradas com muita seriedade, pois permitem a obtenção de muito espaço, que em arquivos de custódia costuma ser um ponto nevrálgico.

No Arquivo Público capixaba ganhou-se muito espaço com o estabelecimento de fila dupla para arrumação de livros e caixas do grupo documental Fazenda. No grupo Agricultura, os processos de medição de terra tinham, na altura, cerca de um palmo de folga em relação às caixas antiquadas que os abrigavam e estas também possuíam grande folga em relação às estantes nas quais estavam colocadas. De maneira semelhante, “amarrados” do grupo documental Governadoria estavam desnecessariamente folgados nas prateleiras que os abrigavam. Num e noutro caso, o emprego de caixas de transferência de qualidade e tamanho adequados e a disposição física mais apropriada das mesmas resultou em um ganho de espaço considerável.

Microfilmagem

A microfilmagem destaca-se entre as técnicas atuais de tratamento da documentação pelas suas qualidades intrínsecas e sua difusão.

Erram, entretanto, os administradores de arquivos de custódia que veem nela a solução miraculosa para seus problemas. Esta técnica (com toda a legião de modernos aparelhos que a acompanha) não resolve em si mesma qualquer problema de documentação. É evidente que sua eficácia está estreitamente ligada ao seu justo emprego.

Não se trata de aconselhar ou desaconselhar o emprego da microfilmagem, cuja utilização, além de ser custosa, deve obedecer a necessidades muito precisas (que geralmente têm por base princípios de administração de material) como, por exemplo:

a – microfilmagem de salvamento – quando se microfilma o documento para evitar o seu manuseio constante e (obtendo-se cópias, colocadas em lugares diferentes) impedir a perda das informações nele contidas por deterioração inevitável ou sinistro;

b – microfilmagem para edição e intercâmbio – muito usada em países desenvolvidos (no Brasil a Biblioteca Nacional ensaia as primeiras iniciativas) para divulgar e permutar determinada documentação por custos mais acessíveis do que os da publicação impressa;

c – microfilmagem de substituição – quando se duplica em microformas o documen-

to, visando sua total eliminação. Há necessidade de analisar de antemão se não é o caso de eliminar simplesmente os documentos ou guardá-los em depósitos intermediários onde sua manutenção seria mais conveniente e barata, à espera de melhor definição dos seus valores secundários.

Felizmente a microfilmagem ainda não chegou ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, pois a maioria dos trabalhos realizados neste setor por empresa do mesmo estado resultou negativa:

a – na Secretaria de Agricultura, milhares de processos de medição de terra foram microfilmados (muitas plantas topográficas resultaram mutiladas) sem necessidade, já que a documentação não pôde ser eliminada e os microfilmes não são utilizados;

b – Na Secretaria de Educação realizou-se um trabalho de microfilmagem, que, depois de pronto, ficou inutilizável (esqueceu-se de proceder à indexação dos documentos);

c – em 1975 a referida empresa chegou a celebrar um convênio com a Prefeitura Municipal de Vitória, objetivando microfilmar o arquivo municipal que, na época, estava em completa desorganização.

O essencial é proceder primeiro ao arranjo convencional da documentação: se microfilmarmos uma bagunça, não teremos nada além de uma bagunça microfilmada.

Medidas de segurança

As medidas de segurança essenciais para se evitar roubos e sinistros consistem em:

- a – organizar sala de consulta;
- b – instruir os funcionários para orientar e, se necessário, controlar os consulentes;
- c – organizar um serviço de recepção aos usuários, fazendo a triagem das pessoas que procuram o arquivo e identificando corretamente o pesquisador;
- d – treinar os funcionários para possíveis situações de emergência e preveni-los sempre contra os riscos de sinistro por fogo, eletricidade, gás e água.

Conclusões

Pelo que ficou dito, é preciso usar imaginação criadora no trato dos problemas administrativos de um arquivo de custódia.

Este tipo de arquivo só pode funcionar satisfatoriamente dentro de um sistema no qual os arquivos de primeira e segunda geração (correntes e intermediários) o respeitem tecnicamente.

A defesa da técnica é um ponto importante: é comum na administração pública todo tipo de servidor (seja assessor, seja contínuo ou um funcionário burocrático qualquer) julgar que entende de arquivo e protocolo e se meter a dar soluções particulares a problemas de documentação, sem recorrer às técnicas adequadas.

Sabemos todos que, no país, graves problemas (sobretudo em áreas prioritárias como a saúde e a educação) têm sido enfrentados pelos diversos governos e muitos deles estão longe de ser resolvidos. Então não podemos exigir de nós mesmos que os arquivos (durante tantos anos abandonados) funcionem às mil maravilhas, num simples toque de magia. De qualquer maneira, nós (que trabalhamos em arquivo) não temos condições de ser pessimistas, não podemos ser pessimistas, sob pena de amesquinhar e comprometer irremediavelmente nosso trabalho. Devemos trabalhar com amor e mais, com paixão.

O apoio oficial é imprescindível, pois, afinal de contas, trata-se de fazer funcionar um setor importante para a administração pública: os arquivos. Para dar este apoio é necessário que o governo entenda um lema que precisa estar sempre presente para os arquivistas: “O PASSADO DEVE SERVIR AO PRESENTE”.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

LIMA, Raul. *Da Problemática da Documentação Histórica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974.

RODRIGUES, José Honório. *A Situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SHELLENBERG, T. R. *Arquivos Modernos - Princípios e Técnicas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

SHELLENBERG, T. R. *Manual de Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

VALETTE, Jean-Jacques. *O Papel dos Arquivos na Administração e na Política de Planificação dos Países em Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

Recebido em: 10.12.2016

Aprovado em: 20.01.2017

Informe sobre o Arquivo Público do Espírito Santo

Não preparei nada para falar aqui agora, porque não estava inscrito. Mas como tenho interesse, vou falar alguma coisa.

O Arquivo Público do Espírito Santo foi institucionalizado em 1908, a partir do acervo da extinta Secretaria de Governo. Tem sofrido diversas transformações, passando por diversas secretarias de estado, às vezes ligado, às vezes separado, da Biblioteca Pública. Pertenceu à Secretaria de Educação, à de Interior e Justiça, e agora à de Administração dos Recursos Humanos. Podemos dizer que lucrou com isso. Como já foi abordado aqui, o problema de arquivos não é só um problema cultural e de História, é precisamente um problema de administração, administração documental. A partir de julho de 1972 a situação do arquivo começou a mudar, a mudar para melhor. A administração daquela época teve interesse em reorganizar o acervo do Arquivo e, para isso entrou em contato com a Universidade Federal do Espírito Santo, por meio de seu Departamento de História. A professora Gilda Rocha, da Secretaria de Administração foi encarregada dessa reorganização e foram contratados 5 estagiários, num projeto elaborado pelo professor Renato José Costa Pacheco, da UFES, aqui presente. A orientação técnica do projeto foi dada pelo Arquivo Nacional e, em dezembro de 1974, foi considerado encerrado e uma nova estrutura do Arquivo começou a ser implantada.

Problemas Principais

– Sede: o prédio é um próprio estadual construído, há 50 anos, especialmente para abrigar a Biblioteca e o Arquivo Público; houve reforma recente que o dotou de uma sala de consulta, inclusive; estamos construindo, ao fundo do terreno, um galpão para expandir nosso espaço físico. Em termos de sede, podemos dizer que não há necessidades prementes.

– Equipamento: grande dificuldade. O Espírito Santo é um Estado pobre, nossas limitações são grandes. Não [sic, Nós] pretendemos obter verba federal para aquisição de caixas, caixas de transferência, estantes e até mesmo, porque não dizer, mesas e cadeiras.

– Pessoal: esse é um problema muito sério; não adianta termos verbas e equipamentos se não tivermos os recursos humanos indispensáveis. Pessoal que manipule e que conserve o acervo. Possibilidade de contratação de firmas especializadas para colocar o acervo em condições de ser utilizado ou de dispor de pessoal alfabetizado de nível primário (etiquetagem, empacotamento etc.) e de pessoal para atividades técnicas e ainda outras atividades.

– Supervisão: pessoal de nível superior, formado em História, com especialização em Arquivística.

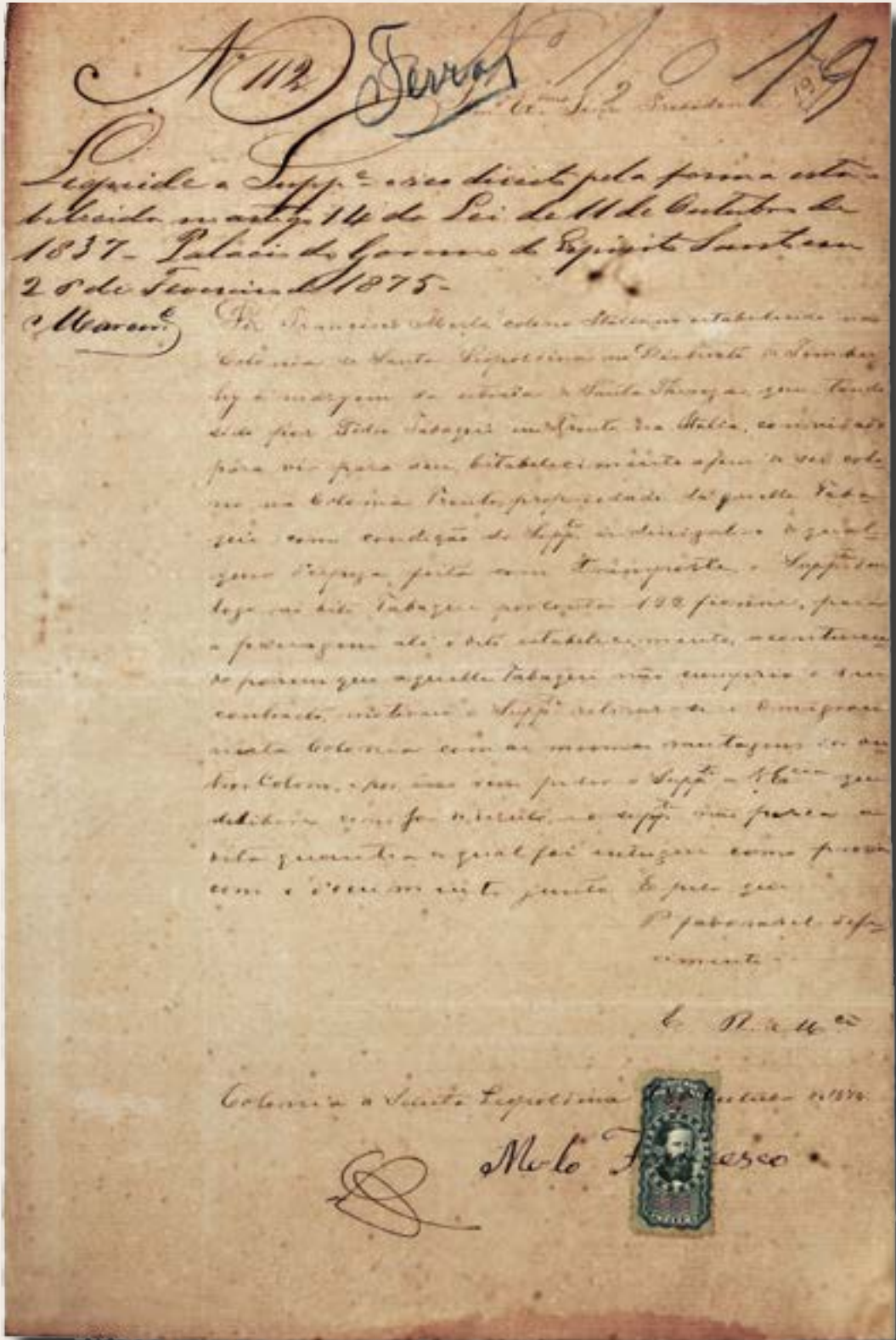
Em resumo é o que se pode dizer sobre a situação do Arquivo Público do Espírito Santo.



DOCUMENTO

1874: OS PRIMEIROS ITALIANOS EM SANTA TERESA - ES

Cilmar Franceschetto
Pesquisador, jornalista.



TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA

Ilmo. Exmo. Snr. Presidente

Diz Francisco Merlo, colono Italiano estabelecido na / Colonia de Santa Leopoldina no Districto de Timbu / hy á margem da estrada de Santa Thereza, que tendo / sido por Pedro Tabacqui em Trento na Italia, convidado / para vir para seu Estabelecimento a fim de ser colo- / no na Colonia Trento, propriedade da quelle Taba- / qui com condição do Supp.te indinizar-o de qual- / quer despeza feita com transporte, o Supp.te deu / logo ao dito Tabacqui por conta 122 fiorins, para / a passagem até o dito estabelecimento, acontecen- / do porem que aquelle Tabacqui não cumprio o seu / contracto, motivou o Supp.te retirar-se e Emigrou / nesta Colonia com as mesmas vantagens dos ou- / tros colonos e por isso vem pedir o Supp. te a V. Excia que / delibere como for o direito, e o supp.te não perca a / dita quantia a qual foi entregue como prova / com o documento junto. E pelo que / P[ede] favoravel defe- / rimento.

E. R. e M.co
[selo de 30 reis]

Colonia de Santa Leopoldina 28 de Outubro de 1874.

Merlo Francesco

[deferimento do Presidente da Província no alto da folha]
Liquide o Supp.e o seo direito pela forma esta- / belecida no artigo 14 da Lei de 11 de Outubro de / 1837
- Palacio do Governo do Espírito Santo em / 26 de Fevereiro de 1875.

[Assinatura]
Marcond W

RESENHA

Doc. 09 – 28 de outubro de 1874.
Ofício encaminhado ao Presidente da Província do Espírito Santo, Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, redigido pela diretoria da Colônia de Santa Leopoldina em nome do colono (suplicante) Merlo Francesco, possuidor de um lote à margem da estrada de Santa Thereza, no Núcleo do Timbuhy, da citada colônia. Francesco solicita do governo provincial a restituição dos gastos que teve com a passagem da Itália à Colônia de Nova Trento, em Santa Cruz, no valor de 122 fiorins, pelo fato de não ter sido reembolsado do valor citado pelo contratante, Pietro Tabacchi. O pedido foi deferido pelo Presidente da Província em 26 de fevereiro de 1875, conforme despacho do mesmo no cabeçalho do documento.
Fonte: APEES, Cx. 66 – Governadoria, Ofícios recebidos pelo Presidente da Província (1874) p. 195.

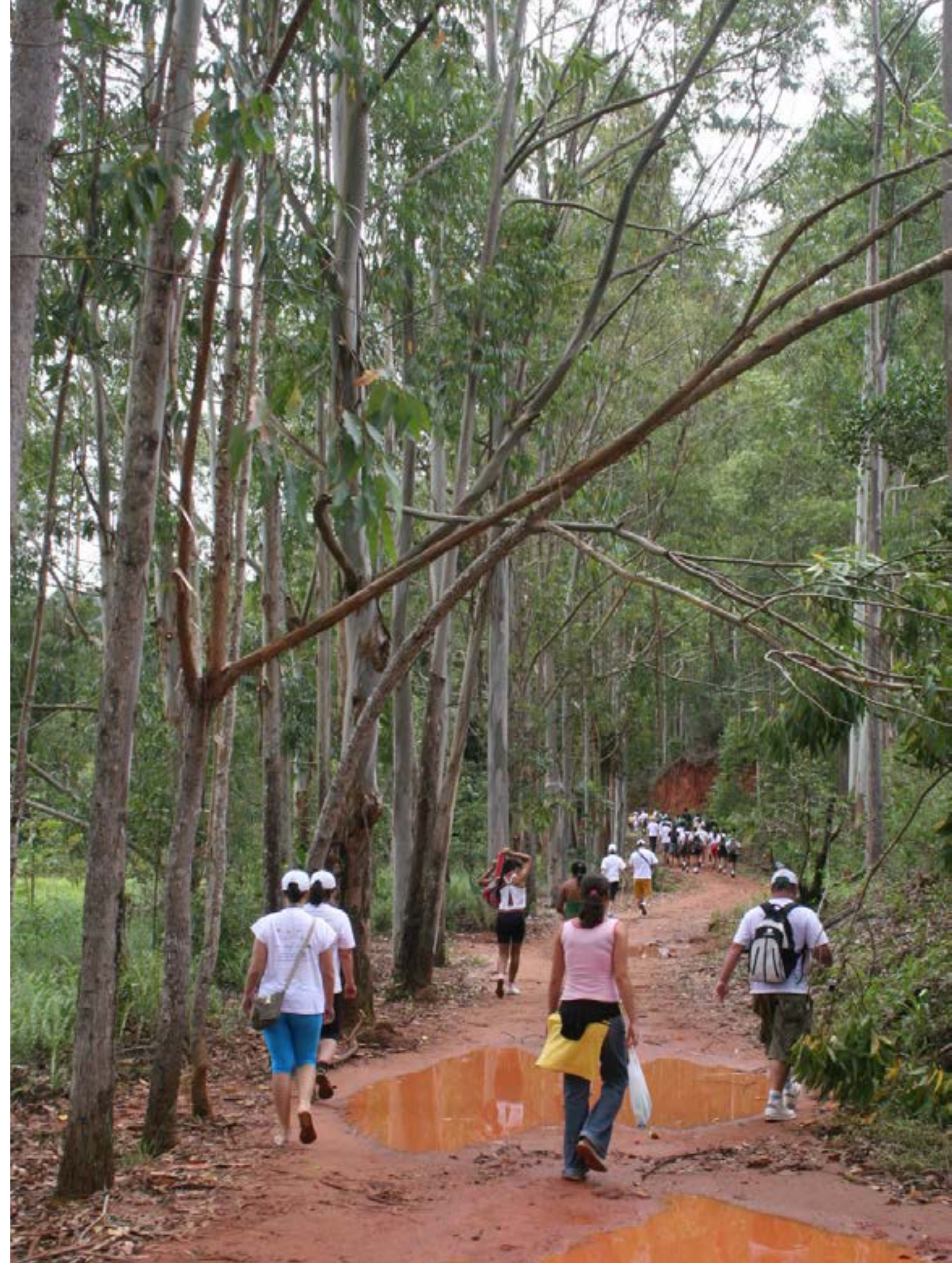
RESUMO

Em 17 de fevereiro de 1874 chegava ao porto de Vitória o navio “La Sofia” conduzindo 388 imigrantes italianos provenientes, em sua maior parte, da província de Trento (na ocasião sob o domínio do Império Austro-Húngaro) e algumas famílias do Vêneto: a Expedição Tabacchi.

Foram contratados por Pietro Tabacchi, também oriundo do Trentino, que desde a década de 1850 residia em Santa Cruz, ao norte de Vitória, onde possuía uma fazenda denominada Monte das Palmas. Mas o empreendimento, batizado de Colônia Nova Trento, não prosperou. Os colonos se revoltaram e poucos meses depois se retiraram da fazenda. Um grupo seguiu para as colônias do Sul do Brasil, enquanto outros 145 italianos, que estavam hospedados em barracões, em Vitória, à espera de um destino, aceitaram a proposta do governo do Espírito Santo para se instalar na Colônia Imperial de Santa Leopoldina, em lotes do Núcleo do Timbuhy, um anexo da colônia, em território do atual município de Santa Teresa, no Espírito Santo.

No acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES existem centenas de documentos que testemunham esse importante fato histórico para a imigração italiana no Estado e no País, a exemplo do ofício de 28/10/1874, em destaque, que, pela riqueza do seu conteúdo e detalhes de indicação geográfica, esclarece que a colonização italiana em Santa Teresa (Núcleo do Timbuhy - na antiga Estrada de Santa Tereza) teve início entre os meses de junho e outubro de 1874. O mesmo documento elucida, também, que a cidade teria herdado o nome da citada estrada que interligava a capital Vitória até Cuithé, na província de Minas Gerais, obra que foi iniciada em setembro de 1848 e concluída em 1857.

Francesco Merlo, colono que assina o documento em questão, já residia no Núcleo do Timbuhy, (junto à Estrada de Santa Thereza) em outubro de 1874 e, certamente, outras famílias da malograda Expedição Tabacchi que também subiram o rio Santa Maria da Vitória até Santa Leopoldina para, em seguida, desbravar os primeiros lotes agrícolas no atual município de Santa Teresa.





RESENHA

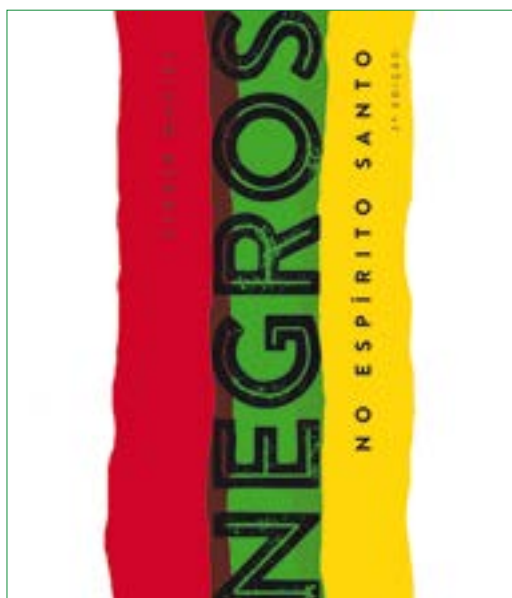
NEGROS NO ESPÍRITO SANTO: (RE)VISITANDO A REALIDADE DO NEGRO NO ESTADO

Rodrigo Mello de M. Pimenta

Mestre em história pela Universidade Federal do Espírito Santo, Professor Efetivo da SEME/ PMVV.

Satina Priscila M. Pimenta Mello

Psicóloga e Advogada especialista em intervenção psicossocial, Professora da Universidade Estácio de Sá e MULTIVIX.



Capa da segunda edição do livro do professor Cleber Maciel editado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A Segunda edição da obra de Cleber Maciel, organizada por Osvaldo Martins e Oliveira publicada no ano de 2016, com apoio do Governo do Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura e Arquivo Público do Estado, traz uma organização diferenciada da primeira, aparentando ter como objetivo apresentar o desenrolar da influência do historiador nas pesquisas e na formação sociopolítica no Estado. Dividido em “Prefácio” e “Posfácio”, nela encontraremos não somente a obra do Professor Cleber como também, em seu posfácio, estão localizados trabalhos de seus intitulados seguidores que por meio do mundo acadêmico aprimoram suas pesquisas e (re)visitam objetos por ele estudados com um olhar contemporâneo sobre o negro.

O Professor Cleber Maciel, como era conhecido dentro do movimento negro, desde a sua graduação na UFES sempre esteve envolvido em movimentos que lutavam pela afirmação da iden-

tidade negra, conforme fez questão de ressaltar Sandro José da Silva¹, e obteve grau de Mestre pela Universidade de Campinas com a dissertação “Discriminações Raciais: negros em Campinas” (1988), sendo esta publicada pela editora da referida Universidade; é autor também da obra “Candomblé e umbanda no Espírito Santo” (1992) obra de referência para pesquisas direcionadas as questões quanto as religiões afrodescendentes.

Publicado pela primeira vez em 1994, a obra “Negros no Espírito Santo” acabou tornando-se uma referência no estudo sobre a História Cultural do Negro no Estado, por ser fruto de um trabalho que surge de dentro para fora do movimento “afro-capixaba” e por isso foi capaz de retomar estudos culturalistas de abordagem autodeterminacionista em detrimento às abordagens assimilacionistas que estiveram em voga desde a metade do século XX até os anos 80 deste mesmo século, quando passou a ocorrer uma “virada” ao encontro de novas epistemologias que reaproximavam o tema sob a ótica de uma abordagem culturalista que não ocorria desde a década de 30 do século passado.

Iniciando sua obra tratando das origens dos negros que aportavam em São Mateus, norte do estado, desde o último quartel do XVI e início do XVII, Cleber Maciel mostra que desde os primórdios da chegada deles no Estado e no Brasil, o que vigorava eram ações que aviltavam a identidade do negro por os classificarem e os denominarem pelo porto africano de Origem e não pela sua lín-

¹ Cleber da Silva Maciel esteve envolvido diretamente no movimento conhecido como “Descomemoração da Abolição” e o Seminário “Aboli-Ação” ambos em 1988 na UFES e com ampla repercussão nas mídias impressas. Cf. Gazeta 09/05/1988 e Gazeta 07/06/1988.

gua, região originária e/ou cultura. Ainda sobre esta origem, o autor deixa claro que não fora somente de regiões da África que se importavam negros para o Espírito Santo, mas também de outras regiões do Brasil como Bahia e Maranhão.

Fruto de um trabalho de pesquisa árduo e muito consistente, Cleber Maciel conseguiu resgatar as principais rotas de comércio e deslocamento de escravos no Brasil e conforme se pode perceber, os que saíam com destino ao Espírito Santo eram advindos de Salvador², Ouro Preto³ e Rio de Janeiro⁴. Baseado nestas informações, levantadas junto às fontes primárias e também bibliográficas, chega-se à conclusão de que em sua maioria são negros de etnia Banto e Nagôs. Apesar das informações de origem obtidas em sua pesquisa, Cleber Maciel chega à conclusão de que apesar destas múltiplas origens (Portos Africanos e outras regiões do Brasil), alguns anos antes da abolição, no ano de 1872,

55,8% dos escravos existentes eram naturais do Espírito Santo e os demais tinham nascido em outras províncias do Brasil e da África (MACIEL, 2016),

e quanto os da África são majoritariamente oriundos das Regiões de Benguela, Angola, Cabinda e Moçambique, ou seja, Bantos. O autor corrobora com a tese de Nina Rodrigues que afirma que foram os Negros Bantos que colonizaram o Brasil devido ao intenso fluxo migratório destes para as

diversas regiões brasileiras desde o século XVI.

No entanto fica uma lacuna substancial quanto aos motivos desta origem de fluxos migratórios majoritariamente de bantos para o Brasil. Existem trabalhos recentes que exploram a hipótese de que eram conflitos internos Africanos que determinavam tais fluxos, já outros defendem a hipótese de que as informações de predominância de quaisquer das nações existentes são impossíveis de serem precisas pelo fato de que na maioria das vezes a denominação deles não era determinada por aspectos de nação e etnia, mas sim realizada pelo porto de origem e apenas sobre isso as fontes permitem inferência. O fato é que realmente é necessário buscar fontes que possibilitem inferir de maneira precisa o que determinava a predominância de uma ou outra etnia nos fluxos migratórios principalmente dos séculos XVI e XVII.

Em seu segundo capítulo intitulado “Quanto são os negros capixabas” a obra traz uma quebra de paradigma ao ressaltar que, ao contrário do que se tem como consolidado pela historiografia, mesmo sendo uma região de importância periférica na lógica colonial, o quantitativo de negros no Espírito Santo era substancial e concentrada em quatro regiões. Os dados tabulados e trazidos à tona no referido capítulo mostram que entre livres e cativos a comarca de Vitória concentrava o maior número deles. Vitória, por exemplo, em 1551, tinha 7225 habitantes, dos quais 4898 eram escravos, portanto não brancos” (MACIEL, 2016, p. 72), ou seja, 67,79% da população da comarca de Vitória⁵ era composta por escravos. Além da referida co-

² Com destino ao Norte do Estado do Espírito Santo.

³ Com destino tanto para o Norte quanto para o Sul do Estado do Espírito Santo.

⁴ Com destino ao Sul do Estado do Espírito Santo.

⁵ Compreende os municípios de Vitória, Espírito Santo (futuramente Vila Velha) e Viana.

marca, a dos Reis Magos⁶, de São Mateus⁷ e de Cachoeiro de Itapemirim⁸ também foram analisadas e acompanham a referida tendência. Vale ressaltar que o texto segue mostrando que séculos depois, no ano de 1856, este percentual foi reduzido para 24,9% e que em 1887, um ano antes da abolição da escravidão, a população total de cativos na Capitania do Espírito Santo não chegava a 13.500, ou seja, 18,95% da população da capitania e depois de 1888 ficou impossível saber estimar o número de negros no Espírito Santo.

Versando sobre as questões de castigos, trabalho e família, o capítulo “Aspectos da Escravidão” trata sobre a violência, não somente física, mas também moral e cultural, cometida contra os negros especialmente das regiões catalogadas. A violência era tão aviltante que a dificuldade de negros permanecerem e estabelecerem laços de família consanguínea era muito difícil. Além disso, até mesmo os negros forros eram alvos de castigos tal qual os cativos, não havendo diferenciação, pois para os brancos eram todos iguais, para além disso é notório que não havia de forma alguma o reconhecimento do fato de que especialmente no Espírito Santo:

Todas as atividades produtivas constituíam trabalhos para negros, logo, pode-se dizer que foram eles os construtores da base da riqueza capixaba, fossem eles escravos ou livres (MACIEL, 2016, p. 87).

Em seu quarto capítulo, Cleber Maciel versa sobre os movimentos de resistência do negro no Espírito Santo e faz inclusive alusão ao movimento *black power* para tratar das lutas e revoltas que além de serem bem organizadas buscavam a liberdade pela luta armada, que muitas vezes chegava até a morte, citando como exemplo a “Revolta do Queimado”⁹ e faz questão de finalizar o assunto destacando que

Para os negros, o fim da escravidão não significou o fim do sofrimento e das humilhações, mas foi o início de novas lutas pelo reconhecimento da dignidade de ser livre (MACIEL, 2016, p. 104).

Cleber Maciel finaliza sua obra discutindo a “Herança cultural afro-capixaba” que em seu aspecto geral é composta pelas manifestações religiosas e culturais sincretizadas como: a Cabula (considerada pela Igreja como uma seita de origem africana praticada apenas por negros); a Macumba (toque e/ou ritmos afrodescendentes que acompanham cerimônias religiosas de origem africana); a Umbanda e Candomblé que até hoje, mesmo o Brasil sendo um país laico e de liberdade religiosa plena e, mesmo existindo associações e federações de representação, seus praticantes são vítimas de preconceito e pré-concepções que demonizam sua prática, fazendo com que em pleno

9 Para compreender melhor este episódio cf. Campos, A. P. (2000). Abolicionistas, negros e escravidão. Dimensões, (10); CARDOSO, L. C. Revolta Negra na Freguesia de São José do Queimado: escravidão, resistência e liberdade no século XIX na província do Espírito Santo (1845–1850). 2008. p. 107. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas – Curso de Pós-Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória;

6 Compreendem os municípios da Serra, Nova Almeida, Santa Cruz e Linhares.

7 Compreendem os municípios de São Mateus e Barra.

8 Compreendem os municípios de Itapemirim, Cachoeiro, Benevente e Guarapari.

século XXI seus praticantes tenham que manter sua opção religiosa em sigilo por receio de perseguição, discriminação e até mesmo violências físicas e morais. É necessário tornar evidente que, apesar do exposto, no Estado do Espírito Santo a prática de Candomblé está muito bem difundida, sendo encontrados terreiros e praticantes dos candomblés de Ketu, Efon, Jeje e Angola. No entanto o que não fica claro é se esta prática é uma herança dos negros que para cá vieram desde o século XVI ou se essas foram estabelecidas aqui junto ao movimento de expansão de religiosidades afrodescendentes da segunda metade do século XX completando de maneira contundente o estudo sobre as práticas religiosas afro-capixabas.

A leitura do posfácio nos deixa clara a influência do professor Cleber Maciel na formação acadêmica de política acima já afirmada. A efervescência política negra das últimas duas décadas do séc. XX, formando o movimento negro contemporâneo, o que é ressaltado por Osvaldo Martins de Oliveira, um dos autores que escreveram no posfácio, é consequência do envolvimento de acadêmicos e não acadêmicos na formação de grupos de pesquisa direcionados aos conteúdos afro-capixabas em diversos departamentos da graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde o professor Cleber fora precursor do tema em terras capixabas e promoveu mudanças subjetivas naqueles que o admiravam e seguiam.

Os textos são constituídos por ditos discípulos do professor em voga, muitos deles agregando mais informações as suas pesquisas, principalmente quanto à catalogação de grupos no território capixaba e a etnografia, como no caso os três textos de Osvaldo Martins de Oliveira e o texto de

Milena Xibele Batista, sendo que este último traz uma singela contribuição da autora com base em sua rica tese de mestrado “ANGOLA, JEJE E KETU: Memórias e identidades em casas e nações de candomblé na Região Metropolitana da Grande Vitória”.

Já outros, como o “Movimento negro e educação no Espírito Santo” e “As políticas de ação afirmativa e movimentos pelas cotas na UFES”, fazendo releituras da obra por meio dos novos olhares que debatem o tema, interligando-o com questões relacionadas à identidade negra e a sua luta pelo reconhecimento em todos os âmbitos sociais e políticos.

No âmbito político, das reuniões do Restaurante Universitário que juntavam desde alunos das ciências sociais a alunos das engenharias, surgiam movimentos de representação política consistentes e que como consequência de suas lutas conquistaram espaço institucionais na política, na educação e na cultura, exemplo disso é a instituição da Comissão de estudos Afro-Brasileiros e o Museu Capixaba do Negro Verônica Pas (MUCANE).

Os artigos encontrados no posfácio demonstram que houve mudanças consideráveis na legislação brasileira por uma política garantista sobre o negro e sua cultura, em sua maioria vê-se referências aos artigos 215, 216 e 68 da Constituição Federal de 1988, contudo demonstram também que a luta do negro é muito anterior a tal legislação.

O pós-fácio apresenta de forma bastante resumida as evoluções quanto as pesquisas sobre o tema, fazendo com que o leitor busque por um aprofundamento do que os autores têm produzido. Uma possibilidade é a realização de obra com estas e outras pesquisas apresentando-as com mais amplitude.



REPORTAGEM

RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO ANO DE 2016

*Arquivo Público do Estado do Espírito
Santo - APEES*



Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito de cada órgão. (Artigo 137, II, do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013).

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES é um órgão de Regime Especial da administração direta do Governo do Estado do Espírito Santo, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura - SECULT. É responsável pela gestão documental e guarda dos documentos gerados pelos diversos órgãos e secretarias do Poder Executivo Estadual, classificados conforme a procedência, formando assim os fundos documentais, sendo estes preservados em caráter definitivo, em função do seu valor probatório, histórico ou informativo. A instituição guarda ainda documentos de outras origens, sejam públicas ou privadas.

Com base nessas prerrogativas o APEES tem como missão promover a política estadual de arquivos, definida pela legislação arquivística, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do Estado do Espírito Santo, a fim de garantir ao governo e à população o acesso seguro e eficaz à informação, além de incentivar e produzir conhecimento científico e cultural.

Recursos Financeiros

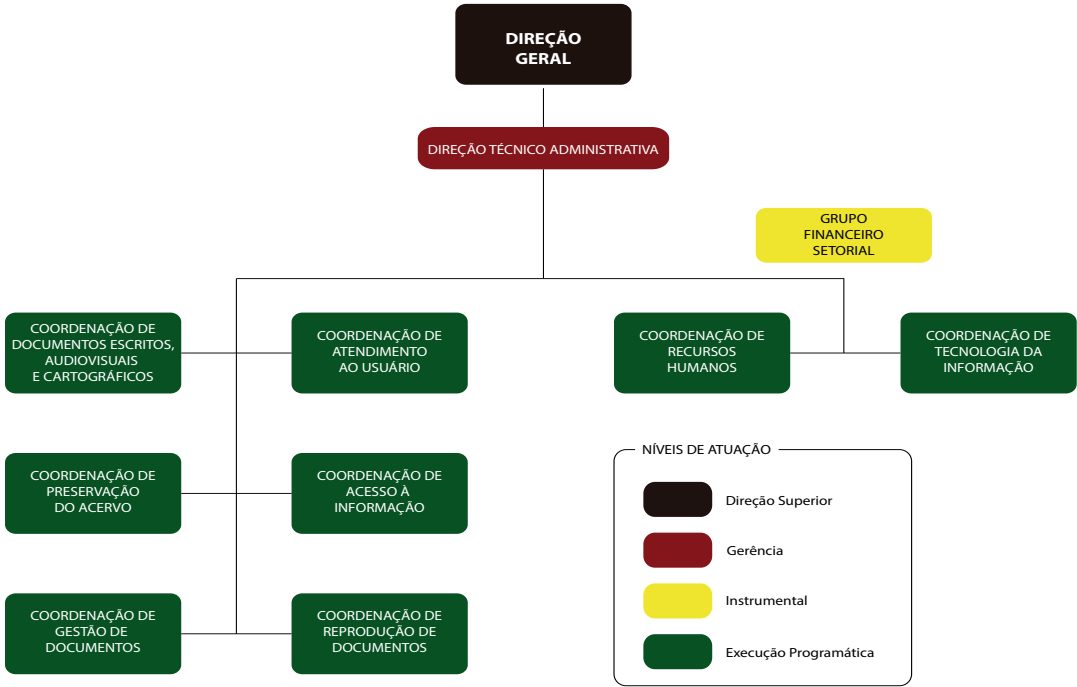
O orçamento do ano-exercício de 2016 do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo obteve seus valores aprovados pela lei nº 10.942, de 15 de janeiro de 2016, cuja despesa total fixada inicialmente foi de R\$ 1.636.000,00. No decorrer do exercício foi realizado Crédito Suplementar que provocou um acréscimo global da despesa autorizada em 1.768.422,31 (hum milhão, setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos).

As despesas empenhadas somaram um total de R\$ 1.432.397,04 (hum milhão, quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e noventa e sete reais e quatro centavos), sendo R\$ 838.837,58 com Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 497.034,77 (quatrocentos e noventa e sete mil, trinta e quatro reais e setenta e sete centavos), com Outras Despesas Correntes, tendo-se apurado uma economia orçamentária no valor de R\$ 336.025,27 (trezentos e trinta e seis mil, vinte e cinco reais e vinte e sete centavos), o que corresponde a 19% do valor fixado.

Atendendo as determinações do Governo por meio do Decreto Nº 3.755-R, de 02 de janeiro de 2015, continuamos com o racionamento das despesas, com pessoal, energia elétrica, água, dentre outras ações.

Recursos Humanos

A Coordenação de Recursos Humanos – COREH é responsável pelos registros e lançamentos dos dados de todos os servidores do APEES no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo – SIARHES, pela elabo-



Organograma do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura - Secult.

ração e publicação de atos no Diário Oficial, pelo controle de Suprimento de Fundos. Além dessas atribuições, a titular do cargo é responsável pela fiscalização de diversos contratos, e membro de comissões internas, pregoeira da Comissão de Licitação do órgão e coordena atividades de integração entre os servidores da instituição.

Durante o ano de 2016 o APEES manteve em seus quadros 24 servidores, entre comissionados, efetivos e remanejados, além de nove estagiários.

Além dos cargos contemplados no organograma acima, o APEES possui dois assessores técnicos, cinco agentes de serviço, um historiador, uma arquivista, uma jornalista e dois assistentes técnicos, totalizando 24 servidores.

Atendimento ao público

No ano de 2016 a Instituição atendeu 2.659 consultantes, com 492 solicitações de consulta a documentos de diversos assuntos. O atendimento à distância é realizado via site oficial da instituição na internet, por telefone e via Correios. Foram respondidos 918 e-mails, de temas variados e 1.564 referentes aos dados sobre imigrantes.

Inicialmente os interessados pesquisam no site da instituição para obter as informações necessárias para realizar a pesquisa e sobre os procedimentos de acesso aos documentos a serem manuseados na Sala de Consultas. De acordo com os números fornecidos pelo contador do site (Google Analytics), desde a publicação do novo site, no dia 18 de julho até 31 de dezembro, foram

Unidade Gestora Fonte/Função	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Orçamentárias Pagas
400102 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	1.636.000,00	1.768.442,31	1.432.397,04	1.393.189,20	1.335.872,35
101 – Recursos Ordinários	1.636.000,00	1.768.442,31	1.432.397,04	1.393.189,20	1.335.872,35
13 – Cultura	1.636.000,00	1.768.442,31	1.432.397,04	1.393.189,20	1.335.872,35
3 – Despesas Correntes	1.636.000,00	1.768.442,31	1.432.397,04	1.393.189,20	1.335.872,35
4 – Despesas de Capital	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.636.000,00	1.768.442,31	1.432.397,04	1.393.189,20	1.335.872,35

Comparativo da Despesa Fixada com a Despesa Realizada – 2016.
Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda SEFAZ – Governo do Estado do Espírito Santo.

realizadas 32.563 consultas à página.

Além dos pesquisadores o APEES recebeu 29 visitas escolares, totalizando 531 alunos do ensino médio.

Os documentos mais consultados referem-se a temas como imigração e escravidão no Espírito Santo, os periódicos capixabas, os processos de terras, o acervo fotográfico, o acervo de plantas e mapas, dentre outros acervos, em diversos suportes. As solicitações de reprodução totalizaram 281 pedidos para digitalizações.

Foram emitidos 3.451 “Registros de Entrada de Imigrante”, dos quais 966 foram entregues aos solicitantes diretamente na Sala de Consultas e 321 foram remetidos pelos Correios. Outros 2.164 foram entregues aos solicitantes durante as atividades do Arquivo Itinerante no interior do Estado, nas seguintes localidades: Itapina (Colatina), Itarana, Aracruz, Araguaia (Marechal Floriano) e em Vila Pavão. A equipe do Arquivo Itinerante também prestou atendimento durante a III Feira Literária Capixaba, na Fábrica de Ideias, em Jucutuquara e por duas ocasiões, em frente

ao Restaurante Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

O Projeto “Imigrantes Espírito Santo” é referência nacional no que diz respeito à pesquisa sobre a imigração, com base em fontes primárias custodiadas pelos arquivos. Os dados são atualizados diariamente e podem ser consultados no endereço eletrônico: www.ape.es.gov.br/imi-grantes. As informações dizem respeito a imigrantes de diversas nacionalidades, como: Itália, Alemanha, Espanha, Líbano, Síria, Polônia, Portugal, Holanda, Suíça, Áustria que chegaram ao Espírito Santo a partir de 1812.

O APEES dispõe de um veículo van, adaptado como escritório móvel, para o atendimento aos municípios do interior do Estado, que é o programa Arquivo Itinerante. Deste modo, os descendentes dos imigrantes têm a oportunidade de pesquisar a história dos seus antepassados em sua própria cidade.

Publicações

Em 2016 foram lançados dois volumes da Coleção Canaã: “Negros no Espírito Santo” (segunda edição, vol. 22) de Cleber Maciel e “Raízes da Imigração Alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo” (vol. 23), de Helmar Rölke.

A trajetória histórica dos negros nas terras capixabas é o tema da obra “Negros no Espírito Santo”. Cléber Maciel afirmou – na introdução – que o seu objetivo é abordar as origens africanas, bem como a escravidão, as contribuições culturais e o racismo e, por meio desses elementos, repensar o papel que os negros desempenham frente à sociedade brasileira. O livro “Raízes da Imigração Alemã,” por sua vez, traz o resgate da memória da imigração alemã em terras capixabas e referências para o entendimento da cultura dos germânicos que colonizaram o Estado, especialmente os pomeranos, que formam o maior grupo entre os imigrantes das diversas províncias do antigo Império Alemão que entraram no Espírito Santo a partir de 1847.

Os eventos de lançamento dos livros foram realizados no Salão São Tiago, no Palácio Anchieta, no mês de agosto. Nas duas ocasiões o espaço esteve completamente lotado e foram distribuídos 500 exemplares de cada publicação aos participantes dos eventos. Atualmente, estão em fase de edição os seguintes livros: “Espírito Santo Indígena” de Vânia Losada e a segunda edição da obra “Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra”, da historiadora Maria Stella de Novaes.

Além da versão impressa dos livros, os mesmos são disponibilizados em formato PDF no site da instituição, ou seja, tanto os impressos quanto os digitais são distribuídos gratuitamente ao



Capa do livro “Raízes da Imigração Alemã” de Helmar Rölke. 23º volume da Coleção Canaã.

público. Outras obras raras foram digitalizadas e também estão disponíveis no site do APEES na aba Biblioteca de Apoio – Biblioteca Digital – Livros Históricos.

Biblioteca de Apoio

A Biblioteca de Apoio, Maria Stella de Novaes, foi criada para auxiliar a pesquisa junto às fontes documentais primárias. Sua formação deu-se mediante doações de publicações impressas e recolhimentos documentais de outros órgãos, totalizando aproximadamente 23.084 (vinte e três mil e oitenta e quatro) volumes impressos,



Convite da Exposição "Memórias da Dança".



Exposição "Vitória Antiga" na Sala de Consultas do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

entre livros, jornais, revistas, recortes, Leis, Decretos, Anais, Publicações Oficiais, Mensagens e Relatórios de Governo. O conteúdo destas publicações está relacionado à história política, social, econômica e cultural do Estado do Espírito Santo.

Em 2016 foram realizadas 2.402 doações de livros aos consulentes do APEES. Os livros foram selecionados a partir da organização interna do acervo bibliográfico, de exemplares excedentes ou de publicações que não se encaixavam no perfil da biblioteca.

Foi organizado o acervo de livros doados pelo ex-Governador Vitor Buaiz e produzido o Catálogo dos Microfilmes, além do apoio à organização de parte do acervo fotográfico da sala de documentos especiais.

Comunicação

Em 2016 a Comunicação Social do Arquivo Público teve como principal destaque o lançamento do novo site (www.ape.es.gov.br), que promoveu uma melhor e mais dinâmica interação com os pesquisadores. Ao todo foram produzidas 52 matérias, divulgadas no novo portal e também nos sites da Secretaria de Estado da Cultura e do Governo do Estado, que deram publicidade às ações realizadas.

Para a divulgação das atividades do órgão também são utilizadas as redes sociais, com ênfase para o Facebook e o Instagram. Em 2016 o APEES atingiu a marca de 4.647 seguidores na página da instituição no Facebook, com uma média de 1.500 visualizações nos 127 posts publica-



Atendimento do Arquivo Itinerante em Itarana - ES em 25 de abril de 2016.

dos. No *Instagram*, com 465 seguidores, foram realizadas 53 inserções.

Mediação Cultural

Por iniciativa do Arquivo Público é realizado anualmente, na data de 1º de Maio, o evento Caminho do Imigrante, que é uma caminhada entre as cidades de Santa Leopoldina e Santa Teresa. O percurso é de 29 km e que conta com a participação de aproximadamente duas mil e quinhentas pessoas a cada ano. A caminhada foi idealizada e estruturada pelo APEES, em 2004, como parte das comemorações dos 130 anos da imigração italiana no Espírito Santo. Em 2016 foi realizada a 13ª edição do evento, que conta com as parcerias dos poderes municipais, escolas, associações dos

municípios de Santa Leopoldina e de Santa Teresa. As informações sobre o evento encontram-se disponíveis no site www.caminhodoimigrante.es.gov.br onde também são realizadas as inscrições.

Em 2016 diversas mediações culturais ocorreram na sede do Arquivo Público. Foram elas: exposição “Vitória Antiga: uma viagem no tempo”, com imagens da capital capixaba, organizada pelo professor André Malverdes; lançamento do documentário “Capixabas mortos e desaparecidos durante a ditadura militar” de Flavio Sarlo; Mostra Fotográfica sobre a trajetória do Ministério Público do Estado; a atividade “A cultura negra no Brasil: o legado do povo lorubá”, na qual ocorreram palestras, exibição de vídeos, exposição de documentos históricos e oficina de confecção de bonecas Abayomi, voltada aos alunos da “Escola Estadual de Ensino Fundamental



Evento de Lançamento do Livro “Negros no Espírito Santo” no Salão São Tiago, Palácio Ancheita em 23 de agosto de 2016.

e Médio Maria Ortiz”; lançamento do livro “Os Caus/z: a trajetória de uma família camponesa da Itália para a América” de Celso Luiz Caus; Mostra “Memórias da Dança”, inserida no projeto de exposição dos documentos que compõem o acervo da instituição; exibição de filmes do projeto “Arquivo em Cartaz” do Arquivo Nacional, com um bate-papo sobre memória e preservação de documentos audiovisuais; o trabalho “Vitória no Túnel do Tempo”, que reuniu os participantes do “Centro de Convivência da Terceira Idade-Unidade Centro” na sede do APEES para conhecerem imagens antigas da capital capixaba; a exposição “Os Mamíferos e a Contracultura – uma viagem pela cena musical do Espírito Santo nos anos 60 e 70” que mostrou a história da primeira banda autoral Estado, que marcou época pela irreverência e qualidade musical; a apresentação do primei-

ro aplicativo do mundo que traduz a língua, o “Aprenda Pomerano e a “Noite musical” com o Coral Villa-Lobos da Faculdade de Música do Espírito Santo - FAMES e convidados.

Conservação e Restauração de Documentos

Durante o ano de 2016 a Coordenação de Preservação do Acervo - COPAC desenvolveu suas atividades em diversas frentes de trabalho, de acordo com as necessidades da instituição, tanto para o atendimento aos usuários do acervo, como para as exigências de conservação e preservação. A coordenação é responsável pelo preparo, higienização, acondicionamento de todos os documentos solicitados pelos consulentes, de acordo com a de-

manda, para pesquisas na Sala de Consultas.

Foram realizados diversos procedimentos de restauração, conservação e reparos em documentos do acervo, entre os quais: atas de eleições – TRE, documentos do DOPS, envelopes, gravuras, documentos do Fundo Governadoria, Registros de Nascimento de Vitória, referentes aos anos de 1945 a 1970; remoção da encadernação de códices manuscritos para restauro e reparos diversos, com a finalidade de possibilitar a sua microfilmagem de preservação; higienização, confecção de caixas e de capas em papel alcalino para acondicionamento de documentos e também de livros da biblioteca de apoio Maria Stella de Novaes.

A COPAC realizou visita técnica ao BANDES, a fim de auxiliar a conservação do acervo do arquivo e da biblioteca da instituição. Além disso, acompanhou visitas técnicas a outros arquivos de secretarias e órgãos do Governo do Estado para orientação quanto à preservação dos documentos.

Além das atribuições rotineiras, o titular da COPAC também participa na curadoria para montagem das exposições realizadas na Sala de Consultas da instituição e participa na organização dos demais eventos de mediação cultural realizados pelo APEES.

Reprodução de Documentos

A Coordenação de Reprodução de Documentos – CORED, com o apoio da Coordenação de Acesso à Informação – COACIN e da Coordenação de Tecnologia da Informação – COTEIN realizam a reprodução de documentos utilizando-se do laboratório de microfilmagem e de equipamentos de digitalização. Os documentos são reproduzidos em

formato digital por meio de câmera fotográfica, de escâneres e de digitalizadoras de microfilmes para a preservação dos originais, divulgação do acervo, além do fornecimento de cópias conforme a demanda dos consulentes.

Em 2016 foram microfilmados os exemplares do jornal A Tribuna dos anos de 1983 a 1984 totalizando 7.256 páginas; 246 páginas do jornal O Muniz Freire, de 1971 a 2004 e reproduzidas 945 páginas de documentos do Fundo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

Foram atendidas 288 solicitações de reprodução de documentos, totalizando 5.527 registros digitais; sendo: 31 solicitações de reprodução de imagens em negativos gerando 1.257 arquivos; por meio da fotografia foram atendidos 161 pedidos, perfazendo 1.605 imagens digitais e as digitalizações de microfilmes geraram 2.265 arquivos, referentes a 89 solicitações.

Acervo Documental

A Coordenação de Documentos Escritos, Audiovisuais e Cartográficos – CODEAC é responsável por realizar atividades concernentes ao tratamento técnico arquivístico nos fundos e coleções, de caráter permanente, guardados pelo APEES.

Realizou no ano de 2016 a conferência e atualização dos catálogos das séries Accioly, 751 e 383, pertencentes ao Fundo Governadoria, que abrangeu aproximadamente 1.200 livros.

Foi revisado o Catálogo Seletivo de Documentos da História da Escravidão no Espírito Santo, que possibilitará aos pesquisadores interessados nesse tema utilizar um único instrumento que reúne os diversos fundos e coleções

sob custódia do APEES, referentes ao período de 1770 a 1888.

Foram inseridos em uma base de dados quase dez mil prontuários policiais oriundos da Polícia Civil, gerando uma ferramenta de busca que visa facilitar as pesquisas sobre o assunto e a recuperação das informações.

Nesse sentido, também foram indexados aproximadamente quatro mil processos de terras de modo a permitir o controle e agilizar as buscas por documentos pertencentes ao Fundo Agricultura, 3ª Série.

Foi finalizado o trabalho de digitalização dos 914 dossiês que compõem o Fundo DOPS, cujas imagens (mais de dez mil páginas) foram lançadas no banco de dados Memórias Reveladas, que concentra os acervos referentes ao período de 1964 a 1985, custodiados por diversas instituições arquivísticas do Brasil. Também foi iniciada a digitalização, por meio de fotografia, das Fichas de Identificação deste fundo documental, que correspondem a aproximadamente vinte mil unidades e estão sendo inseridas na mesma base de dados.

Foi elaborado o instrumento de pesquisa do acervo Eurico Rezende, composto por 1.804 fotografias do período de 1979 a 1983, que também foram digitalizadas e estão disponíveis para consulta no site do APEES. Também foi disponibilizado o instrumento de pesquisa para as fotografias que compõem o acervo do Clube de Regatas Saldanha da Gama, que totalizam 117 imagens, disponíveis em meio digital e em suporte papel. O acervo foi doado em 13 de abril pelo Museu de Arte do Espírito Santo (Maes).

Em 27 de agosto o professor, historiador capixaba, João Euripedes Franklin Leal doou à

instituição parte do acervo pessoal da professora e escritora Maria Stella de Novaes que passou a integrar a coleção homônima sob a guarda do APEES.

O APEES também recebeu da Galeria Home-ro Massena a doação de 21 fotografias que retratam o cotidiano dos imigrantes e descendentes de famílias pomeranas. As imagens foram registradas por Ervin Kerchoff, no início do século XX, em Santa Leopoldina e em Santa Maria de Jetibá.

Em 28 de novembro foi assinado o termo para devolução do acervo do fundo TRE – Tribunal Regional Eleitoral à Justiça Eleitoral, que esteve sob a custódia do APEES, desde 1938. O acervo foi reintegrado ao seu organismo produtor, por solicitação do TRE-ES, para compor o memorial do órgão. Em contrapartida o TRE-ES deverá disponibilizar uma cópia digitalizada de todo o acervo ao APEES.

No decorrer do ano foram emitidas 26 transcrições de inteiro teor e disponibilizados 492 códices para pesquisa aos consulentes, mediante solicitação de acesso ao acervo por meio do atendimento na Sala de Consultas.

Tecnologia da Informação

Foi instalado em 2016 um importante sistema para a gestão de documentos arquivísticos, o *software* de uso livre, ATOM (versão atualizada do ICA-ATOM). O programa foi desenvolvido pelo Conselho Internacional de Arquivos – ICA (sigla em inglês) e disponibilizado gratuitamente via web. Vários arquivos do país e do mundo utilizam esse sistema, a exemplo dos arquivos públicos de São Paulo, do Rio de Janeiro, além do Arquivo Na-



Doação ao APEES de parte do acervo documental-bibliográfico da historiadora Maria Stella de Novaes realizada pelo professor, custodiador, João Eurípedes Franklin Leal, em 17 de agosto de 2016.

cional. O programa é largamente utilizado pelas universidades para o ensino e prática de indexação aos estudantes dos cursos de Arquivologia.

O software ATOM é totalmente voltado ao ambiente *web*, com suporte em vários idiomas e se destina a auxiliar as atividades de descrição arquivística em conformidade com os padrões do Conselho Internacional de Arquivos. Foi desenvolvido para ser utilizado em conjunto com outras ferramentas de código aberto: Apache, MySQL, Hypertext Preprocessor (PHP), Symfony e Qubit Toolkit. Sua primeira versão foi lançada em 2006. Ou seja, há dez anos o programa vem sendo testado, utilizado e atualizado por diversos parceiros e colaboradores. Conta, portanto, com uma respeitável credibilidade entre seus usuários.

No primeiro semestre o APEES migrou todo o seu banco de dados informatizado de seu servidor próprio para o servidor do PRODEST, fazendo o espelhamento dos arquivos para garantir o *back-up* de segurança dos seus documentos digitais.

Foi lançado o novo site da instituição, aplicado ao lay-out desenvolvido pelo PRODEST, segundo as normas da Superintendência Estadual da Comunicação - SECOM. A nova página também foi reestruturada para atender às prerrogativas da Lei de Acesso à Informação - LAI.

Além do site oficial do órgão, o setor de informática também é responsável pela manutenção e atualização dos sites do Projeto Imigrantes, do Caminho do Imigrante e do Programa de Gestão Documental - PROGED. A coordenação também desenvolve itens de programação visual que

dão suporte à divulgação dos diversos eventos de cunho cultural desenvolvido pela instituição.

Gestão Documental

A gestão de documentos é outra atribuição legal do APEES desenvolvida pela Coordenação de Gestão de Documentos - COGED. Além de realizar atividades arquivísticas internas, a coordenação presta suporte técnico a todos os órgãos e secretarias do Executivo Estadual, conforme determina a legislação vigente, as diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ e o Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo – PROGED.

As principais atividades desenvolvidas pela coordenação no âmbito do PROGED em 2016 foram:

- Capacitação: por meio de uma parceria entre o APEES, a Secretaria de Gestão e Recursos Humanos - SEGER e a Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP, mais de 250 servidores dos diversos órgãos do executivo estadual receberam treinamento por meio de três módulos: Gestão Documental Aplicada, Avaliação e Classificação de Documentos de Arquivo e Procedimentos de Protocolo, contribuindo assim para a eficiência da Gestão Documental da administração pública;

- Eliminação de Documentos: no ano de 2016, muitos documentos com prazos de guarda expirados foram eliminados: 494 caixas (box), 377.771 avulsos, 92.064 processos, 2.462 quilos de blocos de anotação, dentre outros;

- Criação de dois grupos técnicos de trabalho para a atualização do Manual de Gestão Do-

cumental, do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das atividades-meio do Governo do Estado do Espírito Santo;

- Total de atendimentos realizados voltados ao suporte técnico: 1.231 (via email, telefone, parecer técnico e visitas técnicas).

Constituição do Arquivo Central do Governo do Estado do Espírito Santo

Os resultados apurados pelo *Diagnóstico Arquivístico dos Órgãos e Secretarias do Governo do Estado do Espírito Santo*, realizado pelo APEES, entre 2015 e 2016, revelaram a real necessidade de se efetivar ações coletivas, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a fim de se buscar soluções para a situação crítica dos documentos correntes e intermediários, o que foi verificada na maioria dos órgãos estaduais.

De modo geral, observou-se um acúmulo de documentos, sem qualquer classificação arquivística, em espaços físicos inadequados e insuficientes. Os recursos humanos para a área são escassos, pouco capacitados e sem formação específica para a prática eficaz da gestão documental. Consequentemente, tal conjuntura obriga os órgãos a buscarem alternativas na iniciativa privada para a solução desses problemas.

Nesse sentido, verificou-se um crescente gasto com a guarda terceirizada e serviços inerentes ao acesso, reprodução, classificação desses documentos, que deveriam estar sob o controle do poder público (Governo do Estado) e não sob a custódia de terceiros, conforme preconizam a legislação arquivística federal (Lei 8.159) e as orientações do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

Dos 54 órgãos onde foi aplicado o *Diagnóstico*, 17 contrataram empresas privadas para a guarda de documentos no período de 2006 a 2015 e algumas secretarias mantêm espaços alugados para o arquivamento dos seus processos. No geral, esse volume corresponde a aproximadamente 370 mil caixas de documentos.

Conforme se verificou no estudo realizado pelo APEES e também se pode apurar no site do Portal da Transparência (transparencia.es.gov.br), os gastos com serviços terceirizados de arquivo saltaram de R\$ 40.247,88 (quarenta mil, duzentos e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos, em 2006, para R\$ 11.039.227,88 (onze milhões, trinta e nove mil, duzentos e vinte e sete reais e oitenta e oito centavos) no ano de 2016, sendo que o valor despendido pelos órgãos do governo estadual atingiu o ápice de R\$ 12.372.841,86 (doze milhões, trezentos e setenta e dois mil, oitocentos e quarenta e um reais e oitenta e seis centavos), em 2014. Válido ressaltar que, mesmo com o desenvolvimento das modernas técnicas da Tecnologia da Informação, no que diz respeito à documentação digital, verifica-se o crescente aumento da massa documental, em suporte papel, na administração pública do Estado.

Durante a aplicação do *Diagnóstico* e as ações paralelas do Programa de Gestão de Documentos - PROGED foram verificadas diversas demandas pela melhoria dos serviços de arquivo, como por exemplo, capacitação, contratação de mão de obra especializada, atualização de normas e procedimentos. Uma das soluções também apontada foi a estruturação de um “arquivo único”, onde se pudesse reunir em um espaço comum, devidamente adequado a esse fim, todos os documentos de guarda intermediária dos órgãos, empre-

sas públicas e secretarias do governo estadual. Vale ressaltar que tal proposta já era objeto de estudo do Comitê Gestor do PROGED, desde sua efetivação, em 2005. Com esse intuito, em 2010 foi aberto um processo pela SEGER (nº 48857203, de 09/04/2010) objetivando a contratação de empresa especializada em consultoria visando à elaboração de Termo de Referência para a implantação do Arquivo Unificado do Governo do Estado.

A proposta de constituição do Arquivo Central surge então da necessidade de se abrigar em um único espaço, de acordo com os padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, os documentos e processos que se encontram na fase intermediária (aqueles que em função de determinações legais, aguardam sua destinação final: eliminação ou guarda permanente) dos órgãos e secretarias do Governo do Estado. Atualmente grande parte dessa massa documental está guardada ou arquivada em locais impróprios, às vezes insalubres e sem qualquer tratamento arquivístico, tais como: acondicionamento adequado, ordenação, classificação de acordo com Plano de Classificação de documentos das atividades meio e fim. Verifica-se também a falta de materiais, de mobiliários, de equipamentos de segurança necessários, obstruindo e até mesmo impossibilitando o acesso às informações, bem como a sua perda, em alguns casos, trazendo prejuízo aos cidadãos e ao próprio Estado.

Deste modo, observando-se o custo-benefício, os aspectos de logística, legalidade, eficiência, necessidade de espaço físico, organização, classificação, custódia, celeridade e segurança na recuperação das informações, dos documentos produzidos pelo Governo do Estado do Espírito

Santo, o APEES vem propor a estruturação do Arquivo Central.

A constituição do Arquivo Central do Governo do Estado do Espírito Santo é um projeto inovador que traz pretensões grandiosas em termos de Gestão Documental, pois objetiva racionalizar as antigas práticas de guarda de documentos do Poder Executivo Estadual.

O anseio maior desta proposta é a implementação de uma nova política pública da gestão arquivística do Estado do Espírito Santo, rompendo os paradigmas atuais, na construção de um novo modelo de ação para o setor de guarda documental.

Esta ação trará diversos benefícios do ponto de vista econômico e social, pois o ônus destes serviços tende a se reduzir, em relação aos gastos atuais, destinando os recursos excedentes para áreas de grande interesse da sociedade capixaba.

Além do que já foi citado, ressalta-se que haverá a ampliação do grau de profissionalismo e aparelhamento técnico operacional para que o atual Arquivo Público preste serviços de maior excelência para toda a sociedade capixaba, melhorando ainda mais os níveis de trabalhos ora executados.

Além da transparência na gestão pública dos documentos, estabelecidas pela Lei de Acesso à Informação – LAI, a constituição do Arquivo Central vem atender outras determinações legais quanto ao tratamento adequado da documentação pública, especialmente o que preconizam a Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, (Lei de Arquivos), as determinações do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ e a Lei Estadual Complementar nº 370, de 06 de julho de 2006, que define as atribuições do APEES em seus aspectos regimentais.

Válido ressaltar ainda que, para que o Governo do Espírito Santo possa avançar na estruturação de sistemas informatizados de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED (e-Gov, Governo sem Papel) é imperativo institucionalizar, em todas as suas instâncias, a eficácia na gestão dos documentos, ora em tramitação, e que deverão ser guardados até a sua destinação final, após o cumprimento dos seus prazos de guarda.

Trata-se pois de um projeto inovador, de alcance nacional, que coloca o Estado do Espírito Santo na vanguarda quanto ao tratamento dos seus documentos, na proteção, na organização, na preservação e na segurança das informações às atuais e às futuras gerações.



Referências das Imagens

Capa e Página 43 [Detalhe]: Botocudos do Rio Doce-ES; 1920; APEES; Álbum Fotográfico Índios Botocudos do Rio Doce; Walter Garber; Imagem 17.

Páginas 05 (Expediente) e 222: Cartão postal [Detalhe]. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Coleção Maria Stella de Novaes.

Página 06 (Apresentação): Decreto de criação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Nº 135; 18/07/1908 [Detalhe]; APEES; Coleção de Ementário de Leis.

Página 10-11: Ponte Florentino Avidos, Vitória-ES [Detalhe]; 1936; APEES; Coleção Punaro Bley “Álbum de Vitória”; Imagem 1571.

Página 12-13: Botocudos do Rio Doce-ES; 1920; APEES; Álbum Fotográfico Índios Botocudos do Rio Doce; Walter Garber; Imagem 16.

Página 14-15: Rádio Espírito Santo [Detalhe – Capa do Relatório de Atividades]; 30/01/1951; APEES; Fundo Governadoria, Série Processos, Caixa 142; Processo 353.

Página 24 -25: Rio Santa Maria [Detalhe]; 1926; APEES; Obra de Propaganda Geral do Espírito Santo; Imagem 163.

Página 44-45: Notícia sobre o fim da escravidão [Detalhe – Jornal O Cachoeirano]; 20/05/1888; APEES; Página 05.

Página 62-63: Fazenda modelo de Sapucaia, vendo-se várias, máquinas de trabalho [Detalhe]; 1910; APEES; Coleção Jerônimo Monteiro; Imagem: 100.

Página 64-65: Festa realizada em uma escola do interior, quando professor, o Sr. Mário Lopes de Rende [Detalhe]; 1912; APEES; Coleção Jerônimo Monteiro; Imagem 034.

Página 66: Logotipo da Festa Pomitafro: evento em homenagem aos pomeranos, italianos e africanos realizado na cidade de Vila Pavão - ES.

Página 78-79: Rancho das Tropas [Detalhe]; Sem Data; APEES; Obra de Propaganda Geral do Estado do Espírito Santo; Imagem 434.

Página 80-81: Ilha de Duarte Lemos [Detalhe]; Luiz Teixeira; 1586; Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, alturas, e derrotas, que ha na costa do Brasil, desdo cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães. Biblioteca da Ajuda; Lisboa; Portugal.

Página 98-99: Palácio Anchieta reformado com a construção da escadaria Bárbara Lindemberg [Detalhe]; 1911; Coleção de Obras Raras; UFES.

Página 115: Cartaz da mostra fotográfica Cem Anos Luz em homenagem ao centenário de nascimento de Luz del Fuego, Dora Vivácqua.

Página 116-117: Fotografia tirada na porta da catedral após as exéquias em homenagem ao Barão do Rio Branco [Detalhe]; 15/03/1912; Vitória; APEES; Coleção Jerônimo Monteiro; Imagem: 252.

Página 128-129: Salão de honra do Palácio, vendo-se o Presidente Jerônimo Monteiro, e ao redor, grupo de auxiliares e políticos; 1910; Vitória; APEES; Coleção Jerônimo Monteiro; Imagem: 02.

Página 130-131: Jornalistas do Estado da Guanabara entrevistam o Sr. Governador a respeito da situação cafeeira do Espírito Santo [Detalhe]; 03/10/1961; APEES; Fundo SCRTE; CFML 4931-4939.

Página 144-145: Chegada ao Aeroporto e conferência do Presidente da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil então Secretaria da Agricultura; 24/02/1962; APEES; Fundo SCRTE; CFML 6314-6326.

Página 146 –147: Notícia “Construindo a Estrada da Vitória” [Detalhe]; 21/07/44; Jornal A Gazeta; página 03.

Página 157: Anúncio da fuga de escravos e recompensa pela sua captura. Jornal O Cachoeirano. 01/03/ 1885.

Página 158 –159: Rio Santa Maria da Vitória com o monte Mestre Álvaro [Detalhe]; 1888; Autor: E. Berninger.

Página 178 –179: Reprodução da Fachada do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; 2008.

Página 192 – 193: Família de Temistocle Passamani e Brigida Gaigher; Início Sec. XX; Local: Barco di Levico, Trento-Ita; Acervo Família Passamani.

Página 194 – 195: Planta da Parte da Província do Espírito Santo organizada pela Inspetoria de Geral de Terras; 1878; APEES; Fundo Inspetoria de Terras e Colonizações.

Página 199: 5º Caminho do Imigrante - Estrada para Valsugana Velha, Santa Teresa-ES; 01/05/2008; Fotógrafo: Cilmar C. Franceschetto.

Página 200 – 201: Igreja do Queimado [Detalhe]; Serra - ES; 1979; Fotógrafa: Maria da Penha Delarmelina; APEES; Fundo Departamento Estadual de Cultura; Fotografia 1336.

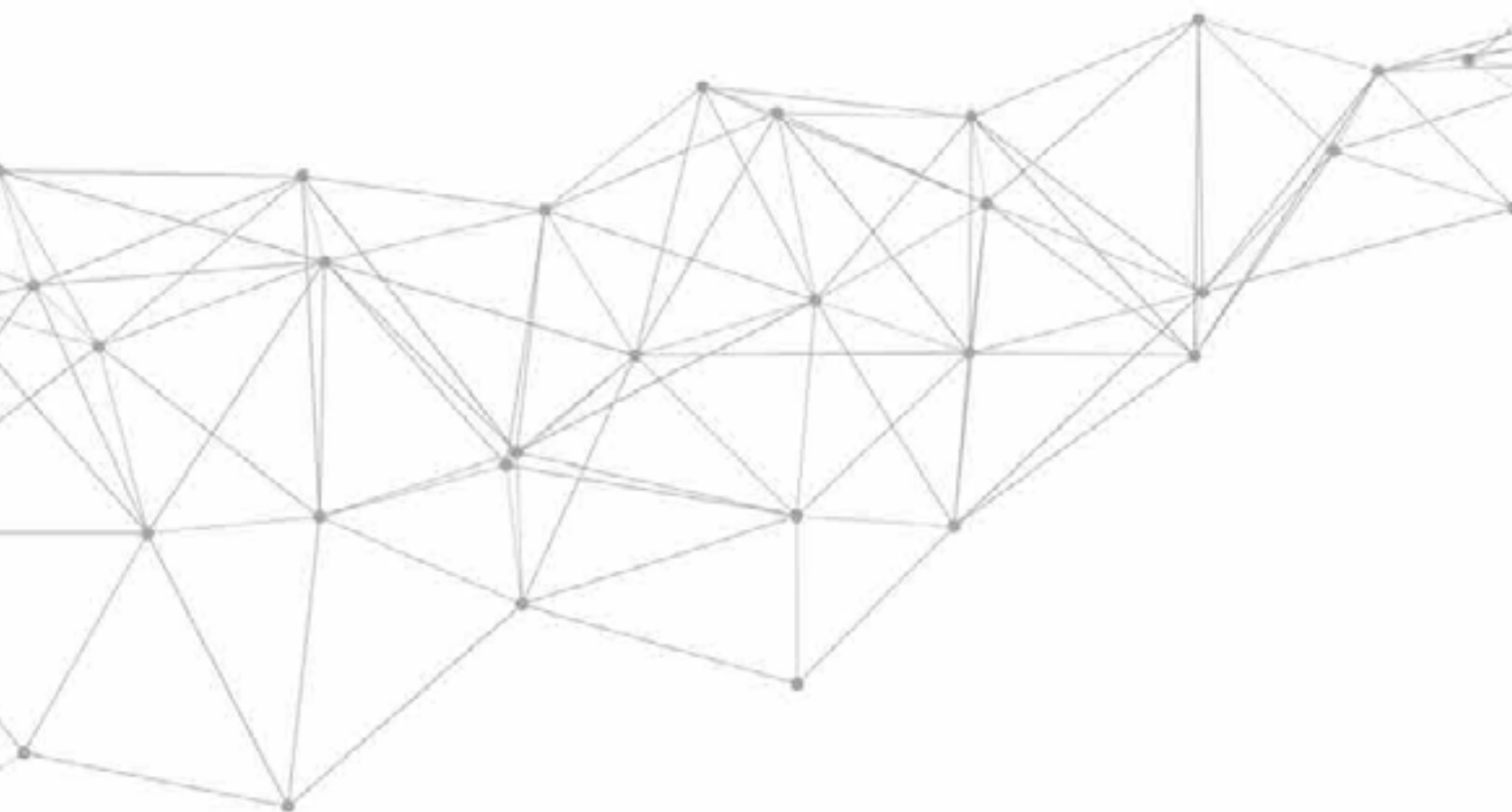
Página 206 – 207: Fachada do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; 2012; Fotógrafo: Cilmar C. Franceschetto.

Página 208: Esboço da Planta da Ilha da Victoria [Detalhe]; 1896; Acervo APEES; Ref: A01079.

Página 218 – 219: Solenidade de recebimento do Acervo Pessoal “Maria Stella de Novaes”; 17/08/2017; APEES; Fotógrafo: João Luiz Bicalho Muciaccia.

Página 221: Equipe de remo do Clube de Regatas Saldanha da Gama, na baía de Vitória-ES [Detalhe]; Década de 1930; APEES; Coleção Saldanha da Gama; BR ESAPEES CRSG REM. 042.





PARCERIA



REALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

